



Drogas: Clínica e Cultura

A ADOLESCÊNCIA
E O CONSUMO
DE DROGAS:
UMA REDE INFORMAL DE
SABERES E PRÁTICAS

Luiz Alberto Tavares
Jane Cresus Montes
organizadores



EDUFBA
CETAD/UFBA



**A ADOLESCÊNCIA
E O CONSUMO DE DROGAS:
UMA REDE INFORMAL DE SABERES E PRÁTICAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora
Dora Leal Rosa

Vice-reitor
Luiz Rogério Bastos Leal



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Ninõ El-Hani
Cleise Furtado Mendes
Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria Vidal de Negreiros Camargo

Luiz Alberto Tavares
Jane Cresus Montes

Organizadores

A ADOLESCÊNCIA
E O CONSUMO DE DROGAS:
UMA REDE INFORMAL DE SABERES E PRÁTICAS

Salvador, 2014
EDUFBA

Drogas: Clínica e Cultura
CETAD/UFBA

© 2014 by Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – CETAD/UFBA
Direitos para essa edição, cedidos à Editora da Universidade Federal da Bahia.
Feito o depósito legal.

Projeto Gráfico da Coleção e Capa
Yure Aziz e Karime Salomão

Editoração Eletrônica e Arte Final da Capa
Vânia Lúcia Viana Vidal

Revisão
Vanda Bastos

Digitação
Ana Cláudia Lima Portela

Normalização e catalogação na publicação
Ana Rita Cordeiro de Andrade – CRB-1049

Sistema de Bibliotecas – UFBA

Ado 239 A adolescência e o consumo de drogas: uma rede informal de saberes e práticas /
Luiz Alberto Tavares, Jane Cresus Montes.- Salvador: EDUFBA: CETAD, 2014.
316 p.- (Coleção drogas: clínica e cultura).

ISBN 978-85-232-1218-6

1.Drogas – Saberes e práticas. 2.Adolescência – Consumo de drogas. 3.Adolescência - Lei.
I.Tavares, Luiz Alberto. II. Montes, Jane Cresus. III. Centro de Estudos e Terapia do Abuso de
Drogas.

CDD - 616.863
CDU - 615.099

Editora filiada a



Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas - CETAD/UFBA
Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da UFBA
Rua Pedro Lessa, 123 – Canela, CEP: 40110-050 – Salvador-BA
Tel: (71) 3283-7180 Fax: (71) 3336-0466
www.cetadobserva.ufba.br

Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA/UFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n, Campus de Ondina, 40170-115 – Salvador-BA
Tel/fax: (71) 3283-6164, www.edufba.ufba.br. E-mail: edufba@ufba.br

SUMÁRIO

Apresentação

Luiz Alberto Tavares9

Prefácio

Antônio Nery Filho19

Do assassinato do pai e seus efeitos na adolescência

Sheyla Machado23

Em nome do pai: mas onde está o pai?

Lena Lois43

Entre roubar e traficar: os sentidos construídos por um adolescente em conflito com a lei

Joelma Oliveira da Silva

Antônio Marcos Chaves53

As novas perspectivas da socioeducação do adolescente em conflito com a lei e o sinase

Nelson Santana do Amaral73

Redução de danos com crianças e adolescentes em situação de abrigo

Leila de Oliveira Pinto

Margaret Leonelli

Olga Sá Ferreira

Sheyla Machado93

Direitos humanos e a polêmica da internação compulsória

Matheus Albergaria

Vera Leonelli117

O "uso punitivo das drogas": é possível desintoxicar o discurso? <i>Riccardo Cappi</i>	127
Adolescência e drogas: uma abordagem em situações de risco <i>Juliana Prates Santana</i>	147
Adolescência e consumo de substâncias psicoativas: uma discussão sob o enfoque do direito à saúde <i>Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima</i> <i>Vânia Sampaio Alves</i> <i>Ludmila Cerqueira Correia</i>	169
Uso de anabolizantes e produtos veterinários para fins estéticos e risco à saúde entre jovens praticantes de musculação <i>Jorge Alberto Bernstein Iriart</i>	189
Violência sexual contra crianças e adolescentes: casos, consequências e intervenções <i>Ceci Vilar Noronha</i> <i>Andrija Almeida</i>	219
As violências na escola: focalizando o <i>bullying</i> escolar <i>Marilena Ristum</i>	233
Juventude, cultura e mídias <i>Sandra Maria Farias Loureiro de Souza</i>	255
Comunicação digital móvel, adolescentes e comportamentos sociais: notas exploratórias <i>José Carlos Ribeiro</i>	269

O jovem e o trabalho: escolha e identidade	
<i>Célia Cajaíba</i>	287
Sobre os autores.....	311

APRESENTAÇÃO

O trabalho no Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad), a partir do acolhimento de jovens usuários de drogas, nos motivou a organizar este livro e, para contextualizar o significado desta publicação, será preciso fazer uma breve trajetória dessa experiência institucional.

As questões relativas à adolescência têm sido discutidas por aqueles que tratam desse fenômeno, através de múltiplas perspectivas e olhares diversos. Nesse cenário, evidencia-se o consumo de drogas cuja relevância na contemporaneidade nos convoca a verificar a forma como o tema tem sido abordado em nosso meio. Frequentemente e de maneira equivocada, constatamos que os veículos de comunicação, instituições e muitos profissionais que trabalham com jovens têm privilegiando uma abordagem centrada na droga, tomada a princípio como um mal em si, em detrimento de um olhar mais cuidadoso em relação ao jovem e seus determinantes de consumo.

Sabemos que a aproximação dos jovens com as drogas contempla múltiplos aspectos e não podemos deixar de sinalizar as funções que a droga assume para cada um, de modo singular. É pelo prazer, pelo compartilhamento com os pares que muitos utilizam drogas. Tentam, desta forma, estabelecer novos laços sociais, buscam novos ideais e novos vínculos, diferentes do seu grupo familiar de origem, em tempos do imperativo ao consumo.

Algumas vezes, na prática clínica, recebemos adolescentes que encontram na droga uma forma de atenuar uma angústia brutal, ao se sentirem controlados, sufocados, impossibilitados de fazer escolhas, diante dos apelos advindos do Outro social. Aqui, se evidencia o embaraço com que se confrontam

familiares e jovens, nos impasses e possibilidades que permeiam a construção de uma posição adulta no mundo.

Se, para alguns jovens, essa transição é marcada por dificuldades nas quais a droga pode, transitoriamente, ocupar funções particulares, para outros, o que se delinea é uma verdadeira impossibilidade de fazer esta passagem. Nestes jovens, constatamos uma carência dos recursos simbólicos que lhes permitiriam encontrar um lugar possível, uma inscrição, através de novos laços sociais, asseguradores de uma pertença em direção à vida adulta. Encontramos as origens desta impossibilidade nos primórdios das suas relações familiares, campo da entrada na linguagem em que se constituem como sujeitos e a partir do qual constroem as suas trajetórias. Mas esta impossibilidade também se ancora na insuficiência de dispositivos comunitários no campo da educação, do esporte, da arte e expressão, nos espaços sociais onde estão inseridos que lhes permitiriam a verificação de suas escolhas ou mesmo a abertura para a construção de novos caminhos.

As dificuldades apresentadas por esses jovens oferecem um exemplo inquietante dessa posição de errância em que se encontram. Instalados em constantes movimentos de ruptura, não se interrogam sobre o seu desejo. Não veem sentido na sua existência, não há lugar para os sonhos. A vida está por um fio. A droga surge como uma solução, adquirindo um valor que lhes assegura um lugar no mundo, as relações com os outros, tornando-se a essência de suas vidas. Alguns se encontram inseridos transitoriamente em instituições enquanto outros não têm qualquer vínculo institucional, sendo a rua o espaço de uma existência trôpega, criminalizada.

Nas estratégias de atendimento do Cetad, escutamos desses adolescentes que os representantes da lei, os pais, os governantes, os policiais, são instâncias desqualificadas.

Pais que se omitem, silenciam ou espancam. Policiais que são vistos por muitos como aqueles que prendem ou matam ou então confiscam a droga para si. Estes jovens relatam, muitas vezes, como o consumo da droga estreita a sua relação com o tráfico, rompendo os frágeis laços sociais construídos com a família e as instituições em que se inserem ou, então, suprimindo laços impossíveis de se constituírem. Excluídos, invisíveis, encontram no tráfico um lugar de reconhecimento, de pertença. Os chefes do tráfico, por outro lado, ocupam a função de uma Lei ausente. Lei tirânica que protege e, ao mesmo tempo, os empurra para a morte, protagonizando as manchetes de tragédias urbanas cotidianas.

A complexidade com que se apresentam os modos do consumo de drogas, entre crianças e jovens, nos coloca inúmeras questões e desafios. As propostas de intervenção não podem ter um caráter padronizado, pré-estabelecido, devendo-se levar em conta as inúmeras particularidades e contextos de uso. As soluções mágicas, salvadoras, como a reclusão compulsória em unidades de internação devem ser vistas com reserva e ter sua eficácia questionada.

Nesse sentido devem ser particularmente levadas em conta as proposições que busquem trabalhar com aqueles que se ocupam de jovens, trazendo à tona suas dificuldades, para que possam se situar de forma mais adequada ao lidar com esta população.

Nessa perspectiva, o Grupo de Atenção e Investigação da Adolescência (Gaia), programa vinculado ao Núcleo de Clínica do Cetad, criado em 1997, surgiu como resposta à significativa demanda de adolescentes que buscavam atendimento no Centro por questões relativas ao consumo de drogas. Nestas demandas, foram evidenciadas as especificidades do trabalho com essa população, no que se refere às formas de procura do

atendimento, realizadas em geral por familiares e instituições, bem como às particularidades no estabelecimento dos seus vínculos institucionais, o que justificava a oferta de ações mais direcionadas por parte do Centro.

A equipe técnica, engajada nesse Programa (Jane Montes, Luiz Alberto Tavares, Margaret Leonelli, Marlize Rego, Sheyla Machado e Olga Sá), passou a ofertar, além do atendimento ambulatorial individual já realizado pelo Cetad, estratégias específicas de atenção, dentre as quais os atendimentos em grupo e oficinas, em consonância com os pressupostos teóricos que norteiam o trabalho do Cetad. Estes pressupostos levam em conta não só o produto de consumo, o contexto social em que essas práticas se inserem, mas, sobretudo, as particularidades subjetivas desses usuários.

Por outro lado, percebeu-se que os jovens acolhidos, na sua grande maioria, estavam inseridos em projetos institucionais que trabalhavam em uma perspectiva educacional e de resgate da cidadania, bem como em instituições que lidavam com jovens em conflito com a lei, ligadas ao cumprimento de medidas socioeducativas.

O aumento da demanda por parte das diversas instituições nos levou a interrogar o pedido que efetuavam ao Cetad, já que, para os adolescentes em que a família solicitava atendimento, esta demanda era passível de ser mais facilmente localizada e tomada no contexto terapêutico. Em relação às instituições que nos procuravam, tratava-se, muitas vezes, de solicitações pouco claras no que se refere à pertinência de atendimento no serviço. Vivíamos situações em que chegavam para acolhimento, de uma só vez, vários jovens de uma mesma instituição, o que trazia dificuldades para o acolhimento e direcionamento por parte da equipe do Gaia ao lidar com essas demandas maciças. Em outros momentos, não se constatava

um envolvimento efetivo com o uso de alguma substância psicoativa que justificasse, a princípio, o acolhimento do jovem para tratamento.

Verificamos que a inadequação de muitos encaminhamentos se devia ao desconhecimento, por parte dos técnicos, de diversas questões relativas ao uso e abuso de substâncias psicoativas bem como às dificuldades com que se defrontavam no desenvolvimento do trabalho cotidiano nas suas próprias instituições.

O trabalho de deslocamento da instituição como demandante de atendimento para o jovem, para situar estas demandas a partir da escuta de alguns técnicos de referência destas instituições, possibilitou a evidência de questões que motivavam a procura de atendimento para esses adolescentes no Centro. Estas questões refletiam, em última instância, a angústia relativa ao modo de inserção desses técnicos nas suas instituições de origem, tais como: a falta de clareza sobre a função que exerciam e sobre a lógica de funcionamento da instituição em que trabalhavam, bem como traduziam as dificuldades suscitadas nesses profissionais no manejo cotidiano com os jovens encaminhados.

Começamos, inicialmente, a ofertar encontros regulares para esses técnicos, que se configuravam como espaços em que o educador, o trabalhador de saúde e o psicólogo, dentre outros profissionais, encontravam uma possibilidade de interlocução e discussão, a partir de múltiplos temas, trazidos sob o pano de fundo da droga. Estes temas correlatos faziam emergir as dificuldades desses técnicos em lidar com essa população jovem e que eram traduzidas nas expectativas de resposta advindas de um possível trabalho a ser realizado pelo Cetad.

O olhar e o dizer lançados de fora, por sua vez, provocaram efeitos na equipe do Gaia, suscitando questionamentos na sua própria prática. Abriu-se, assim, a perspectiva de novas discussões teóricas e a produção de um saber compartilhado a partir da singularidade de cada experiência.

Após um ano de trabalho buscando ampliar o espectro de interlocução e articulação entre as diversas instituições e profissionais que lidavam com jovens, formalizamos, então, a proposta de um espaço regular de informação e discussão intitulado Fórum Interinstitucional sobre Adolescência e Drogas.

No início, o formato do Fórum se constituiu de encontros mensais em que um profissional convidado abordava algum tema relativo ao uso e abuso de substâncias psicoativas, seguido de uma discussão com os participantes. Aos poucos, os temas foram se tornando mais diversificados, com convidados de vários campos do saber, passando então a serem discutidas questões mais abrangentes concernentes ao jovem e a sua inserção na contemporaneidade.

A proposta do Fórum surge no contexto da prática clínica institucional, fazendo a conexão deste espaço institucional com a comunidade. Deste modo, passou a funcionar como uma verdadeira “dobradiça”, em um movimento entre o interno e o externo. Ele é interno, porque se trata de um espaço frequentado pelos próprios usuários do serviço e seus familiares, além de pessoas implicadas no trabalho institucional (estagiários, técnicos), e externo, porque acolhe técnicos de instituições, profissionais, estudantes e pessoas interessadas nestas questões. Este movimento visa proporcionar um ambiente de exposição de dúvidas, provocação de saberes e compartilhamento de conteúdos e experiências.

A relação com o saber se articula de um modo particular nessa estratégia. O convidado traz o tema previamente escolhi-

do para o encontro e coloca suas ideias em um espaço de tempo delimitado, sendo que o exposto é tomado a partir da experiência de cada participante. O saber exposto, sempre sob a forma de um diálogo, se torna saber articulado com a experiência. Neste sentido há um movimento de “tomar a palavra”, “fazer uso da palavra” a partir do vivido de cada um, o que torna os encontros muito ricos e dinâmicos. Alguns Fóruns foram realizados com a presença de jovens debatedores representantes de instituições, que suscitaram o debate com o expositor e, em outros, foram os próprios jovens que protagonizaram o Fórum, funcionando eles mesmos como expositores de temas.

O Fórum se tornou, assim, um espaço de formação permanente para técnicos, profissionais e estudantes de diversas áreas, além daqueles interessados nos temas expostos, tendo sido sustentado, de forma ininterrupta, nos últimos dez anos. O programa é sempre elaborado ao final do ano, com a contribuição de cada participante, através de avaliações em questionários que são distribuídos mensalmente, nos quais avaliam essa estratégia de forma quantitativa e qualitativa, propondo os temas a serem abordados no ano subsequente.

O modo de desenvolvimento do Fórum não se atrela a um tempo cronológico de realização. Trata-se de um tempo alargado, que não se restringe a um tempo previamente estabelecido e que se realiza em um espaço que é dentro e fora da sala onde o Fórum acontece. A dinâmica desta estratégia implica, inicialmente, no acolhimento dos participantes que são, muitas vezes, convidados a visitar o Cetad e conhecer o seu funcionamento, antes da sua realização.

Verificamos que, a cada encontro, os participantes compartilham suas experiências, trocam e-mails, telefones e se informam sobre o modo de funcionamento das instituições e de possíveis formas de encaminhamento. Este intercâmbio de

informações propicia convites ou propostas de parceria entre as diversas instituições participantes, fomentando, também, o desenvolvimento de novas ações pelos técnicos, nos seus locais de trabalho. O Fórum, ao facilitar esse contato direto entre pessoas e instituições, possibilita um espaço de articulação em que os discursos institucionais são identificados, fortalecendo a formação de uma rede informal entre os representantes de projetos e programas da comunidade que lidam com a população jovem. Esta estratégia nos remete à ideia de rede também como um espaço que favorece a multiplicação de novas ações e permite a manutenção de um equilíbrio sustentável. (MANCE, 2001).¹

Ao longo desses anos foi cadastrada a participação de cerca de quatrocentas e cinquenta instituições, com uma média mensal de trinta diferentes instituições por encontro. Com o objetivo de possibilitar o contato entre os integrantes e favorecer a articulação entre a rede de atenção, foi criado, em 2010, um banco de dados institucional para consulta, como também para a convocação permanente das atividades do Fórum.

Os encontros do Fórum, por vezes, são transmitidos em tempo real pela internet, através do Cetad Observa, programa institucional que disponibiliza de modo sistemático e crítico os diversos tipos de informações relacionados ao consumo de substâncias psicoativas. Este programa também armazena as exposições e discussões do Fórum sob a forma de material audiovisual, criando um acervo do conhecimento produzido nesses encontros.

Essa experiência institucional nos revela como se constituiu uma rede informal de articulação e conexão entre aqueles que se ocupam da atenção à população jovem, facilitando

1 MANCE, E. A. A revolução das redes. A colaboração solidária como alternativa pós-capitalista. Petrópolis: Vozes. p. 24. 2001

as relações interinstitucionais e contribuindo para a melhoria do acesso aos tipos de serviço voltados para esta população. Ao tempo em que visa a informação e a capacitação, além do aumento do fluxo de informações, esta rede informal se constrói através de parcerias solidárias entre profissionais e instituições, em uma política de respeito aos jovens usuários dos serviços.

Muitos foram aqueles que atenderam à convocação para tratar de temas de interesse no Fórum Interinstitucional sobre Adolescência e Drogas, ao longo desses anos, ajudando a tecer a trama dessa rede de parceiros.

Essa publicação reúne as contribuições desses profissionais oriundos de vários campos do saber que traduzem, por um lado, as inquietações da juventude, reveladoras de um mal-estar na atualidade, e, por outro, apontam para a construção de possibilidades e intervenções nos seus respectivos campos de atuação.

Esses textos não se estruturam em uma sequência, mas, na interface do Direito, da Psicanálise, da Comunicação, da Educação, da Psicologia, da Socioantropologia, da Saúde Coletiva, se articulam em torno de aspectos significativos da juventude, para trazer importantes contribuições a todos aqueles que se interessam pelo debate desse tema.

Luiz Alberto Tavares

PREFÁCIO

Este é um prefácio que nasce de minha alegria! Alegria de ver publicado o trabalho imaginado e desenvolvido no âmbito do Grupo de Atenção e Investigação da Adolescência (Gaia), e denominado Fórum Interinstitucional sobre Adolescência e Drogas.

Para compreender melhor este trabalho, posto entre a clínica do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (Cetad/UFBA) e além da instituição, é necessário revisitar uma trajetória que completou vinte e oito anos em julho de 2013.

Este longo período, de permanente atividade do Cetad, pode ser compreendido a partir de três tempos distintos, em espiral, na medida em que avança, guardando fortemente os laços construídos no dia a dia, dos anos que se fizeram décadas.

Assim, penso que a primeira década pode ser chamada de “heroica”, porque inaugurou a partir de 1985, um novo tempo de trabalho com usuários de psicoativos e seus familiares, apoiado, essencialmente, na clínica, uma nova clínica inspirada na prática do Centro Médico Marmottan, de Paris, criada e longamente conduzida pelo Prof. Claude Olievenstein. Na Bahia, militamos para colocar os usuários à frente das drogas, inseridos na dimensão sociocultural.

A segunda década, que chamo de “social”, tem seu nascimento em 1995, marcada pela decisão de implantar em Salvador o Programa “troca de seringas”, e a criação do Programa de Redução de Danos, a partir da experiência da “sala de espera” que havíamos inaugurado no 19º Centro de Saúde, no Pelourinho. Essas propostas de intervenção foram inspiradas na incompreendida e reprimida iniciativa da Prefeitura de Santos, pioneira, no Brasil, na redução de danos enquanto prática de saúde, no enfrentamento à disseminação do HIV entre usuários

de drogas injetáveis. São deste período os “Pontos Móveis” e a primeira experiência do “Consultório de Rua”, esta, oriunda da observação das ruas sob a denominação de “Banco de Rua”, em referência aos bancos das praças de Salvador. Eu tinha plena convicção, àquela época, que a sólida clínica do Cetad precisava ser expandida. A clínica era exigida para além do espaço institucional: os meninos e meninas eram visíveis nas ruas; os usuários de drogas injetáveis (UDI) clamavam por alguma atenção; as instituições totalitárias continuavam fracassando; o Programa “Cidade Mãe”, na esfera municipal, veio à luz. Foi neste contexto que, em 1997, Luiz Alberto Tavares, psiquiatra e psicanalista, conduziu a criação do (Gaia), “como resposta à significativa demanda de adolescentes que buscavam atendimento no Centro por questões relativas ao consumo de drogas” e, pouco mais de um ano depois, junto com Jane Montes, pedagoga, ambos com larga experiência no trato com jovens em situação de risco social e usuários de psicoativos, propôs, como consequência dos olhares que se cruzaram, a criação de um espaço novo, voltado, essencialmente, à interlocução e que denominaram Fórum Interinstitucional sobre Adolescência e Drogas.

A terceira década, para concluir minha cronologia, e que denomino “década política”, tem como referência inicial a passagem da Lei 6368/76 para a Lei 11.343, entre os anos 2005/2006. Ambas, muito voltadas para a gestão dos produtos, em detrimento do humano e suas relações sociais, em particular a Lei de 1976, em que pese o aparecimento, àquela época, de um capítulo voltado para a prevenção e completamente, ou quase, fracassado. Nesta última, de 2006, ocorre a descriminalização do uso e a substituição da pena privativa de liberdade por penas ditas educativo-sociais. Contudo, o destino dos usuários de psicoativos ilícitos continua nas mãos do judiciário

ou, o que é mais grave, sob o jugo da Segurança Pública. Falta à lei brasileira a indispensável consideração sobre aquilo que é humano no consumo de drogas e um olhar mais consistente sobre os aspectos sociais e de saúde, e menor acentuação sobre a repressão sustentada no desconhecimento, no preconceito ou em interesses econômicos.

É neste tempo atual, quase ao final de nosso terceiro decênio de trabalho que, em parceria com a Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), surge como oitavo volume da coleção *Drogas: Clínica e Cultura*, que sustentamos desde 2000, quinze textos oriundos das apresentações e interlocuções desenvolvidas, solidamente, ano após ano, nos sucessivos encontros do Fórum Interinstitucional sobre Adolescência e Drogas.

Creio que estes textos serão de suma importância para nossa próxima década, à qual denomino “década da ética”. Nela, deveremos colocar-nos diante do que realizamos e de nossas impossibilidades. Nesse tempo futuro, seremos guiados por nossos “ditos e escritos” e interrogaremos nossa história e nossas práticas. Neste sentido, os textos do presente volume, serão indispensáveis.

Antônio Nery Filho

DO ASSASSINATO DO PAI E SEUS EFEITOS NA ADOLESCÊNCIA

Sheyla Machado

Este escrito pretende ser o ponto de convergência entre duas inquietações teóricas e uma experiência. Tomemos, em primeiro lugar, as inquietações teóricas.

Muito se tem discutido sobre as transformações que atingem a sociedade ocidental contemporânea, em particular no que se refere ao esvaziamento da autoridade familiar, ao aumento da violência social e ao prolongamento da adolescência. Tais transformações, costumeiramente vinculadas ao discurso capitalista e ao declínio da função paterna, convocam a uma revisão dos conceitos que, até agora, sustentaram nossa prática. Nesta perspectiva, retomo, mais uma vez, a questão que balizou o pensamento psicanalítico desde Freud, a saber: o que é o Pai?

A segunda questão me foi evocada por um rapaz de 17 anos, usuário de drogas, que, a muito custo, concordou em vir ao psicanalista. Tivemos três encontros ao final dos quais ele me disse que não poderia ficar ali conversando porque tinha que fazer o que precisava ser feito. Com isto, queria significar escola, vestibular, Exército e tudo o mais, repetindo o discurso dos pais de que ele precisava passar, embora alegasse não ter a menor ideia nem de como passar nem para onde. A escuta deste adolescente propôs uma questão em torno da disjunção

entre as dimensões do conversar e do fazer, esta última como uma tarefa que precisava ser realizada no mundo, o que, desde então, tem me feito refletir sobre a natureza do trabalho clínico com adolescentes.

Qual a especificidade do trabalho com um sujeito que se apresenta como alguém que precisa passar? Claro que esta passagem nunca se faz sem percalços, sobretudo em nossa dura modernidade, mas, alguns, suponho que a maioria, conseguem realizá-la com maior ou menor dificuldade e a análise está aí para manejar os restos de um percurso que é, sempre, e de algum modo, acidentado. No entanto, há outros que não podem sequer iniciar sua passagem. Talvez por não terem encontrado a trilha de um autêntico fazer, um fazer que tenha o sentido da criação, no mundo, de um espaço intermediário, transicional por meio do qual possa se transportar do corpo do Outro, onde ainda habita, ao campo do Outro onde deverá finalmente se inscrever. Não será este o sentido do ritual de passagem da adolescência?

Essas questões antigas adquiriram novos matizes a partir da experiência no Centro Estadual de Referência do Adolescente Isabel Souto (CRADIS), uma instituição que atende adolescentes entre 10 e 23 anos em situação de violência intrafamiliar. Os jovens que chegam ao centro são trazidos, em geral, pela família, escola ou Conselho Tutelar. As queixas mais frequentes são: fraco desempenho ou abandono escolar, uso de drogas e agressividade.

Alguns acolhem com interesse uma escuta individualizada. Para outros, isto não acontece e foi esta dificuldade que nos motivou a pensar em novas estratégias de abordagem. Deste modo, foi criado um espaço intitulado Rodafilme. Trata-se de um grupo aberto, com periodicidade semanal, que recebe

adolescentes entre 14 e 18 anos e no qual, após a exibição de um filme do circuito comercial segue-se uma discussão.

A escuta desses adolescentes revela uma realidade que exige reflexão. A impressão geral que transmitem é que, do ponto de vista da lei, vivem uma realidade inversa à nossa. Para os meninos que não fazem parte do tráfico, o agente da lei, nomeadamente a polícia, é fonte constante de ameaça e perigo, ao passo que a segurança e a proteção possíveis aparecem do lado do tráfico, desde que mantenham com o sistema uma justa distância, nem muito perto, para não serem engolidos pela engrenagem, nem muito longe, para não deixarem de ser reconhecidos como membros da comunidade sob a jurisdição de determinado traficante. Isto porque, do lado do tráfico, a lei é clara e draconianamente aplicada, ao passo que, do lado da polícia, nunca se sabe o que esperar e, portanto, é mais arbitrária.

Desse modo, o tráfico organiza a vida das comunidades em uma dimensão muito mais ampla do que se supõe, em alguns momentos, inclusive, no plano simbólico, com a ressalva de que se esteja apenas em sua periferia. A periferia do tráfico coincide com a periferia urbana e o significante que se destaca aí é exatamente periferia, para dar conta de um lugar de margem, de franja, de fronteira. Eis um exemplo instrutivo sobre o que me parece ser um uso simbólico do tráfico: como muitos adolescentes, eles revelam forte interesse por roupas de marca, com a particularidade de que a marca de prestígio é Ciclone que, por alguma razão, se tornou a marca vinculada ao tráfico. Mesmo os adolescentes que têm aversão ao tráfico e cuidam de não se envolver, têm uma peça ou outra, porque confere poder e status. “*Se você está de Ciclone, todo mundo lhe respeita*”. Por outro lado, se você está de Ciclone, suas chances de ser preso aumentam muito, também, pois a polícia pode fazer uma abordagem apenas em função desta marca, a menos que você

seja branco. Uma peça Ciclone, portanto, funciona, metonimicamente, como o equivalente de uma arma. Para a população local, um símbolo de poder; para a polícia, a senha para uma abordagem; para o adolescente que a veste, a insígnia do pai.

Em outra situação, uma adolescente de 13 anos é perseguida, no bairro, por um traficante sabidamente estuprador. A avó vai se queixar ao chefe local do tráfico, que concede audiência à população. Dois dias depois, o estuprador aparece morto, com o pênis arrancado. A lei é clara e funciona.

Vivendo na fronteira de dois mundos paralelos, o mais importante é, no entanto, aprender a transitar de um lado a outro com um mínimo de risco. Sobretudo, é preciso aprender a não se colocar no cruzamento entre um e outro. Uma garota me falava que estava impossibilitada de sair de casa porque uma colega de escola da sua idade (14 anos) tinha implicado com ela e a perseguiu no colégio e no bairro. Filha de policial e namorada de traficante, só restava a minha paciente e sua família mudarem de bairro.

Já para os meninos do tráfico, o mundo é predominantemente imaginário. Só estão protegidos, e de forma muito precária, enquanto permanecerem ligados, física e psiquicamente, ao sistema. Não podem falar sobre a vida que levam e o que fazem e esta regra que tem, em princípio, o sentido da proteção, passa a funcionar, também, como uma estratégia de apagamento subjetivo. Não podendo contar sua história, não podem significar o que ouvem e veem, de modo que o único recurso frente ao desamparo é o esquecimento, sob a forma de uma obediência incondicional ao Pai Imaginário encarnado pelo chefe do tráfico.

Outro elemento importante que aparece nos relatos é o relativo caos que impera nas escolas públicas sob a forma da falência da autoridade. Os meninos não respeitam nem pro-

fessores nem a direção e denunciam um clima de guerra permanente – *“Eles pirraçam a gente e a gente pirraça eles”* – em que atitudes extremamente arbitrárias por parte dos adultos responsáveis se alternam com reações de medo ou descaso.

Há, ainda, os relatos sobre as brigas de gangues. As rixas se estabelecem entre bairros e entre escolas, tendo ou não conexões com o tráfico. Assim, o território de Salvador parece estar mapeado por rivalidades que impedem a mobilidade tanto de um bairro a outro quanto de uma escola para outra, criando-se, por vezes, impasses para o poder público do tipo: um menino que foi expulso de algumas escolas é encaminhado pelo Conselho Tutelar para uma Escola X, que foi a única que o aceitou. Só que ele pertence a uma gangue que é rival da gangue da Escola X. Entre a decisão do Conselho e o bloqueio da gangue, vence o bloqueio e ele continua sem estudar.

Este é o caso de L., 14 anos, encaminhado para o Roda-filme onde se apresenta como tendo 17 anos. Inteligente, sagaz, ele participa ativamente das discussões, embora marcando seu discurso sempre por muitas reticências. No relato do acolhedor, L. é descrito como tendo, na hierarquia do tráfico, o cargo de gerente. Em entrevista individual, conta, com imensas reticências e nebulosidades, ter se envolvido em dois assassinatos, o que, de algum modo, tem a ver com seu desejo de deixar o tráfico. L. está colocado no cruzamento dos dois mundos. Tanto na mira da polícia, quanto do tráfico, ele não tem lugar no mundo. Do lado da justiça, nenhuma esperança, também. Há um processo correndo no Ministério Público. Mas, daí, ele não espera nem risco nem proteção. Acredita que não podem protegê-lo de ser morto pelo tráfico ou pela polícia. Por outro lado, afirma que o processo tampouco pode alcançá-lo. Diz: *“Isso não vai dar em nada, não anda pra lugar nenhum. Tem gente nossa lá dentro”*. Quando pergunto por que resolveu sair do tráfico, ele diz que

pode até não parecer, mas tem vontade de viver. Nada disto é falado no Rodafilme. Lá, em um diálogo sobre tornar-se adulto e se afastar da família, ele diz que não gostaria de crescer, que o que gostaria era de ir para um lugar absolutamente deserto onde não tivesse que estar com ninguém.

Sobre pais e mães, o cenário apresentado é muito desolador, sobretudo do lado do pai. Em uma sessão do Rodafilme, aparece, claramente, o ódio ao pai e, para alguns, o desejo de matá-lo pode ser verbalizado.

Penso que a experiência no Cradis, em particular no Rodafilme, enlaçou, de algum modo, as duas questões formuladas no início deste trabalho, a saber: o que é um pai? e o que pode um analista diante de um adolescente que não encontra a dimensão do fazer tão necessária à sua passagem?

Por se tratar de um ser de linguagem e cultura, o laço social entre os homens se funda em uma base de trocas simbólicas para cujo acesso o filhote humano deverá repetir, em sua própria existência, o evento fundador original que marcou a passagem da natureza à cultura, culminando no ato de se fazer representar em uma linhagem. Destinado ao esquecimento, tal evento só pode ser reencontrado através da elaboração mítica. Este é o sentido do mito freudiano do assassinato do pai da horda primeva o qual está para a comunidade humana assim como o mito edipiano está para cada sujeito.

Ao final desse processo, numa e noutra situação, tanto no indivíduo quanto no grupo, esta inscrição se fará pelo estabelecimento de uma interdição quanto ao incesto, promotora de uma perda de gozo que se faz pela articulação do desejo com a lei, condensada no que a Psicanálise chama de instância fálica. Por esta via, o acesso ao gozo fálico é conquistado como uma medida de satisfação possível dentro dos estreitos limites do laço social, medida para além da qual o que se descortina

é a dissolução do laço por um gozo, dito transgressivo, que só pode existir segundo a lógica da exceção que confirma a regra. Assim, o “Não matarás” advém como um mandamento para que possamos, eventualmente, matar sem que isto implique na dissolução do grupo.

Nessa conexão, o significante Pai vai designar, na Psicanálise, em última instância, o termo que garante a autoridade da lei, o selo, o carimbo que atesta que a letra da lei deve vigorar. O Nome-do-Pai vai ser definido, no Seminário V, sobre *As formações do Inconsciente*, como “um termo que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à lei, que promulga a lei... o que autoriza o texto da lei” (LACAN, 1999, p. 152).

Trata-se do poder enquanto simbólico, o verdadeiro sentido da palavra autoridade. Com efeito, segundo Kojève, conforme citado por Martine Lerude (2009, p. 11) em seu texto “Mas o que é que constitui então autoridade?": “autoridade é a possibilidade que tem um agente de agir sobre os outros sem que estes outros reajam contra ele, mesmo sendo capazes de fazê-lo”.

Sendo efeito de uma operação subjetiva, resultado de uma substituição significativa, o advento do Pai simbólico enquanto autoridade inclui a noção de reconhecimento.

Autoridade não é comando e obediência. É reconhecimento, legitimidade e procedência. O reconhecimento institui uma forma de obediência que mantém, apesar de tudo, uma certa liberdade, de tal modo que a autoridade não tem então nenhuma necessidade de se afirmar sobre o modo autoritário. (LERUDE, 2009, p. 14)

Pai é, então, o nome que a Psicanálise dá ao poder simbólico, à autoridade propriamente dita, algo que se opõe ao poder real o qual, por sua vez, será tanto melhor exercido quanto o for, em nome do poder simbólico. Do contrário, o poder real,

pela dimensão de gozo que sempre esconde, se reduzirá à polaridade comando/obediência, na medida em que o gozo também configura uma lei.

É no entrecruzamento dessas duas leis, desses dois poderes, o poder simbólico e o poder real, que o destino humano é jogado tanto no que se refere ao sujeito quanto ao coletivo.

É também na articulação dessas duas vertentes da lei que podemos localizar sua função propriamente reguladora. A lei, ao contrário do que tendemos a pensar de modo espontâneo, não constitui uma função apenas proibidora, pois carrega consigo tanto uma dimensão de barra quanto uma dimensão de acesso. Esta mesma estrutura se expressa nas duas instâncias psíquicas que coroam a travessia do Édipo: o supereu e o ideal do eu, o primeiro operando do lado da proibição, o segundo, do lado do acesso. Nestas instâncias, encontramos a prova mais cabal de que a proibição como tal não é a melhor figura da lei, já que o funcionamento do supereu implica no paradoxo de que quanto mais eficaz ele for, em suas medidas restritivas, mais próximo do gozo estará. Na medida em que uma lei não pode ser temperada, ela franqueia o retorno do gozo enquanto tal cujo único acesso que permite é a morte. Já o acesso pela via do Ideal comporta, em sua própria estrutura, uma perda de gozo, possibilitando o gozo fálico, o gozo do desejar.

Poder de gozo e poder simbólico. O Pai será, ao final, o Pai Morto, pai simbólico, função de acesso. Esta distinção é importante porque, quando se fala, hoje, no declínio social da Imago do pai, que é um fato, logo se pensa no declínio da função paterna. Mas será que quanto à função paterna, há mesmo declínio? Não terá sido, ao contrário, a função paterna, sempre, um tanto declinada? Este é o grande segredo que a clínica nos revela, a despeito da performance social do pai, ao longo da história. Por outro lado, será que o declínio social do pai é algo

tão moderno assim? Penso que não. Seja como for e no interesse da clareza, não seria melhor substituir a expressão função paterna, simplesmente por função simbólica? Sendo a função paterna uma função simbólica e o declínio que ora atinge o mundo ocidental, um declínio da Imago do pai, portanto, algo de natureza imaginária, não teremos aí, entre simbólico e imaginário, um intervalo pleno de possibilidades criativas?

Ora, o pai imaginário é, em si mesmo, a metonímia da onipotência do objeto primordial materno e se estrutura quando a criança se dá conta de que quem dita a lei não é a mãe, mas o pai, e entra em rivalidade com esta instância outra que Lacan assimilou ao pai da horda. É o pai privador, aquele que tem a prerrogativa do gozo e que não está disposto a abrir mão dela, fundamento da Imago social do Pai.

Parece-me que sua importância reside no fato de que ele será o ponto de convergência da articulação do desejo de morte, estrutura que representa a primeira tentativa que o sujeito faz de metaforizar o gozo absoluto do Outro primordial que poderia engoli-lo. Isto é brilhantemente descrito por Lacan, em *Complexos familiares* (1984), e é neste ponto que incide sua leitura diferenciada de Hans, porque o desejo de morte ao pai vai se constituir em um fato de estrutura, pois a criança precisa lançar no termo do pai, enquanto terceiro, ainda no âmbito de uma relação imaginária, o gozo mortífero do suicídio original que representa sua relação com o Outro materno absoluto. Matar o pai imaginário, fazê-lo declinar, antes de ser um problema moderno é um fato de estrutura. Se, hoje, nos queixamos deste declínio é apenas porque, como Hans, gostaríamos que ele estivesse ali, para melhor o liquidarmos. O que acontece é que, neste ponto, a cultura se nos antecipou e, se isso nos traz a nós, homens modernos, tantos problemas, nem por isso deixa de ser, do ponto de vista cultural, fator de progresso.

Com isso, voltamos ao assassinato do pai que foi, para Freud, o evento original que marcou a passagem da natureza à cultura, fonte da lei, e que é repetido por cada criança, no desejo de morte ao pai. Se este desejo é, junto com a interdição do incesto, as duas mais importantes proibições da humanidade é porque, no fundo, elas são a mesma coisa. Trata-se de condenar o gozo absoluto, condição para a emergência do sujeito civilizado.

No mito do assassinato do pai, contudo, não se costuma dar ênfase suficiente ao fato de que a vitória sobre o pai só pode ser obtida pelo grupo unido de irmãos. Isto quer dizer que a lei simbólica, a lei da cultura é algo que jamais poderá ser suportado por um único sujeito, mas, apenas, pela coletividade.

E o que nos apresenta a sociedade ocidental moderna? O deslocamento do lugar do Pai simbólico da instância divina para a Razão determina, na aurora da Idade Moderna, profundas transformações no laço social. Para o que nos interessa aqui, basta assinalar que a combinação do discurso capitalista e científico tem como efeito a instauração de um laço social no qual predomina a homogeneização do mercado de gozo que convoca a todos, igualmente, em um movimento de apagamento das diferenças tanto sexuais quanto geracionais.

No plano político, assistimos ao avanço sem precedentes do ideal democrático que tem como efeito tornar as relações sociais profundamente horizontalizadas. Neste ponto, o ideal que informa o laço social moderno exhibe toda a sua nocividade, já que a uniformização do gozo e a promessa de satisfação, o direito à satisfação e mesmo o dever da satisfação que deve alimentar, ininterruptamente, a espiral do consumo, resulta em profundas alterações sociais, inclusive no lugar concedido à criança e ao adolescente. Assim, o lugar tanto da criança quanto do adolescente se vê profundamente alterado. As crianças

sempre tiveram uma função bem precisa para cada cultura, função que, de modo geral, guardava relação com a preservação da comunidade. Havia, portanto, um sentido de verticalidade. Se ela era requerida, é porque havia um lugar que, em algum momento, e no tempo certo, lhe seria cedido por alguém. Na modernidade, com as pretensões de imortalidade e plenitude que acalenta, a criança é, ao contrário, requerida apenas como uma espécie de coroamento narcísico em uma vida já locupletada por satisfações várias. Ora, se esta é uma função que a criança pode realizar com louvor, já não é o caso quando se trata do adolescente, sob pena de não realizar a mutação psíquica necessária à sua própria autonomia.

O adolescente é aquele, então, que, na modernidade, não serve para nada, afora ser um consumidor. Disto decorre que, sem qualquer função social, não nos surpreende constatar que nenhum lugar lhe foi reservado. Para o adulto, ele se resume a um competidor, que, ademais vem lhe assinalar que seu tempo pode estar se esgotando. Diz-se que, na modernidade, não existem mais rituais de passagem. Não penso que seja bem este o problema. Se não há, hoje, rituais de passagem coletivos é porque, verdadeiramente, não há para onde passar. Isto, o adolescente terá de fazer sozinho e à sua própria custa, tendo como resultado o excessivo prolongamento da adolescência que presenciamos.

Assim, observamos que o drama moderno, para o adolescente, longe de se situar do lado da barra, ao contrário, se situa do lado do acesso. Em lugar de ser o efeito de uma metáfora mais ou menos bem sucedida de sua própria linhagem, seu ingresso na sociedade se faz mais por um processo metonímico que se esgota em si mesmo. Ele é apenas mais um que ali está, mas que poderia não estar. Um jovem usuário de drogas me explicou isto de forma muito eloquente. Sentia-se como alguém

que foi convidado para uma festa, não compareceu e ninguém notou sua ausência.

O ingresso na sociedade parece, nesse sentido, não portar nenhum efeito de metáfora. Uma sociedade assim constituída não tenderia a se tornar, ela própria, com o tempo, também adolescente? Entrevejo, nesta conexão, a adolescência como sintoma social. Será que, em lugar de uma perversão generalizada, como querem alguns, não se trataria, antes, de uma “adolescência” do laço social? O perverso, na verdade, sabe que a lei existe, sabe, também, onde ela está e, até mesmo, não pode prescindir dela para realizar seu gozo.

O que vejo acontecer à minha volta é, ao contrário, uma situação na qual se sabe que a lei existe, mas não se sabe onde ela está, o que determina um movimento transgressivo mais ao estilo adolescente, em que se transgride até o limite de fazê-la aparecer. Isto é o que unifica, hoje, a adolescência da periferia e a de classe média e que responde, para além de suas diferenças, pelas repetidas cenas de violência que ambas igualmente protagonizam. Assim, a energia pulsional mobilizada por esta etapa evolutiva, na ausência de contornos simbólicos que a signifiquem como potencialidade transformadora, transborda em atuações cuja violência exprime toda a força deste momento de ruptura.

Nesse sentido, entendo a adesão ao tráfico por parte de tantos meninos da periferia como a busca desesperada por uma lei poderosa e onipotente que, segundo o modelo do pai imaginário, lhe ofereça uma miragem de identificação possível ao traço de potência que o proteja do gozo primordial. O problema, justamente, é que o tráfico não forma grupo, mas horda e, desde esta posição do um a um, não se pode matar o pai, a não ser no real. O tráfico é, ao contrário, o fim da linha quando o sujeito, de fato, realiza o voto a que lhe destinou a comunidade dos homens na

qual imaginou que poderia entrar. Por isto, devem morrer aos montes, antes de atingir o destino. Por isto, a nostalgia que L. exhibe ao formular a fantasia de que, em lugar de crescer, possa apenas ir para um lugar distante e deserto, porque, se não for isto... é o pior. Neste sentido, a participação no tráfico tem, a meu ver, o mesmo lugar psíquico que a droga, na toxicomania: uma tentativa fracassada de emancipação finalizada por um mergulho no gozo do Outro.

Do lado da classe média, não podemos surpreender a mesma lógica de funcionamento na adesão incondicional a ideologias neonazistas onde a figura do líder encarna, de igual modo, o gozo da lei, obstruindo qualquer possibilidade de inscrição subjetiva singular?

A violência aí implicada é, por outro lado, muito distinta daquela que surge no contexto das gangues de rua, que têm mais o sentido de uma tentativa de construir um ritual de passagem pela via da prova mais radical e sem o concurso do Outro social, situação na qual a construção de um lugar no campo do Outro se reduz a uma mera demarcação de território. Este tipo de violência é, em sua inspiração, equivalente aos esportes radicais e ao uso não toxicomaniaco de droga. Com efeito, em que pese o risco envolvido, estas três últimas alternativas têm em comum o fato de apontarem para uma saída possível, ao transformarem o gozo mortífero que anima a adolescência em moção agressiva. Isto é o que tantos adolescentes querem significar com a expressão “adrenalina” com a qual justificam tantas passagens ao ato. Adrenalina, de fato, poderia ser uma figura muito precisa para o ponto máximo de tensão que a aproximação do gozo determina.

Contudo, não quero deixar a impressão, ao tratar este tema, de que acredito no aumento da violência na modernidade. No que acredito, sim, é em sua nova apresentação social decorrente,

em parte, do sentido de horizontalidade absoluta que, hoje, caracteriza, ideologicamente, o mundo ocidental que se institui sob o lema “igualdade, liberdade e fraternidade”. A estrutura social eficiente preconizada por Freud em “Psicologia das Massas” e “Análise do Ego” tinha o sentido da verticalidade, dominada pela figura do líder por cujo amor os indivíduos se identificavam entre si. A mesma estrutura previa, ainda, o elemento estranho ao grupo, o inimigo a ser odiado em benefício da coesão grupal.

Em tempos de direitos humanos e democracia que, felizmente, protege de nossa sanha destrutiva, negros, mulheres homossexuais e usuários de drogas em geral, a violência inerente às relações sociais, uma vez sem foco, tende a se espalhar pelo tecido social. Por outro lado, a inexistência dos rituais coletivos de passagem que possam dar um contorno de prova coletiva ao trauma e à violência do processo de inscrição simbólica, contribui para tornar o adolescente o ponto de convergência do mal-estar social de uma civilização que se pretende vitoriosa e feliz ao limite da euforia.

A inexistência de rituais coletivos de passagem que venham dar um contorno de prova coletiva ao trauma do processo de inscrição simbólica contribui para tornar o adolescente o ponto de convergência do mal-estar social. A este, só resta inventar rituais solitários que, por definição, não fazem laço, gerando uma sociedade que se conta no um a um.

Diante do exposto, podemos indagar sobre o destino que nos aguarda. Aqui, só nos resta, diante de pequenos indícios, construir modestas hipóteses. O provável é que estejamos vivendo um momento de crise e de passagem para uma nova ordem, um novo pacto social. Não sabemos quanto fôlego terá, ainda, a Imago paterna para promover uma restauração da verticalidade assentada no pai.

De minha parte, visualizo quatro possibilidades, três delas vinculadas a uma manutenção ou retorno da figura do pai como suporte da Lei.

Deter-me-ei apenas na quarta possibilidade que diz respeito, diretamente, à passagem adolescente. Trata-se da alternativa de que sigamos avançando em direção a um laço social que, ao contrário do que pensava Freud, possa prescindir tanto do poder do pai quanto do inimigo, como fatores de coesão grupal, fazendo a autoridade emergir mais diretamente do grupo fraterno. Utopia? Talvez. Mas, aqui, penso que a Psicanálise e, sobretudo, a partir de Lacan, poderia dar uma enorme contribuição, pelo menos no plano das ideias. Nesta perspectiva, retomo o significativo autoridade, para assinalar, em sua etimologia, a dimensão de autoria e apontá-la como objeto de uma construção subjetiva na qual o reconhecimento, a legitimidade e a liberdade dão o tom, conforme proposta de Martine Lerude. Como construir, então, na modernidade, em meio a tanto apelo ao gozo do objeto, a autoridade portadora, a um só tempo, do limite e da liberdade? Como fazer valer a articulação essencial do desejo com a lei? Nada posso afirmar sobre isto, mas o acaso me proporcionou tomar conhecimento de uma forma de organização social que me parece conter alguns elementos inovadores.

Trata-se da Associação Internacional de Estudantes de Ciências Econômicas e Comerciais (AIESEC), uma organização internacional de estudantes universitários e recém-graduados, surgida na Europa, na esteira da destruição promovida pela Segunda Guerra Mundial, com a missão de promover o intercâmbio e a tolerância entre os povos e, ainda, desenvolver as potencialidades humanas e o espírito de liderança. Presente, atualmente, em mais de cem países e em cerca de 1700 universidades, reúne mais de 44.000 universitários de todas as par-

tes do mundo. Reconhecida, pela UNESCO, como a maior organização totalmente gerida por jovens do mundo, a AIESEC tem como objetivo estimular, através do trabalho nos escritórios da própria organização e de intercâmbios de natureza profissional, a descoberta e o desenvolvimento pessoal e profissional de seus membros para que impactem positivamente a sociedade.

Com tal objetivo, desenvolve dois programas: o primeiro realiza intercâmbios profissionais sob a forma de estágios em empresas parceiras, ao redor do mundo. O segundo programa realiza intercâmbios na área de projetos sociais, em parceria com ONGs e organismos internacionais.

Uma vez aceito na instituição, o jovem segue um percurso balizado por diretrizes gerais que deixam ampla margem para a singularidade de cada um. Assim, o grau de envolvimento com a organização, a escolha do tipo de programa a ser realizado, o número e a duração dos intercâmbios, o momento de realizar o intercâmbio, tudo isto segue a possibilidade de cada membro. Há toda uma preparação que é providenciada por membros da AIESEC do país de origem e do país de destino, que abarca tanto os aspectos práticos quanto emocionais.

No retorno de cada experiência de intercâmbio, o sujeito deve dar provas aos demais membros do país de origem, sobre o impacto que causou no mundo.

Ressalto alguns pontos da estrutura da AIESEC:

1º O fato de constituírem um grupo que é, por sua natureza, de passagem e que não se sustenta na adesão imaginária em torno de uma causa ou da paixão de um objeto.

2º A falta de referência ao pai fundador cuja memória seja cultuada com devoção.

3º A proposta de desenvolver a qualidade de liderança em todos os participantes, preparando-os para assumir um lugar de protagonismo no mundo.

4° O treinamento e a preparação dos novos membros pelos próprios pares.

5° A reunião, em seus dois programas de intercâmbio, das duas vertentes que dividiram ideologicamente a modernidade em direita e esquerda e o respeito pela opção individual de inscrição simbólica, propondo uma reunificação do grupo fraterno.

6° A relação diferenciada com o mercado do gozo, ao propor um laço social baseado nas trocas simbólicas, através da valorização da diversidade cultural.

7° Finalmente, a energia com que cavam novas parcerias para criar vagas de intercâmbio para um número cada vez maior de intercambistas.

Seu discurso é marcado pelo uso insistente do significativo impacto, que evocam para falar de sua proposta. Querem causar impacto positivo no mundo. Descrevem as experiências em outros países através do quanto de impacto causaram e do quanto foram impactados por elas.

Frente à inexistência, na modernidade, de lugares para onde passar e de rituais coletivos de passagem, o significativo impacto me pareceu especialmente significativo. Segundo o Dicionário Aurélio, impacto é, em sua primeira definição, “metido à força”, mas também: “ponto de penetração de um projétil” e “choque, colisão”.

Minha hipótese é que a AIESEC se credencia como um verdadeiro ritual de passagem moderno, realizado não mais por uma convocação da juventude por parte de um Outro social que precisa dela, mas, ao contrário, pela própria juventude que se organiza para penetrar à força de seu próprio desejo. Com efeito, como aiesecers, conseguem ultrapassar uma barreira a partir da qual a inscrição simbólica portadora de sua singularidade se torna possível.

Essa proposta parece seguir, então, a trilha de Lacan, quando diz que o analista se autoriza de si mesmo e de alguns outros. Não seria esta uma forma moderna de construção possível da autoridade, em seu verdadeiro sentido de autoria?

Na lógica do império americano, a ideologia do *self made man* vem advertir que a sociedade não precisa de você até que você prove que ela precisa. É você, por sua conta e risco, que deve criar seu próprio lugar e se autorizar a passar. Daí os rituais de passagem modernos serem, sobretudo, individuais e não fazerem laço. O que a AIESEC propõe é substituir o “você” pelo “nós”. Eles não precisam de nós, até que provemos que precisamos. É uma aposta que faz laço.

O termo filiação designa a inscrição simbólica em uma linhagem e indica um sentido de verticalidade. Seria possível pensar em uma filiação, sobre a base de uma horizontalidade, como a AIESEC parece propor, sem referência a um pai? Talvez, se pudermos avançar substituindo as insígnias do pai pelas insígnias do grupo fraterno enquanto tal, alcançando uma verticalidade que se realiza não na família, mas na história.

O significativo impacto, por outro lado, me traz de volta os meninos da periferia. Não seria uma tentativa vã de causar este mesmo impacto todo o exercício da violência que exibem? Sem os recursos da classe média, até que ponto esta violência se credencia, realmente, a causar impacto, se a sociedade se limita a devolvê-la, apontando o lugar do mal-estar como única possibilidade? O impulso adolescente, ali, não faz pacto, resultando, sempre, em uma colisão desesperada e mortífera para o próprio sujeito.

Que rituais coletivos de passagem seriam possíveis no sentido de favorecer o percurso desses adolescentes em direção à inscrição simbólica na comunidade humana? Difícil dizer. Essa é a grande reflexão que ora se impõe aos gestores de polí-

ticas públicas para a adolescência. Seja como for, seguindo as ideias contidas neste trabalho, acreditamos na partilha desta responsabilidade com os próprios adolescentes, em um movimento de ceder lugar que tem como finalidade fazer do ritual de passagem moderno, ao contrário de, simplesmente, um modo de adentrar na comunidade humana, um caminho para construí-la.

REFERÊNCIAS

- DOLTO, Françoise. **A causa dos adolescentes**. São Paulo: Idéias&Letras, 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913 [1912-1913]). In:_____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 13.
- FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização (1930 [1929]). In:_____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 21.
- LACAN, Jacques. **O seminário livro IV: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. cap. XII e XIII.
- LACAN, Jacques. **O seminário livro V: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. cap. VIII a XI.
- LACAN, Jacques. **Complexos familiares**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- LERUDE, Martine. Mas o que é que constitui então autoridade? In: MELMAN, Charles et al. **Adolescente sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009. p. 11-32. (Coleção O Tecelão).
- MELMAN, Charles et al. (Org.). **Adolescente, sexo e morte**. Porto Alegre: CMC, 2009. (Coleção O Tecelão).
- MELMAN, Charles. **O homem sem gravidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

EM NOME DO PAI: MAS ONDE ESTÁ O PAI?

Lena Lois

Este trabalho apresenta o tema da adolescência e sua relação com a figura do pai através de observações recorrentes nos casos atendidos pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)¹ e sua interface com a leitura da Psicanálise. Pretendo, aqui, discutir um pouco sobre as relações entre jovem, lei e Programa de Proteção.

O trabalho com adolescentes ameaçados de morte incluídos no PPCAAM vem trazendo questões complexas a respeito das relações parentais, sobretudo em relação ao lugar que a figura do pai, ou, melhor dizendo, a função paterna ocupa no contexto de famílias de baixa renda com adolescentes e jovens envolvidos com substâncias psicoativas. Este trabalho também nos provoca a pensar que, inevitavelmente, programas desta natureza assumem o lugar da lei e da interdição que um dia falharam dentro da perspectiva familiar.

É importante situar que o público usuário do PPCAAM é formado, em sua maioria absoluta, de adolescentes e jovens afro-descendentes oriundos de famílias de classe socioeconômica baixa e com uma composição doméstica que revela a fi-

¹ Criado em 2003, e instituído oficialmente por meio do Decreto 6.231 de 11 de outubro de 2007, constitui-se em uma das estratégias do Governo Federal de enfrentamento à letalidade de crianças e adolescentes ameaçados de morte em território nacional.

gura do pai como ausente, omissa, ou mesmo completamente desconhecida, e que seu objetivo é proteger crianças e adolescentes que se encontram em situação iminente, real e física de ameaça de morte. Suas principais ações são retirar a criança/adolescente do local em que existe a ameaça de morte, majoritariamente, com seus familiares, e inseri-los em local seguro na perspectiva de oferecer proteção integral.

Embora o objetivo esteja claro quanto à questão da proteção à vida, a prática desta atividade aponta para muitas direções diferentes que, se não consideradas, dificultam o entendimento e o sucesso de seu objetivo primordial. Como não seria possível tratar de todas em um único artigo, focarei na função paterna como item fundamental na organização do sujeito e que aparece nas relações dos protegidos com as regras do PPCAAM e dos profissionais que conduzem o trabalho.

No momento de ingressar no Programa, seja acompanhado pelo responsável legal seja por meio institucional, ocorre o esclarecimento sobre as regras e as consequências da quebra das mesmas: a saber, desligamento do Programa e devolução à porta de entrada, ou seja, ao local configurado como de risco de morte.

O PPCAAM aparece aqui como última instância de lei. Quando o jovem é retirado de seu local de ameaça, ele passa a conhecer as regras de um Programa que prevê uma série de privações de direitos para garantir um direito maior que é o direito à vida. Mas será que isto é suficiente para dar conta de recuperar a relação com a Lei necessária para o convívio em sociedade e para o posicionamento do sujeito? ou estamos, outra vez, diante de mais uma lei que irá fracassar?

Ao escutar as regras para a inclusão, que vão desde o sigilo absoluto sobre o PPCAAM e sobre sua história de vida, até o impedimento do uso de celular, internet, redes sociais, etc.,

o percentual de aceitação é alto. Possivelmente, movidos pelo medo da morte, estes adolescentes e jovens consideram possível submeter-se a uma lei. Entretanto, uma vez estabelecidos e instalados em sua nova realidade, as questões relacionadas às interdições começam a aparecer.

Sabemos que a adolescência é, por definição, uma das fases do desenvolvimento humano definida como aquela que se encontra entre a infância e a vida adulta e se caracteriza por diversas alterações físicas, mentais e sociais. O trabalho de acompanhamento destes adolescentes e jovens incluídos no Programa não deve desprezar este fato e, menos ainda, atribuir qualquer uma de suas atitudes a seu histórico de envolvimento com relações ilícitas. Isto poderia ser leviano e preconceituoso.

Entretanto, não se pode perder de vista de que há, na história desses sujeitos, o dado relevante de que, aos doze, treze ou quatorze anos de idade, eles já manipularam armas de fogo, já cometeram roubos e homicídios e, algumas vezes, já possuem comprometimento psíquico pelo uso contínuo de substâncias psicoativas.

Quando o modo de inclusão se dá através da família de origem, fica mais evidente ainda a necessidade de observar e trabalhar as relações, uma vez que se percebe que a questão da lei já aparece esgarçada. Dificilmente os protegidos do Programa demonstram ver na figura do pai a possibilidade de uma referência de lei, o que dificulta a aceitação das regras, além de colocar o PPCAAM no lugar da instância que dará conta de recuperar a relação deste sujeito com o limite e a interdição.

Nas relações familiares desse público, a palavra, aqui entendida no sentido de diálogo, não se faz presente. A desordem estrutural apresenta um pai que, quando aparece, não é como limite, estabelecimento de ordem ou exemplo de conduta moral.

A partir do momento em que a palavra, vista aqui como troca e diálogo em uma relação familiar, não existe ou nunca foi priorizada, se faz pertinente pensar que o posicionamento do jovem vai passar pelo ato e não pela fala. Quantas vezes, nas entrevistas iniciais, o jovem “trava” e não consegue falar, abaixa a cabeça e não dialoga e, quando fala, relata ações e não reflexões sobre o seu lugar em meio ao tráfico.

Quando as estruturas sociais são reais, os atos serão simbólicos. Assim, convém considerar que o envolvimento com atos ilícitos, sobretudo o uso de substâncias psicoativas entre adolescentes e jovens é altamente simbólico. Arrisco-me a dizer que a droga entra como significação simbólica para aceder àquilo que importa para o sujeito: um lugar social de reconhecimento e uma organização que o situa em alguma lei clara.

A escala de poder do tráfico é muito bem desenhada, as regras são muito bem definidas e as consequências de suas transgressões chegam ao preço da própria vida.

Para Winnicott (2000), se a família é capaz de suportar o indivíduo e sua destrutividade/criatividade, ela se torna o lugar de referência e suporte para a criança e o adolescente para que eles possam aprender a “transgredir o código social”, podendo, com isto, criar seu próprio código através da atualização do aprendizado infantil. Isto nos faz entender que a transgressão é um ato esperado como exercício de afirmação, mas que o fato de existir um “porto seguro” dá ao sujeito a possibilidade de repensar seus atos. Não é o que vem acontecendo com os protegidos pelo Programa.

Sabe-se que problemas com a autoridade paterna podem ser deslocados para condutas antissociais. O jovem criado em um meio sem noção de lei poderá buscar na transgressão uma identidade ou mesmo um espaço para se fazer notar ou para ocupar um lugar de reconhecimento social. Neste sentido, a

organização do tráfico de drogas vem aparecendo, no cenário contemporâneo, como uma possibilidade de conviver com regras, hierarquias, leis e linguagens paralelas que ratificam uma comunicação marginal, no literal sentido daquilo que está à margem, bordeando uma sociedade “oficial” da qual não faz parte.

Embora tenhamos conhecimento de que a função paterna não se limita à figura do pai em pessoa, a inscrição paterna está referida a uma lei simbólica, aquela capaz de interditar o sujeito e produzir nele um efeito de corte, lançando-o em novas significações.

Entretanto, a que novas significações poderá ser lançado o jovem que convive em um ambiente hostil em que se vê entregue à própria sorte e não tem no pai uma referência ou um modelo positivo de sucesso?

A presença da autoridade, seja esta real ou simbólica, garante o funcionamento das relações familiares e a formação de um vínculo e de laços familiares que permitam a boa relação entre os pares. No caso dos protegidos pelo Programa, o grande desafio é encontrar o fio condutor que leva ao resgate da compreensão sobre o significado social das relações e da lei como elemento temporizador dos laços sociais.

É importante considerar que, na maior parte dos casos, identificamos famílias que não querem acompanhar o adolescente ou jovem, sinalizando uma desistência desta relação, decisão esta, muitas vezes, dita na frente da pessoa: “Eu não vou. Tenho que cuidar de minha vida”; ou “Prefiro que ele vá sozinho... depois... pode ser”.

Então, se, por um lado, falamos da presença da autoridade como fundamental para garantir o funcionamento das relações, por outro, se faz necessário que esta autoridade queira e se veja neste lugar, caso contrário, será necessário trabalhar com este sujeito na direção de torná-lo protagonista de um novo

modelo e de uma nova perspectiva de afeto, a partir de uma nova compreensão de seu lugar social.

Paralelo a isso, na sociedade atual, o discurso e o lugar do sujeito é atravessado pelo ter; ter para ser reconhecido; ter para fazer parte de algum grupo; ter para ser aceito. Esta nova ordem da linguagem universal do bem material não é privilégio das classes médias altas.

Como aponta Charles Melman (1992), pode-se notar que as pessoas são lançadas no desejo do que elas não podem ter, fazendo surgir o imperativo, *aí onde tu tens, também eu quero ter*. Esses jovens supõem que qualquer objeto pode saciar as suas necessidades. Os desdobramentos infundáveis dos pedidos que eles fazem (comida, dinheiro, roupa, acessórios) mostram que não é um objeto qualquer que buscam. Uma vez não atendidos em suas expectativas, apresentam, muitas vezes, reações de agressividade e negativismo.

Possivelmente reside nestas questões a busca do tráfico como forma de “dinheiro fácil e rápido”. Mas, interessa-nos perguntar o que aparece nos interstícios da função paterna e que pode estar referido à realização de uma transgressão. Mais ainda: a lei que falhou na figura paterna é substituída pela do traficante e pelas leis do tráfico que deixam bem claras as regras, os limites, as punições, chegando, inclusive, ao extremo da própria vida?

Referindo-me, agora, a alguns casos atendidos, é curioso, para não dizer extremamente danoso, perceber no discurso da família uma conveniente negação sobre o histórico do filho ou filha. São flagrantes na entrevista, as pistas dadas sobre seu envolvimento com traficantes e com o uso de substâncias psicoativas, ao mesmo tempo em que fica evidente uma suposta negação ou “cegueira” conivente dos pais (sobretudo das mães) que chegam a verbalizar: “Não percebi nada”.

Quando isso chega às vias do aparecimento de uma quantia de dinheiro em casa, cuja origem não é questionada, fica mais flagrante ainda que esta demanda pelo imediato e pela possibilidade de fazer parte da sociedade do ter é uma linguagem aceita ou mesmo subliminarmente incentivada em casa. E isto nos reporta, mais uma vez, a valores, leis e modelos.

Como, no lugar de um Programa que assume, temporariamente, o acompanhamento desse sujeito já com doze, treze ou quatorze anos de vida, conseguiremos representar para esta pessoa uma reinvenção de modelos?

Segundo o guia do PPCAAM:

A participação da família é peça essencial no sucesso da proteção, principalmente considerando que são muitos os casos de crianças e adolescentes que chegam à situação de ameaça a partir de um núcleo familiar fragilizado. (BRASIL, 2010, p. 56)

Constatar, entre uma teoria que defende uma situação ideal de convívio e a garantia de direitos (baseados, inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente), a difícil prática de tornar isto possível também é trazido pelo mesmo guia:

[...] ao se deparar com um filho ameaçado de morte, que necessita ser deslocado para outra região, às vezes para outro estado, muitas famílias têm dificuldade de compreender e aceitar essa realidade, pois significa, da mesma forma, ficarem privadas de alguns de seus direitos. Além disso, há uma tendência natural dos pais de responsabilizarem exclusivamente o adolescente pela situação, eximindo-se de qualquer parcela no que tange à trajetória que o conduziu até a ameaça de morte. Nesse sentido, há que sensibilizar essa família e tomá-la como aliada na ação de proteção, oportunizando também para ela novas perspectivas de vida. (BRASIL, 1990, p. 56)

Essa lida diária com os protegidos pelo Programa a partir de uma perspectiva da lei que falhou e o fez refém das drogas e do tráfico é tarefa muito delicada. As inquietudes próprias desta fase da vida se veem aprisionadas e demandadas por reflexões do tipo: Quem é você? O que você deseja para sua vida? Quais são seus interesses? Perguntas difíceis de responder para quem teve um exemplo de uso da palavra quase sempre voltado para a desqualificação do sujeito: “Não presta”; “Só dá trabalho e desgosto”; “É uma desgraça na minha vida”.

Ressignificar a família ou mesmo reconsiderar seu lugar no mundo prescindindo de sua família de origem e colocando em seu lugar outros elementos que façam sentido, não é objetivo do PPCAAM, mas, como sinalizei no início deste ensaio, sem considerar todos os elementos subjetivos que envolvem o sujeito, fica impossível ajudá-lo a reconstruir a trama de que foi feita sua vida, um dia esgarçada por tanta vulnerabilidade social e tanta ausência de afetos e leis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM**. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/infjuv/documentos/midia/publicacoes/cartilhas/criancaeadolescente/PPCAAM_livro.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização (1930 [1929]). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 21.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu (1913 [1912-1913]). In:_____.

Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. 13.

MELMAN, C. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania:** uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

WINNICOTT, D. W. A tendência anti-social In:_____. **Da pediatria à psicanálise:** obras escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

ENTRE ROUBAR E TRAFICAR: OS SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR UM ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Joelma Oliveira da Silva; Antônio Marcos Chaves

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões sobre a prática infracional de um adolescente em conflito com a lei. Estas reflexões representam um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada *Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade* (SILVA, 2009). Nesta, buscou-se investigar os sentidos construídos sobre o ato infracional e a privação de liberdade por adolescentes que se encontravam cumprindo Medida Socioeducativa de Internação (MSEI).

Para atender ao objetivo proposto, será utilizado o caso de um adolescente, Iran, que se encontrava privado de liberdade em uma instituição designada para o cumprimento de medida socioeducativa, na cidade de Salvador-Ba. No período em que foram realizadas as entrevistas para coletas das narrativas, Iran tinha 19 anos de idade e se encontrava na Instituição há um ano e oito meses.

Iran é aqui tomado como representativo da adolescência brasileira que infraciona. Com extenso histórico de infrações, que vão desde o furto, passando pelo tráfico de drogas até um homicídio, foi sentenciado à privação de liberdade e conduzido para a instituição de internação.

O adolescente inserido no universo de transgressão sociolegal nos possibilita refletir sobre uma existência específica de adolescência que se constrói e se revela no contexto da sociedade brasileira. Uma adolescência que rompe com o pacto social estabelecido a partir de normas e regras de conduta que asseguram a convivência pacífica e, supostamente, harmoniosa da sociedade.

E mais, quando esse adolescente se encontra privado de liberdade, as reflexões remetem, ainda, a um sujeito que está inserido em um sistema regido, no âmbito legal, por um discurso socioeducativo, mas que, na prática, revela as dificuldades e impasses de atuação em uma lógica que fuja àquela repressiva/punitiva. A prática se revela divergente do que está preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as unidades de internação, em sua grande maioria, acabam por reproduzir as mazelas do sistema prisional, submergindo os adolescentes em um cotidiano de desumanidades, ócio, violências, apenas para citar alguns dos problemas (BOMBARDI, 2008; COSTA, 2005; SILVA, 2009; VOLPI, 2001).

A TRAJETÓRIA DE IRAN: SOBRE QUEM ESTAMOS FALANDO?

Na busca pela compreensão dos sentidos construídos pelo jovem, faz-se necessário contemplar sua trajetória de vida. Apresentamos a seguir um recorte da trajetória de Iran, iniciada momentos antes de sua entrada no universo de transgressão.

Iran nasceu e foi criado em um mesmo bairro na cidade de Salvador e, até os 13 anos de idade, residia com sua mãe “*de criação*”, com a qual tinha um bom relacionamento.

– [...] *Foi uma infância boa mesmo, que tive carinho, muito amor, tinha o que eu queria, como uma criança normal, gostava*

mesmo de estudar, jogar futebol, empinar pipa... Tudo na vida que uma criança gosta aí de fazer.

Iran narra que sua vida começou a mudar quando sua mãe faleceu. As mudanças que ocorreram a partir deste momento, fazem Iran caracterizar este período da seguinte forma. - *[...] Aí foi a morte de minha mãe de criação... aí, mudou tudo, des-sabou.* Mais adiante, ele afirma: - *[...] Aí tudo foi correndo péssimo.*

Com o falecimento da mãe, Iran passou a morar com a irmã e sua família (marido e filhos). O jovem relata que o cunhado era um importante traficante no bairro e que, certo dia, ao voltar com sua irmã e sobrinhos da Igreja, foram abordados por homens, segundo Iran, policiais. Nesta abordagem, seu cunhado e o filho que ele carregava no colo foram executados.

- *[...] Aí na volta pra casa, véi, um carro preto com quatro homens encapuzados já chegaram atirando, já. Aí, minha irmã conseguiu abraçar minha a sobrinha, aí meu cunhado, véi, abraçou o meu sobrinho pra proteger ele também, mas eles foram baleados. Meu sobrinho, na cabeça, e meu cunhado foi fuzilado, assim, em várias partes assim do corpo.*

Os sentimentos que este fato desperta em Iran são de revolta, sensação de impunidade, ódio em relação aos policiais e culpa. Este último encontra justificativa no fato de que costumava cuidar das crianças na ausência da irmã e do cunhado e, neste dia, havia ido ao treino na escola de futebol obrigando a irmã levar as duas crianças para a igreja.

- *[...] Foi uma coisa que revoltou porque era o sobrinho assim que eu amava muito, eu ia dar a minha vida... Aí eu penso que se eu tivesse em casa ela podia deixar eles comigo e ia e creio que se eu tivesse em casa meu sobrinho poderia tá vivo hoje.*

Após a morte do cunhado, Iran, a irmã e a sobrinha passaram a enfrentar dificuldades financeiras. O pai já não podia ajudá-los e a irmã estava desempregada. Iran narra um período de fome e dificuldades que o impediam de ter coisas como [...] *roupas e sapatos bonitos*. A solução encontrada por Iran foi a inserção no universo da transgressão sociolegal. Assim ele resume suas primeiras motivações:

– [...] mas também fui induzido, que era imaturo, ainda não sabia assim muitas coisas da vida... E, também, tinha aí meu cunhado que era traficante e eu via ele com muito dinheiro também, que era dinheiro fácil que ele arrumava, com muita gente em cima dele também... Ele era o tal do ‘bam-bam-bam’, que todo mundo gostava dele, né? Aí, foi isso que me levou à vida do crime, também... A necessidade também, que eu já passei fome já e fome é uma coisa horrível que eu não desejo nem para meu pior inimigo.

Diante dessas motivações, Iran aceitou o convite de um colega para realizar um assalto. Foi a sua primeira infração e quando passou a se considerar [...] *um ladrão*. O jovem narrou este episódio sorrindo: foram assaltar uma banca de apostas utilizando uma arma, que haviam conseguido emprestada, sem balas. Roubaram seiscentos reais.

– [...] a gente foi lá, tinha um cara só, a gente meteu a arma na cara dele, pegamo o dinheiro tudo e depois a gente se saiu. Foi o mais fácil. Um três dois... Um trinta e dois sem bala.

O “dinheiro fácil”, “a adrenalina” e a “fama” fizeram com que ele tomasse “gosto” pelo ato infracional. Iran diz que a este roubo se seguiram muitos outros, de forma rápida. Relata que conseguiu muito dinheiro com assaltos, mas que este tipo de atividade também representava estar exposto a muitos riscos.

Assim, decidiu que o tráfico de drogas seria a melhor solução. Sobre sua entrada no tráfico, por considerar uma atividade menos perigosa, Iran afirma:

– [...] É. Porque você ganha dinheiro sentado. Você não vai pá pista... Quando você vai roubar (gagueja) você vai com a intenção de trazer o dinheiro. Você sabe que você pode não voltar. Você tá arriscado morrer ou a matar ou ser preso... E o tráfico não. Você tá na favela, você conhece tudo, vem o usuário, você vende a ele, você some de beco em beco, aí fica mais fácil... A população também dá aquela ajuda também, né?

A entrada no tráfico se deu sem o apoio do maior traficante do bairro na época. Figura respeitada, carismática, considerada por Iran como um legítimo “representante do crime” e por quem tinha muito afeto. Os conselhos do traficante não foram suficientes para dissuadir Iran do propósito de se tornar também um traficante. Ele, então, passa a vender as drogas e a servir como vigilante, para o grupo.

Iran revela que o envolvimento com o tráfico gerava um dinheiro “fácil” e “maldito”.

– [...] Aí vem aquele dinheiro fácil, fácil, fácil, aí você vai gostando, aí vai gastando com cerveja, se você é usuário e tiver cocaína você vai cheirar, que vai beber também. Fora as mulheres, também que cresce o olho, aí sabe que você tá podendo, que você tá com dinheiro, tudo, aí fica na empolgação... Você vai pra festa, curte, usa drogas e aí não pensa no amanhã. Você gasta tudo ne uma noite. Aí quando você não tem mais dinheiro aí vamo sair pra roubar, aí você vai, né?

O tráfico passou a ser intercalado com roubos e foi em decorrência de um desentendimento em um dos roubos que ele cometeu o homicídio, o assassinato de um dos parceiros, ato infracional que o conduziu à privação de liberdade. Segundo

Iran, após um assalto, houve um desentendimento relacionado à divisão do dinheiro entre o mentor do roubo, Iran e outro colega. Diante disto, Iran e o colega passaram a ser ameaçados de morte e, em defesa de suas vidas, praticaram o homicídio.

– [...] A gente foi assim pelos cantinhos, ele não viu a gente, aí quando ele observou a gente já tava perto demais. O meu colega defragrou logo um tiro entre o rosto dele e deu mais um no peito dele e eu aí dei o resto. Tinha seis balas no tambor. Eu dei quatro tiros nele na cabeça e o resto falhou. Aí corri.

Iran ficou foragido por cinco dias e se entregou depois que a irmã interveio.

DO ROUBO AO TRÁFICO: PERSPECTIVAS DE PROGRESSÃO NO CRIME

Através da análise das narrativas de Iran, pode-se perceber que sua participação no universo de transgressão sociolegal é significada a partir dos motivos, atribuídos por ele, para o início e a permanência na prática infracional.

Antes de apresentar tais motivações é necessário pontuar que acreditamos não ser possível estabelecer relações lineares e deterministas entre os possíveis elementos apresentados na narrativa do jovem e o cometimento de infrações. Ou seja, diante da complexidade do fenômeno e das múltiplas possibilidades de organização subjetiva dos indivíduos, seria leviano apontar uma causa exclusiva capaz de motivar a prática infracional.

Além disso, a prática do ato infracional não pode ser concebida como estando circunscrita ao campo dos determinantes biológicos. Não se trata, portanto, de apelar ao “inatismo” e à consequente “patologização” da ação delituosa. Ao contrário, as reflexões sobre a entrada e permanência no universo de

transgressão sociolegal devem ser referenciadas no campo das relações sociais, históricas e culturais nas quais os sujeitos se constituem de forma dialética, ativa.

Não há, portanto, a concepção de que o sujeito que infraciona é passivo e determinado por fatores inatos no desenvolvimento de suas práticas. Ele se constrói nas relações sociais. Logo, suas motivações derivam da dinâmica dialógica e relacional capaz de engendrar elementos constituintes dos sentidos produzidos por cada sujeito. Para González Rey (2004), a categoria do sentido subjetivo se associa a um conjunto de experiências tanto objetivas quanto subjetivas e que se integram na constituição dos sentidos. Entretanto, o autor adverte que estes sentidos não podem ser tomados como um reflexo direto destas experiências.

Diante da história de vida de Iran, é possível questionar de que forma os diferentes elementos que emergem em sua narrativa vão se constituindo em sentidos acerca do cometimento de infrações. Faz-se imprescindível, neste caminho, atentar para o que o jovem apresenta como contexto para a sua primeira prática infracional.

Assim pode ser resumido o contexto econômico e afetivo no qual Iran foi imerso após o assassinato de seu cunhado: privações materiais; revolta diante da morte do sobrinho e acentuada fragilidade emocional de sua irmã, que a conduziu à tentativa de envenenamento dela mesma, da sua filha e de Iran. Isto posto, facilita a compreensão dos motivos apresentados pelo jovem para a entrada no universo de transgressões. Ao narrar, Iran desvela uma conjuntura de motivos tanto emocionais quanto de ordem material.

– [...] A primeira vez que eu cometi um ato infracional foi aos 16 ano. Eu tava um pouco revoltado mermo. Minha irmã tava desempregada e eu queria ter roupa bonita, queria andar

na moda, queria andar com, véi, dinheiro... Meu colega me chamou pra gente fazer um, véi, furto... um, véi, roubo a mão armada. A gente foi, ganhou (gagueja) seiscentos reais. Aí a gente dividiu o dinheiro e eu tomei gosto... Dinheiro fácil é... adrenalina, fama, né?

A prática infracional como via de acesso a bens de consumo surge em alguns estudos como uma realidade que passa a história de adolescentes autores de atos infracionais (BOMBARDI, 2008; GRAMKOW, 2007; JOST, 2006; PEREIRA, 2002). Pode-se afirmar que o desejo de Iran por “*andar na moda*” e ter dinheiro se assemelha à vontade de muitos outros sujeitos imersos no modo de vida capitalista. Neste, possuir objetos valorizados socialmente, ter dinheiro e com ele realizar desejos, implica em ser alvo de um reconhecimento social, de acordo com Bombardi (2008, p. 104):

O sentimento pessoal pode ser de sucesso ou de poder, se tiver objetos valorizados; ou de fracasso, caso não possa obtê-los. Esses sentimentos mobilizam o sujeito para a necessidade de obter renda: através do mercado de trabalho ou cometimento de infrações.

Iran buscou a segunda via.

Entretanto, é possível notar que, antes mesmo do primeiro ato infracional, o jovem relata já apresentar motivos para o interesse pelo universo de transgressão – os benefícios da transgressão corporificados em seu cunhado, traficante de drogas, como já citado.

– [...] E, também, tinha aí meu cunhado que era traficante e eu via ele com muito dinheiro também... que era dinheiro fácil que ele arrumava, com muita gente em cima dele também. Ele era o tal do ‘bam-bam-bam’ que todo mundo gostava dele, né? Aí, foi isso que me levou à vida do crime também...

Associadas a esta fala, há um conjunto de colocações situadas na narrativa de Iran que tornam possível pensar em outra dimensão mobilizadora para a prática infracional: a busca pelo reconhecimento do outro. Reconhecimento que implica em ser valorizado, querido, ser o “bam-bam-bam”. E a história familiar de Iran mostra que, para ser querido pela comunidade e pelos parceiros, seria preciso ter dinheiro e poder; dimensões alcançáveis pela via do delito.

Somados à revolta, ao desejo por bens materiais e ao modelo de identificação do cunhado, Iran também apresenta como motivos para infração as privações alimentares pelas quais passou com sua irmã e sobrinha. Assim, ele narra que:

– [...] A necessidade também, que eu já passei fome já e fome é uma coisa horrível que eu não desejo nem para meu pior inimigo. Fome eu acho que ninguém merece fome. Você acordar de manhã e não ter nada pra tomar café e entrar em desespero, você acordar e vê aquela pessoa ali chorano, vê uma menina pequena ‘ah, eu quero isso, quero aquilo’, dói no coração.

É importante ressaltar que “esses elementos vão se constituindo como sentido subjetivo só em sua relação necessária com outros elementos que aparecem na delimitação de uma zona de experiência do sujeito através de sua história pessoal” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 139). Desta forma, Iran busca na prática do delito a via de realização dos seus desejos, a reconfiguração de seus sentimentos e a garantia de condições melhores de vida para sua família.

Entretanto, logo no primeiro delito, Iran se defronta com elementos de ordem subjetiva e que vão se constituir em importantes motivos, ao longo de sua experiência infracional, a “adrenalina” e a “fama” expressas no trecho:

– [...] e eu tomei gosto... Dinheiro fácil é... adrenalina, fama, né?

Pode-se afirmar que há uma dimensão implícita na busca pela fama que se traduz pela busca, também, de poder. Gramkow (2007) aponta que, nas histórias de adolescentes que transgridem, os sentidos de transgredir para ter dinheiro também implicam em sentidos de pertencer e ter poder. Para Bombardi (2008), a busca pelo Ser através do poder cria no jovem autor de infrações a sensação de reconhecimento social e é, em essência, a busca pela visibilidade.

A própria forma como Iran narra sua história, enfatizando tais elementos ao longo da progressão na prática infracional, conduzem à percepção da sedução que a “vida do crime” despertava no jovem. Durante a escuta de sua narrativa,¹ por exemplo, Iran sorri todo o tempo balançando a cabeça positivamente, como se aprovando o próprio espetáculo por ele protagonizado. Chega, até, a afirmar, ao final de uma das entrevistas, acerca da sensação de contar a sua história: – “[...] Tô até parecendo uma pessoa importante, um artista”; e sorri.

Retomando a história narrada, faz-se necessário pontuar que o roubo não permaneceu por muito tempo como a única atividade exercida pelo jovem. Logo, o tráfico de drogas fez-se uma atividade capaz de despertar os interesses de Iran.

Os motivos que o conduziram à passagem do roubo para o tráfico de drogas são apresentados pelo jovem como sendo a necessidade de desenvolver uma atividade menos arriscada. Relata esta passagem como rápida: – “[...] foi uma coisa rápida mesmo. Foi uma coisa atrás da outra”.

1 Depois de encerradas as entrevistas, o adolescente pôde ouvir a sequência de sua narrativa.

O episódio que culmina com a decisão de traficar é narrado como decorrente de um assalto a um ônibus “frescão” no qual foi surpreendido por seguranças. Após a troca de tiros entre os seguranças, Iran e seus parceiros, o jovem relata que:

– [...] aí, ele [o amigo] foi baleado. A gente trocamos tiro e a gente conseguiu escapar. Aí eu falei: ‘Porra! Tá difícil se estrear pra ganhar um dinheiro assim... Eu já vi a morte já, eu vou dar um tempo, vou traficar’. A gente ganhando dinheiro, ganhei uns 4 mil com frescão, aí comecei a passar droga, comecei a vender.

Diante dos riscos oriundos dos assaltos, o tráfico emerge na narrativa de Iran como uma possibilidade de melhoria de sua qualidade de vida. Na verdade, o jovem reconhece que ambas as atividades estão envoltas pelo risco, mas, quando comparadas, o tráfico de drogas é avaliado pelo jovem como menos perigoso. Assim, ele elabora:

– [...] É. Porque você ganha dinheiro sentado. Você não vai pá pista... Quando você vai roubar [gagueja] você vai com a intenção de trazer o dinheiro. Você sabe que você pode não voltar. Você tá arriscado morrer ou a matar ou ser preso... E o tráfico não. Você tá na favela, você conhece tudo, vem o usuário, você vende a ele, você some de beco em beco, aí fica mais fácil... A população também dá aquela ajuda também, né? Quando a polícia vem, avisa: ‘olha, a polícia tá aí!’ Aí você se sai. É menos arriscado, mas, também, é muito perigoso, né? É muito perigoso...

A história de Iran é representativa de muitas outras de adolescentes que chegam até as unidades de privação de liberdade, no que se refere à progressão na prática infracional e na opção pelo tráfico, por este se revelar uma atividade mais segura. Diante desta realidade, pode-se supor que a entrada na nova atividade é decorrente de um período de reflexão no

qual os prós e contras das diferentes ações delituosas são analisados. Afinal, o jovem passa ao tráfico de drogas após uma análise de que esta atividade poderia contribuir para a preservação de sua vida. Disto deriva um elemento importante para a compreensão dos sentidos construídos por Iran. O ingresso na atividade do tráfico é apresentado como uma escolha racionalizada, diferente daquela feita quando aceitou o convite de seu amigo, no primeiro ato infracional.

Vale pontuar que a participação no tráfico de drogas não implicou na saída efetiva de Iran da prática do roubo. O jovem relata que quando não tinha mais o dinheiro do tráfico, ele retornava ao roubo para conseguir renda suficiente para comprar novas drogas. Aqui, já há um deslocamento do motivo para a prática de roubos. Estes passam a ser praticados com o objetivo de conseguir insumos para investir no tráfico. Afinal, como conta o jovem, o dinheiro do tráfico, muitas vezes, era gasto com o intuito de obter prazer em festas e com mulheres.

Cabe destacar que Iran subjetiva o dinheiro decorrente do tráfico como “*maldito*”. Isto porque não conseguia estabelecer com este uma relação de limites entre o ganhar e o gastar: – *[...] mas era um dinheiro maldito, maldito. Quanto mais eu ganhava, mais eu gastava. Era um dinheiro que não leva a nada...*

A posição ocupada por Iran no tráfico de drogas, como vendedor, conferia a este uma vida desmedida, caracterizada pelo envolvimento com mulheres, grandes festas com os amigos e parceiros do tráfico de drogas nas quais relata haver consumo de cocaína. Assim, o jovem se vê impossibilitado de acumular capital e obrigado a perpetuar o ciclo de novas infrações para sustentar o comércio do tráfico de drogas e seu padrão de vida.

– *[...] Porque o que vem fácil vai fácil, né? Você ganhando um dinheiro que em menos de uma hora você vende (pausa)...*

Vende duzentos reais de, véi, droga. Você tira o seu e tira pra pegar mais droga. Aí vem aquele dinheiro fácil, fácil, fácil. Aí você vai gostando, aí vai gastando com cerveja, se você é usuário e tiver cocaína você vai cheirar, que vai beber também...[...] aí quando você não tem mais dinheiro, aí vamo sair pra roubar, aí você vai, né?

Entretanto, Iran não concebe o tráfico de drogas como uma atividade ilícita. Isto, talvez, implique em aproximar a ação das margens da legalidade. Para sustentar este processo, o jovem minimiza a realidade dos fatos de que a mercadoria do tráfico é, legalmente e socialmente, imputada como ilícita. Portanto, aquele que a comercializa é, para a sociedade, um infrator e não um comerciante qualquer. Comercializar drogas não é uma atividade ordinária.

– [...] Eu agora não vejo mermo mal um traficante... Um cara que vende droga como um traficante. Pra mim ele é um comerciante. A merma coisa que eu sou dono de bar. A cachaça também devia ser proibida. Quantas morte já não teve por bebida? Só que ele paga IPTU, paga isso, paga aquilo e o traficante não... Pra mim é a merma coisa. Pra mim, traficante é um comerciante. Um comerciante.

Os sentidos aqui apresentados são construídos por um adolescente comprometido com a ação de traficar. Conforme González Rey (2005, p. 237):

as opções produzidas pelos sujeitos não são simplesmente opções cognitivas dentro do sistema mais imediato de contingências de sua ação pessoal, mas verdadeiros caminhos de sentidos que influenciam a própria identidade de quem os assume e que geram novos espaços sociais que supõem novas relações e novos sistemas de ações e valores.

Assim, mesmo diante de uma subjetividade social carregada de significados compartilhados sobre o que é legal e/ou ilegal, Iran utiliza da sua experiência subjetivada e dos sentidos que a constitui e são por ela constituídos para legitimar sua ação, subvertendo uma ordem social concreta. Tal perspectiva emerge, também, em sua fala sobre a maconha.

– Eu acho que, pra mim, a maconha deve... devia ser vendida em farmácia. Em farmácia, tudo bem. Agora, crack e cocaína é uma droga mais pesada que eu aconselho ninguém a usar, né? Que é pesada! Essas duas tá fora de cogitação. Fora de cogitação! Agora, a maconha devia ter sido vendida em farmácia, calmante.

Ainda sobre o comércio de drogas, pode-se perceber que, na medida em que elabora os sentidos, ao longo da narrativa, o jovem passa a restringir o universo de possibilidades de abordar a atividade dentro das fronteiras da legalidade. Assim, a droga passa da semelhança ao pão, por exemplo, para o álcool e, posteriormente, apenas a maconha poderia alcançar o status da legalidade.

Importante pontuar o papel da linguagem na constituição de dispositivos que auxiliam o jovem na resolução de possíveis incoerências que se erguem entre os valores “universais”, aqueles compartilhados socialmente, e suas ações individuais. Conforme Martins e Branco (2001), a relação de vinculação entre o indivíduo e a cultura à qual pertence confere a esta a capacidade de orientar padrões de comportamento e expectativas daqueles, mas sem impor-lhes padrões definidos. Diante desta realidade, a produção de sentidos permite que os sujeitos realizem suas especificidades e singularidades, manifestas no fluxo de movimento entre o pensamento e a palavra e vice-versa (VIGOTSKI, 2000).

Retomando a ideia de representatividade no crime, agregada ao tráfico de drogas, é necessário afirmar que esta não engloba apenas o fazer pela comunidade e assim ser respeitado por ela. É preciso ser, também, temido. Nesta realidade, os temidos são, sobretudo, aqueles que matam.

O tráfico e a prática de homicídios possuem uma correlação estreita, isto porque a atividade do tráfico de drogas implica em um esquema tático e lógico de tomada e manutenção “da boca de fumo” assim como de assegurar o pagamento da mercadoria vendida aos usuários ou repassada para outros traficantes. Diante disto, o homicídio se constitui um instrumento necessário para a manutenção da atividade ilegal.

– [...] Já conheço pessoas que tava com a gente que dizia que era, véi, bicho solto, mas que pegava droga e num tinha como pagar e ia lá e tinha que morrer. Aí tinha já o cara certo já. ‘Você tá encarregado de dar fim em fulano’. Aí ele vai e faz [...].

É certo que Iran cumpre a MSEI pela prática de homicídio, que se apresenta desvinculada da sua participação no tráfico de drogas. Entretanto, o homicídio emerge em sua narrativa como decorrência necessária da imersão na “*vida do crime*”, afinal, nesta vida, há a lei vigente de que “*quem vacilava tinha que ir pra vala*”.

Há, na avaliação que o jovem faz sobre o homicídio, uma dimensão que é a dos motivos individuais que o conduziram e que já foram anteriormente abordados. Entretanto, há outra dimensão, que corresponde ao contexto social do qual o jovem participava. Ao praticar o homicídio, Iran se sustenta na lei do “*mundo do crime*” segundo a qual aquele que “*falha*”, trai o companheiro do crime, merece “*a vala*”; a morte como punição. Além disso, ao afirmar que “[...] *antes vê a mãe dele chorar do que vê a nossa mãe chorar*”, Iran está sinalizando uma preo-

cupação que transcende a sua existência individual para sua família e a de seu parceiro no homicídio.

É interessante notar que Iran também analisa o ato praticado a partir da posição atual, que é a de quem, legalmente, está de fora do universo de transgressão.

– Hoje eu respeito a vida de um ser vivo...Que eu já perdi gente querida e hoje eu respeito. Se eu dizer a você que eu não quero mais matar, eu ia tá mentindo porque eu não sei o dia de amanhã... Uma briga violenta, assim, corpo-a-corpo é tudo ou nada, né? Ou é você, ou ele. Mas, eu não quero mais praticar o que eu fiz.

A vida do outro como algo a ser preservado pode sugerir uma nova elaboração subjetiva construída por Iran acerca de seu delito. O sofrimento com as perdas de entes queridos faz com que o jovem se coloque, em seu discurso, no lado oposto do processo – daquele que perde alguém. Entretanto, o jovem afirma que a sua vida é sempre mais importante que a do outro e, diante deste fato, além de não descartar a possibilidade da prática de novos homicídios legitima o já praticado por ele.

Em um dos trechos da entrevista, ao ser questionado sobre se se considera um adolescente infrator, ele responde: - *Considero que eu fiz um ato infracional que (gagueja) que eles dizem que é contra a lei tirar a vida de uma pessoa [...].*

Tal afirmação conduz à percepção de que subjetivar a si mesmo como um infrator só é possível através do discurso do outro.

– Aí, eu acredito. Como eu tava comentando com um colega meu, aqui a pessoa que mata num é nada (gagueja)... o que eu tenho mais medo é da justiça que vem do céu, alguma coisa assim. Eu espero que essa já seja minha penitência já, que quando eu

sair daqui pode acontecer muita coisa grave comigo, mas eu espero que tenha o perdão de Deus, né? Tem, véi, o perdão.

Por não estar submetido à lei dos homens, ao menos subjetivamente, Iran também não acredita na redenção através dela. Deus emerge, então, como entidade detentora do poder de absolvição dos delitos e capaz de lhe garantir uma vida melhor quando chegar o fim de sua medida socioeducativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que, ao narrar sua história de vida e assim revelar os motivos que o encaminharam ao universo infracional, Iran constrói um conjunto de sentidos subjetivos acerca de si e da sua experiência infracional. Em sua narrativa, o jovem revela que “vida do crime” é subjetivada como dotada de ambivalências: é uma vida de alegrias e tristezas, controles e descontroles, facilidades e dificuldades. Entrar na “vida do crime” é, portanto, estar ciente das suas “guerras”, leis e sanções.

Acredita-se que o sujeito que infraciona constrói suas práticas nas relações sociais. Assim sendo, suas motivações derivam da dinâmica dialógica e relacional capaz de engendrar elementos constituintes dos sentidos produzidos por cada sujeito. Portanto, o adolescente que infraciona não pode ser tomado como deslocado de um tempo e espaço específicos, destituído de historicidade e a mercê de dinâmicas internas; ao contrário, a prática infracional faz com que o adolescente atualize as humilhações e violências sofridas ao longo de sua vida individual e aquelas vividas historicamente por seu grupo de origem, suas faltas e desejos (BOMBARDI, 2008). Deste modo, o cometimento do ato infracional pode emergir carregado de múltiplos significados, não sendo possível apontar um único aspecto como

motivo para a prática infracional, nem fazê-lo sem considerar a perspectiva do ator, o adolescente.

REFERÊNCIAS

- BOMBARDI, V. M. **A rebelião do dia-a-dia**: uma leitura sobre adolescentes autores de atos infracionais. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- BRASIL. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção I, 1990.
- COSTA, C. R. B. S. F. É possível construir novos caminhos? da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto sócio-educativo. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v. 5, n. 2, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social**: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GONZÁLEZ REY, F. (Org.). **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.
- GRAMKOW, G. **Os sentidos subjetivos de um jovem com história de transgressão sócio-legal na contemporaneidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- JOST, M. C. **Por trás da máscara de ferro**: as motivações do adolescente em conflito com a lei. São Paulo: Edusc, 2006.
- MARTINS, L.; BRANCO, A. U. Desenvolvimento moral: considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.17, n. 2, p. 169-176, 2001.
- PEREIRA, F. R. P. **Jovens em conflito com a lei**: a violência na vida cotidiana. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Ribeirão Preto, São Paulo, 2002.

SILVA, J. O. **Produção de sentidos em adolescentes privados de liberdade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos**: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei. São Paulo: Cortez, 2001.

AS NOVAS PERSPECTIVAS DA SOCIOEDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E O SINASE

Nelson Santana do Amaral

A socioeducação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil foi marcada pela ausência de uma legislação específica, uma vez que a legislação anterior ao Código de Menores de 1927 não contemplava um processo socioeducativo, mas visava apenas a punição aos menores transgressores da lei. Conquanto a criação do Sistema de Assistência ao Menor (SAM) e, posteriormente, de sua sucessora, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), além das disposições pertinentes do referido Código de Menores de 1927 e do Código de Menores de 1979 tenham traçado objetivos de socioeducação, o Estado não conseguiu implementar as políticas públicas necessárias à efetivação daquilo que dispunha esta legislação.

Neste texto, aborda-se a visão socioeducativa voltada para os adolescentes infratores, – que preferimos chamar, hodiernamente, de adolescentes em conflito com a lei –, desde os tempos do Brasil Colônia até os dias atuais, passando pelos critérios de responsabilização penal dos Códigos Penais do Império e dos Códigos de Menores de 1927 e 1979 e pelas políticas públicas do Governo Federal e do Estado da Bahia, visando atingir os fins determinados na legislação penal, destinados à criança e ao adolescente de cada época, considerados em situ-

ação de perigo social ou pela prática de infração penal em face da proteção integral prevista na Magna Carta.

Trata-se de um relato histórico e de uma abordagem sociojurídica da legislação aplicada aos menores infratores e do papel desempenhado pelo Estado, através dos seus órgãos de assistência social, como realizadores de políticas públicas voltadas para esta parcela da população. Neste viés, a socioeducação será abordada pela sua prática construída historicamente e pela perspectiva em face do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase), regulado pela Lei nº 12.594/2012.

Do ponto de vista metodológico, na elaboração deste trabalho, tomei por base os estudos históricos, livros, teses e dissertações de mestrado, artigos, produzidos pelos principais estudiosos do direito da criança e do adolescente e da história da infância na Bahia e no Brasil, em livros, revistas e outros periódicos, além de consultas no Arquivo Público do Estado e nos arquivos dos órgãos de assistência social, somados à vivência profissional do articulista como professor e juiz de direito da Vara da Infância e da Juventude, com jurisdição sobre a prática de atos infracionais e sobre a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

A SOCIOEDUCAÇÃO DE MENORES INFRATORES DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O ADVENTO DOS CÓDIGOS DE MENORES DE 1927 E 1979

A legislação vigente em todo país, quer seja no período colonial, quer no imperial, foram as Ordenações do Reino, especialmente as Ordenações Filipinas que, juntamente com as leis extravagantes, tiveram vigência no Brasil de 1603 até 1916.

No período da colonização portuguesa, existem registros de violência contra crianças e adolescentes filhos dos indígenas porque se recusaram a frequentar a escola dos jesuítas e receber o encultramento dos brancos. Os castigos físicos, corretivos e o uso da palmatória eram comuns no processo educacional utilizado pelos jesuítas. Vários são os estudiosos que relatam a história de violência contra crianças, no processo educativo, tenham ou não cometido infrações penais, como Mary Del Priore (2006, p. 96-97), em *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império*, quando anota que o castigo físico em crianças não era nenhuma novidade no cotidiano colonial.

Introduzido, no século XVI, pelos padres jesuítas, para horror dos indígenas que desconheciam o ato de bater em crianças, a correção era vista como uma forma de amor. O ‘muito mimo’ devia ser repudiado. Fazia mal aos filhos. ‘A muita fartura e abastança de riquezas e boa vida que tem com ele é causa de se perder’, admoestava em sermão José de Anchieta. O amor de pai devia inspirar-se naquele divino no qual Deus ensinava que amar ‘é castigar e dar trabalhos nesta vida’. Vícios e pecados, mesmo cometidos por pequeninos, deviam ser combatidos com açoites e castigos.

As Ordenações Filipinas dispunham que, aos menores de 17 anos, não se aplicaria a pena de morte, contudo, estabeleciam que, quando

[...] for menor de dezessete anos cumpridos, posto que o delito mereça morte natural, em nenhum caso lhe será dada, mas ficará ao arbítrio do julgador dar-lhe outra menor pena. E não sendo o delito tal, em que caiba pena de morte natural, se guardará a disposição do Direito Comum. (PIERANGELI, 1980, p. 133-134)

A Constituição de 1824 não trata da educação de menores infratores (linguagem da época), mas da educação em geral. O Código Penal de 1830 prevê um sistema biopsicológico para avaliar a possibilidade de punir criança entre sete e quatorze anos, através do discernimento (art. 14). Assim, com base nesta noção, os menores poderiam ser considerados relativamente imputáveis e serem recolhidos às Casas de Correção, pelo prazo que o juiz determinasse, não podendo ultrapassar a idade de dezessete anos. Em suma, a visão era sempre a de punição pura e simples, porque as chamadas Casas de Correção não elegiam uma política que tivesse como foco a socioeducação dos chamados menores infratores.

O Código Penal de 1890 mantém o critério biopsicológico pelo qual o menor infrator entre 9 e 14 anos (art. 30) era avaliado por sua capacidade de distinguir o bem do mal ou por sua lucidez para se orientar diante do justo e do injusto, da moralidade e da imoralidade, do lícito e do ilícito. Era uma situação absurda, se considerarmos que o final do século XIX foi um período em que o Brasil vivia um momento histórico importante com a Proclamação da República e a busca de uma identidade nacional, a construção de uma nova nação. Nos primeiros anos do século XX, toda a estratégia de proteção à infância era educar os menores pelo trabalho, inculcar-lhes o hábito de trabalhar, pois no trabalho estava a salvação e se realizava o saneamento da sociedade.

Neste quadro de grandes transformações, Rizzini observa que (2008, p. 23,25) “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, competência do Estado”. A criança passa a ser considerada patrimônio da nação, um símbolo de esperança, “o futuro da nação [e], se fosse devidamente educada ou, se necessário, retirada de seu meio

(tido como enfermiço) e reeducada, ela se tornaria útil à sociedade”. Ao mesmo tempo, representava uma ameaça, posta em dúvida a sua inocência.

Nesse quadro de ambivalência, a criança significa um problema social gravíssimo em nome do qual se cria um aparato médico-jurídico-assistencial cujas metas eram definidas pelas funções de “prevenção, educação, recuperação e repressão” (RIZZINI, 2008, p. 26). Os discursos dos juristas e médicos e de outros representantes da área de saúde tinham esta tônica da “higienização” da sociedade pela retirada das ruas das levas de filhos dos agora ex-escravos, mendigos, figuras de aparência humana que incomodavam com a sua presença, sobretudo nas grandes capitais como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

O tratamento penal dispensado aos menores pelas Ordenações Filipinas até o período dos códigos retribucionistas do Império é de caráter indiferenciado (MENDEZ, 2000). Não havia diferença entre menores ou adultos, quando o objetivo era punir pela violação da lei. Apesar dos confrontos dogmáticos e ideológicos do final do século XIX, da elaboração de novas concepções teóricas sobre o futuro da criança, a manutenção da teoria do discernimento soa como um postulado absurdo para uma nação que queria se construir nova com o advento da república. Os estudos de Irene Rizzini (2008), sobretudo na obra *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, mostram bem que “salvar a criança” era sanear a sociedade destes párias. Não havia a preocupação de se construir um processo socioeducativo em que fosse contemplado o desenvolvimento biopsicológico dos menores infratores. A ideia era de limpeza da sociedade, que precisava ser higienizada daqueles que tanto incomodavam enchendo as ruas das grandes urbes da época.

O *Código Mello Mattos* – Código de Menores de 1927 – com o qual se inaugura a etapa de caráter tutelar da responsabilização dos menores infratores, dispunha a sua aplicação aos menores carentes, abandonados e os delinquentes, independentemente da idade que tivessem, desde que fossem menores de 18 anos, que seriam mandados para asilo, casa de educação, escola de preservação, ou confiados a pessoa idônea, por todo o tempo necessário a sua educação, conquanto não ultrapassasse a idade de 21 anos (art. 68, §2º).

Com o Código de Menores, as ideias higienistas e filantrópicas que dominaram as discussões do final do século XIX e início do século XX, encontrarão o arcabouço técnico-jurídico necessário a sua implantação. O *Código Mello Mattos* tinha a missão de aplicar as medidas corretivas e sancionatórias aos maiores de 14 e menores de 18 anos de idade, grande parcela da população classificada como menores carentes, abandonados, inadaptados e infratores, ou seja, os excluídos socialmente, inaugurando uma etapa do tratamento penal dispensado aos menores classificada como etapa de caráter tutelar (MENDEZ, 2000), onde se distinguia as crianças bem nascidas, às quais se aplicava o Código Civil, daquelas excluídas, estabelecendo uma identificação entre a infância socialmente desvalida e a infância.

A figura do juiz marca indelevelmente o Código de Menores de 1927, uma vez que este centralizava todo o poder. O processo não contemplava a garantia da ampla defesa ou o contraditório, nem a participação do Ministério Público, pelo que não há que se falar no devido processo legal. O juiz agia ao seu talante e, não raro, costumava mandar os menores para casas de correção sem que tivessem cometido qualquer infração penal, mas, apenas porque eram pobres. Segundo o disposto no art. 55, o juiz podia aplicar medidas de caráter não punitivo

aos menores abandonados, podendo entregá-los a pessoa idônea, ou interná-los em hospital, asilo, instituto de educação, oficina, escola de preservação ou de reforma; ordenar medidas convenientes aos que necessitassem de tratamento especial, por sofrerem doença física ou mental; decretar a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela; regular a situação do menor, se houver motivo grave ou for do interesse do menor. Com amplos poderes, não é difícil imaginar os abusos praticados pelo juiz em nome da causa de proteger e educar os menores. Assim, mandava para as Casas de Preservação os menores que se encontravam em situação de vadiagem, mendicância ou entregues à libertinagem. A rigidez das decisões era maior com os menores de 18 anos do que com o adulto.

Interessante anotar-se que a educação contemplada no Código de Menores de 1927 era no sentido de encaminhar os menores infratores para instituto de educação, oficina ou escola de preservação ou reforma. Na verdade, o que fazia era aprofundar a exclusão social, “limpando” a sociedade desta camada de “indesejáveis”. O papel do Estado era classificar, recolher e internar os menores; não era educá-los e reinseri-los na sociedade.

Para tentar minorar esta cruenta realidade, foi criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), pelo Decreto-lei nº 3.799/41 o qual tinha como objetivo estabelecer a política assistencial para amparar os menores carentes, abandonados e infratores, centralizando a execução da política de atendimento em todo o território nacional. As finalidades do SAM estão fincadas no art. 2º, do citado Decreto-lei que objetivava “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares” bem como “proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico” dos referidos menores, abrigá-los, recolhê-los em estabelecimentos adequados e ministrá-los

“educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento”, além de propor-se a estudar as causas do abandono e da delinquência juvenil e publicar os resultados das pesquisas, estudos e estatísticas.

Efetivamente, o SAM não cumpriu com os seus objetivos, nem mesmo os de natureza assistencial. A falta de uma estrutura adequada, de autonomia financeira e os métodos inflexíveis de atendimento levaram ao fracasso do SAM que funcionou mais como um sistema prisional do que como um sistema assistencial como se propusera. As crianças e os adolescentes eram internados sem que tivessem mesmo cometido algum ato infracional (*infração penal*, na época). O indicador da institucionalização estava na classe social, na pobreza, na miséria, na falta de condições psicológicas e na carência assistencial dos pais. O abandono, a vadiagem e a mendicância eram motivos suficientes para a intervenção judicial, que determinava a internação como forma de “ressocialização” ou de “recuperação” da criança e do adolescente. (LIBERATI, 2003, p. 61- 63)

O assistencialismo governamental tem o seu auge com a criação da (Funabem), pela Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, criada para substituir o Serviço de Assistência aos Menores (SAM). A Funabem vai estabelecer uma política nacional dita para ser muito mais assistencial do que repressiva, sendo a representante da ótica desenvolvimentista do regime militar instaurado desde 1964. Com a Funabem surge, nos estados, a Fundação Estadual do Menor, conhecida como Febem, destinada a implantar a política estadual de assistência ao menor.

Sob a égide da Funabem, surge o novo Código de Menores, promulgado em 10 de outubro de 1979, pela Lei nº 6.697, que implantou a doutrina da situação irregular que consolida os postulados já existentes desde o Código Mello Mattos e onde os menores se convertem em objeto da norma quando estives-

sem em estado de “patologia jurídico-social”. Antonio Carlos Gomes da Costa (1994, p. 128), analisando a política assistencialista do novo Código de Menores, destaca que “o enfoque correcional-repressivo, que via o menino como ameaça social, é substituído pelo enfoque assistencialista, que passa a percebê-lo como um carente. Assim, a noção de periculosidade cede espaço central na estratégia de atendimento à noção de privação”.

A SOCIOEDUCAÇÃO SOB A ÉGIDE DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NA PERSPECTIVA DO SINASE

A Constituição de 1988, refletindo o panorama internacional, em face da legislação aprovada pelas Nações Unidas, com o art. 227, inaugura a etapa garantista dos direitos da criança e do adolescente, em substituição à etapa tutelar, com a concepção da doutrina da proteção integral em substituição à doutrina da situação irregular. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, cria o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, que vai recepcionar os princípios preconizados na Magna Carta e os decorrentes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, antes mesmo da sua aprovação pela Assembleia Geral, bem como das Regras de Beijing (Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude).

O Estatuto é o documento mais avançado da América Latina e reflete o espírito da normativa internacional para a criança e adolescente: reconhece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-lhes, por lei, ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dig-

nidade (art. 3º). Estabelece o que seja a prioridade absoluta e cria o sistema tripartite de garantia dos direitos. Criança e adolescente passam a ser considerados sujeitos de direito, não podem ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo-se toda forma de desrespeito aos seus direitos fundamentais (art. 5º do Estatuto). São considerados como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (art. 6º).

O Estatuto, ao romper com o paradigma da doutrina da situação irregular e estabelecer a proteção integral, fundado na Magna Carta (art. 227), obriga a todos, a família, a comunidade, a sociedade e o poder público, a assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente. Agora, prevalece a descentralização da política de atendimento, em vez da centralização, a municipalização do atendimento, a participação da sociedade, através dos Conselhos de Direitos e do Conselho Tutelar este representando a desjudicialização das questões anteriormente somente resolvidas pelo judiciário. Enfim, os novos paradigmas nortearão as políticas em prol da criança e do adolescente em todo o país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu seis medidas socioeducativas para o adolescente em conflito com a lei: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (Art. 112, I a VI). Conquanto não se possa afastar das medidas socioeducativas o caráter de repressão ao ato infracional praticado, porque somente ao adolescente que viola a lei se aplica uma medida socioeducativa, também é inquestionável que a finalidade da medida socioeducativa é pedagógica.

Como realizar a proteção integral sem que se tenha estabelecido os seus parâmetros? Era necessário que se dispu-

sesse o *modus operandi* legal para efetivar a proteção integral. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, através do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e em parceria com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e da Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (Fonacriad) realizaram encontros estaduais, durante o ano de 2002, visando concretizar os avanços contidos na legislação e contribuir para a efetiva cidadania dos adolescentes em conflito com a lei, debatendo e avaliando, com os operadores do Sistema de Garantia de Direitos, a proposta de lei de execução de medidas socioeducativas da ABMP bem como a prática pedagógica das unidades de execução de medidas, com o objetivo de subsidiar o Conanda na elaboração de parâmetros e diretrizes para a execução das medidas socioeducativas, cujo resultado é o Sinase que, finalmente, se tornou lei com a edição da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

O Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase) é um novo paradigma da proteção integral para a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente ampliando o compromisso e a responsabilidade do Estado e da sociedade civil na busca de soluções eficientes, eficazes e efetivas para o sistema socioeducativo, assegurando aos adolescentes em conflito com a lei a oportunidade de desenvolverem uma experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Diz o § 1º, do art. 1º:

Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei'. Sua premissa é a garantia dos Direitos Humanos e sua defesa é o

alinhamento conceitual, estratégico e operacional para as medidas de atenção aos adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. (FUCHS apud SALES, 2007, p. 15)

O Sinase se constitui por uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais (Conanda, 2006). Isto significa dizer que, para a efetivação destas políticas públicas e sociais, se faz necessário a articulação de ações governamentais e não governamentais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios além de todos os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos, como previsto no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 86). Estabelece princípios e o marco legal do sistema de atendimento socioeducativo onde realça, no plano dos direitos humanos, que o adolescente sob medida socioeducativa tenha a oportunidade de compartilhar valores como liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual como valores norteadores da construção coletiva dos direitos e responsabilidades; a conjugação de esforços por parte da família, da comunidade, da sociedade em geral como atores sociais para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando o atendimento socioeducativo, reivindicando o cumprimento do quanto preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e as diretrizes traçadas pelo próprio Sinase. Assim, estabelece que o processo socioeducativo somente se efetivará com uma gestão participativa, em que todos os atores que integram a execução do atendimento socioeducativo estejam compartilhando, com responsabilidade, os compromissos assumidos. Para a efetivação da política de atendimento, o Sinase estabeleceu a composição ideal das equipes multiprofissionais, para cada

medida socioeducativa e para cada entidade e/ou programa de atendimento.

Estabeleceu, ainda, os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo preconizando que o adolescente, sob medida socioeducativa, seja capaz de desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, formar valores que lhe permitam superar sua situação de exclusão e preparar-se para a participação na vida social. Neste sentido, as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo impõem a interpretação e aplicação de alguns princípios como o da prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios. Não se pode olvidar que a medida socioeducativa, apesar de sua dimensão jurídico-sancionatória, se operacionaliza dentro de uma perspectiva ético-pedagógica e o seu atendimento pressupõe a participação de diferentes programas e serviços sociais e públicos no que se denomina de incompletude institucional. Destaco que o Sinase, ao contrário de todos os programas anteriores existentes (SAM e Funabem, por exemplo) prevê a participação do adolescente na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas (art. 53).

Para que o processo socioeducativo seja realizado de acordo com as suas propostas, estabeleceu seis dimensões básicas visando assegurar uma prática pedagógica sustentável e garantista, tanto para as entidades que executam o regime aberto como o regime fechado e que são:

a) espaço físico, infraestrutura e capacidade – além do projeto arquitetônico, onde é descrito o tipo de espaço físico adequado para o cumprimento da medida, a estrutura física e a capacidade máxima de socioeducandos de cada unidade;

b) desenvolvimento pessoal e social do adolescente – preconizando a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) como instrumento primordial no acompanhamento da

evolução pessoal e social do adolescente e sua família, no cumprimento da medida socioeducativa;

c) direitos humanos – este item envolve a oferta de atividades escolares, desportivas, culturais e de lazer, com regularidade e frequência, dentro e fora dos programas de atendimento, assistência religiosa, atendimento de saúde na rede pública, inserção em atividades profissionalizantes e inclusão no mercado de trabalho, inclusive para adolescentes com deficiência, nos termos do Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999;

d) acompanhamento técnico – composição de um corpo técnico de profissionais com conhecimentos específicos na área de atuação profissional como psicologia, terapia ocupacional, serviço social, pedagogia, antropologia, sociologia, filosofia e outras áreas afins que possam agregar conhecimentos no campo do atendimento das medidas socioeducativas;

e) recursos humanos – os programas deverão buscar contratar profissionais qualificados e oportunizar-lhes formação continuada no sentido do seu aperfeiçoamento para o exercício de suas atividades; e

f) alianças estratégicas – a formação de uma rede de atendimento com parcerias com organizações governamentais e não governamentais, conselhos de direitos, conselhos tutelares, universidades, mídia, movimentos sociais, o sistema de justiça e a iniciativa privada, entre outros parceiros necessários à política de atendimento.

Prevê, ainda, outras necessidades para um completo sistema socioeducativo como o monitoramento e a avaliação do fluxo de atendimento, entre outras disposições.

Enfim, como instrumento técnico-jurídico, a Lei n° 12.594/2012, que instituiu o Sinase, regulamentou a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional trazendo disposições até

então não conhecidas, mas profundamente necessárias à operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estabeleceu os objetivos das medidas socioeducativas (art. 1º, §2º, incisos I a III), seus princípios retores (art. 35, incisos I a X), seus procedimentos, operacionalização, revisão e extinção (arts. 36 a 48), além de ter elencados os direitos individuais do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa (arts. 49 a 51), a obrigatoriedade de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), constando parâmetros substanciais necessários ao processo de avaliação do cumprimento da medida socioeducativa, fornecendo ao julgador elementos objetivos para a sua decisão. Dispôs um capítulo de atenção integral à saúde contemplando a situação do adolescente com transtorno mental e com dependência de álcool e de substância psicoativa, que deve ser avaliado por equipe técnica multidisciplinar e multissetorial.

Regulou outra matéria pendente de regramento, há muito tempo, evitando distorções no sistema, pela tomada de decisões unilaterais, como o estabelecimento da visita ao adolescente em cumprimento de medida de internação, a chamada visita íntima, direito subjetivo do adolescente privado de liberdade. Se não é uma lei ideal, não se pode deixar de reconhecer que é um caminho a ser seguido com as possíveis reestruturações próprias de um sistema que se constrói e se deseja que se aperfeiçoe no decorrer da sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei está posta. O desafio é sempre a sua efetivação. As instituições de socioeducação que realizam a política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei encontram dificuldades na falta de vontade política dos governantes, que

teimam em não compreender o verdadeiro significado da lei juvenil que tem como escopo a socioeducação.

Assim, este texto foi escrito para mostrar a visão socioeducativa do Estado, historicamente construída em face dos adolescentes em conflito com a lei. Infelizmente, ainda domina um pensamento onde “o severo controle penal e exterminador dos pobres e outros marginais ainda é dominante, expressão do clamor punitivo que grassa na sociedade brasileira por maior repressão, mais prisões e penas mais rigorosas” (SALES, 2007, p. 65). Desconstruir esta mentalidade é um processo longo e tormentoso em que são poucos os que lutam contra uma estrutura social e política que insiste em manter e reproduzir as desigualdades sociais como forma de manipulação de poder e de dominação daqueles desprovidos de poder.

O Sinase foi construído com a participação de diversos atores sociais, todos atuantes em diversas áreas da defesa e promoção dos direitos da população infanto-juvenil, como juízes, promotores de justiça, educadores, gestores governamentais, dirigentes de organizações sociais, embora possa não se constituir um consenso, não seja um projeto cujo desenho esteja acabado (FUCHS apud SALES, 2007, p. 15), mas se converte em poderoso instrumento de operacionalização na busca da efetivação da política de atendimento aos direitos dos adolescentes em conflito com a lei. É um instrumento profundamente democrático porque permite, na sua operacionalização, que participem diversos atores, desde os componentes do Sistema de Garantia de Direitos, um corpo técnico multidisciplinar, a família e o adolescente em conflito com a lei, mormente na sua construção e na avaliação de seus resultados.

Apesar da visão conservadora de nossa sociedade é preciso trocar as lentes, fazer uma revolução no olhar para que os

adolescentes em conflito com a lei possam ter assegurados os seus direitos, na forma mais extensiva de sua interpretação, como está na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na normativa internacional, e se efetivar estes direitos seguindo o comando do SINASE cujo processo de socioeducação foi pensado dentro desta normativa e precisa ser executado como um projeto maior da sociedade na construção da cidadania do adolescente em conflito com a lei como sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição do Brasil** (1988). Brasília: Presidência da República. 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providencias. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: SEDH, 2011.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e protecção a menores. **Diário Oficial da União**. Revogado pela Lei nº 6.697, de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941. Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87272>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4 dez. 1964. [Revogado pela Lei nº 8.069, de 1990]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4513.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. **Diário Oficial da União**, 11 out. 1979. [Revogada pela Lei nº 8.069, de 1990]. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16697.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis... **Diário Oficial da União**, 19 jan. 2012; retificado em 20 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em: 12 out. 2012.

CARRERA, Gilca Oliveira. **Por detrás das muralhas: práticas educativas das medidas de internação**. 2005. 173f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11051>>. Acesso em: 12 out. 2012.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA. **SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. De menor a cidadão. In: MENDEZ, Emilio Garcia; COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros, 1994.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Adolescente e ato infracional: medida sócio-educativa é pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

MENDEZ, Emilio Garcia. **Adolescentes e responsabilidade penal: um debate latino-americano**. Porto Alegre: AJURIS; ESMP-RS; FESDEP-RS, 2000.

- NUNES, Zizália. **Depoimentos sobre o SEAM**. [jan. 2005]. Entrevistadora: Gilca Carrera. Salvador, 2005. 1 cassete sonoro (60 min.) 3¾ pps., estéreo.
- PIERANGELI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil**: evolução. Bauru: Jalovi, 1980.
- PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: _____. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.
- SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

REDUÇÃO DE DANOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO

*Leila de Oliveira Pinto; Margaret Leonelli
Olga Sá Ferreira; Sheyla Machado*

A Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti (ARD-FC) é um serviço de Extensão Permanente do Departamento de Saúde da Família, Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia (FMB/UFBA) cujo objetivo principal consiste em desenvolver ações de prevenção, tratamento, pesquisa e capacitação profissional relacionadas ao consumo nocivo de drogas, na lógica da Redução de Danos (RD). Mantém sob sua responsabilidade a coordenação de três frentes de trabalho assim distribuídas: Ambulatório da ARD-FC, CAPS ad Gregório de Matos, além da proposição e desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais se destaca o trabalho de campo dos redutores de danos.

No início de 2006, a diretoria da Fundação Cidade Mãe, em contato com as psicólogas do Ambulatório da ARD-FC, apresentou um pedido de avaliação diagnóstica a respeito do uso de drogas – lícitas e ilícitas e, em especial, o tabaco –, por crianças e adolescentes nas instalações dos espaços mantidos pela entidade. A Fundação Cidade Mãe é uma instituição vinculada à estrutura organizacional da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Direitos Humanos (Setad) da Prefeitura Municipal do Salvador

(PMS). Desde sua concepção e implantação, em 1993, pela então Prefeita Lídice da Mata, responde pela formulação e implementação de políticas de proteção integral a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, em decorrência de abandono, pobreza e exclusão. À época em que este trabalho foi desenvolvido, a Fundação era responsável pelas Empresas Educativas cujo objetivo consistia no atendimento preventivo de crianças e adolescentes de bairros carentes de Salvador; pela Central de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto, com a finalidade de acolher e acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida); Abrigo Permanente José Peroba; Casas de Acolhimento Dom Timóteo Amoroso Anastácio e Oxum, destinadas ao acolhimento noturno; e pelo Espaço Cidadania Solidária, para a atenção diurna, voltados para crianças e adolescentes em situação de exclusão social e vulnerabilidade, com laços familiares fragilizados ou rompidos.

Em resposta à solicitação, realizamos algumas entrevistas, nas Casas de Acolhimento e no Espaço Cidadania Solidária, com o objetivo de avaliar a situação-problema. Foram ouvidos gestores e técnicos responsáveis pela atenção direta às crianças e adolescentes bem como os próprios acolhidos. Outra fonte de dados consistiu na realização de visitas institucionais para observação *in loco* e na leitura da Proposta Pedagógica da Fundação Cidade Mãe (FCM)/UNICEF (2004), documento orientador dos princípios, objetivos e ações institucionais.

Partimos do pressuposto de que o consumo de drogas é efeito de um complexo processo que envolve, além da substância, com sua química e princípios ativos, o contexto sociocultural e as questões subjetivas de cada usuário. No que diz respeito às crianças e adolescentes em situação de abrigo, o uso de drogas, neste cenário, coloca interrogações adicionais tanto

a respeito da trama destes fatores motivadores quanto acerca das possibilidades de lidar com um comportamento que se coloca na contramão das determinações jurídicas, educacionais, sociais e de saúde preconizadas pelo Estado.

A partir da análise do material das entrevistas e da sistematização das observações, constatamos que, além da questão do uso de drogas nas dependências das Casas de Acolhimento e do Espaço Cidadania, a saída dos meninos e meninas para a rua com a intenção de obter e usar drogas constituía um problema a ser resolvido. Percebemos, ainda, que a própria situação de abrigo, com seus riscos de acirramento da condição de exclusão e discriminação, precisava ser tomada como objeto de reflexão e discussão.

Em 2007, a Fundação Cidade Mãe apresentou um novo pedido tendo em vista a elaboração e a execução de um Programa de Redução de Danos. Ao elaborar este Programa, levamos em conta o diagnóstico já realizado acrescido de dados atualizados nesta nova fase do trabalho. Os resultados obtidos com este trabalho foram formalizados em um Relatório, que serviu como ponto de partida para a elaboração deste texto escrito pela equipe de psicólogas responsáveis.

O grande desafio que nos foi colocado frente à dura realidade do uso nocivo de drogas por crianças e adolescentes em situação de abrigo – desafio que nos motivou a escrever esta experiência – pode ser expresso em uma questão central: Considerando a Redução de Danos como uma estratégia política e técnica que não se pauta na condição de abstinência às drogas, como aplicá-la a crianças e adolescentes em um contexto de atenção e abrigo sob a proteção e responsabilidade do Município?

FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA DE RD

A concepção de Redução de Danos que orientou nosso trabalho se alinha com a definição proposta por Andrade (2002) que assim considera as ações que visam reduzir os riscos e danos de natureza biopsicossocial provocados e/ou secundários ao uso nocivo de drogas. Esta definição demonstra sua atualidade, em comparação com a posição oficial recomendada pela Associação Internacional de Redução de Danos.

Redução de danos é um conjunto de políticas e práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usar drogas. Por definição, a redução de danos foca na prevenção aos danos; ao invés da prevenção do uso de drogas; bem como foca em pessoas que seguem usando drogas. (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DANOS, 2010)

De acordo com Andrade (2002), as ações de redução de danos podem ser individuais e/ou coletivas e são pautadas em alguns pressupostos básicos dentre os quais destacamos a complexidade do fenômeno; o processo de adoecimento, como resultante da multideterminação de fatores biopsicossociais; o pragmatismo; a consideração das particularidades, diversidades culturais, direitos humanos e de cidadania de cada usuário; e o trabalho intersetorial, como modo de organização dos serviços de atenção.

Sobre a complexidade do fenômeno, as drogas são substâncias encontradas em todas as sociedades e agrupamentos humanos, ao longo da história, com significados variados, que vão desde a dimensão sagrada ao flagelo público, desde a dimensão de remédio à de veneno. Na contemporaneidade, o uso ritualístico cedeu espaço ao uso indevido, norteados pela lógica de

consumo das sociedades capitalistas, regidas por um imperativo de consumo e gozo obtido a qualquer preço. (MELMAN, 2003)

Do ponto de vista do processo saúde-doença, Machado e colaboradores. (2007) postulam que seus fatores causais são multideterminados sob a influência da dimensão biopsicossocial. Nesta perspectiva, entendemos que o uso nocivo de drogas representa o resultado de condições familiares, econômicas, educativas e socioculturais de cada sujeito. Além disto, é importante levar em conta as possibilidades de organização e acesso aos serviços de assistência social, à saúde, educação, cidadania e lazer como fatores também importantes ao se considerar os mecanismos de adoecimento em uma população.

Como consequência, a adoção de comportamentos menos arriscados em relação ao consumo nocivo de drogas depende da implementação de estratégias transdisciplinares. Para isto, as práticas de redução de danos enfatizam o trabalho inter-setorial, consoante com a articulação da rede dos serviços de saúde, de assistência social, jurídica e educacional, como a forma mais efetiva de enfrentamento da questão. É importante salientar que as propostas e intervenções devem ser planejadas e executadas de modo pragmático, mediante o estabelecimento de metas passíveis de serem alcançadas, que devem ser definidas junto com os usuários.

A redução de danos não se pauta, portanto, na lógica da abstinência, com sua resultante política de proibição e “tolerância zero”. Neste sentido, Patrick Mordelet (2002), alerta para os “efeitos perversos” dos modelos centrados unicamente na proibição/abstinência, pois eles podem levar a um aumento da segregação, ao considerar o usuário como um marginal, e, assim, empurrá-lo para a clandestinidade. A título de exemplo, chamamos a atenção para a apreensão de adolescentes que, por serem pegos fumando um cigarro de maconha, são levados

pela polícia a uma delegacia, sem nenhuma história anterior de delinquência; ou, ainda, o risco de exposição a agressões por parte de agentes públicos devido a um consumo que, por vezes, pode ser caracterizado como “recreativo” ou “experimental”. Nestes casos, o uso é, no geral, motivado por curiosidade e/ou vontade de vinculação ao grupo de adolescentes e às atividades de lazer, não sendo possível falar de dependência. Ao invés de resolver o problema, este tipo de abordagem aumenta os riscos e danos que recaem sobre o sujeito.

Predominantemente, as abordagens ainda propõem a abstinência frente ao consumo, enquanto, em contrapartida, a Redução de Danos – agora política pública adotada pelo Ministério da Saúde, desde 2005 (Portaria nº 1.028) –, por considerar as particularidades subjetivas e a diversidade cultural dos usuários, nos leva a crer que, caso queiramos construir estratégias práticas efetivas, é necessário, antes de tudo, escutá-los, para identificar quais os valores e significados que eles atribuem ao seu uso e sob que circunstâncias específicas ele se dá.

Portanto, é indispensável contar com a participação dos usuários no planejamento e desenvolvimento das intervenções. Entre outras questões, salientamos a importância de investigar quais os laços que unem o sujeito à droga, seus sentidos na vida do sujeito e o que ele acha que agrava ou atenua este recurso a uma substância psicoativa. Por isto, as estratégias de redução de danos devem ser estabelecidas de acordo com as particularidades dos usuários, e ajustadas às características das populações-alvo, sem perder de vista a atenção aos familiares, à comunidade e à sociedade de modo geral.

A Redução de Danos considera o usuário de drogas, acima de tudo, como um cidadão que vive em sociedade, o que implica uma dialética de direitos e deveres. Na condição de cidadão, ele tem direito à seguridade social, ao trabalho e a

usufruir do sistema público social de saúde e educação. Como sujeito de direitos, o indivíduo é considerado coautor de sua própria história, sendo responsável pelas consequências advindas do uso indevido de drogas. Mas, como aplicar esta máxima quando se trata de crianças e adolescentes, indivíduos em processo de formação física e psíquica, ainda não totalmente responsáveis, subjetiva e socialmente, por seus atos?

Nessa perspectiva, fundamentamos a elaboração de um programa de redução de danos com crianças e adolescentes, cientes de que a adoção de comportamentos menos arriscados em relação ao consumo nocivo destas substâncias depende de estratégias transdisciplinares. Consideramos, ainda, que, no caso de crianças e adolescentes abrigados, sobrepõem-se, ao próprio consumo de drogas, questões específicas relativas à situação de abrigamento.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Os movimentos sociais para a redemocratização do Brasil, na década de 80, incluíram, em suas agendas, reivindicações que adotam a concepção ativa da cidadania e identificam crianças e adolescentes como sujeitos de direito. A inclusão, na Constituição Federal de 1988, do artigo 227, que versa sobre a garantia, com absoluta prioridade, dos direitos fundamentais da infância e adolescência, inaugura uma nova compreensão de cidadania que se desdobra no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA), em 1990 (BRASIL, 2005). Como lei ordinária, o ECA dá corpo a um novo ordenamento institucional que garante às crianças e adolescentes direitos relativos a todas as dimensões do desenvolvimento humano, isto é, físico, psíquico, intelectual, moral, espiritual e social. Além da definição de di-

reitos, o ECA cria meios para implementá-los, pois divide a responsabilidade de garantia destes direitos entre a família, a sociedade e o poder público.

A atenção especial a esse segmento populacional é de extrema importância, pois, na infância, se instauram os pilares do desenvolvimento biopsicossocial do futuro sujeito. De maneira similar, é na adolescência que se processa a passagem deste sujeito infantil para uma condição adulta de responsabilidade pessoal e social. Esta mudança de posição radical implica a construção de novos laços com a família e a sociedade bem como a escolha de um lugar próprio e singular no mundo. Este processo repleto de transformações costuma suscitar muitas incertezas tanto no adolescente como naqueles que o rodeiam. Incertezas frente a um corpo que se transforma à revelia do desejo, frente a uma família e a uma sociedade que passam a ser vistas tanto quanto a vê-los com outros olhos.

Algumas investigações (SCHENKER, 2004) demonstram que as razões pelas quais as crianças e adolescentes deixam seus lares são, principalmente, miséria, maus tratos e brigas constantes. Os motivos do abandono escolar envolvem a passagem a uma situação de rua, a ausência de motivação e a expulsão das escolas. Apesar das diferenças, existem aspectos comuns em suas histórias de vida tais como índices elevados de famílias monoparentais sob a responsabilidade materna; perda do pai ou da mãe, por falecimento, separação ou abandono; casos de alcoolismo ou abuso de outras drogas ilícitas na família; “doença mental”, sobretudo materna. Estas circunstâncias ilustram a elevada desestruturação familiar destes meninos.

Tais condições, além de gerar subjetividades marcadas por medo e insegurança, não oferecem referências identificatórias consistentes, estruturantes, sequer toleráveis. No geral, o ambiente familiar falha, seja pela desunião dos pais – vivida

de modo angustiante pela criança – seja pela violência familiar, pelo uso indevido de álcool e outras drogas, por parte do pai e/ou da mãe, ou, ainda, por psicopatologias, condutas delinquentes, desemprego e outras questões geradoras de marginalização.

Com frequência, identificam-se vivências repetidas de separações, seguidas pelo convívio com outros familiares ou interações e abrigamentos traumatizantes, o que torna a criança cada vez mais difícil, rebelde, arredia e desconfiada. Traços de “abandonismo” (SCHENKER, 2004) decorrentes destas rupturas de laços e privação extrema de afeição e cuidados, por vezes acompanhadas de total desinvestimento da parte do outro (adultos e/ou a sociedade), fazem com que eles não alimentem desejos positivos e entrem em um circuito autodestrutivo. Associam-se, assim, sentimentos de insegurança, inferioridade ou de menos-valia, com reivindicações maciças e inábeis, condutas antissociais e estados depressivos graves. Entre crianças e jovens que apresentam um padrão intensivo de consumo nocivo de substâncias mais destrutivas, como crack e inalantes, isto deve ser considerado como provável indício, ou sintoma, de uma depressão subjacente mascarada em comportamento agressivo, desconfiado e pessimista. O sofrimento decorrente de abusos ou outras agressões por membros da família pode levar à desconfiança em relação a qualquer apoio oferecido por adultos.

Nesse cenário, o uso de drogas – que não pode ser concebido como um fator isolado das condições sociais e subjetivas – surge como uma consequência quase automática desta problemática. Além dos danos orgânicos, salientamos o efeito alienante e desmobilizador que esta prática abusiva produz em cada sujeito.

Schenker (2004) aponta algumas funções que são atribuídas às drogas pelos meninos e meninas em situação de rua.

Elas são usadas como automedicação, quando a droga cumpre a tentativa de tratar males físicos, embora o alívio das dores diminua a probabilidade dos sintomas serem percebidos como doença, o que pode gerar sérios problemas de saúde; também é utilizada tanto para aliviar como para gerar a fome; como divertimento, para brincar, relaxar, passar o tempo e ocupar longos períodos, quando não há o que fazer nas ruas. Constitui, ainda, um fator que favorece furtos e roubos, para conseguir recursos para o uso, principalmente, de cocaína/crack, o que instaura um ciclo perverso.

A droga também pode cumprir a função de possibilitar certa organização simbólica espaço-temporal, quando, a partir de um cotidiano vazio, sem casa, escola ou lazer, ela instaura uma rotina e direção. Assim, algumas crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade se organizam, efetivamente, em função da droga, e constroem uma rotina que inclui a procura, aquisição e consumo dessas substâncias. Este movimento, esta rotina, passa a regular suas vivências cotidianas tanto quanto suas relações com os outros.

A droga pode, portanto, assumir uma importante função psicológica, pois permite à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade se defender, ao menos parcialmente, contra uma agressividade invasora, contra angústias de separação maciças, contra manifestações de despersonalização e contra sensações intoleráveis de depressão e abandono.

O uso de drogas pode, também, representar a vontade de retaliação, para compensar as agressões experimentadas no dia a dia. Neste sentido, é possível observar o caráter demonstrativo e provocador do uso de drogas, por algumas crianças e adolescentes, como uma forma de atingir, provocar a sociedade e representantes públicos, como resposta pelo descaso e violências sofridas.

EXPERIÊNCIA DE RD APLICADA À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE ABRIGAMENTO

As estratégias de redução de danos surgiram a partir de situações de consumo de drogas por pessoas adultas e eram pautadas pelo objetivo de minorar os efeitos negativos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, sem preconizar, necessariamente, a abstinência. Trata-se de um objetivo passível de ser alcançado seja por uma diminuição na frequência ou na quantidade do consumo, seja pela eleição de vias menos prejudiciais ou perigosas de admissão – como mudar a via intravenosa para a aspirada –, seja ainda, pela prevenção de danos secundários, como o contágio de herpes, tuberculose e outras doenças respiratórias decorrentes do compartilhamento de equipamentos de uso individual – como piteira, cachimbo ou canudo – ou o contágio de infecções sexualmente transmissíveis, pela prática de sexo desprotegido, comum em situações de abuso de drogas.

A adequação dos princípios e práticas da redução de danos à infância e adolescência comporta um grande desafio. Mesmo que este consumo seja considerado inadmissível na infância, a abstinência se constitui, muitas vezes, em um ideal distante, sobretudo para aqueles que estão em situação de extrema vulnerabilidade. Afinal, como enfrentar as múltiplas carências – de ordem familiar, social, cultural, econômica, subjetiva – que costumam cercar este consumo? Nesta perspectiva, a primeira questão que nos colocamos foi de como conceber ações que, sem se circunscrever à lógica da abstinência, mantivessem a ética e a responsabilidade para com a infância e a adolescência.

Consideramos que o uso de substâncias psicoativas não pode ser concebido como um fator isolado das condições so-

ciais, econômicas, subjetivas, familiares e culturais. Neste contexto, as prescrições de abstinência por parte das autoridades legais, educacionais ou sanitárias não podem ser simplesmente obedecidas por estes jovens. Como consequência, concluímos que o trabalho de redução de danos deve se estender a outros aspectos da realidade destas crianças e adolescentes, sem focalizar apenas nas drogas. Reconhecemos que, embora este uso seja nocivo e arriscado e, de fato, inadmissível, o que destrói a infância destas crianças e jovens não é somente a droga. A infância que vem a se drogar, em certo sentido, já foi destruída pelo abandono, miséria, desamparo, exclusão social, carências familiares, falhas do poder público e omissão da sociedade civil.

Tendo por base este argumento, elaboramos um programa de intervenção institucional, com vistas a minimizar os danos provocados por esta realidade, sem nos determos exclusivamente na questão das drogas, considerada como uma consequência quase inevitável de suas condições de vida. Tomamos, então, estas condições como alvo prioritário de nossa proposta.

Inicialmente, com o objetivo de mapear a situação-problema, realizamos algumas oficinas diagnósticas com as crianças e adolescentes, plantonistas e educadores. O objetivo principal consistiu em avaliar os diferentes pontos de vista dos envolvidos para subsidiar as futuras intervenções e implicá-los no trabalho proposto. Além disto, desenvolvemos observações do cotidiano institucional para conhecer de perto as instalações físicas, a rotina das crianças, o funcionamento das equipes e a dinâmica relacional entre os sujeitos desta situação.

Ao longo do processo de mapeamento, alguns temas foram destacados como pontos privilegiados, merecedores de maior investigação e questionamentos junto às crianças, adolescentes,

gestores e técnicos. Tais temas foram escolhidos por comportarem elementos significativos da vida desses jovens, quais sejam: o abrigo, a rua, a família, as drogas e suas interrelações. As questões abaixo, relacionadas aos temas, orientaram a investigação:

- Quais os significados que as crianças e os adolescentes atribuem ao Abrigo?
- Quais significados a equipe gestora e a equipe técnica atribuem ao Abrigo?
- Qual o lugar da criança e do adolescente neste cenário?
- O que a instituição “Abrigo” lhes oferta?
- Quais as funções do abrigamento para além das medidas protetoras?
- Quais os efeitos da institucionalização e do abrigamento sobre a subjetividade das crianças e adolescentes?
- Quais os significados da rua para as crianças e adolescentes?
- Quais os significados da rua para os educadores e plantonistas?
- Qual a relação entre o Abrigo e a rua – fugas x retornos?
- Quais as *funções* da droga no contexto do Abrigo?
- Qual o lugar da educação e da lei no Abrigo?

O CIRCUITO ABRIGO - RUA - FAMÍLIA - DROGA - ABRIGO...

A situação de abrigamento objeto deste relato se dava entre três unidades da Fundação Cidade Mãe: as Casas de Acolhimento Dom Timóteo Amoroso Anastácio e Oxum, destinadas, respectivamente, à permanência noturna de meninos entre 8 e 14 anos e de meninas entre 8 e 17 anos, e o Espaço Cidadania Solidária, responsável pelo acolhimento diurno de ambos os sexos. Como

algumas crianças e adolescentes ainda mantinham contatos, ainda que fragilizados, com suas famílias, a situação de abrigo era considerada provisória, enquanto eles aguardavam a reintegração às suas famílias.

A partir das observações *in loco*, verificamos que as instalações físicas do Espaço Cidadania Solidária estavam deterioradas e requeriam adequações para a realização de atividades. Uma professora ministrava aulas de letramento, pois, no geral, as crianças e adolescentes não frequentavam uma escola regular. Os Abrigos noturnos apresentavam melhores condições estruturais, embora contassem com um número reduzido de técnicos de plantão. Constatamos que, durante a noite, havia um aumento dos sinais de angústia e de ansiedade entre as crianças e adolescentes. Os conflitos, tensões e impasses que surgiam do convívio entre os jovens abrigados e entre eles e os plantonistas eram acompanhados por dificuldades da equipe técnica em manejá-los.

No geral, as atividades educativas, socioculturais e de lazer, de caráter ressocializador, eram limitadas e, por isto, as crianças e os adolescentes ficavam muito tempo ociosos dentro dos Abrigos, principalmente aos finais de semana. As diversões eram, então, procuradas fora dos Abrigos, muitas vezes por iniciativa dos próprios abrigados, sem autorização institucional.

Apesar do reconhecimento dos riscos enfrentados na rua, verificamos que, para estas crianças e adolescentes, este espaço representava a liberdade de ir e vir, um lugar de acontecimentos e diversão. “A rua é um mundo!”, segundo o dizer de alguns entrevistados. Neste espaço contraditório, entre diversão e perigos, entre possibilidades e impossibilidades, sem bordas, limites, eles conseguiam escapar das atividades reguladas socialmente como acordar, ir à escola, fazer as refeições, deveres, tomar banho... Suas vidas passavam, então, a ser regidas por

uma luta diária para assegurar a própria sobrevivência, numa deriva, a safar-se dos riscos e ameaças, quase sempre sem contar com o auxílio de um adulto de referência. Neste contexto, eles acabavam por encontrar a droga, capaz de entorpecer, fazer esquecer ou anestesiá-las suas dores.

Em contrapartida, o Abrigo representava um lugar desinteressante e apartado de um “mundo livre” de regras e restrições. À época em que realizamos a avaliação diagnóstica, a rotina de funcionamento consistia em dormir nas Casas de Acolhimento noturnas, acordar e serem levados, pelo carro da Instituição, ao Espaço de Cidadania Solidária, onde encontravam poucas opções de cultura e lazer. Ao final do dia, eram levados de volta às Casas de Acolhimento noturnas. Nos finais de semana, eles permaneciam no Abrigo noturno, quase sempre ociosos, e limitados em seus movimentos.

Frente à barreira entre o Abrigo, monótono, e a rua, plena de acontecimentos, alguns reagiam com irreverência e indisciplina enquanto outros se arriscavam para fora do abrigo, de volta às ruas. Com frequência, alguns saíam escondido, sem permissão institucional e a equipe se referia a estas saídas não autorizadas como “evasão” – “Fulano evadiu!” –, termo que faz referência a um regime prisional. O retorno daqueles que saíam escondido, sem permissão, não podia ocorrer espontaneamente, por iniciativa da própria criança/adolescente. Neste caso, o interessado devia, obrigatoriamente, ser reencaminhado ao Abrigo através do Conselho Tutelar. Assim, sob a justificativa legal de responsabilidade institucional frente ao “menor de idade”, as restrições sobre as idas e vindas dos abrigados geravam uma situação de apartamento e burocratização entre o abrigo e o mundo exterior.

Nesse cenário, a vida dessas crianças e adolescentes adquire o selo da ruptura e provisoriedade, no que diz respeito

aos laços firmados na família, na rua, no abrigo, na escola, enfim, em suas vidas, de modo geral. Um exemplo que ilustra esta constatação foi observado nas oficinas diagnósticas que conduzimos junto às crianças, em que se propôs uma atividade que consistia em que cada um dos jovens retirasse, aleatoriamente, de uma caixa contendo nomes, uma palavra disparadora e a ela associassem livremente outra palavra: a palavra “futuro” foi associada, de maneira significativa e constante, à palavra “morte”.

Outro aspecto a ser destacado é que a própria instituição se organizava pelo argumento da “provisoriidade”, respaldado pelo ECA no Artigo 101, parágrafo único, que estabelece: “O abrigo é medida provisória excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade”. Esse texto de lei pretendeu fundar um novo paradigma que se contrapusesse à perspectiva convencional e repressiva que visava proteger a sociedade contra crianças e adolescentes em “situação irregular”, encerrando-as em unidades de internação.

A dificuldade de reinserção familiar – devida, na maioria dos casos, a uma situação de pobreza, desamparo e desestruturação – associada ao caráter provisório dos abrigos, que dificulta o estabelecimento do vínculo da criança e do adolescente com a instituição, geram um circuito repetitivo entre a família, a rua, a instituição, a família, a rua novamente, a instituição, instalando, assim, um ciclo perverso, intensificado pela dificuldade de um trabalho institucional efetivo junto às famílias, que necessitavam de múltiplas intervenções antes que pudessem retomar a responsabilidade e cuidados de seus filhos.

Como a perspectiva era o retorno para as famílias, não se investia no vínculo com a criança nem se permitia que ela

fizesse suas “marcas” na instituição. O caráter provisório e pessoal do estilo de vida que lhes era ofertado no Abrigo podia ser observado, por exemplo, na ausência de objetos singulares, como armários, camas, roupas e lençóis, que pudessem ser marcados com traços pessoais.

Constatamos que alguns problemas relativos à provisoriedade dos meninos e meninas nos Abrigos estavam relacionados tanto a certa dificuldade de manejo dos casos e gerenciamento do cotidiano do abrigo por parte dos educadores, como também, fundamentalmente, ao descompromisso e descontinuidade das políticas de desenvolvimento social. Havia uma precariedade das condições de trabalho, com vínculos empregatícios frágeis e provisórios, que produzia sentimentos de insegurança e desgaste emocional dos profissionais e a consequente fragilização da dinâmica institucional, particularmente, da sua função educativa e ressocializante.

A respeito do uso de drogas nas dependências dos Abrigos, que motivou o pedido de avaliação diagnóstica, verificamos que o consumo de tabaco suscitava dúvidas e questões específicas entre gestores e técnicos, que não sabiam como agir frente a esta circunstância. Com base na proibição legal relativa ao uso de drogas por menores de 18 anos e nos resultados científicos de estudos que reconhecem os agravos à saúde provocados pelo cigarro, a equipe da Fundação Cidade Mãe considerava, até então, a abstinência como uma estratégia legal para abordar o problema. Mas esta via da abstinência não se mostrou eficaz, pois, além de não interromperem o uso do tabaco nas dependências da instituição, algumas crianças e adolescentes saíam, sem permissão, para fumar. O fato é que algumas crianças e adolescentes utilizavam o tabaco como alternativa ao consumo de outras drogas, na perspectiva da redução de danos. Daí a dificuldade em abrir mão desta prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início dessa avaliação, percebemos que a situação de abrigamento – que responde por necessidades de proteção e segurança, mas, fundamentalmente, comporta significações políticas, socioeconômicas e morais – não é suficiente para interromper o consumo de drogas. Este, por vezes, pode ser temporariamente suspenso enquanto perduram os esquemas de vigilância. O abrigamento, por si, não responde a mudanças na relação de dependência, no sentido de uma transformação efetiva na função que a droga adquire na vida do sujeito.

O trabalho realizado junto às crianças e adolescentes e à equipe técnica e gestora nos autoriza a afirmar que não é possível intervir pontualmente sobre comportamentos complexos, como a utilização de drogas, lícitas ou ilícitas, por crianças e adolescentes abrigados, sem levar em consideração a situação de vulnerabilidade pessoal, familiar e social experimentada por estes indivíduos, o contexto do abrigamento e a necessidade de existência de uma rede complementar de saúde, assistência social e educação articulada.

Pensamos que o trabalho de redução de danos com crianças e adolescentes abrigados deve contemplar ações voltadas às crianças e jovens assistidos, às suas famílias e aos abrigos. Ações que modifiquem o cotidiano destes sujeitos, no intuito de minimizar os efeitos da institucionalização, favorecer o estabelecimento de laços familiares, sociais e afetivos bem como o desenvolvimento de suas capacidades e talentos individuais.

Em termos políticos, é necessário, antes de tudo, que a lógica da “provisoriidade” seja transformada, pois o Município e o Estado devem assumir sua plena responsabilidade pelo pequeno cidadão frente à falta de condições da família para a guarda de seus filhos. As políticas públicas e, conseqüentemente, os

técnicos partem do pressuposto de que o lugar da criança e do adolescente é na família e, com isto, desconsideram os riscos e agravos que as crianças sofrem em suas próprias casas. Desta forma, o retorno à rua é influenciado tanto como fuga do abrigo quanto pela dificuldade em permanecer no ambiente familiar. Neste contexto, trata-se de avaliar se a família tem, de fato, condições materiais e psicológicas de acolher seus filhos. Sugerimos que a atenção às famílias leve em conta sua participação em programas de geração de renda e moradia associada ao acompanhamento familiar contínuo, por equipes multiprofissionais, antes, durante e depois da reinserção do filho que retorna ao lar.

Outro aspecto importante resultante do trabalho foi a constatação de que a disjunção radical entre a rua e o abrigo – ou a rua ou o abrigo – dificulta a construção de um vínculo entre os jovens abrigados e a instituição. Nesta dinâmica, o abrigo acaba por negar a rua, acaba por negar uma parte significativa de suas histórias de vida experimentada na rua. Isto favorece a fuga, com a conseqüente intensificação da segregação e exclusão social das quais são vítimas. Recomendamos, então, que as equipes dos abrigos reservem um tempo para refletir acerca da relação abrigo/rua, no intuito de integrar a rua aos abrigos e os abrigos à rua, para que a passagem de um ao outro não tenha, necessariamente, que se dar por uma “evasão”.

Chamamos a atenção sobre a importância da promoção de saídas acompanhadas, com vistas a estabelecer um novo laço com a rua. Sugerimos, ainda, o mapeamento dos recursos públicos de assistência social, destinados à proteção de famílias em situação de exclusão, a construção e articulação da rede interinstitucional de assistência educativa, sociocultural e de saúde física e mental, em parceria com as escolas e instituições esportivas, para a integração daqueles que se encontram

em situação de abrigo. É fundamental contemplar a dimensão subjetiva em todos os procedimentos e garantir atendimento psicoterapêutico às crianças e adolescentes, na rede pública referenciada. Deste modo, o uso de drogas pode ser trabalhado de forma indireta, por meio do esvaziamento do lugar central que a substância ocupa na vida destes sujeitos como um meio rápido e fácil de suportar tantas carências.

Especificamente quanto ao uso do tabaco, um dos elementos detonadores do pedido de avaliação diagnóstica, recomendamos que as equipes dos abrigos procurem refletir sobre a função simbólica do cigarro na dinâmica de funcionamento dos abrigos e para cada um que dele faz uso: insígnia de poder, identificação com os mais velhos, diminuição da ansiedade. É necessário privilegiar a singularidade das crianças e adolescentes, por meio de uma abordagem livre de preconceitos. Trata-se de favorecer a construção de um vínculo protetor de modo a atenuar a angústia e a ansiedade provenientes do desamparo. É importante conhecer os padrões de consumo e as práticas de risco relacionadas ao uso do tabaco e outras drogas, a exemplo do aparecimento de doenças e exposição às situações de risco.

Com base nos princípios de redução de danos, gestores e educadores devem identificar alternativas, junto com as crianças e adolescentes, capazes de promover a melhoria da relação custo/benefício proporcionada pelo uso de drogas. Antes de tudo, é preciso tornar os abrigos espaços referenciais e reorganizadores, com condições de prover cuidados continuados, gerando, assim, o surgimento do sentido de pertencimento em ambiente estável e facilitador das ressignificações de vivências traumáticas.

Recomendamos avaliar a possibilidade de participação dos abrigados em programas específicos de tratamento do tabaco e outras drogas, com utilização de acupuntura, atividades

de relaxamento e esportes, com ênfase em práticas aeróbicas, como futebol e ciclismo, e ainda, o desenvolvimento de atividades que visem reduzir a ansiedade, como aulas de música, teatro, massagem e yoga.

Tanto os abrigados quanto a equipe devem dispor de conhecimentos científicos sobre o uso de drogas, com vistas à promoção de escolhas e intervenções mais saudáveis. Vislumbramos, assim, a possibilidade de oferecer outros traços de identificação, para as crianças e os adolescentes, que não o de usuário de drogas. É importante frisar que outras fontes de prazer podem substituir a onda proporcionada pela droga, com a conseqüente melhoria da autoestima, do reconhecimento social e da valorização por seus pares, para os abrigados, educadores e para a instituição, de modo geral.

O espaço físico, acolhedor e familiar, deve funcionar como palco de intervenções socioeducativas, a exemplo de cursos (inglês, informática, música), atividades lúdicas e esportivas, antes de se recolherem para dormir. De acordo com os princípios da redução de danos, insistimos que os abrigos invistam em equipamentos de lazer, como jogos, TV, vídeos, livros, instrumentos musicais, material esportivo e para a realização de oficinas de teatro, modelagem e pintura, entre outras atividades que podem ser desenvolvidas junto aos abrigados.

Lembramos que as instalações físicas impessoais dos abrigos não ofertam um lugar de pertencimento e dificultam a formação de vínculos, com o conseqüente reforço da posição social de não lugar e da impossibilidade de construir um lugar próprio. Para enfrentar esta situação, sugerimos: a criação de espaços singulares e a utilização de objetos pessoais, como diários, armários, roupas de cama e utensílios domésticos individuais; a participação na rotina institucional, na limpeza dos quartos e na preparação da alimentação assim como em

reuniões semanais, com a presença dos técnicos e dos abrigados, para discutir os problemas de convívio e de organização do abrigo, de modo a comprometê-los com sua realidade.

Os abrigos devem estar preparados para receber, de modo adequado, aqueles que também necessitam permanecer por mais tempo. Para isto, é necessário investir na capacitação profissional, por meio de um projeto de educação permanente capaz de articular os conhecimentos teóricos às questões suscitadas pela prática. Dentre os temas em debate, destacamos as fases do desenvolvimento, a sexualidade e o uso/abuso de drogas, na infância e adolescência, além da retomada do Projeto Norteador dos Abrigos. Trata-se de um plano diretor coerente com os princípios do ECA, capaz de oferecer suporte psicológico ao trabalho dos educadores, com a consequente melhoria das condições salariais e de trabalho adequadas à insalubridade e periculosidade inerentes a esta função. Em busca de alternativas, recomendamos a realização de cursos, a formação de grupos de estudo, a discussão e o gerenciamento de casos e a constituição de espaços de livre circulação da palavra junto aos educandos e educadores.

Finalmente, pensamos que a dura realidade vivida por essas crianças e adolescentes não nos autoriza a apostar em soluções fáceis e definitivas. O próprio projeto dos abrigos – seus objetivos, rotinas, instalações físicas e as condições de trabalho do educador – deve ser repensado. Esta reflexão deve ser realizada de modo contínuo, no sentido de possibilitar intervenções criativas e inovadoras adequadas às situações cotidianas, de modo a permitir a criação de atalhos em meio aos caminhos regulares previstos pela burocracia institucional e estatal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. M. Redução de danos: um novo paradigma? In: _____. **Entre riscos e danos: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas.** Ministério da Saúde; ACODESS, 2002.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DE DANOS. **O que é redução de danos?** uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos. Londres, 2010. Disponível em: <http://www.ihra.net/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.028/GM, de 1º de julho de 2005.** Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1028.htm>>.
- CONCEIÇÃO, M. I. G. De olho na rua: quem são essas crianças na rua? In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier; SILVA, Maria Terezinha da. **Crianças e adolescentes em situação de rua e consumo de drogas.** Brasília: Plano, 2004.
- FÊRES, N. R. Meninos e meninas na rua, eles fazem o que sabem, mas não sabem. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 18, n. 2, p. 46-55, 1998.
- FERREIRA, T. Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 20, n. 1, p. 2-17, 2000.
- FUNDAÇÃO CIDADE MÃE. **Proposta pedagógica da Fundação Cidade Mãe.** Salvador: FCM/NICEF, 2004.
- GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p. 467-475, 2009.

MACHADO, et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007.

MELMAN, C. **O homem sem gravidade**: gozar a qualquer preço: entrevistas por Jean-Pierre Lebrun. Tradução Sandra Regina Filgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MORDELET, P. O quadro jurídico da política de redução de danos. In: _____. **Entre riscos e danos**: uma nova estratégia de atenção ao uso de drogas. Ministério da Saúde; ACODESS, 2002.

SCHENKER, D. Juventude desabrigada e abuso de drogas: pesquisando as necessidades dos meninos de rua em Salvador (Brasil). In: NERY FILHO, Antônio (Org.). **Drogas**: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA, 2004.

DIREITOS HUMANOS E A POLÊMICA DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA

Matheus Albergaria; Vera Leonelli

Quando os direitos à vida digna, à liberdade, à saúde, à segurança e à assistência se impõem ou se contrapõem às internações psiquiátricas, sobretudo aquelas justificadas pelo uso abusivo de drogas, especialmente dos moradores de rua e outros segmentos igualmente excluídos, estamos num campo de interesse dos direitos humanos.

Por um lado, sob o argumento justificador da defesa da vida e da integridade, as internações involuntárias e compulsórias estão sendo estimuladas e promovidas pelo Estado, especialmente nas chamadas “cracolândias” nas mais importantes capitais do Brasil.

Por outro lado, em argumento contrário a tais internações, atribui-se a elas caráter higienista, pelo interesse político e circunstancial em “limpar” os espaços públicos para eventos que expõem ao mundo as cidades brasileiras.

Trata-se, assim, de questão relacionada especialmente às políticas públicas que devem efetivar os direitos e, pela sua complexidade, esta questão requer posições atentamente conectadas com as necessidades e interesses de segmentos sociais marcados pela exclusão e pelo sofrimento, como são

aqueles que constituem os dependentes de drogas e a população de rua.

Neste texto, pretende-se abordar a relação entre a interação compulsória e os direitos humanos, sobretudo os direitos à vida, à liberdade e à saúde e sua previsão legal, sem perder de vista as tendências e cobranças sociais em relação ao Poder Público.

A VIDA E A LIBERDADE

A vida com dignidade se impõe prioritariamente, tanto na normativa internacional quanto no ordenamento jurídico brasileiro, posta na Constituição Federal (art. 5º) como direito fundamental, inviolável, seguido pela liberdade, igualdade e segurança.

Assim, a vida se constitui como substrato para as condições que correspondem a valores construídos culturalmente como direitos.

A liberdade, como importante direito construído historicamente, não pode ser compreendida como abstração, pela representação formal do conceito jurídico relacionado às possibilidades de ir e vir, de manifestar opinião, de consciência e de crença, de associação etc. (CF. art. 5º).

A liberdade é encarnada na vida e a tem, portanto, como pressuposto. Vale enfatizar que a liberdade não é sustentável quando as condições de vida com dignidade, que se constitui pela fruição dos direitos individuais e sociais relativos à saúde, educação, segurança, trabalho, assistência etc., não estão assegurados.

No Brasil, os direitos humanos, referidos na Constituição Federal, com indicação das respectivas garantias formais,

estão, em sua maioria, detalhados em normas infraconstitucionais com previsão de sistemas de garantia (conjuntos articulados de instituições voltadas para a defesa, a promoção e o controle social dos direitos) e políticas públicas (que se constituem no fazer concreto do Estado e da sociedade organizada: planos, programas, projetos, atividades e as normas que os instituem).

As políticas públicas, que decorrem de propósitos, de compromissos de poder, tanto podem estar destinadas a manter estruturas de privilégios e subalternidades quanto podem se destinar a reduzir desigualdades, promovendo autonomias, garantindo direitos e, assim, construindo cidadania.

Nas últimas décadas, sistemas específicos de garantias foram concebidos no Brasil com caráter de universalidade, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e políticas governamentais de redução da miséria e de inclusão socioeconômica – como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), vêm sendo desenvolvidas com significativos resultados. Mas ainda são inaceitáveis as distâncias entre as necessidades, os respectivos direitos e as respostas em forma dos correspondentes serviços públicos de saúde, educação, segurança, assistência e justiça.

A questão das drogas, embora apontada como preocupação prioritária da sociedade e do Estado, ainda permanece atrelada, preferencialmente, às políticas de segurança e justiça, pela sistemática e, muitas vezes, equivocada, vinculação com a violência. Este atrelamento reduz a importância da temática nos campos da saúde, educação e assistência, limitando e atrasando a necessária integração em rede das respectivas instituições e funções.

Neste cenário, usuários de droga em estágio avançado de dependência, com a integridade física já gravemente compro-

metida e a vida em risco, devem ser compulsoriamente internados? Como, por quem, até quando e com que garantias?

A LEI

A Lei Federal nº 10.216/2001,¹ que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, foi aprovada devido à atuação do movimento de Reforma Psiquiátrica que reivindicava mudanças nas formas de lidar com pessoas com deficiência mental. Buscava-se, por um lado, superar o tradicional modelo de internação tido como principal forma de tratamento e, por outro lado, redirecionar o modelo assistencial em saúde mental, privilegiando a rede de serviços de atenção psicossocial.

No art. 6º desta Lei, estão previstas as três modalidades de internação e as suas respectivas definições:

Art. 6º. A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I – internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

1 A Lei Federal nº 10.216/2001 é oriunda do Projeto de Lei nº 3.657, de 1989, de autoria do Deputado Paulo Delgado, cujo texto original passou por sérias mudanças até se chegar à redação final. A par disto, outros Estados e o Distrito Federal elaboraram leis próprias, em sua maioria, destinadas a garantir direitos àqueles com deficiência mental, inspirando-se no PL. Alguns exemplos: Ceará – Lei nº 12.151, de 29 de julho de 1993; Distrito Federal – Lei nº 975 de 2 de dezembro de 1995; Espírito Santo – Lei nº 5.267, de 7 de agosto de 1992; Minas Gerais – Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995; Paraná – Lei nº 11.189, de 9 de novembro de 1995; Pernambuco – Lei nº 11.064, de 16 de maio de 1994; e Rio Grande do Sul – Lei nº 9.716, de 7 de agosto de 1992.

II – internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e

III – internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

A internação compulsória é aquela imposta por um juiz togado, que observará as condições estabelecidas no art. 9º:

Art. 9º A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

Para que a modalidade compulsória ocorra, com a decretação da internação, é ainda necessário: a recomendação fundamentada de um médico através de laudo, a instauração de um processo judicial, com participação do Ministério Público Estadual, e a decisão, também fundamentada, do Magistrado.

A Lei nº 10.216, em alguns aspectos, significou avanços no campo da política nacional de saúde psiquiátrica. Entretanto, a sua redação final ainda contempla o modelo psiquiátrico tradicional, também chamado de manicomial, abominado pelos movimentos sociais e por grande parte de profissionais que defendem a extinção dos manicômios e lutam pela criação/ampliação da rede de serviços substitutiva aos hospitais psiquiátricos.

O que se questiona nesse cenário é: se a existência de um processo judicial, com o seu regular desenvolvimento, com a intervenção do representante do Ministério Público, com decisão fundamentada do juiz e com laudo médico favorável é medida que, por si só, resguarda direitos e preserva a vida do cidadão. E mais: se os recursos (pessoais, financeiros, estruturas

físicas etc.) são adequados para que não sejam violados os direitos fundamentais.

Se as pessoas “capturadas” nas crackolândias dos grandes centros urbanos forem levadas compulsoriamente à internação em hospitais psiquiátricos ainda existentes no país, gera-se o risco de estas mesmas pessoas continuarem a sofrer violações em seus direitos fundamentais. É notório que, nestas instituições, são utilizados métodos, por vezes, violentos, por vezes, ineficazes e, não raramente, desrespeitosos à dignidade do ser humano.

O movimento de Reforma Psiquiátrica tem como um dos principais objetivos estimular a cidadania das pessoas submetidas a tratamento e entende que o manicômio ou hospital psiquiátrico é um espaço que dificulta esta construção de cidadania, ao tempo em que viola os direitos preconizados no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.216/2001:

Art. 2º [...]

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

I – ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;

III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV – ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

Ainda sobre as críticas ao modelo manicomial e hospitalocêntrico de tratamentos, sustenta Renata Corrêa Britto (2004, p. 96) que:

A proteção e garantia dos direitos das pessoas portadoras de transtorno mental também está relacionada com o redirecionamento do modelo assistencial, pois questiona o modelo voltado para a internação especializada dentro do hospital psiquiátrico e promove a viabilidade de outro modelo de atenção psicossocial, que cuida e trata sem o dispositivo da internação hospitalar, embora alguns serviços possuam leitos. Esses novos serviços se constituem de modo que o tratamento não seja sinônimo de internação, pois tal postura retira da pessoa sua autonomia, sua circulação e sua cidadania.

Outras preocupações para aqueles que se opõem à possibilidade de internação compulsória são a forma da abordagem e a estrutura montada pelo Estado para sustentar este tipo de intervenção na vida do cidadão. Operações envolvendo violência e maus tratos com uso de força policial, discricionariedade do Poder Judiciário ao determinar a internação e a ausência de equipe multidisciplinar para oferecer o necessário suporte antes, durante e depois da internação, são alguns dos problemas verificados.

A INTERNAÇÃO JUSTIFICÁVEL

Existem casos em que a droga, sendo excessivamente utilizada, causa um nível de dependência tal que compromete as condições de autodeterminação do indivíduo sobre o seu estado de saúde. Diante destes casos, a internação pode se apresentar como a solução inevitável.

O Estado pode, então, de forma legítima, enquanto garantidor de direitos fundamentais, principalmente do direito à vida, promover a internação compulsória. Esta intervenção deve se dar através dos Sistemas de Saúde, Assistência e Justiça que, articulados, realizem o tratamento. E esta internação só se justifica “quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes” (conforme art. 4º da Lei).

Sublinhe-se, ademais, o caráter protetivo de tal medida. A internação compulsória, além de ser modalidade aplicável em casos de extrema necessidade e, até, de risco de vida do paciente ou de risco causado por este a terceiros, não se constitui em penalidade, em punição, mas, sim, em proteção. O fato de ser aplicada judicialmente não configura medida da esfera penal, como tem sido interpretada equivocadamente em alguns debates.

Por outro lado, a internação compulsória deve ser a mais breve possível, tendo em vista que o tratamento visará, “como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio” (parágrafo primeiro do art. 4º).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todas as razões expostas e outras mais, a internação compulsória divide opiniões. Há quem diga, por um lado, que ela resguarda direitos, sobretudo o direito à vida, quando

ameaçada pela dependência química associada a outros fatores relacionados à saúde. E há quem sustente que esta modalidade viola esses mesmos direitos humanos à vida digna, à saúde e, principalmente, à liberdade.

A contribuição do Movimento de Reforma Psiquiátrica aponta a incompatibilidade de tratamentos adequados com respeito à dignidade das pessoas, com a lógica de manicômios e hospitais psiquiátricos enquanto instituições responsáveis pelo acolhimento dos dependentes.

A saída mais estratégica nesse quadro pode ser o investimento da sociedade e do Estado em ações que garantam os direitos e a cidadania daquelas pessoas que, por terem atingido um ponto crítico de desconstituição existencial, necessitam da internação como último recurso de sobrevivência.

E para que essa internação, se indicada, possa garantir os direitos fundamentais da pessoa internada, desloca-se a questão para as condições dos Sistemas de Saúde, Assistência e Justiça: se as instituições, estabelecimentos, estruturas, recursos humanos e financeiros e outros mecanismos de funcionamento são capazes de oferecer tratamento com perspectiva de reinserção cidadã do sujeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 28 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 28 maio 2013.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.657, de 12 de setembro de 1989. Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1989.

BRITTO, Renata Correa. **A internação psiquiátrica involuntária e a Lei 10.216/01**: reflexões acerca da garantia de proteção aos direitos da pessoa com transtorno mental. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004.

O "USO PUNITIVO DAS DROGAS": É POSSÍVEL DESINTOXICAR O DISCURSO?

Riccardo Cappi

A questão que constitui o título desta intervenção¹ vai permanecer uma questão. A pretensão não é, aqui, de respondê-la, mas sim de sustentá-la, a partir da possibilidade de enxergar o uso de drogas como uso punitivo,² entendendo-se, inclusive, que este uso já chegou em uma fase de intoxicação. Desta forma se poderia até falar em uso dependente, referindo-se à dependência, isto é, a uma necessidade "compulsiva" de recorrer ao castigo – ou à ideia de castigo – quando aparece, essencialmente nos discursos, a questão das drogas. Assim, na condição de usuários punitivos dependentes, poderíamos nos perguntar se é possível desintoxicar o discurso. Tal pergunta, que pode ser indevidamente encarada como provocação, pretende, sobretudo, contribuir para a reflexão sobre nossas maneiras de pensar a droga e suas diversas abordagens, propondo, igualmente, a necessidade de dialogarmos com a cultura conservadora.

1 O texto constitui uma versão escrita da intervenção ocorrida, com o mesmo título, no Seminário Internacional "Usos e usuários de álcool e outras drogas na contemporaneidade", organizado pelo CETAD, que ocorreu de 3 a 5 de novembro de 2010.

2 A expressão remete ao título do livro *L'usage penal des drogues*, organizado pelo Prof. Dan Kaminski, a quem renovo meus agradecimentos e minha estima.

Assim, tentar-se-á levar a sério algumas questões como as que seguem: se já se tornou comum falar em falência do castigo para reduzir o consumo de drogas, por que insistimos neste caminho? por que insistimos com o discurso punitivo? onde é que residem os obstáculos ou as resistências para que renunciemos a tal estratégia de enfrentamento?

A exposição será estruturada em cinco pontos. No primeiro momento, gostaria de explicitar o lugar de onde ela é estabelecida, isto é a partir de uma vertente da criminologia, essencialmente voltada para o estudo do controle social. Em um segundo ponto, será possível tecer algumas considerações sobre o conceito de punição para sustentar, em seguida, a ideia de um “uso punitivo das drogas”, com suas possíveis significações, que será o objeto do terceiro ponto. Em um quarto ponto, haverá como entender melhor a imagem proposta de um “discurso intoxicado” sobre as drogas, nas suas diversas significações e, enfim, caberá dedicar uma reflexão atenta às resistências que impedem a desintoxicação do discurso.

A CRIMINOLOGIA COMO ESTUDO DO CONTROLE SOCIAL

Em primeiro lugar, vale dizer que, propondo aqui uma abordagem criminológica, me situo na linha dos estudos que se dedicam à compreensão do controle social, em suas diversas manifestações (BARATTA, 2002). Isto significa que não estamos nos referindo ao estudo do comportamento dos usuários nem às pesquisas sobre a atuação dos “traficantes”. Esta distinção é importante, para descartar, de imediato, uma leitura que se consagre ao estudo das condutas das pessoas que fazem uso ou que comercializam substâncias psicoativas. O cerne do interesse é aqui o controle social: tanto o controle de tipo formal – representado

pela lei, pelas agências do Estado, como a polícia, os tribunais, as penitenciárias – quanto o controle informal, que se dá através das diversas práticas educativas, familiares, da mídia ou, ainda, de um vasto conjunto de práticas que poderíamos chamar de discursivas.

Quero sustentar aqui uma relação crítica ao objeto de estudo, não imediatamente alimentada por uma posição ética ou política sobre a pertinência da proibição, mas pela recusa, de caráter epistemológico, de considerar as atividades punitivas do sistema penal como respostas a um fenômeno social que independe destas atividades. Em outras palavras, os crimes – como o uso e a comercialização de drogas – aos quais temos acesso pelos meios de comunicação, pela experiência ou pela pesquisa são entendidos como uma “construção social” operada pela intervenção penal. Os discursos e as práticas do controle social são constitutivos do fenômeno em tela: não haveria crime se não houvesse um processo de definição social e penal destas condutas enquanto crimes. Logo, não é possível pensar de maneira dicotômica: os criminosos, de um lado, e o sistema que responde, do outro lado; o objeto crime é, em parte ou por inteiro, constituído pelo próprio controle. Assim, o “uso punitivo das drogas” constitui um filtro essencial através do qual tomamos conhecimento desta realidade ou, ainda, podemos afirmar que se torna difícil pensar o “fenômeno das drogas”, sem fazer referência ao (nosso) discurso punitivo.

A PUNIÇÃO: DISCURSOS (E PRÁTICAS) NO SISTEMA PENAL E EM OUTROS SISTEMAS DE CONTROLE

O que é um discurso punitivo? O que é a punição? A que estamos nos referindo ao falarmos em punição? Esta questão será abordada de maneira rápida aqui, unicamente para situar nosso argumento.

De maneira muito simples, poderíamos dizer que se trata de uma modalidade de intervenção específica, entre outras, diante de um conflito ou de uma situação problemática ou percebida de tal maneira por um grupo ou pela sociedade. A especificidade da punição, segundo Nils Christie (2005),³ um criminólogo escandinavo, está no fato de ela consistir em uma maneira de ministrar ou administrar dor, de maneira voluntária. A punição, assim entendida, constitui, há muito tempo, a forma de resposta privilegiada pelo Direito Penal. Vale lembrar, contudo, que existem outras maneiras de responder ou de reagir a situações problemáticas; assim, podemos pensar em outras respostas tais como: a intervenção terapêutica ou educativa; a reparação do dano – se houver –, a negociação ou a mediação do conflito. No extremo, como modalidade de resposta ao problema, pode-se até pensar na redefinição das normas, quando esta se torna necessária para produzir uma solução satisfatória. O que se pretende frisar aqui é que o castigo constitui somente uma entre diversas maneiras de enfrentar a situação que, por qualquer motivo, se torna socialmente indesejável.

Quando falamos em punir ou em punição, nos referimos, portanto, a discursos e práticas em uso no sistema penal, mas que estão também espalhadas em muitos âmbitos da sociedade; pode-se dizer que o uso da punição é fortemente difuso. Seguindo o jogo de palavras proposto pela pergunta inicial, poderíamos dizer que o sistema penal não só é usuário punitivo de drogas, mas é, igualmente, quem oferece e difunde este tipo de uso – como comerciante ou mesmo traficante – no conjunto da sociedade.

3 Neste texto, a punição é ainda entendida de maneira ontologizada. Reconhecemos a possibilidade de desontologizar a punição, mas, por simplicidade, não será adotada aqui esta perspectiva.

Logo, como veremos, um dos obstáculos cognitivos à mudança reside, justamente, na maneira como nos entregamos à lógica do castigo – poder-se-ia até falar em “dependência” –, não somente referida aos comportamentos de uso ou comercialização de drogas. Em outras palavras, o castigo constitui uma modalidade difusa de pensar e atuar diante de determinadas situações problemáticas.

Um criminólogo brasileiro, Álvaro Pires (1998, 1999, 2004), construiu um conceito interessante para dar conta dessa maneira específica de pensar, no âmbito do sistema penal que identificou com o nome de “racionalidade penal moderna” que corresponde à racionalidade específica que veio se sedimentando nas práticas discursivas do sistema penal, a partir do século XVIII, podendo-se pensar na recepção e difusão da mesma em outras esferas da sociedade.

A ideia veiculada pela racionalidade penal moderna é que, no âmbito penal, a produção da ordem e a defesa da sociedade se dão, prevalentemente, através de respostas que sejam de natureza “hostil”, “atomística”, “negativa” e “abstrata” (PIRES, 2004, p. 43). Assim, quem for designado como autor da conduta problemática será considerado de maneira *hostil* no âmbito do sistema penal bem como pela sociedade. Falar em resposta *atomística*, significa pensar em uma resposta de caráter individualizado, cirúrgico: a pena atinge, exclusivamente, a pessoa entendida como responsável, sem levar em conta o contexto e a complexidade da situação problemática e das relações sociais nas quais ela se produz e se desenvolve. O caráter *negativo* da resposta, por sua vez, é dado pela exigência de produzir um mal para o infrator, que corresponda de alguma maneira ao mal praticado por ele, descartando respostas que não sejam portadoras de tal negatividade. Enfim, a resposta é *abstrata*, porque o bem que ela supostamente deve proporcionar não é

tangível, é indefinido e incerto, frente ao mal concreto e imediato produzido pelo castigo: trata-se de infligir *agora* um mal certo, para produzir um bem – qual? – que acontecerá em um futuro incerto.

Por esta racionalidade, é afirmada a ideia segundo a qual existe a obrigação de punir o autor do delito. Assim, a obrigação de punir acaba excluindo outras formas de intervenção, tais como a conciliação, a reparação ou, até mesmo, a terapia fora do contexto punitivo.

“USO PUNITIVO DAS DROGAS”: SIGNIFICAÇÕES

Diante desta expressão que pode parecer intrigante, vejamos quais possíveis significações lhe podem ser atribuídas. Em primeiro lugar, cabe afirmar a necessidade de levar a sério o discurso punitivo, que não podemos desqualificá-lo tão rápida e levemente, o que significa tentar entender seus fundamentos, as lógicas que o alimentam, mas, igualmente, compreender onde se situam suas resistências, os elementos específicos que fazem com que ele não tenha condição de mudar ou, ainda, de deixar espaços para outros tipos de discurso.

Vejamos três significações da ideia de “uso punitivo das drogas” (KAMINSKI, 2003, p. 14-15). Em primeiro lugar, a expressão tem uma significação descritiva: quer dizer que a questão das drogas e seus usuários são tratados, de maneira geral, por instâncias punitivas, e isto, em vários contextos. Temos aqui a significação mais simples.

Podemos, em segundo lugar, acrescentar-lhe uma significação funcional, no sentido de perceber, no uso punitivo das drogas, a resposta a uma necessidade ou, ainda, a uma demanda: ele serve para alguma coisa, serve para alguém, ou ain-

da, o uso punitivo das drogas desempenha uma função social. Ressalta-se que a existência de uma funcionalidade do “uso punitivo das drogas” se torna provavelmente um dos motivos pelos quais é tão difícil se desfazer dele. Assim, falar em uso punitivo remete, obviamente, ao uso discursivo que faz referência à lei ou à produção normativa. Mas, podemos considerar, igualmente, os usos punitivos por parte das agências responsáveis pela implementação da lei. Estes atores sociais encarregados da aplicação da lei, de fato, fazem uso dela, como não poderia deixar de ser. Ora, este se dá, inevitavelmente, de maneira arbitrária e discricionária,⁴ de tal forma que possa servir a objetivos próprios que, não necessariamente, comungam com os objetivos que presidiram a elaboração da própria lei. Por exemplo, um serviço de polícia pode utilizar a lei de drogas para atender às demandas de uma comunidade: trata-se de um objetivo específico e distinto dos objetivos postos pelo poder legislativo na elaboração da lei.

Enfim, vale mencionar uma terceira significação da expressão “uso punitivo de drogas”: poderíamos falar em significação reflexiva. O sistema penal pode ser visto como usuário de drogas, assim como outros sistemas, “sustentado por” e – ao mesmo tempo – “veículo de” discursos punitivos. O significante “drogas” é utilizado como endereço do castigo e este uso, reflexivamente, pode ser considerado como qualquer outra forma de uso: problemático ou não, dependente ou não, intoxicante ou não.

Para o nosso propósito, é importante frisar que “usar punitivamente as drogas” pode também significar excluir, ocultar,

4 Com esta expressão, não se quer apontar ilegalidades na implementação da lei, mas sim o fato de que os agentes encarregados se beneficiam, inevitavelmente, de um poder de decisão própria.

deixar em segundo plano, outras representações (do uso) das drogas ligadas, por exemplo, ao lazer, ao prazer, à socialização, à dor de viver, etc. Em outras palavras, a punição – no discurso, na lei, nas práticas institucionais – confere uma forma específica à nossa maneira de usar (simbolicamente) a droga que contamina, poderíamos dizer, nossa maneira de encarar e enxergar o problema. O uso de drogas é compreendido, essencialmente, como um mal que demanda, por si só, práticas de atribuição de um outro mal: o castigo.⁵

Parece que usamos e abusamos punitivamente das “drogas” em nossos discursos. Ora, se admitimos um uso não ocasional neste sentido, podemos nos perguntar se este já chegou à fase de dependência. Em outras palavras, se não conseguimos mais renunciar ao uso (significante) de drogas, sem incluir necessariamente uma leitura punitiva, isto é, hostil e criminalizante das mesmas.

UM DISCURSO INTOXICADO

Poderíamos falar, então, de um discurso intoxicado sobre as “drogas”?

Para responder, cabe perguntar o que significa intoxicação. Na linguagem médica, diz-se que ela ocorre quando há transtornos, prejuízos ou outras perturbações ligadas à introdução de uma substância nociva no corpo. No nosso caso, trata-se do corpo do discurso.

A etimologia da palavra “tóxico” nos remete ao veneno que alguns povos bárbaros esfregavam na ponta de suas

⁵ Basta citar como exemplo as campanhas “anticrack” veiculadas pelo governo do Estado da Bahia, que associam a substância psicoativa “ao caixão ou à cadeia”.

flechas. A ferida aberta pelo *toxicum* era tão mortal que, na língua latina, se utilizou a mesma palavra para designar um veneno contra o qual nada pode impedir o efeito.

No mesmo sentido, a punitividade pode ser comparada a uma ideia que invade e que toma conta do corpo do discurso. A ideia punitiva, injetada no discurso, acaba intoxicando o corpo mesmo do discurso, provocando-lhe uma série de transtornos e graves prejuízos. Por que isto? Por que o empobrece; mata o discurso na sua tentativa de abraçar e (re)construir significativamente os diversos aspectos da realidade, que são inúmeros e complexos. O discurso, assim, se imobiliza, torna-se paralisado, intoxicado.

E o que acontece quando o discurso é imobilizado, rígido em sua tradução da realidade? Não há mais o que discursar, só se pode ou se deve atuar. Já ouvimos dizer, “Enquanto vocês falam as pessoas morrem! Precisamos agir”. Não há dúvida de que algo precisa ser feito. Mas, pode-se contrapor: “Quando morre o discurso, só nos resta o deserto da ação”. Se é verdade que “precisamos agir”, corre-se o risco de uma ação tão urgente quanto desamparada, desprovida de significações compartilhadas ou, pelo menos, debatidas, com as necessárias brechas que todo discurso pode – e deve – conter diante da complexidade da existência.

Então, nessa intoxicação, a droga é associada ao mal que, “simplesmente”, deve ser respondido através de outro mal, conforme a lógica kantiana da retribuição. Ou ainda, o mal do castigo serve para prevenir o mal do uso. Tal lógica simplista nos invade, injetada nas (veias de) nossas maneiras de representar a realidade e nos impede de considerar uma série de outras questões. Cabe discutir, por exemplo, os fatores econômicos, sociais, psicológicos que interferem no uso, problemático ou não, das drogas, bem como na sua produção e comercialização.

O reducionismo nos impede, também, de considerar a seletividade social e étnica do discurso punitivo e das práticas do sistema penal, de considerar os mecanismos complexos da violência. A “droga” acaba sendo injetada no discurso como causa universal dos problemas, terminando por extinguir as possibilidades de reflexão, de ação reflexiva e de intervenção.

Ademais, a lógica punitiva nos impede, por exemplo, de considerar as diversificações do uso e de sua motivação, a realidade do uso que está em crescimento ou, ainda, a possibilidade de usos seguros, prazerosos, socialmente significativos. Além de deixar em segundo plano os discursos nos âmbitos clínicos, políticos e educativos, a perspectiva punitiva hegemônica nos impede, inclusive, de fazer a discussão sobre a própria eficácia da punição.

Mais um aspecto interessante no âmbito das palavras. O uso punitivo das drogas estaria em fase de “adicação” que, literalmente, significa “escravidão para pagar dívidas”. Pode-se utilizar esta ideia para dizer que a lógica do castigo nos coloca constantemente em dívida em relação a ela: o castigo remete à ideia de culpa, que refere sempre a um “outro”. A culpa nos deixa devedores frente a este outro, impedindo ou afastando-nos da possibilidade de assumir, de nos responsabilizarmos por nossas próprias questões, inclusive aquelas ligadas ao uso de substâncias psicoativas.

ALGUMAS (FORTES) RESISTÊNCIAS À DESINTOXICAÇÃO DO DISCURSO

Cabe, agora, identificar algumas fortes resistências⁶ à desintoxicação dos discursos. Em outras palavras, podemos nos perguntar por que, frente a uma série de objeções, como aque-

6 Este tópico da intervenção está inspirado, com algumas adaptações, na contribuição de Ketele e Kaminski (2000).

las que foram colocadas, persistimos em adotar e assumir um discurso punitivo, tido aqui como intoxicante? Identificarei sete grandes resistências para a desintoxicação deste discurso. Cinco delas remetem a uma ideia muito simples – “não há motivos para mudar” – e dois remetem a uma ideia complementar: “as alternativas não são interessantes”.

“O castigo é útil para alguém”

Por que há motivos para não mudar? Em primeiro lugar, cabe encarar a punição como interessante, enxergando sua utilidade econômica ou política para certos atores sociais e profissionais. Uma coisa é dizer, de maneira geral e abstrata, que a punição não serve: o fracasso é aferido em uma leitura de caráter abrangente segundo a qual, apesar dos altos investimentos nas ações de repressão, o problema identificado persiste ou até aumenta; outra coisa é considerar o lugar concreto de onde se usa e se maneja a punição. Nesta posição é mais do que provável que se consiga alguma vantagem pelo simples fato de punir. Punir, neste caso, pode significar mostrar que se faz algo, “mostrar serviço” como se diz, frente a alternativas mais complexas e menos visíveis de intervenção.

De um ponto de vista criminológico, caberia pesquisar as razões de uma investida tão maciça, por parte do sistema penal, na repressão às atividades ligadas à comercialização e uso de drogas. Uma das possíveis razões é que é mais fácil operar neste âmbito do que enfrentar outras transgressões que são dificilmente alcançadas. Assim, com o motivo da ordem, da segurança pública, justifica-se o uso do aparelho penal no enfrentamento a determinadas populações notadamente excluídas ou marginalizadas (ZAFFARONI, 2007), tais como a população de rua. Trata-se de operações relativamente menos caras e mais “produtivas” politicamente, no âmbito da perseguição.

“O princípio ativo do castigo é mantido pela própria flexibilidade”

Uma segunda razão pode ser identificada para explicar a dificuldade ou a ausência de mudança na perspectiva da punição e poderia ser formulada da seguinte maneira: as flexibilizações da punitividade mantêm o “princípio ativo” da mesma. Ocorrem mudanças da política criminal que aliviam o regime punitivo o qual não é posto em discussão. Isto significa que, quando há redução do castigo para alguns comportamentos, não podemos entender que isto envolva um questionamento da própria lógica do castigo. O exemplo mais difundido, a nível mundial, é dado pelas legislações que mudam, para tratar com maior tolerância o uso da maconha, aumentando, por exemplo, a quantidade entendida como destinada a uso pessoal. Este procedimento não pode ser confundido com o questionamento da modalidade punitiva, mas somente como o entendimento de que esta não se aplica, em alguns casos.

Assim, a própria lei brasileira nº 11.343 de 2006 se caracteriza por uma redução do caráter aflagrante da sanção referente ao uso de drogas, através do artigo 28, que exclui a privação de liberdade como possível modalidade da pena. Este procedimento, via de regra, não coloca em discussão o princípio punitivo e as práticas punitivas das agências de controle penal. Os próprios atores do sistema penal se tornam, de fato, os gestores discricionários do uso punitivo, tendo a possibilidade de “modular” o uso do artigo 28 – referente à criminalização do uso – e do artigo 33 – referente ao tráfico – da mesma lei, uma vez que este último prevê, ainda, penas privativas de liberdade, mostrando, até, um recrudescimento da lógica aflagrante em relação ao dispositivo legal anterior.

“Os que punem são distantes dos que são punidos”

Existe uma terceira razão possível para não mudar: a distância social entre os que detêm o poder de punir ou mudar o

discurso e aqueles que são alvo da punição. Em geral, torna-se mais fácil pensar ou implementar alternativas penais quando as pessoas que geralmente não são alcançadas pelos dispositivos penais se tornam improvisamente alvo da punitividade. Assim, por exemplo, os pais de jovens “dependentes” se tornam, de fato, frequentemente propensos a evitar a punição. A criminologia crítica, que estuda o sistema penal, nos acostumou a um resultado simples: o castigo é seletivo e se destina prioritariamente a um segmento da população definido como subalterno e marginal. Logo, quanto maior permanecer a distância social entre os que influenciam as mudanças legais em relação àqueles que sofrem dos (ab)usos punitivos, menos haverá motivos para mudança. Esta tendência se confirma a contrário, nos raros casos em que os representantes de grupos tradicionalmente não alcançados pelo sistema penal – e próximos dos centros de decisão – se tornam alvo da sua ação sancionatória.

“O conforto normativo”

Uma quarta razão para explicar o *status quo* em matéria punitiva poderia ser chamada de “conforto normativo”, indicando que, de certa forma, a adesão às normas punitivas nos traz uma sensação de conforto. A norma punitiva é facilmente apresentada como instrumento, por definição, de “luta contra o mal”; a norma que proíbe e prevê um castigo repousa, assim, sobre um princípio que parece lógico e repleto de bom senso. Ela é geralmente pouco questionada como instrumento adequado a enfrentar “um mal” que é necessário reprimir, logo erradicar. Aliás, nesta perspectiva, o insucesso da empreitada punitiva constitui um bom motivo para aumentar a dose do remédio – o castigo – que, em si, é inquestionavelmente concebido como indicado. Em outras palavras, a concepção da norma punitiva como solução do problema, indica que esta só será alcançada aumentando o esforço na mesma direção...

Existe, portanto, um obstáculo mental (ou cognitivo⁷) que vai se reforçando e para inverter a rota, seria necessário admitir que a concepção da solução do problema foi equivocada desde o começo, identificando a necessidade de novas formulações. Assim, parece mais confortável sustentar a concepção do uso e do usuário em termos diabólicos, para justificar o uso (repetido) de soluções punitivas.

Trata-se, no nosso entender, de figuras extremas que não dão conta da complexidade do fenômeno mas que, contudo, reaparecem com certa frequência e intensidade nos discursos de uso coletivo. Assim, segundo uma análise conhecida, vale lembrar, aqui, as comunicações da mídia ou as campanhas de governo que reforçam a imagem da droga como mal, garantindo uma reprodução ideológica e material da necessidade de castigo para o qual o próprio sistema punitivo contribui. Paradoxalmente, a criminalização contribui para a criação do “submundo das drogas”, que nos amedronta e que demanda acréscimo da criminalização.

Em definitivo, segundo a lógica da profecia que contribui para seu próprio cumprimento, nós mesmos produzimos a “prova” da necessidade daquilo que sustentamos... Isto gera um círculo “vicioso” no uso punitivo das drogas que, segundo o jogo de palavras sustentado neste ensaio, se assemelha ao fenômeno da “tolerância” diante do produto: precisa-se aumentar a dose para reencontrar o mesmo efeito farmacológico!

“Proibir se confunde com punir”

Um quinto obstáculo à desintoxicação do discurso punitivo reside na confusão entre interdição e punição. A norma penal e as normas punitivas, em geral, apresentam uma estrutura característica que Álvaro Pires (2004, p. 41) identifica como

7 No sentido de Bachelard (1975).

estrutura telescópica o que significa que a norma de conduta aparece indissociavelmente atrelada a uma norma de sanção (aflitiva), conhecida através da fórmula tradicional: “se fizer X, será sancionado e punido da forma Y”. Isto mostra que existe uma “colagem” entre três elementos: a conduta proibida, a sanção que a identifica como proibida e a modalidade concreta de resposta (punitiva) que segue à sanção. Novamente, trata-se de uma junção sustentada pelo senso comum, que nos deixa em uma região de conforto cognitivo.

Ora, os três elementos poderiam ser considerados separadamente, entendendo que a sanção constitui um elemento bem distinto da norma que proíbe a conduta e que, admitindo a necessidade de dizer “não” a um certo comportamento, existem ainda diversas respostas concretas possíveis, para acompanhar o “não” pronunciado. A resposta aflictiva – o castigo – constitui, assim, somente uma entre as diversas modalidades concretas de possível resposta sancionatória. A comodidade reside, aqui, na assimilação da punição à lei, sem se perguntar sobre outras formas de sanção que podem acompanhar a interdição, perpassando pelas lógicas educativa, clínica, política, etc...

“Descrédito das soluções alternativas”

Um motivo que contribui, indiretamente, para reforçar as respostas punitivas, isto é, aflictivas, remete ao descrédito que paira sobre as outras possíveis respostas.

Além do reflexo do conforto normativo, materializado pela preferência pelas soluções punitivas existentes, dependemos, de certa forma, da não clareza das respostas diferentes da aflição. Em primeiro lugar, elas não são unicamente diferentes, mas também diferentes entre si: assim, existem distinções, até de peso, entre propostas de despenalização, descriminalização, regulamentação, liberalização, etc. O fato destas distinções não

serem apresentadas ou compreendidas em suas nuances torna mais provável que estas não sejam adotadas. Diante da não clareza e da complicação, é melhor manter-se em uma posição consolidada. De uma maneira geral confunde-se, inclusive pelos motivos acima expostos, as alternativas ao castigo com as modalidades do *laissez-faire*: fazer algo diferente de punir significa deixar passar, liberar, não se opor.

No mesmo sentido, encontramos argumentos que encontram sua sustentação em teorias que apoiam a “tolerância zero”. Assim, segundo esta leitura, se liberarmos as drogas (leves), tudo se tornará possível; diante da possibilidade de escalada das condutas ilícitas ou indesejáveis, o castigo permanece, frequentemente, sendo a resposta obrigatória às mesmas, como forma única forma de manifestação de reprovação ou de prevenção.

“Tentar convencer gera o efeito contrário”

Questionando agora o conteúdo e a forma dos discursos que apresentam propostas diversificadas em relação à lógica do castigo, cabe alertar para a possibilidade de ocorrerem alguns efeitos contrários na empreitada de convencimento que, geralmente, os caracteriza.

Em primeiro lugar, um dos elementos importantes para a credibilidade de um discurso se situa na credibilidade de quem fala. Por uma série de motivos que não serão aqui analisados, as características de quem pronuncia um discurso pesa muito na “qualidade” que este tem para convencer. Assim, o poder, o saber reconhecido, a fama de quem profere a argumentação de uma posição (contrária ao castigo) têm amplas probabilidades de “pesar” mais na produção de convencimento de quem ouve. Inversamente, o descrédito de um discurso se dá desclassificando ou definindo como marginal ou anormal a minoria que o profere.

Um outro elemento a ser levado em conta pode ser resumido da seguinte maneira: a “vontade de convencer” gera aversão. Em outras palavras, quando aparece, claramente, a vontade de convencer o interlocutor, este poderá desenvolver, mesmo a título inconsciente, uma série de resistências, desenvolvendo um elemento motivacional negativo diante da possibilidade de integrar elementos de uma nova maneira de pensar.

Enfim, os argumentos favoráveis ao recuo o ao abandono da lógica do castigo são, geralmente, de cunho racional. Ora, os argumentos de tipo racional mobilizam menos as emoções, que são de fundamental importância para gerar convencimento. Isto provoca uma importante “assimetria” em relação aos discursos que apoiam o castigo. Os estudiosos do “populismo penal” (PRATT, 2007) já mostraram a que ponto os argumentos favoráveis ao castigo mobilizam um importante elemento emocional: a droga, o usuário, o traficante são apresentados como realidades maléficas, dotadas de forças assustadoras frente às quais só nos resta o desamparo ou o castigo. Assim, os discursos punitivos apostam, geralmente, no componente emocional do medo (BAUMAN, 2007) e do sentimento de insegurança, elementos favoráveis à leitura defensiva (CAPPI, 2011, 2013) – e redutora – do fenômeno, gerando a aceitação de respostas de cunho hostil e negativo entendidas como únicas formas de resposta possíveis.

PARA NÃO CONCLUIR...

Se é possível afirmar que nossos discursos sobre as drogas estão “intoxicados” pelo uso punitivo das mesmas, discutimos, aqui, algumas maneiras de compreender a dificuldade

da desintoxicação destes discursos. Este exercício, conduzido muito rapidamente neste espaço, pretende ilustrar a importância de desconstruir os mecanismos materiais e ideológicos que criam obstáculos à transformação das maneiras de pensar e, para isto, é importante que os discursos punitivos sejam ouvidos – que eles também possam se ouvir – em seus diversos componentes: posições, argumentos, emoções... Entender, de forma sistemática, as maneiras de pensar subjacentes às diversas posições para que nelas possam ser identificados os elementos de resistência à transformação: isto parece ser mais útil do que as cruzadas intolerantes para com os intolerantes...

Da mesma forma, ressaltamos, aqui, a importância de pesquisas que proponham novos olhares e novas construções do problema, a partir, por exemplo, de leituras clínicas, sócio-antropológicas, criminológicas... permitindo falas que possam nos ajudar a desvendar nossa “dependência” em relação aos usos punitivos das drogas, promovendo assim a busca e a compreensão da diversidade de usos – discursivos e/ou reais – das substâncias psicoativas.

Enfim, isto pode, talvez, nos ajudar a perceber que o uso punitivo das drogas não passa de um analgésico, de uma medicação mágica, externa à nossa responsabilidade cotidiana e política que, só momentaneamente, pode dar conta de nossa ansiedade frente à alteridade – representada também pelos diversos usos das drogas – e da inevitável dificuldade em vivê-la... só ou em sociedade.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Vrin, 1975.
- BARATTA, A. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

BAUMAN, Z. **Le présent liquide**: peurs sociales et obsession sécuritaire. Paris: Seuil, 2007.

CAPPI, R. **Motifs du controle et figures du danger**: l'abaissement de l'âge de la majorité pénale dans le débat parlementaire brésilien. 2011. Tese (Doutorado em Criminologia) – Universidade Católica de Louvain, Bélgica, 2011.

CAPPI, R. “Manieras de pensar” o controle social e a justiça penal: uma análise dos discursos parlamentares sobre a redução da maioridade penal. In: LOURENÇO, L. C.; GOMES, G. L. R. (Org.). **Prisões e punição no Brasil contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2013

CHRISTIE, N. **Au bout de nos peines**. Bruxelles: De Boeck, 2005.

KAMINSKI, D. **L'usage pénal des drogues**. Bruxelles: Larcier, 2003.

KETELE, S. de; KAMINSKI, D. Prohibition des drogues: de quelques résistances au changement. **Revue de droit pénal**, p. 505-533, 2000.

PIRES, A. P. Aspects, traces et parcours de la rationalité pénale moderne. In: DEBUYST, C.H.; DIGNEFFE, F.; PIRES, A. P. **Histoire des savoirs sur le crime & la peine**. Bruxelles: De Boeck Université; Presses de l'Université de Montréal et Presses de l'Université d'Ottawa, 1998. p. 3-52. La rationalité pénale et la naissance de la criminologie,

PIRES, A. P. Alguns obstáculos humanistas à mutação do direito penal. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 64-95, 1999.

PIRES, A. P. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. **Novos Estudos**, v. 68, n. 3, p. 39-60, 2004.

PRATT, J. **Penal populism**. London: Routledge, 2007.

ZAFFARONI, E. R. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ADOLESCÊNCIA E DROGAS: UMA ABORDAGEM EM SITUAÇÕES DE RISCO

Juliana Prates Santana

O presente texto tem por objetivo propor algumas reflexões sobre a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua usuárias de substâncias psicoativas, buscando identificar as possibilidades e os limites desta abordagem. Para isto, o texto tem início discutindo as principais características das crianças e dos adolescentes em situação de rua e as imagens sociais existentes acerca da infância e da adolescência e sobre as drogas, já que estas representações são acionadas na intervenção com esta população. Em seguida, será abordado o uso de drogas entre estas crianças e adolescentes, buscando-se identificar fatores de risco, padrões de uso e as particularidades do contexto da rua. Por fim, serão discutidas as estratégias de intervenção existentes e a complexidade da implantação das mesmas.

Espera-se com este texto, não a apresentação de uma “solução” mágica para a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua, mas a exposição de uma série de pontos que merecem ser debatidos e considerados por aqueles que atuam com esta população ou que se interessam por esta área.

AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO

As crianças e os adolescentes em situação de rua têm sido alvo de preocupação e interesse social e científico desde o final da década de oitenta, sendo que, a partir deste período, muitas foram as pesquisas realizadas com o intuito de caracterizar, compreender e intervir nesta problemática social. As pesquisas abordam, de forma geral: os motivos de saída para a rua; as características bio-socio-demográficas das crianças e dos adolescentes que se encontram neste contexto; as principais atividades desenvolvidas por estes meninos e meninas; além dos comportamentos de risco, como o uso de drogas e a violência e/ou a exploração sexual. (MORAIS; NEIVA-SILVA; KOLLER, 2010)

No presente artigo, serão abordadas apenas algumas das características que têm uma relação direta com a intervenção voltada para este público. O primeiro aspecto a ser discutido se refere à adoção da nomenclatura crianças e adolescentes em situação de rua em detrimento da classificação crianças *na* rua e crianças *de* rua, assim como diversas outras denominações que foram propostas ao longo destes mais de trinta anos de pesquisa. Ao se utilizar o termo crianças e adolescentes em situação de rua, enfatiza-se que não se trata de estados estancos, em que se considera apenas a proximidade com a rua e a família, mas que se considera aquilo que Lucchini (2000, 2003) denomina de Sistema Criança-Rua. Além disto, ao se utilizar a expressão em situação de rua, há uma possibilidade, como afirma Stoecklin (2003), de transferir o foco do problema da criança para a situação em que ela se encontra, refletindo ainda mudanças na concepção do fenômeno a partir das pesquisas e intervenções na área (RIZZINI; BUTLER, 2003).

No entanto, é importante ressaltar que nenhuma nomenclatura será suficientemente adequada para abarcar toda a diversidade e heterogeneidade que caracteriza as crianças e adolescentes que vivem, passam e perambulam pelos centros das cidades. De fato, quanto mais se tenta apreender o fenômeno a partir de características gerais, menos eficaz se torna a compreensão das trajetórias de vidas singulares, que são o objeto maior de qualquer intervenção. Parece que a máxima “cada caso é um caso” é completamente verdadeira, quando se trata de crianças e adolescentes em situação de rua, como afirmam Vogel e Mello (1996).

Se a heterogeneidade é a principal característica das crianças e adolescentes, a ambiguidade é a marca definidora do contexto da rua, enquanto espaço de desenvolvimento (KOLLER, 2010; MORAIS; NEIVA-SILVA; SANTANA, 2003). Compreender o contexto da rua implica aceitar que se trata, ao mesmo tempo, de um espaço de sobrevivência alternativo e de mais um espaço de risco para o desenvolvimento. As crianças e os adolescentes buscam o espaço da rua, muitas vezes, como forma de fugir da precariedade e das privações que vivem em suas famílias e comunidades de origem, mas encontram nas ruas, além desta forma de sobrevivência, a violência e os perigos da própria rua. A rua é ainda lugar de novas relações, de uma pseudoliberalidade e das drogas. A criança que está na rua é vítima das condições sociais, mas também comete atos que a colocam como vitimizadoras. Isto demonstra que, para compreender a vida em situação de rua, é necessário abdicar de maniqueísmos reducionistas.

Mas quem são as crianças e os adolescentes que estão utilizando a rua como espaço de sobrevivência, moradia ou, em termos gerais, como um espaço que se constitui como um risco para o desenvolvimento? De acordo com a literatura, pode-se

afirmar que, em sua maioria, são meninos com idades entre sete e 17 anos, negros, oriundos de bairros periféricos da cidade, que vivenciaram situações de violação de direitos no contexto familiar (violência, abusos físicos e sexuais e a própria situação de miséria), no ambiente da escola (em sua maioria, são analfabetos ou possuem um grande atraso escolar) e comunitário (redes de apoio frágeis e serviços públicos inacessíveis). Trata-se, obviamente, de uma descrição bastante superficial, mas que permite compreender de que “tipo” são as crianças e adolescentes que estão em situação de rua: são as mesmas crianças pobres que, na vigência do Juizado de Menores, eram tratados como “infâncias e juventudes desassistidas” e que, na época de vigência dos Códigos de Menores, eram designados e atendidos como menores abandonados, menores infratores. Para estes adolescentes, só resta, segundo Coimbra e Nascimento (2003), o extermínio ou a internação seja em abrigos, em espaços de privação de liberdade e com a maioridade, nas prisões e instituições carcerárias. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente esperava-se que estas crianças e adolescentes fossem assim denominadas e assumidas e tratadas como sujeito de direitos. Sabe-se que esta ainda não é totalmente a realidade e que ainda coexistem práticas que tratam esta população como pertencente a uma categoria de não-criança (MARCHI, 2007).

Além das características das crianças e dos adolescentes em situação de rua, cabe discutir as imagens sociais que são construídas em torno deste fenômeno, pois elas auxiliam na compreensão das intervenções propostas para este público assim como das expectativas sociais em torno de tais intervenções. Para isso, pode-se utilizar como referencial as imagens pré-sociológicas da infância, propostas por James, Jenks e Prout (1998) e que continuam a moldar ações e práticas cotidianas

lado a lado com as teorizações sociológicas mais sofisticadas sofre a infância. Para Sarmiento (2007, p. 30), as imagens pré-sociológicas da infância “se disseminaram no cotidiano, foram apropriadas pelo senso comum e impregnam as relações entre adultos e crianças nos mundos de vidas comuns”, fazendo com que sua análise seja tão pertinente e relevante. Dentre estas imagens,¹ cabe analisar a da criança má e da criança inocente, pois elas compõem a imagem que se forma sobre as crianças em situação de rua.

A imagem da criança má/demoníaca se fundamenta na ideia de que a criança possui uma natureza maléfica que precisa ser controlada. Decorrem daí as afirmações de que as crianças precisam ser disciplinadas para se tornarem “corpos adultos dóceis”. Segundo Sarmiento (2007, p. 31),

contemporaneamente, a criança má é vislumbrada nas imagens produzidas sobre as crianças das classes populares, em particular quando é mobilizada uma ideologia tremendista e securitária que refere às ‘famílias disfuncionais’, evoca acções de vitimização perpetradas por crianças ou convoca os ‘perigos’ da sociedade moderna para propor o reforço das intervenções paternalistas e mesmo a adopção de medidas de repressão infantil. (des-cida da idade penal, reforço dos regulamentos disciplinares, etc.)

A imagem da criança má é, talvez, a que melhor se adequa a uma das imagens construídas acerca das crianças em situação de rua, afinal, a existência de crianças fora do controle da família e do Estado, comportando-se de forma que foge às normas sociais e que desestabilizam a ordem social, reforça a ideia

1 As imagens da “criança pré-sociológica” citadas por James, Jenks e Prout (1998) são: a criança má/demoníaca (*the evil child*); a criança inocente (*the innocent child*); a criança imanente (*the immanent child*); a criança naturalmente desenvolvida (*the naturally developing child*); e a criança inconsciente (*the uncounscious child*).

de que a criança possui em si algo de demoníaco, de indomado que, sem o controle absoluto, vivem uma vida anárquica. Como afirma Sarmiento no trecho acima referido, há, em certos momentos, apelos coletivos pela disciplinarização destas crianças, através de ações coercitivas, que, no caso das crianças em situação de rua, chegam à situação de extermínio (DIMENSTEIN, 1990).

Em contraposição à imagem da criança má e, justamente por isto, complementar a esta, temos a visão da criança inocente. Tal imagem se baseia no mito romântico da infância como a idade da inocência, da pureza, da bondade e da beleza. Se o discurso social referido anteriormente, muitas vezes se pauta na imagem da criança má, o discurso assistencialista, que propõe o salvamento das crianças em situação de rua como decorrentes das suas famílias “desestruturadas”, se pautam na imagem da criança inocente ou criança vítima.

A opinião pública se divide entre essas duas imagens quando se trata de considerar as crianças em situação de rua. Em certos momentos, principalmente com as crianças menores, o discurso é de que as crianças que estão na rua são vítimas, uma vez que são desprovidas de infância, pois tiveram a inocência, a pureza e a bondade maculadas pela violência familiar. Por outro lado e, em geral, em momentos em que estas crianças cometem atos infracionais ou fazem uso de drogas, o discurso dominante é o de que estas crianças precisam do controle e da dominação para serem educadas, civilizadas.

Falta, contudo, um discurso que revele este ponto intermediário. Um discurso que permita compreender as crianças em situação de rua fora de posições maniqueístas e estanques, aceitando que não se trata de ser vítima ou vitimizadora e, sim, de serem as duas coisas ao mesmo tempo ou em momentos distintos. É preciso considerar que, ao invés de contradição, podemos estar lidando com complementaridades.

Ao abordar as imagens da criança “de rua”, Marchi (2007) destaca a existência de duas tendências opostas, sendo a primeira a “romantização” das crianças como possíveis agentes de transformação social e, no polo diametralmente oposto, a “satanização” das crianças “de rua”, que são vistas como potenciais criminosos. De acordo com Marchi (2007) as crianças “de rua” seriam, no entanto, “‘crianças espertas’ no sentido proposto por Foucault (1987, p.174), porque escaparam às malhas disciplinadoras da família e da escola e, em consequência, da nossa ‘sociedade industrial’”.

Sempre que se propõe uma intervenção para as crianças e os adolescentes em situação de rua essas imagens são acionadas e acabam por moldar o tipo de abordagem desenvolvida ou, como dito anteriormente, a expectativa social frente à intervenção. Pode-se completar essa discussão sobre as representações e imagens da infância, discutindo-se brevemente sobre o imaginário social e, muitas vezes, científico sobre a adolescência.

É interessante analisar que a discussão sobre o uso de substâncias psicoativas na infância e na adolescência faz com que se coloquem, lado a lado, concepções e imagens muitas vezes contraditórias e que, também por isto, causam tanta dificuldade de enfrentamento. Quando se pergunta² aos técnicos e profissionais que atuam com esta população o que pensam sobre crianças e infância,³ a resposta costuma ser brincadeira, inocência, desen-

2 Tenho tido a oportunidade de colocar esta questão a diversos técnicos e profissionais que atuam com crianças em situação de rua, em cursos, palestras e análises de prática e, invariavelmente, as respostas são as mesmas.

3 A inclusão dos adolescentes na categoria geracional da infância, quando se trata da situação de rua, é muito frequente, sendo diversos os motivos que justificam tal escolha. Sebastião (1998) argumenta, por exemplo, que o fato de tratarmos por crianças um grupo que, em geral, é constituído por adolescentes, parece refletir o fraco desenvolvimento físico de muitas das crianças que são encontradas na rua. Em trabalho anterior, Santana (2008) defende que esta inclusão se deve ao fato de que a população em situação de rua compartilha muito mais elementos com a categoria geracional da infância do que com a própria adolescência, principalmente quando se refere a vulnerabilidade e risco.

volvimento, fragilidade. Quando se pergunta sobre rua, os mesmos profissionais falam sobre liberdade, violência, exclusão, violação de direitos. Ou seja, já há lugar para alguma ambiguidade, que já torna difícil a colocação, na mesma sentença, dos conceitos “criança” e “rua”. A criança em situação de rua já não é a criança concebida socialmente. Quando se pergunta sobre drogas, as respostas costumam ser, quase na sua totalidade, de aspectos negativos, como, por exemplo, destruição, isolamento, morte, decadência. Esporadicamente, se fala em prazer. Neste sentido, criança, rua e droga parecem ocupar lugares diametralmente opostos, auxiliando na compreensão da dificuldade que é apreender o fenômeno do uso de drogas entre crianças em situação de rua. Trata-se aqui do que Xibernas (1993) define como “acúmulos de deficiências”, ao analisar o processo de efetivação da exclusão social. É como se a sociedade aceitasse uma única deficiência, isoladamente, mas não pudesse lidar com este acúmulo de diferenças.

O USO DE DROGAS ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Indiscutivelmente, o uso/abuso de substâncias psicoativas entre as crianças e adolescentes em situação de rua é um dos principais fatores que transformam esta condição em um problema de saúde pública. Diversos estudos têm demonstrado o elevado consumo de substâncias lícitas e ilícitas entre esta população, quando comparadas com crianças e adolescentes com “desenvolvimento típico” ou inseridas no contexto familiar, sem experiência de rua (NEIVA-SILVA et al., 2010; NOTO et al., 1998, 2004; SOUZA, 2007).

As principais drogas utilizadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua, nas capitais brasileiras, são o álcool e o tabaco (76,0% e 63,7% de uso na vida), sendo que o início

do uso destas substâncias se deu, em sua maioria, antes da situação de rua. Não apenas o uso na vida, no último ano e no último mês são elevados, mas a frequência diária também apresenta níveis mais elevados quando comparados com as crianças e adolescentes que não se encontram em situação de rua. (NOTO et al., 2004)

De acordo com Noto e colaboradores (2004), 44,4 das crianças e adolescentes em situação de rua, no Brasil, já fizeram uso na vida de inalantes, sendo que as principais substâncias utilizadas foram cola, *thinner* e loló. O uso diário destas substâncias foi relatado por 16,3% dos participantes do estudo, sendo que o início do uso ocorreu após a situação de rua, em 26,8% dos casos. Os inalantes têm sido relatados como as primeiras drogas ilícitas⁴ experimentadas por esta população.

A segunda droga ilícita mais utilizada pelas crianças e adolescentes em situação de rua foi a maconha (40,4% de uso na vida), seguida pelos derivados da coca: cocaína, *crack* e merla (24,5% de uso na vida). Dentre os derivados, o uso do *crack* merece uma análise mais cuidadosa pois tem apresentado um aumento significativo em todas as capitais brasileiras. Trata-se de uma droga significativamente mais barata do que a cocaína e cujo efeito ocorre em média 10 a 15 segundos após o uso, sendo, por isto, extremamente atraente para o usuário (NOTO et al., 2004).

Os motivos que levam as crianças e adolescentes em situação de rua a usarem drogas são, obviamente, complexos e variados, sendo que esta população está exposta a, praticamente, todos os fatores de risco que aumentam a probabilidade de uso e abuso destas substâncias. Para Noto e colaborado-

4 A distinção entre drogas ilícitas e lícitas feita pelos autores foi mentida, sendo necessário ressaltar que a comercialização de álcool e tabaco são proibidas a crianças e adolescentes de acordo com o ECA (1990, art. 81).

res (2004) os motivos relatados para o primeiro uso de drogas foram acompanhar um amigo (29,4%) e curiosidade (29,2%), sendo que a manutenção do uso é justificada pelo prazer obtido (19,8 %), para esquecer a tristeza (8,9%) e pelo fato de os amigos usarem (8,8%). As drogas também podem ser utilizadas como estratégia de enfrentamento (*coping*) para lidar com os eventos estressores e as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua.

Após a realização de uma pesquisa longitudinal com crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Porto Alegre, Neiva-Silva (2008) identificou que as variáveis “vinculação familiar”, “número de horas que passa na rua” e “número de anos que frequenta a rua” são importantes preditores para o uso de drogas entre esta população. Para o autor, os fatores que levam as crianças e adolescentes a usarem drogas ilícitas, principalmente maconha e solventes, no primeiro momento, são os mesmos que os levam a usar *crack* e manter o uso das demais drogas, após um ano. Segundo o autor:

[...] o fato da criança ou do adolescente em situação de rua não morar com a família, passar mais de oito horas na rua e estar há mais de cinco anos na rua aumenta significativamente a probabilidade de fazer uso de drogas ilícitas no presente, bem como de iniciar o uso de crack no futuro. (NEIVA-SILVA, 2008, p. 188)

Estes são elementos importantes a serem considerados na elaboração de uma intervenção voltada para crianças e adolescentes em situação de rua, que deve buscar, ao máximo, o fortalecimento dos vínculos familiares e a redução do tempo passado na rua. Em estudos anteriores realizados por Santana (2003, 2007), foi possível verificar que o uso de drogas entre as crianças e adolescentes em situação de rua é a preocupação mais frequente entre as instituições e profissionais que atuam

com esta população. De fato, o uso das drogas tem sido referido, tanto por profissionais como pelos próprios adolescentes, como o principal motivo para a não adesão aos projetos de intervenção. A falta de preparo e de recursos para lidar com esta questão, aliada ao preconceito e aos estigmas que envolvem o uso de drogas, impede a realização de um trabalho efetivo.

Ao revisar as pesquisas realizadas em todo o mundo sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, Neiva-Silva e colaboradores (2010, p. 327) concluem que “os dados descrevem o quão presente a droga está no cotidiano desta população, ressaltando os diferentes problemas em nível orgânico, social e psicológico potencialmente gerados por este uso”.

De acordo com Oliveira (2009), o padrão do uso de drogas entre as crianças e os adolescentes em situação de rua variou, nas últimas décadas, com a entrada do crack no cenário nacional. Para a autora, o uso dos inalantes e da maconha (substâncias ilícitas mais utilizadas entre esta população, na década de 80) funcionava com um elemento “facilitador” da inserção da criança e do adolescente nas ruas, enquanto que o crack, pelas suas características, ocasiona um afastamento do usuário de outras atividades, pois a droga passa a ser o elemento central de interesse. Esta mudança na sociabilidade das crianças e adolescentes modifica as possibilidades de atuação e de intervenção já que, como afirma Bucher (1996 apud OLIVEIRA, 2009, p. 46)

No caso de criança em situação de rua, ela passa a se isolar e a ficar avessa aos contatos com educadores e outros agentes de saúde, apresentando uma reação de hostilidade ou indiferença a qualquer aproximação e dificultando qualquer tentativa de ajuda que venha a ser oferecida.

Esta dificuldade tem sido referida por muitos dos técnicos e educadores que atuam com crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador⁵ que, em muitos momentos, solicitam, ao poder público, ações de internação compulsória para esta população, como única estratégia possível de intervenção. Esta é uma discussão bastante interessante e polêmica, pois se, para alguns, a solução é a internação, para outros, o caminho mais adequado e eficaz para o tratamento é, justamente, a atuação direta com os usuários no contexto da rua, como é o caso de Oliveira (2009), que descreve a experiência exitosa do Consultório de Rua na Bahia.

AS ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES

A resposta social ao problema das crianças e adolescentes em situação de rua parece, ao longo da história, ter sido a institucionalização, sendo importante destacar que as instituições têm passado por mudanças que correspondem aos anseios sociais e às orientações jurídicas vigentes em cada momento histórico (ALVIM; VALADARES, 1988). Decorre daí a ideia de que o tratamento ou a intervenção para o uso/abuso de drogas entre crianças e adolescentes também deve passar pela sua institucionalização. No entanto, as instituições e os projetos sociais têm argumentado que a intervenção com esta população tem se tornado inviável, em função do uso de drogas, e que não é possível, para a assistência social e o judiciário, atender a esta população sem uma intervenção imediata dos órgãos e técnicos

5 Em 2008, o Projeto Axé fez uma denúncia no Ministério Público do Estado da Bahia, que desencadeou uma série de reuniões promovidas pela então Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância, Dra. Lícia Oliveira. Nessas reuniões, foram reiteradas, inúmeras vezes, as dificuldades de atuação junto às crianças e aos adolescentes em situação de rua, em função do uso do crack.

da área da saúde. De fato, este argumento é justificável e bem fundamentado, mas faz emergir importantes contradições na forma de compreender e intervir sobre o uso/abuso de drogas. Se, por um lado, a assistência, especificamente as casas de acolhimento institucional, considera a abstinência a principal e única meta do tratamento, os órgãos de saúde e seus profissionais atuam na lógica da Redução de Danos. Não se trata de uma simples oposição de ideias em que se pode definir quem está correto ou errado, pois, de fato, estas instituições estão regidas por legislações e premissas que são, de fato, contraditórias e a prática demonstra isto com clareza. Ao acolher as crianças e adolescentes em seus contextos, as instituições se tornam representantes legais destes sujeitos e desta forma, devem preservar a sua integridade física, emocional e social.

De acordo com o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990) esses são sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento e, por isto, no artigo 19, assegura-se o direito à “convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. Além disto, os artigos 81 e 243 são claros em apontar a ilegalidade da venda de bebidas alcoólicas ou produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida. Isto mostra que, na perspectiva da proteção integral, crianças, adolescentes e drogas não fazem (e não podem fazer) parte de um mesmo contexto. Neste sentido, fica evidente que as instituições de proteção não podem, de forma alguma, conceber algumas estratégias de redução de danos, como a substituição de *crack* por maconha e o uso do tabaco ou pacaia como forma de minimizar a fissura. É importante destacar que, obviamente, as instituições acabam por permitir, por exemplo, o uso de tabaco ou pacaia, “fingindo” que desconhecem este uso

ou negociando com os adolescentes uma forma controlada do uso (SANTANA, 2008).⁶

Por outro lado, as equipes de saúde que atuam com a população de rua diretamente no contexto da rua reconhecem a necessidade de uma outra forma de aproximação com estas crianças e adolescentes, visando, sim, minimizar os riscos e reduzir os danos do uso das substâncias psicoativas. Estes profissionais sabem da necessidade de partir da realidade concreta em que vivem estas crianças e adolescentes e da importância de compreender o papel que o uso da droga tem neste contexto. Para eles, em certa medida, torna-se mais fácil adotar esta perspectiva, apesar de, obviamente, esta não ser vivenciada sem conflitos, justamente pelas imagens de infância abordadas anteriormente. Ou seja, é claro que não é fácil construir, juntamente com uma criança de oito anos, um uso mais seguro de alguma substância psicoativa, quando a premissa inicial é que tal uso é completamente inadequado, principalmente quando se reconhece os efeitos físicos, psíquicos e sociais deste uso para o desenvolvimento. Mas o profissional na rua se depara com a seguinte situação: a criança vai usar, independentemente da sua autorização. Além disto, muitas vezes, ele compreende que o uso, neste contexto, talvez seja a única estratégia de sobrevivência e consolo desta criança. Por fim, ele tem a certeza de que a estratégia de institucionalização compulsória seria provisória e pouco eficaz, já que todos os motivos que levaram ao uso poderiam permanecer inalterados. Trata-se de um conflito enorme vivenciado rotineiramente por quem atua com esta população. Há momentos em que este profissional que sabe de

6 A ideia não é criticar os técnicos e profissionais que atuam nesses contextos, mas reconhecer as contradições que se impõem na prática com essa população.

tudo isto, apenas deseja colocar a criança no colo, levar pra casa e garantir que isto jamais aconteça de novo!

Para os profissionais que atuam dentro dos serviços de saúde, como nos CAPS Ad, o dilema é maior do que para aqueles que atuam na rua. Em vários momentos, observa-se, por exemplo, uma resistência dos profissionais destes serviços em atender crianças, pois consideram não possuir competência técnica para trabalhar com esta faixa etária. Além disto, apontam o receio de que o contato com os adultos que frequentam a instituição possa prejudicar a criança e/ou adolescente, já que estes podem ser usados pelos adultos como “aviõezinhos”, por exemplo. Por outro lado, o CAPS IA, não considera adequado atender crianças cuja patologia seja o uso de substâncias psicoativas, pois estas colocariam em risco o público indefeso do CAPS infantil. Mais uma vez, se reproduz uma exclusão das crianças em situação de rua. Elas são “pequenas” demais para receberem tratamento junto aos adultos, mas são experientes demais para conviver com as crianças.⁷ Quando as crianças e adolescentes são, finalmente, atendidos, os dilemas só aumentam: quem vai acompanhar o usuário? Como liberar alguém que não tem um responsável por perto? Quem se responsabilizará pelo medicamento? Quem responderá ao Ministério Público caso aconteça algo de ruim com o adolescente? Estas e outras questões são frequentemente colocadas pelos técnicos e profissionais que atuam nestes serviços.

Outro grande desafio colocado para a intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua está, justamente, em algumas das principais características deste grupo, nome-

7 Em Salvador, foi implantado o CAPS Ad Gey Espinheira, que visava a justamente sanar este impasse, sendo um serviço voltado, prioritariamente, para crianças e adolescentes usuárias de substâncias psicoativas.

adamente, a mobilidade e rotatividade da população, com baixa adesão ao tratamento e a ausência de uma rede de apoio familiar e comunitário. No entanto, não se pode utilizar como justificativa para o fracasso da intervenção, características do próprio público-alvo e estes elementos devem ser considerados no planejamento da intervenção, ou seja, se a rotatividade e mobilidade são intensas, as atividades e estratégias devem ser focais e breves. Se não há rede familiar evidente, nem comunitária, é necessário construir e identificar novas possibilidades de vínculos e de suporte, daí a importância de um mapeamento constante das instituições e serviços que compõem a chamada rede de proteção à infância. Se este é um público que “evade” mais do que permanece, é fundamental passar a considerar que cada permanência é uma vitória e não que cada saída é uma derrota.⁸

Outro aspecto interessante a ser referido é a dificuldade das equipes de não assumirem as características da população que atende. Assim, é muito comum que as equipes passem a agir na mesma lógica da urgência que os usuários, que não planejem suas atividades, pois acabam tendo as suas práticas marcadas pela imprevisibilidade da rua. Não pensam a longo prazo, pois, assim como as crianças e os adolescentes em situação de rua, priorizam, acima de tudo, o presente, por não saberem se há futuro. Na verdade, as crianças e adolescentes precisam, justamente, perceber a existência de outra possibilidade de atuação, de vivência. Isto não significa rigidez no planejamento nem desconsiderar as urgências e emergências dos casos atendidos, mas ter a clareza de que mais vale

8 É interessante observar que as instituições, especificamente as de caráter fechado, costumam ser cobradas pela pequena quantidade de crianças que permanecem em seus espaços e esta é, justamente, a lógica de considerar a evasão uma derrota e não como parte de uma característica desta população, que deve ser enfrentada com a oferta cada vez mais atraente e diversificada que garanta uma frequência e adesão cada vez mais altas.

parar, refletir, discutir, do que agir no impulso, apagando um incêndio atrás do outro.

Um aspecto fundamental da intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua se refere aos técnicos e profissionais que atuam com esta população. Trata-se de um trabalho com elevado grau de frustração (SANTANA et al., 2005), o que exige um cuidado muito grande com estes profissionais, que são figuras de proteção fundamentais para o desenvolvimento destas crianças e adolescentes. É preciso, de fato, cuidar dos cuidadores para garantir a qualidade e a eficácia da estratégia. Oliveira (2009) ressalta a equipe como o instrumento primordial da intervenção com a população atendida pelo Consultório de Rua, na intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua.

Quando se pensa na intervenção ao uso/abuso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, deve-se, em algum momento, considerar a quem se destina, de fato, a intervenção ou, em outras palavras, por que a intervenção com este público se torna tão urgente e socialmente exigida? Se, por um lado, trata-se de uma preocupação legítima com uma parcela da população que tem, constantemente, os seus direitos violados e se encontra em uma situação de grande vulnerabilidade e risco social, por outro, há um incômodo propiciado por estas crianças e adolescentes, afinal, eles não usam drogas nas periferias, não emagrecem e adoecem nos subúrbios das cidades. Na verdade, eles usam drogas nos cartões portais das cidades.

No caso de Salvador, eles insistem em cheirar e fumar na Pituba, no Pelourinho, no Mercado Modelo, na Barra; eles batem nos vidros dos carros e insistem em romper com a distância geográfica que, artificialmente, se mantém entre a pobreza e suas feiuras e a parte nobre e bela dos centros urbanos. Isto significa que, quando se planeja ações e políticas de interven-

ção, muitas vezes se pensa em medidas higienizadoras para as cidades. A prioridade deixa de ser a atenção e a saúde dos usuários, mas a sua necessária saída do cenário urbano. Em nome do direito à vida destas crianças e adolescentes, insiste-se em medidas que as retirem compulsoriamente das ruas da cidade. Todos aqueles que propõem uma intervenção no contexto, com a participação ativa destas crianças, acabam por ser acusados de negligentes, “protetores de delinquentes”, “professores de marginais”. Neste sentido, é preciso ter clareza que a atuação com crianças e adolescentes em situação de rua enfrenta uma dupla cobrança social, muitas vezes incompatíveis entre si. Ou seja, exige-se a proteção destas crianças e o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos, mas não se admite que tal proteção e reconhecimento, muitas vezes, significa utilizar estratégias de redução de danos e desenvolver atividades educativas e terapêuticas no próprio contexto da rua.

Os desafios são tantos que se pode ter a sensação de que não há possibilidades. No entanto, o trabalho das equipes nas ruas e mesmo nas instituições de atendimento, tem demonstrado que é possível fazer muita coisa. Os técnicos e profissionais se constituem como fator de proteção para o desenvolvimento destas crianças e adolescentes e, para isto, devem se caracterizar como espaços asseguradores de segurança, ou seja, espaços que a criança e o adolescente consigam ter minimamente controle, rotina, segurança física e emocional. É preciso defender e buscar uma atuação em rede e não uma sobreposição de serviços que atendam ao mesmo público, sem nenhum diálogo entre si. É preciso acreditar e se dispor a investir nestas crianças e adolescentes para estar disponível para, junto com eles, construir uma possibilidade de intervenção. Cabe, aqui, enfatizar a perspectiva do fazer junto com e não pelas crianças e adolescentes. É preciso que os direitos de proteção e parti-

cipação caminhem lado a lado na garantia dos direitos destes meninos e meninas. Apenas desta forma, será possível pensar em mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor uma intervenção com crianças e adolescentes em situação de rua usuárias de substâncias psicoativas, na perspectiva da proteção integral proposta pela ECA (1990), deve-se considerar a complexidade e o desafio da tarefa. Como referido ao longo do texto, esta complexidade se dá, em primeiro lugar, por, de fato, muitas vezes, estas crianças e adolescentes não serem concebidas ou efetivamente tratadas como sujeito de direitos. Em segundo lugar, porque esta visão de não sujeito leva a intervenções excludentes pautadas na institucionalização compulsória, buscando não a proteção e a promoção do desenvolvimento, mas segregar, normatizar e conter este segmento da população considerado como de risco potencial para a marginalidade. Além disto, o uso de drogas ocupa, muitas vezes, um lugar central na constituição destes meninos e meninas, fazendo com que a intervenção em si seja extremamente delicada, o que significa que, ao intervir com esta população, precisa-se, simultaneamente, atuar no macrossistema, na constante defesa e luta pela garantia dos direitos e na trajetória de vida destas crianças e adolescentes, o que não se restringe ao uso/abuso de drogas. A proposta de expor estes desafios e as dificuldades da intervenção não é desanimar aquele que intervém: muito pelo contrário, trata-se de um reconhecimento do papel fundamental daquele que cuida e que atua junto a esta população e que precisa de todo o cuidado de quem investiga ou planeja as políticas de intervenção.

O desafio é grande, mas o comprometimento e a vontade daqueles que intervêm costumam ser ainda maiores e é isto que motiva a continuidade e o aprimoramento do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. R. B.; VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3-37, 1988.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.
- COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. F.; LULIANELLI, J. A. S. (Org.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Cap. 2, p. 19-37.
- DIMENSTEIN, G. **A Guerra dos meninos: assassinato de menores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- LUCCHINI, R. A criança da rua: realidade complexa e discursos redutores. **Revista Infância e Juventude**, Lisboa, v. 1, p. 9-44, 2000.
- LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 45-86.
- MARCHI, R. C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais**: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a “não-criança” no Brasil, 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- MORAIS, N. A.; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. Crianças e adolescentes em situação de rua: história, caracterização e modo de vida. In: MORAI, N. A.; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. (Org.).

Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Cap. 1, p. 35-62.

NEIVA-SILVA, L.; MARQUARDT, J. P.; LÓPEZ, J. et al. Uso de drogas por crianças e adolescentes em situação de rua e a busca de intervenções efetivas In: MORAIS, N. A; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. (Org.). **Endereço desconhecido:** crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Cap. 12, p. 325-358.

NEIVA-SILVA, L. **Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua:** um estudo longitudinal, 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J. C. F.; NAPPO, S. A. et al. A.

Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras - 2003. São Paulo: CEBRID – Escola Paulista de Medicina, 2004.

NOTO, A. R.; NAPPO, S. A.; GALDURÓZ, J. C. F. et al. A.

Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de cinco capitais brasileiras - 1997. São Paulo: CEBRID – Escola Paulista de Medicina, 1998.

OLIVEIRA, M. G. P. N. **Consultório de rua:** relato de uma experiência. 2009, 163f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RIZZINI, I.; BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revistando a literatura. In: RIZZINI, I. (Coord.).

Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. Cap. 1, p. 17-44.

SANTANA, J. P. **Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua:** eles jovens atendidos. 2003, 123f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SANTANA, J. P. **Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida:** uma investigação com crianças em situação de rua. 2007. 310f. Tese (Doutorado em Sociologia da Infância) – Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2008.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; KOLLER, S. H. Trajetória de vinculação institucional de crianças e adolescentes em situação de rua. In: MORAIS, N. A.; NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. (Org.). **Endereço desconhecido**: crianças e adolescentes em situação de rua. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. Cap. 15, p. 405-419.

SANTANA, J. P.; DONINELLI, T. M.; FROSI, R. V. et al. É fácil tirar a criança da rua, o difícil é tirar a rua da criança. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, p. 165-174, 2005.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: SARMENTO, M. J.; VASCONCELLOS, V. M. R. (Org.). **Infância (in) visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, Cap. 2, p. 25-49.

SEBASTIÃO, J. **Crianças da rua**: modos de vida marginais na cidade de Lisboa. Oeiras: Celta, 1998.

SOUZA, D. P. O.; SILVEIRA FILHO, D. X. Uso recorrente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes trabalhadores e não trabalhadores. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 276-287, 2007.

STOECKLIN, D. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In: RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. Cap. 3, p. 87-122.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. Da casa à rua: a cidade como fascínio e descaminho. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996. Cap. 6, p. 133-150.

XIBERRAS, M. **As teorias da exclusão**: para a construção do imaginário do desvio. Tradução J. G. Rego. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ADOLESCÊNCIA E CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UMA DISCUSSÃO SOB O ENFOQUE DO DIREITO À SAÚDE

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima;

Vânia Sampaio Alves; Ludmila Cerqueira Correia

Considerando o amplo sistema normativo constituído pelo conjunto de documentos internacionais relativos aos direitos humanos e aos direitos da infância e da adolescência, juntamente com os dispositivos específicos da Constituição Federal (CF), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os princípios do paradigma da proteção integral, identifica-se um grande elenco de possibilidades legais para articular a exigibilidade dos direitos dos adolescentes.

A concepção do direito à saúde vem sendo ampliada ao longo dos séculos e ganhou visibilidade político-jurídica quando inserida nas cartas constitucionais mediante um diferenciado processo de conjuntura nacional, passando a ser um direito exigível tanto judicial quanto extrajudicialmente, em face das realidades específicas (LIMA, 2002).

A garantia do direito à saúde como afirmação das obrigações do Estado deve ser implementada através de políticas públicas que contem com a participação da sociedade na sua formulação e execução, atentando-se para as especificidades dos grupos considerados vulneráveis, como o infante-juvenil. A implementação da garantia do direito à saúde da adoles-

cência implica não só o conhecimento das características das suas fases de crescimento e de desenvolvimento, mas, também, a atuação de operadores sociais e de operadores do direito de forma integrada.

Segundo Lima (2002, p. 105), o direito à saúde do segmento populacional infanto-juvenil se configura como:

o direito ao desenvolvimento integral do seu ser, sem restrição de qualquer espécie à sua potencialidade, com efetivo acesso a todos os meios, serviços ou programas que assegurem e promovam a sua saúde, com respeito e integração do seu acervo étnico, familiar, cívico, cultural no projeto que poderá cultivar para a sua vida pessoal e comunitária, ressignificando a sua existência pelo compromisso com as gerações futuras.

Pode-se afirmar que houve melhoria em diversos indicadores de saúde do Brasil, porém, ainda persistem situações que revelam a necessidade de se garantir o direito à saúde de adolescentes, conforme prevê a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc). No presente ensaio, serão discutidos os desafios atuais na atenção à saúde de adolescentes usuários de álcool e outras drogas a partir da perspectiva da saúde pública e dos direitos humanos.

Diante da emergência de riscos à saúde e danos sociais para o indivíduo e coletividades associados à mudança do padrão de consumo de substâncias psicoativas na contemporaneidade, passou o Estado a atuar mediante a formulação e implementação de políticas públicas setoriais e intersetoriais. Para as pessoas que apresentam transtornos decorrentes do uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas, o desafio atual se refere à conformação de uma rede assistencial sensível às suas necessidades sociais de saúde e comprometida com a garantia de seus direitos de cidadania.

O consumo abusivo de substâncias psicoativas compreende um relevante problema de saúde pública tanto no Brasil quanto internacionalmente. (DORN, 2002) A relação das pessoas com tais substâncias perpassa a história da humanidade e as mudanças observadas quanto ao padrão de consumo refletem profundas transformações socioculturais.

Levantamentos epidemiológicos têm contribuído para a descrição do fenômeno do consumo de substâncias psicoativas na população brasileira, bem como para a análise de mudanças no padrão de consumo (BASTOS; BERTONI; HACKER, 2008; CARLINI et al., 2006; GALDURÓZ et al., 2005; GALDURÓZ; CAETANO, 2004). O álcool e o tabaco se destacam como as substâncias mais consumidas e com maiores prevalências de dependência. Entre as principais substâncias psicoativas ilícitas de consumo no país, o percentual estimado de dependentes de maconha, benzodiazepínicos e de solventes corresponde a 1,2%, 0,5% e 0,2%, respectivamente. Entre os usuários de drogas lícitas e ilícitas predominam os jovens do sexo masculino, mas os levantamentos epidemiológicos apontam o crescimento do consumo de todas as substâncias entre as mulheres (CARLINI et al., 2006). Evidencia-se, ainda, o início, cada vez mais precoce, do consumo entre adolescentes, consequência, entre outros fatores, do fácil acesso às substâncias, circunstância muitas vezes proporcionada por pessoas da rede social do jovem, a exemplo de familiares e amigos (BASTOS; BERTONI; HACKER, 2008).

A despeito da complexidade e da magnitude que o consumo abusivo de substâncias psicoativas representa para o país, a atenção à saúde de usuários e de suas famílias ainda se defronta com significativas lacunas assistenciais. Com a formulação de políticas públicas que, historicamente, enfatizaram as ações de repressão da oferta e da demanda, apenas no início

da última década, a questão do consumo abusivo de álcool e outras drogas foi claramente inscrita na agenda das políticas públicas de saúde (ALVES, 2009; MACHADO, 2006). Em um cenário marcado pela predominância de um modelo de atenção centrado na internação e na abstinência como meta terapêutica exclusiva, o setor saúde se alinha ao discurso emergente da abordagem de redução de danos e, em conformidade com o processo de reforma psiquiátrica (ROTELLI; AMARANTE, 1992), preconiza um modelo de atenção à saúde do usuário de substâncias psicoativas de base comunitária.

MARCO LEGAL E INSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE DO ADOLESCENTE NO BRASIL

O direito à saúde está previsto em diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988, seja através do próprio direito à vida, no *caput* do artigo 5º, seja como direito social no artigo 6º, seja através da garantia do salário mínimo, no inciso IV do artigo 7º, ou da redução dos riscos do trabalho, no inciso XXII deste mesmo artigo. A responsabilidade pela atuação no cuidado da saúde e na assistência pública é competência concorrente dos entes públicos, nos termos do inciso II do artigo 23 e do inciso VII do artigo 30.

A Constituição Federal (CF), no seu artigo 196, se refere à saúde como “direito de todos e dever do Estado” a ser garantido através de políticas públicas sociais e econômicas. Neste caso, conforme afirma Pereira (2008, p. 631), “a possibilidade de alcance do usuário à rede de serviços básicos deve orientar a distribuição de recursos e a ampliação dos serviços existentes”.

Compreendido como direito humano de todas as pessoas, o direito à saúde no Brasil é garantido através do Sistema

Único de Saúde (SUS), que tem como princípios a universalidade, a equidade e a integralidade. Como o SUS é um sistema amplo e complexo, apesar de todos os esforços que vêm sendo envidados para a sua implementação, ainda apresenta problemas de acesso, resistência do setor privado e de profissionais da saúde, tensionando, permanentemente, o sistema público. Esta circunstância dificulta o acesso por parte de amplos contingentes populacionais, incluindo-se aí os grupos em situação de maior vulnerabilidade social (MISEREOR et al., 2007), como as crianças e adolescentes. Assim, no que diz respeito à saúde infanto-juvenil, é necessário assimilar o princípio do interesse superior da criança o qual aponta diretrizes para o atendimento nas esferas pública e privada.

O direito à saúde da criança e do adolescente está previsto na CF, no seu artigo 227, que afirma, ainda, o interesse superior deste grupo social, tal como consta na CDC. Traz a CF a obrigação do Estado quanto aos programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, com prevenção e atendimento especializado para aqueles que possuem deficiência física, sensorial ou mental. Ademais, ao incluir, no referido artigo 227, os aspectos que envolvem o direito à proteção especial, abrange, no inciso VII, programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), regulamentando o artigo 227 da CF, trata da proteção do direito à saúde, nos artigos 7º a 14, reafirmando que tal direito deve ser efetivado mediante políticas públicas sociais que permitam o desenvolvimento sadio e harmonioso da criança e do adolescente em condições dignas de existência. Conforme previsto no ECA, especificamente no seu artigo 11, deve ser garantido o “acesso universal e igualitário às ações e servi-

ços para promoção, proteção e recuperação da saúde”. A partir deste marco legal, situa-se o direito dos adolescentes a um atendimento integral e intersetorial em saúde.

Nesse caso, registra-se que a forma descentralizada e o atendimento municipalizado orientarão a política de atendimento aos adolescentes para facilitar a integração entre os diversos setores responsáveis pelo planejamento e pela articulação das políticas comuns de atenção a este grupo social a partir da sua realidade local. Visando a garantia deste direito aos adolescentes, deve-se atentar para a destinação de recursos e a sua efetiva aplicação pelo Estado. Como afirma Pereira (2008, p. 635), a “proteção integral é um dever social e, como norma constitucional, não é sugestão ou conselho, é determinação”.

Outro instrumento normativo de proteção do direito à saúde no âmbito nacional é a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), que estabelece diretrizes e princípios que deverão nortear as ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de atenção à saúde dos adolescentes. De acordo com Pereira (2008, p. 642-643), o “SUS está em plena sintonia com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente para proteção da população infanto-juvenil na prevenção ou no atendimento, antes e/ou após o nascimento”.

Percebe-se, assim, a existência de um ordenamento jurídico interno adequado à normativa internacional e voltado à proteção, à promoção e à garantia do direito à saúde dos adolescentes. Como pondera Lima (2002, p. 89):

a afirmação do direito à saúde e do conjunto de direitos da infância e da adolescência previstos na Carta de 1988 constitui não uma pauta de negociação política em torno da qual se façam ajustes de natureza alheia ao interesse público: constitui uma pauta de direito para ser garantida e implementada.

No plano internacional, além da CDC, é importante elencar outros instrumentos internacionais para a defesa do direito à saúde do adolescente dos quais o Brasil é signatário, quais sejam: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração dos Direitos da Criança; Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o seu Protocolo Facultativo; Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção Americana sobre os Direitos Humanos; Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento Social; e Declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da Criança (Nações Unidas).

Por fim, cabe acrescentar que o Governo Brasileiro criou políticas, programas e fóruns específicos para assegurar o direito à saúde de adolescentes dentre os quais: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e o Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil. Ressalta-se a existência, no âmbito do Ministério da Saúde, da Área Técnica da Saúde do Adolescente e do Jovem, setor responsável pela elaboração e monitoramento de políticas de saúde específicas para esse segmento populacional.

USO E DEPENDÊNCIA DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS POR ADOLESCENTES NO BRASIL

O uso e a dependência de álcool e outras drogas por adolescentes vêm aumentando nos últimos anos, trazendo desdobramentos nos diversos níveis de sua vida, como consequências orgânicas, comportamentais, nas relações com a família e na estrutura de desenvolvimento da sua personalidade. Segundo pesquisas já realizadas em todo o mundo, as bebidas alcoólicas são as substâncias psicoativas mais utilizadas por adolescen-

tes, apontando que o consumo do álcool e de outras substâncias psicoativas está relacionado a riscos e danos de grande magnitude social: exposição a situações de violência como acidentes de trânsito, conflitos interpessoais e familiares, traumatismos, homicídios, suicídios, envolvimento com o tráfico e outras atividades delituosas (MINAYO; DESLANDES, 1998; PONCE et al., 2008; PONCE; LEYTON, 2008; REIS; FIGLIE; LARANJEIRA, 2006; ZILBERMAN; BLUME, 2005), práticas sexuais desprotegidas, compartilhamento de seringas e agulhas e exposição a infecções de transmissão sexual e parenteral, a exemplo do HIV, hepatites B e C, HTLV e sífilis (BASTOS; BERTONI; HACKER, 2008; CARDOSO; MALBERGIER; FIGUEIREDO, 2008); comorbidades ou agravamento de condições clínicas e psiquiátricas (ALVES; KESSLER; RATTO, 2004; SILVEIRA; JORGE, 1999); intoxicação aguda por uso de drogas (*overdose*), uso abusivo e dependência, entre outros.

Em relação ao álcool, admite-se que o seu consumo constitua importante causa de adoecimento, mortalidade precoce e incapacidade, sendo apontado como fator determinante de mais de 10% do total dos problemas de saúde do país (MELONI; LARANJEIRA, 2004). Além disso, o álcool é uma das substâncias psicoativas mais precocemente consumidas pelos jovens e, de acordo com a literatura internacional, a dependência das drogas é o problema de saúde mental mais prevalente entre adolescentes, com os transtornos decorrentes do consumo de álcool em primeiro lugar (PECHANSKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004).

No Brasil, o consumo de bebidas alcoólicas é legalmente proibido às pessoas com menos de 18 anos de idade, porém, são poucos os mecanismos utilizados para efetivamente dificultar a compra e o consumo de álcool por adolescentes. Ademais, iniciar tal consumo precocemente pode influenciar problemas

futuros com o álcool. De acordo com o “I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira”, realizado entre novembro de 2005 e abril de 2006, os adolescentes estão iniciando o consumo de álcool cada vez mais cedo. Uma das conclusões deste estudo é que o fenômeno do beber precoce e regularmente está mais frequente entre os jovens. De acordo com as informações coletadas a partir de outros levantamentos, verifica-se que

Até o momento, foram realizados cinco levantamentos mais amplos com essa população. Os resultados do último levantamento, do ano de 2004, mostram um uso na vida de álcool (definido como qualquer consumo em qualquer momento da vida) de 65% para todos os estudantes, com 41% das crianças da faixa etária de 10-12 anos já tendo experimentado bebidas alcoólicas ao menos 1 vez na vida. O consumo freqüente de bebidas alcoólicas (definido como 6 ou mais vezes no último mês) aumentou nos quatro primeiros levantamentos e foi de cerca de 11% em 2004. Além disso, o uso pesado (definido como 20 vezes ou mais no último mês) foi de quase 7% [...], o que é uma razão para preocupação. Entre todas as substâncias psicotrópicas avaliadas no levantamento, o álcool apresentou a menor média de início do consumo, pouco mais de 12 anos de idade. (LARANJEIRA et al., 2007, p. 8)

Acerca da intensidade do consumo de álcool entre todos os adolescentes da amostra (não apenas os bebedores), o referido estudo mostra que 13% do total dos adolescentes (17% para os meninos) apresenta padrão intenso de consumo de álcool; outros 10% dos adolescentes consomem bebidas alcoólicas ao menos uma vez no mês e, potencialmente, em quantidades arriscadas. Aponta-se uma tendência de diferença entre o consumo de meninos e meninas, mas esta diferença não chega a ser estatisticamente significativa.

Com relação ao uso prejudicial e à dependência de substâncias psicoativas, destaca-se, também, o “II Levantamento

Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil”, realizado pelo CEBRID, no ano de 2005, nos 108 municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes. A comparação entre os levantamentos de 2001 e 2005 revelam um aumento no uso de 7 das 9 drogas mais usadas no país. A dependência de drogas como o álcool, o tabaco e a maconha também aumentou, porém, é considerado um aumento “não estatisticamente significativo”, levando-se em conta também o aumento da população (CARLINI et al., 2007).

De acordo com os dados referentes ao uso e à dependência de álcool e outras drogas por adolescentes no Brasil constantes nos mencionados levantamentos, entre os adolescentes de 12 a 17 anos, o uso na vida de álcool atingiu o índice de 54,3% e os problemas relacionados ao consumo de álcool foram relatados por 5,7% dos entrevistados nesta faixa etária.

Tanto no que se refere ao uso e à dependência do álcool, constata-se um aumento significativo entre adolescentes do sexo feminino, sendo que a taxa de dependência para este grupo populacional quase duplicou. Em relação aos adolescentes do sexo masculino, a taxa relativa ao uso se manteve praticamente estável e observou-se um aumento da dependência desta droga entre estes adolescentes. No que concerne ao tabaco, a diminuição no uso desta substância foi mais significativa entre adolescentes do sexo feminino, havendo um pequeno aumento no uso por parte dos adolescentes do sexo masculino. Quanto à dependência desta droga, houve aumento insignificante entre os adolescentes do sexo masculino e quase a mesma taxa para adolescentes do sexo feminino. No que se refere às outras drogas, em relação ao uso na vida, registra-se o aumento no uso da maconha, sendo que este aumento ocorreu por parte dos adolescentes do sexo masculino. Assim, resta claro o aumento

no consumo de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes de ambos os sexos.

A prevalência de dependência de álcool, em adolescentes de 12 a 17 anos, teve aumento de 5,2% para 7,0%. Ademais, há maiores índices de dependência de tabaco, assim como do uso na vida de maconha e estimulantes. Neste caso, vale observar que esta situação pode ser agravada quando ocorre a comorbidade psiquiátrica relacionada ao uso de drogas nessa faixa etária.

POLÍTICA DE SAÚDE E DISPOSITIVOS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL AOS ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas foi publicada no ano de 2003. Em seu texto de apresentação, admite-se o atraso histórico de inserção do uso prejudicial e/ou dependência do álcool e outras drogas na agenda da saúde pública (BRASIL, 2004). Ressalta-se que, embora esta política trate da prevalência do uso de drogas por adolescentes, ela não se traduziu em ações concretas para a redução do consumo nesta faixa etária, como ações de prevenção e de educação específicas voltadas para este público.

O uso prejudicial e a dependência de álcool e outras drogas constam entre os temas de discussão do campo da saúde mental pelo menos desde a década de 1980 (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). A constatação de que cerca de um terço dos leitos em hospitais psiquiátricos eram ocupados por alcoolistas e usuário de outras drogas resultou na elaboração de alguns programas de saúde que, entretanto, não chegaram a ser implantados pelo Ministério da Saúde, persistindo a lacuna as-

sistencial a este segmento populacional no âmbito do setor público de saúde. A este respeito, as iniciativas consistentes e regulares desenvolvidas pela saúde pública na área de álcool e outras drogas até o início dos anos 2000 são qualificadas como rarefeitas (DELGADO, 2005).

O ano de 2002 marca a efetiva inserção da área de álcool e outras drogas na rede pública de saúde e no campo da saúde mental. O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) foi regulamentado e os mecanismos de financiamento do SUS para a atenção aos usuários de álcool e outras drogas, regularmente definidos, evidenciando uma atuação normativa do Estado em relação ao problema. Ainda em 2002, o Ministério da Saúde instituiu, no âmbito do SUS, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Álcool e outras Drogas com o objetivo de constituir uma rede de serviços extra-hospitalares, centrados na atenção comunitária e articulados com outras redes de serviços sociais e de saúde para a assistência integral a usuários e seus familiares, com ênfase na promoção da inclusão social.

Em 2003, foi apresentada uma primeira versão do documento da política de saúde na área de álcool e outras drogas no Seminário intitulado Novos Cenários da Política Nacional sobre Drogas, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) (MACHADO, 2006). Afirmava-se, desta forma, a inserção da área de álcool e outras drogas no âmbito do SUS sem que este fato representasse uma contraposição à Política Nacional sobre Drogas formulada pela Senad. A articulação entre estas políticas pode ser considerada tão necessária quanto estratégica. No realinhamento da Política Nacional sobre Drogas, em 2005, encontra-se, entre as diretrizes para o tratamento, recuperação e reinserção social, a afirmação quanto à pertinência da articulação e integração da rede de

serviços públicos de saúde com a rede de serviços sociais. Esta ênfase evidencia um cuidado em integrar elementos da saúde aos constituintes do direito subjetivo e dos direitos humanos, sendo um vértice comum a vontade pessoal e a dignidade da pessoa, agora sob um olhar do Estado mediado pelo sistema de saúde.

A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas consolida, em suas diretrizes, recomendações e propostas formuladas em distintos espaços políticos e por diferentes atores sociais do setor saúde e em interface com outros setores governamentais. O processo de sua constituição reflete a complexidade do fenômeno do consumo de álcool e outras drogas na contemporaneidade o qual demanda um enfoque abrangente e intervenções setoriais e intersetoriais. A formulação desta política de saúde representa um avanço na trajetória discursiva sobre a questão das drogas no país ao inscrevê-la no âmbito do SUS e, assim, afirmar o direito à saúde das pessoas que fazem uso prejudicial ou apresentam dependência de álcool e outras drogas.

Outros avanços podem, ainda, ser apontados: a regulamentação pelo Ministério da Saúde das práticas de redução de danos sociais e à saúde, relacionados ao consumo de drogas lícitas e ilícitas (BRASIL, 2005), e a aprovação da Política Nacional sobre o Álcool (BRASIL, 2007). Quanto à primeira estratégia (redução de danos), vale dizer que tem sido adotada de forma ainda incipiente para os adolescentes. Já na Política Nacional sobre o Álcool constam diretrizes e medidas como a inclusão de ações de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas nas instituições de ensino, em especial nos níveis fundamental e médio; o acesso ao tratamento para usuários e dependentes de álcool aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS); e a intensificação da fiscalização quanto ao cumprimento do disposto nos

arts. 79, 81, incisos II e III, e 243 do ECA. Estes artigos preveem, respectivamente: que as revistas e publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas e tabaco; a proibição da venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas e de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; a criminalização do ato de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou ao adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

Para a reorientação do modelo de atenção à saúde na área de álcool e outras drogas, o setor público de saúde aposta na implantação dos CAPSad, reconhecendo-o como dispositivo estratégico para a estruturação da rede assistencial em seu território de atuação e para a integração de ações de promoção à saúde, prevenção ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, redução de danos sociais e à saúde, atenção multiprofissional e interdisciplinar, reabilitação e (re)inserção social.

É importante ressaltar que, embora os CAPSad tenham um papel estratégico no atendimento às pessoas que apresentam transtornos mentais em decorrência do uso de substâncias psicoativas, os CAPSi, por sua especificidade no atendimento a crianças e adolescentes, também deveriam atender o público infanto-juvenil nesta condição, conforme preconizam as normas do Ministério da Saúde. Entretanto, segundo dados de pesquisa realizada em CAPSi no Brasil, nenhum dos serviços desta modalidade participante do estudo registrou atendimento de adolescentes com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas (HOFFMANN; SANTOS; MOTA, 2008). Dentre as dificuldades para o atendimento desta demanda pelos

serviços de saúde, Hoffmann, Santos e Mota (2008) apontam o entendimento dos profissionais acerca da necessidade de capacitação técnica específica para a detecção e abordagem desses problemas. Na perspectiva do trabalho articulado em rede, espera-se que os adolescentes que fazem uso problemático de substâncias psicoativas possam ser acolhidas no contexto do CAPSi e, quando se fizer necessário, encaminhadas para cuidados no CAPSad.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, no Brasil, existem leis e políticas fundadas nos princípios éticos de direitos humanos que, se priorizadas e implementadas, certamente conduzirão a outros tipos de resposta nos campos de intercessão entre a saúde, a saúde mental, a assistência social e a educação. Elas têm como objetivo principal o respeito aos direitos dos adolescentes à vida, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, ao cuidado e tratamento adequados, visando o seu desenvolvimento integral.

Na área de álcool e outras drogas, a expansão dos serviços substitutivos tem implicado no fortalecimento da rede de serviços públicos de atenção à questão. A implementação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), em especial, pode vir a propiciar a construção de práticas de cuidado cada vez mais compromissadas com a perspectiva da redução de danos sociais e à saúde, sensíveis à singularidade das necessidades de saúde dos usuários e orientadas para a promoção de seus direitos de cidadania.

Ao revisar, neste ensaio, o processo de formulação da política de saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, com destaque para os adolescentes, reafirma-se

a responsabilidade do Estado na implementação de políticas públicas capazes de assimilar os princípios norteadores dos direitos humanos, direcionadas a esta área, através da inter-setorialidade e da corresponsabilidade. Nesse sentido, faz-se necessário articular as ações da saúde com as da assistência social para a formulação de políticas públicas que fortaleçam os adolescentes e suas famílias.

REFERÊNCIAS

- ALVES, H.; KESSLER, F.; RATTO, L. R. C. Comorbidade: uso de álcool e outros transtornos psiquiátricos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, supl. 1, p. 51-53, 2004.
- ALVES, V. S. Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, 2009.
- BASTOS, F. I.; BERTONI, N.; HACKER, M. A. Consumo de álcool e drogas: principais achados de pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, supl. 1, p. 109-117, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, maio 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Regula as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substância ou drogas que causem dependência. **Diário Oficial [da] República do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jul. 2005.

CARDOSO, L. R. D.; MALBERGIER, A.; FIGUEIREDO, T. F. B. O consumo de álcool como fator de risco para a transmissão das DSTs/HIV/AIDS. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, supl. 1, p. 70-75, 2008.

CARLINI, E. A. et al. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005. São Paulo: CEBRID/UNIFESP, 2006.

CARLINI, E. A. et al. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.

DELGADO, P. G. Drogas: o desafio da saúde pública. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer**: drogas, AIDS e direitos humanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 165-181.

DORN, N. El concepto de reducción de daños en el marco internacional en relación con la producción, tráfico y uso de drogas: algunas cuestiones y problemas. **Eguzkilora: Cuadernos del Instituto Vasco de Criminología**, n. 16, p. 105-110, 2002.

GALDURÓZ, J. C. F.; CAETANO, R. Epidemiologia: o uso de álcool no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, supl. 1, p. 3-6, 2004.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. et al. Uso de drogas psicotrópicas no Brasil: pesquisa domiciliar envolvendo as 107 maiores cidades do país, 2001. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, p. 888-895, 2005.

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. A política antidrogas brasileira: velhos dilemas. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 2, p.267-276, 2008.

HOFFMANN, M. C. C. L.; SANTOS, D. N.; MOTA, E. L. A. Caracterização dos usuários e dos serviços prestados por Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 3, p. 633-642, 2008.

LARANJEIRA, R. et al. (Org.). **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.

LIMA, I. M. S. O. **Direito à saúde**: garantia de um direito humano para crianças e adolescentes: estudo de caso. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MACHADO, A. R. **Uso prejudicial e dependência de álcool e outras drogas na agenda da saúde pública**: um estudo sobre o processo de constituição da política pública de saúde do Brasil para usuários de álcool e outras drogas. 2006. 151f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MELONI, J. N.; LARANJEIRA, R. Custo social e de saúde do consumo do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, supl. 1, p. 7-10, 2004.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 1, p. 35-42, 1998.

MISEREOR, R. et al. **Contra informe da sociedade civil brasileira sobre o cumprimento do pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais pelo Estado brasileiro**. Passo Fundo: MISEREOR, 2007.

PECHANSKY, F.; SZOBOT, C. M.; SCIVOLETTO, S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, supl. 1, p. 14-17, 2004.

PEREIRA, T. S. **Direito da criança e do adolescente**: uma proposta interdisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PONCE, J. C.; LEYTON, V. Drogas ilícitas e trânsito: problema pouco discutido no Brasil. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, supl. 1, p. 65-69, 2008.

PONCE, J. C.; ANDREUCETTI, G.; JESUS, M. G. S. et al. Álcool em vítimas de suicídio em São Paulo. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, supl. 1, p. 13-16, 2008.

REIS, A. D.; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. Prevalence of substance use among trauma patients treated in a Brazilian emergency room. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, n. 3, p. 191-195, 2006.

ROTELLI, F.; AMARANTE, P. Reformas psiquiátricas na Itália e no Brasil: aspectos históricos e metodológicos. In: BEZERRA JR., B.; AMARANTE, P. (Org.). **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 41-55.

SILVEIRA, D. X.; JORGE, M. R. Co-morbidade psiquiátrica em dependentes de substâncias psicoativas: resultados preliminares. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 21, n. 3, p. 145-151, 1999.

ZILBERMAN, M. L.; BLUME, S. B. Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 27, supl. 2, p. 51-55, 2005.

USO DE ANABOLIZANTES E PRODUTOS VETERINÁRIOS PARA FINS ESTÉTICOS E RISCO À SAÚDE ENTRE JOVENS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Jorge Alberto Bernstein Iriart

A crescente valorização da aparência corporal na sociedade de consumo e a disseminação pela mídia de corpos musculosos como modelo de sucesso tem levado muitos jovens a frequentarem academias de musculação. Na busca da construção de um corpo musculoso, muitos deles estão recorrendo ao uso de anabolizantes, sendo que o consumo destas substâncias tem crescido em vários países (BAHRKE; YESALIS, 2004; CAFRI et al., 2005; EVANS, 2004; KANAYAMA et al., 2003; MELNIK; JANSEN; GRABBE, 2007) apesar dos alertas médicos sobre os efeitos colaterais e riscos de danos à saúde que lhe estão associados.

Os esteróides anabólico-androgênicos ou anabolizantes (EAA) são substâncias sintetizadas em laboratório, relacionadas aos hormônios masculinos (androgênios). O consumo destas substâncias produz efeitos anabólicos, como o aumento da massa muscular esquelética e efeitos androgênicos ou masculinizantes. As substâncias utilizadas pelos jovens para fins estéticos não se limitam, no entanto, aos anabolizantes, in-

cluindo também produtos veterinários (anabolizante e complexos vitamínicos para animais), além de outros medicamentos¹ (IRIART; ANDRADE, 2002; IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009).

O uso dos produtos veterinários, especialmente de um complexo vitamínico chamado ADE, tem se disseminado entre jovens praticantes de musculação nos bairros populares da cidade de Salvador (IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009). O tema, porém, ainda é pouco estudado e praticamente não existem pesquisas que abordem os significados, as motivações e os efeitos colaterais associados ao uso destes produtos entre os jovens.

Neste texto, visando contribuir para aumentar o conhecimento sobre o tema, analisaremos, a partir de uma perspectiva socioantropológica, o caso de três jovens com idades entre 18 e 24 anos que utilizaram produtos veterinários em grandes quantidades (com ou sem o uso conjugado de anabolizantes) e relataram efeitos colaterais, sendo que dois deles apresentaram problemas de saúde que os levaram a buscar ajuda médica. Parte-se do pressuposto de que o uso destas substâncias deve ser compreendido a partir dos significados que lhes são atribuídos pelos usuários, das suas expectativas sobre os efeitos das drogas e do contexto cultural em que ocorre o consumo (MACRAE; VIDAL, 2006).

A partir da reconstrução dos três casos, desde a primeira utilização das drogas, discutiremos os significados, as motivações para a utilização dos produtos veterinários/anabolizantes e os efeitos colaterais e problemas de saúde associados ao seu uso na perspectiva dos usuários.

1 Utiliza-se, por exemplo, anti-inflamatórios, complexos vitamínicos e medicamentos que supostamente diminuiriam os efeitos colaterais ou teriam efeitos protetores sobre o fígado ou rins.

MÉTODOS

Os dados aqui apresentados foram produzidos no projeto “Juventude, corpo e saúde: atividade física e consumo de suplementos alimentares e anabolizantes entre jovens de academias de Salvador, Bahia”.² A metodologia privilegiou uma abordagem qualitativa com enfoque etnográfico. O trabalho de campo se desenvolveu em um período de oito meses, durante os quais foram realizadas 43 entrevistas semiestruturadas em profundidade com usuários de anabolizantes e 7 com instrutores de musculação, além de observação participante em academias de musculação de bairros das camadas médias e populares de Salvador.

Neste texto, serão utilizadas apenas as entrevistas de três jovens que têm em comum o fato de serem usuários de produtos veterinários (associado ou não ao uso de anabolizantes) e de terem experimentado efeitos colaterais importantes em decorrência do uso, dois deles necessitando de ajuda médica. As entrevistas em profundidade foram realizadas nas casas dos interlocutores ou nas academias de musculação e todas foram gravadas e integralmente transcritas. Utilizou-se um roteiro semiestruturado visando reconstruir a trajetória dos interlocutores desde o início da prática da musculação, a primeira utilização de anabolizantes e a percepção de efeitos colaterais até a ocorrência de problemas de saúde.

Os três jovens são do sexo masculino residem em bairros populares de Salvador, têm baixa escolaridade (dois possuem o primeiro grau incompleto e um o segundo grau incompleto),

2 O projeto foi financiado pelo CNPq e coordenado pelo prof. Jorge Iriart. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - processo n°. 480742/2004-9 Edital Universal).

com idades entre 18 e 24 anos. Os três estão desempregados. Um deles disse que ocasionalmente faz biscates e outro faz bicos como segurança. Nenhum dos três interlocutores se considerava *bodybuilder* ou fisiculturista e frequentava academias de musculação visando o desenvolvimento de musculatura moderada.

Todos utilizaram o produto veterinário ADE, sendo que dois combinaram este uso com o de anabolizantes. O ADE é um complexo vitamínico para animais composto das vitaminas A, D e E e indicado para prevenir doenças associadas à carência vitamínica, aumentar a resistência a infecções e auxiliar no tratamento de doenças infecciosas em animais. Não se trata de um anabolizante, mas é concebido pelos usuários como tal e é, em geral, utilizado em combinação com anabolizantes.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Saúde Coletiva (ISC)/UFBA (Processo n. 044-05/CEP-ISC) tendo cumprido todos os requisitos da Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os nomes são fictícios para proteger a identidade dos interlocutores.

O CASO DE NEI

Nei tem 24 anos e mora em um bairro popular de Salvador. Ele abandonou a escola antes de concluir o segundo grau e, no momento da entrevista, referiu que fazia bicos como segurança.

Nei começou a malhar aos 17 anos e seu objetivo com a malhação era construir “*um corpo ideal, um corpo perfeito*”. Este corpo é definido por ele como “*um corpo combinando. Perna grossa, braço grosso... A mulher não guenta ver, o objetivo é esse. Mas não é prá malhar muito, ficar exagerado*”.

Para ele, a musculação contribui também para que o corpo fique mais resistente e ativo não se tornando um “corpo preguiçoso”. Nei atribui à musculação e ao corpo avantajado que ela lhe proporcionou o fato de conseguir trabalhos ocasionais como segurança. Em um contexto de forte desemprego, a musculação representa, também, uma forma de prática esportiva que se opõe a outras práticas menos saudáveis ou nocivas como beber em bares ou utilizar drogas psicoativas:

– A pessoa quando está malhando tem interesse em outras coisas, já evita de estar na rua vagabundando... Estou na academia, praticando a musculação, praticando esporte. Prá não ficar na porta de um bar bebendo, na esquina usando droga... acho assim... tem, muitos amigos que me chama aí... ‘Não está fazendo nada... tá usando droga’. Eu digo: ‘Rapaz, larga disso aí... vamos malhar...’, no sentido de vim prá musculação, não estar aí perdendo na vida...

Nei afirma ter começado a utilizar anabolizantes com 18 anos, um ano após ter começado a malhar. Seu irmão já era usuário e foi ele quem lhe aplicou pela primeira vez. Desde então, Nei começou a utilizar vários tipos de anabolizantes (Durateston, Deca-durabolim, Hemogenim) e produtos veterinários (ADE e Potenay).³ Seu irmão lhe ensinou a aplicar os produtos e Nei passou a aplicar em si mesmo e nos amigos. Posteriormente, ele passou também a ser procurado por outros jovens do bairro e, atualmente, diz que toda sexta-feira por volta de quinze pessoas o procuram para aplicar anabolizantes. A aplicação das substâncias se tornou, também, uma fonte complementar de renda para ele.

P: E em média você cobra quanto?

3 Potenay Gold B12 é um complexo vitamínico e estimulante para utilizado na profilaxia, controle e tratamento das enfermidades em animais.

R: 5 real, 3... depende do remédio.

P: Qual o remédio mais caro de aplica?

R: O ADE. Por causa da quantidade. Cada vez que ele toma, ele quer vim mais ainda. É um vício. Porque a pessoa quando tá querendo ficar forte, você toma uma vez, tá vendo o braço inchando... se depender de você, você não quer parar. Muitos têm seu limite, mas outros não têm.

Nei diz fazer ciclos alterando diferentes anabolizantes, mas que a substância mais utilizada entre os usuários é o ADE, por ser barato e de fácil aquisição nas casas de produtos veterinários.

– Eu tomo Durateston, Deca... Cada um tem seu gosto. Depende das condições da pessoa. Porque 1 ml de Durateston é 7, 8, 9 real. Um ml só. E 50 ml de ADE é 9, 7 real. Muita gente vai pela quantidade, não pela qualidade.

Nei refere que já utilizou 60ml de ADE, em uma única vez, aplicando em vários músculos da perna e braço. Ele conta que algumas pessoas também aplicam no peitoral.

– Tem no ombro, braço... a pessoa que está no vício não tem limite, veio. Onde você vê músculo, você quer... onde você quer ver volume no corpo, você quer botar.

Quando perguntado sobre o que sentiu após o uso de anabolizantes ele afirmou:

– Eu me senti normal velho, tem gente que toma aí, fica tonto... a pressão... Rapaz, descontrola tudo, muita gente sai daqui doido, tonto... (risos) agora, comigo nunca aconteceu isso não. Dá suadeira no corpo, vi muito acontecer isso.

Ao longo da entrevista, no entanto, ele refere ter sentido efeitos colaterais e inclusive ter tido três abscessos, o que o levou a buscar ajuda médica. Entre os efeitos colaterais percebidos, ele relata ter sentido dores abdominais, boca seca e ter ficado mais nervoso após o uso:

– Rapaz, aumenta tudo. O sistema nervoso... Você fica meio nervoso... das drogas que você toma. Isso mexe com o... Vai tudo pro sistema nervoso do cara. Você fica meio nervoso, tem que ter controle.

– Às vezes, dá uma dor no pé da barriga. Quando eu tomava, eu senti. Eu deixei de tomar, não sinto mais, acho que é o rim. Dizem que ataca mais o rim. Esse aí é o mais negativo.

– A boca seca. A garganta seca na hora. Muita pessoa toma, dá logo suadeira, calafrio. O tempo tá quente... às vezes com um ml dá logo frio.

Para diminuir o risco de efeitos colaterais após a aplicação, Nei diz ser necessário uma boa alimentação:

– Tem que ter uma alimentação boa. O organismo recebe a ‘rebombada’... às vezes você toma uma droga, tá com o organismo fraco... não aguenta.

– [...] Às vezes o cara já está aqui, toma, dá uma tontura... pegu um suco, acalma mais... Aí, pronto... toma um suco, um leite, uma merenda, aí acalma. Muitos mesmo vem de lá com o organismo vazio, toma a droga... se sente mal.

Nei relata que costumava usar dois produtos veterinários misturados, ADE e Potenay, em quantidades que variavam de 60 a 100ml por semana. Ele diz que começou a ter febre, calafrios, perda do apetite e falta de disposição. Os sintomas o

levaram a procurar um hospital de Salvador e o médico lhe disse que ele estava com um abscesso e que seria necessário fazer uma cirurgia para retirada do pus.

– [...] Aí foi, rasgou... botou um dreno, tirou a secreção que tinha dentro..., botou curativo...

Após a cirurgia, Nei realizou curativos em um posto de saúde. Ele referiu, no entanto, que, três semanas depois, já estava malhando novamente e utilizando os mesmos produtos (ADE e Potenay). Em sua narrativa, ele minimiza o ocorrido dizendo que “*não é negócio de morrer não*”.

Nei, no entanto, diz ter escutado as recomendações do médico para diminuir a quantidade das substâncias utilizadas. Ele atribui o abscesso ao fato de ter utilizado grandes quantidades e ter misturado dois produtos.

– [...] o médico me deu logo uma informação, se for tomar uma droga forte, de pouca quantidade. [...] Era preferível eu tomar uma droga bem forte de pouca quantidade, 1 ml, mas não tomar de muito uso. Nem 10 nem 30 ml. Antes, você tomar uma droga pouca, que corre no corpo, do que tomar 100, 20 ml de vez.

O uso de grandes quantidades é comum entre os usuários de ADE e, segundo Nei, vários já tiveram abscessos:

– Muitos tomam a quantidade de dá logo o volume, tá ligado? [...] aquele caroço, droga acumulada. Muitos pensam que já é o efeito da droga, mas não é. Ali a droga acumulou... com o tempo vai espalhando a droga...

– Muitos já tomou 10 ml de vez, muitos já tomou... eu conheço mesmo um cara que já tomou 250 ml. Muitos deu abscesso, também.

– *Ele [o rapaz que teve abscesso] tomava e não malhava. Porque a tendência você tem que tomar e malhar, prá droga se espalhar no corpo. Você malhando, ela vai se espalhando no músculo. Ele tomava hoje, malhava dez, 15 minutos ia prá casa, não malhava mais. Ia malhar depois que tomava outra droga. Aí deu abscesso. Mesmo assim ele continua tomando.*

Nei afirma saber dos riscos à saúde associados à utilização de anabolizantes e produtos veterinários. Ele cita o risco de ataque cardíaco e conta que um conhecido foi encontrado morto em casa supostamente pelo uso de anabolizantes:

– *Coração... às vezes o cara tem problema de coração e não sabe. Toma a droga, às vezes o coração descontrola. Pode dar alguma parada cardíaca, como muitos deu aí... vi no jornal passando... muitos dando... às vezes joga na veia... às vezes quando pega na veia, o sangue jorra logo. Dá uma tontura no corpo.*

– *Eu também, eu conheço a história de outro cara aí... isso aí foi verdade. De um cara que malhava na academia ali... [...] Um colega que ele morava só no apartamento, ele sempre se aplicava só. Pensar que não, ele foi tomar uma droga, ficou dois dias sem ninguém ver ele. Quando chegou viu ele em casa no chão morto, com a droga injetada no braço.*

Ele refere, por vezes, sentir certa inquietação com o impacto que o uso de anabolizantes e produtos veterinários pode ter em sua saúde, mas ela não é suficiente para a interrupção do uso. Ele enfatiza a dependência dos usuários em relação ao corpo musculoso conquistado com o uso destas substâncias que favorece a continuidade do consumo.

– Às vezes você fica pensativo, que você não está fazendo bem prá saúde... o bom é mesmo ficar natural sem tomar nada. [...] sabendo que vai prejudicar você no futuro.

– Vira um vício porque o cara tá ali com um corpo que não deseja, começa a tomar as drogas. Começa a se empolgar, vê volume, vê inchado. Acha bonito. Não quer parar. Isso é o vício.

Para Nei, é o anabolizante que lhe dá a motivação necessária para malhar. Sem a droga, lhe falta disposição e quando ele não tem dinheiro para comprá-la, prefere não frequentar a academia.

– Às vezes, você não tá com aquela disposição, e se você tomar essas drogas, a disposição já é outra. Às vezes você vem sem tomar nada, não é a mesma disposição que você está malhando.

No momento, Nei está malhando apenas em sua casa, pois está desempregado e não tem condições de comprar anabolizantes. Ele afirma, no entanto, que logo que conseguir dinheiro voltará a utilizá-los.

– Eu malho uma vez na semana, duas. E acho muitos colegas que me chamam pra malhar nas academias. [...] Eu malho, depende de minhas condições.

P: Que condições?

Financeira. Se eu tiver com um dinheiro bom hoje, dou uma malhada hoje... eu tô sem malhar porque estou sem dinheiro de comprar droga.

O CASO DE SERENO

Sereno tem 20 anos e reside em um bairro popular de Salvador. Ele largou os estudos na oitava série e, no momento da entrevista, estava desempregado e impedido de trabalhar por conta dos problemas de saúde decorrentes do uso de ADE.

Sereno relata que começou a malhar porque “*queria ficar forte e malhadão igual aos outros*”. Ele refere que lhe incomodava ver o seu corpo fino demais e que a visão dos malhados do bairro lhe suscitava inveja. Levado por amigos, ele passou a frequentar uma academia. Assim como outras academias nos bairros populares de Salvador, a academia era bastante precária:

– *Rapaz, a minha [academia] não tinha nome não. Era de um brother lá mesmo, uma casa assim, assim em cima da casa dele, ele fez uma academia lá. Ai tinha os pesos tudo lá.*

P: Qual era a mensalidade da academia?

Era 10 conto. Era barato, ia a galera lá e ele fazia barato.

Sereno refere, no entanto, que utilizou o ADE em um momento em que não estava malhando na academia. Ele fazia apenas apoios em casa e viu na droga uma forma de rapidamente desenvolver musculatura.

– *Ah, quem me indicou foi um, até um brother que tomou junto comigo. Foi ele, foi uma pessoa mesmo que me indicou. Me ensinou a tomar também. Foi ele que falou: ‘Ah, tome, tome, tome, tome’*

Sereno conta que não possuía informação sobre o ADE, nem tinha consciência de que se tratava de um produto veterinário.

P: Você sabia o que era o ADE?

R: Não, não, não sabia não. Só fui saber depois que já tinha tomado, tá ligado? Que esse negócio é pra animal.

P: Mas você não sabia nada, nada, nada?

R: Nada, nada, nada, nem imaginava o que era. Eu pensava que era uma vitamina mesmo. Ele [o amigo] até brincava assim: ‘Vamo tomá uma vitamina, rapaz. Vamo toma uma vitamina que tem A, D e E?’. Eu disse: ‘Umbora!’

P: E você não tinha nenhum tipo de informação a respeito?

R: Não, não tinha nenhuma informação, nenhuma.

Quando perguntado sobre a razão de ter utilizado o ADE, Sereno responde:

– Rapaz, foi influência de amigo, influência de amigo... [...] Foram os colegas mesmo. Os outros colega. Andava com um bocado de galera. Alguns falava comigo... ‘Ah, toma, toma, rapaz, você vai ficar bom mesmo, você vai ficar forte’. ‘Fica forte, véi, você vai ver a porra inchar aí’. [...] que eu ia mudar muitas coisas, eu ia mudar, eu ia mudar o meu corpo. Eu achava que meu corpo não tava suficiente grande, aí eu cheguei e, aí eu vou usar e... e sair por aí... tirando uma ondinha. [...] ‘Aí, eu vou tomar!’, aí eu cheguei e tomei. Mas mesmo a porra, eu me arrependi depois, véi, de ter usado esse negócio, muito mesmo.

Sereno utilizou ADE junto com dois amigos. Um deles já havia utilizado o produto outras vezes e foi quem aplicou as injeções. Eles partilharam o custo do produto e cada um levou a sua seringa.

– Ah, primeiro foi o meu colega que tomou, eu vi, bateu aquele medo também quando a agulha entrou assim, aí depois foi a minha vez...

Na primeira vez, aplicou 10 ml, 5 ml no braço esquerdo e 5ml no braço direito. No dia seguinte, ele aplicou mais 15 ml.

P: No outro dia?

No outro dia, que era pra esperar mais um pouco, tá ligado? Aí fui me apressando, aí botei 5 na frente, 5 no tríceps, e atrás, aqui, mais 5, aí formou 15. Aí, no outro braço. [...] Aí, quando foi no outro dia meti mais 15 de novo.

P: Como foi?

Fiquei com a vontade de tomar mais por causa das pessoas que passavam junto de mim... já com o braço forte, mesmo sem tomar ADE mesmo, tá ligado? Tinha as pessoas lá que passavam por mim e falava que não sei o que, e aí eu me sentia invejoso, tá ligado? Fazer aquilo que não era pra ser feito aí eu comecei a me aplicar mais e aí é isso aí. [...] na última vez que eu fui tomar 15, meu colega: 'Rapaz não tome mais não véi, não tome mais não que é uma barra pro seu corpo e você não tá nem malhando, você não tá nem malhando e pra você botar mais coisa aí dentro você vai ter que malhar pro óleo espalhar e você não pode se aplicar todos os dias não, tem que se aplicar por semana, cada semana você vai malhando e aplicando'. Só que aí eu não liguei não, eu queria ficar forte mesmo... aí eu me apliquei. Antes de me aplicar, o meu colega falou assim: 'Rapaz, porque você não aplica com o cara lá da academia que ele sabe mais? Porque isso também não é todas as pessoas que sabem aplicar não'. 'Aí, se é pra ficar lá não vou esperar ninguém não'. Aí, eu me apliquei [...].

No total, no espaço de, aproximadamente, dez dias, Sereño relatou ter aplicado na primeira vez 10 ml (5ml em cada braço), na segunda vez, 30 ml (15 em cada braço), na terceira

vez mais 30 ml (15ml em cada braço), o que, no total, somaria 70 ml.⁴

Sereno relata ter sentido os primeiros efeitos colaterais na noite do primeiro dia após a aplicação:

– Na primeira vez, quando, quando eu botei, quando eu botei é... 10ml, quando eu ia dormir sentia dor. Sentia o braço tremendo assim. Aquela dor, parecia quando você tomava aquela, como é? A benzetacil, e fica aquela dor, e eu sentia a mesma dor [...].

Aí, já na segunda vez que apliquei, o braço ficou todo dormente e doía. Não podia nem levantar o braço direito eu tinha que movimentá-lo pra dor sair, aí mesmo assim a dor não saía direito...

Segundo ele, no entanto, a dor se agravou por conta de uma pancada que recebeu de um amigo em uma festa:

– Rapaz, foi assim, eu estava na, numa festa, e eu não podia ir. Meus colega: ‘Rapaz, não vá que isso vai dar problema pra você, você não pode tomar pancada’. Aí, eu cheguei e fui de teimoso. Chegou lá, meus colega ficaram brincando comigo, me deu murro, aí eu: ‘Rapaz, não pode bater no meu braço não’. Disse: ‘Por que?’; ‘Ah, porque eu tô tomando um remédio aí’, disse. ‘Que remédio?’. Eu também não tinha vontade de falar que eu tomei ADE, né? Que esses povo não gosta de... [...] Aí, disse: ‘Que foi isso aí, rapaz, que você tomou?’; e eu: ‘Ah, foi um remédio aí’. Aí, levei uma pancada no braço, doeu, aí, ele me deu uma pancada aí começou a arder o músculo, aí eu não aguentei não, comecei a me abaixar assim no chão, senti muita dor e aí quando foi no outro dia, que criou, foi criando um caroço. Caroço mesmo.

4 Em outro momento da entrevista, perguntado sobre a quantidade total de ADE que ele se aplicou, Sereno referiu pouco mais de 60 ml, em discrepância com o valor obtido na soma de seu relato anterior.

Ficou duro. [...] A carne puxava, ficava puxando assim, latejando ó, ficava assim, só sentia isso. Muita dor também, quando eu triscava, a pessoa batia assim em cima, aí doía o músculo. [...] Aí com o tempo, eu fui na academia fazer uma malhação, aí os cara: ‘Rapaz, vai no médico pra ver o que é isso mesmo, se é abscesso’. Só que, aí, os cara: ‘Rapaz, não vá também, vá malhando aí que vai sumir’. Aí eu fui malhando, num, num foi sumindo, foi mais crescendo e ficando mole. Aí, da próxima vez, o... o dono da academia: ‘Rapaz, vá no médico, você só vai malhar aqui depois que você ficar bom’. Eu disse: ‘Tá certo’. Eu cheguei e fui no médico, o cara nem falou que era abscesso e foi logo operando. Aí tirou o óleo todo do músculo e aí operei, tô fazendo curativo até hoje, já tem acho que é, duas semanas já, véi. Duas semanas que tô fazendo curativo.

Sereno mostra os abscessos em seu corpo (que ele também chama de tumores) e diz que o óleo se deslocou para o cotovelo provocando inchaço em todo o seu braço:

– Foi um bocado de tumor no meu corpo, véi, um bocado. Foi aqui ó, aqui embaixo, outro aqui, outro aqui, outro aqui embaixo ó, acho que foi uns... seis tumor aqui véi. E doía, doía mesmo assim, não podia triscar o dedo assim que doía mesmo aquela dor mesmo, chorava. Ôxe, minha mãe: ‘Meu filho, meu filho não era pra você fazer isso não’, e eu lá chorando mesmo véi, foi uma dor miserável que eu passei. [...] Foi eu apliquei só no braço aqui ó, só no braço só que eu apliquei assim mesmo ele [o óleo] desceu pro cotovelo ficou todo inchado a mão, o braço todo ficou todo inchado.

Sereno relatou também ter percebido diminuição do desejo sexual e dificuldade de manter a ereção, o que ele associa ao uso de ADE:

– [...] Ah, eu tive... O corpo assim todo pesado. Os músculos pesados, não sentia mais atração nenhuma de fazer relação assim com mulher, tinha não. [...] Eu fiquei assim acho que foi uns cinco dias assim, tá ligado, sem nada assim fazer relação sexual é... tinha uma hora que ficava um pouco, tá ligado? Mas acontecia toda hora de descer toda hora. Acho que aconteceu [por causa do] anabolizante mesmo. Isso eu fui saber depois também que eu... já tinha acontecido isso eu li no jornal aí tava falando que também perdia o....

Sereno refere que, no momento da aplicação, não possuía informação sobre o produto que estava utilizando e não pensava no risco de ter efeitos colaterais.

– Ah, eu achava que não ia acontecer nada assim de, parecido com esse negócio, os tumor, os abscesso. Não ia acontecer nada assim... impotência, impotência sexual, esses negócio assim. Não sabia que ia acontecer isso não. Ninguém também explicava nada, não dava conselho. Só falava que não era bom tomar e pronto, e outros dizia que: ‘Tome’. Que ‘Umbora ficar forte’. Não sei o que, só isso.

Sereno refere arrependimento de ter utilizado o ADE e culpa os amigos por não terem lhe dado informação sobre como utilizar o produto. Ele diz inclusive, que o amigo que lhe aplicou a substância já teve, no passado, um abscesso em decorrência do uso de ADE.

– Pô, eu tô passando por um sofrimento da porra, todo dia fazendo curativo, todo dia fazendo curativo. Porra, se fosse, acho que esses cara não são meus amigos direito. Se fosse os amigo mesmo de verdade eles num, num fazia isso comigo. Pra te, pra usar esse negócio eles tinham que me explicar tudinho, direitinho, mas não explicou.

– [...] *Umbora, umbora tomar siri que vai ficar forte véi” só falavam só isso mesmo, ‘Pode tomar que não, não vai... vai nada assim de mal pra você véi’.*

Sereno conta que os problemas de saúde que enfrentou após a aplicação de ADE não levaram seus colegas a interromper o uso.

– *Eu falo sempre pra eles: ‘Rapaz não tome mais que vai ficar igual a mim’; ‘Sai daí Siri, vira essa boca pra lá’; ‘Rapaz, tô dando um conselho porque eu tô mal aqui véi, tô todo mal’.*

Os problemas de saúde que enfrentou decorrentes do uso de ADE tiveram grande impacto em sua vida. No momento da entrevista, ele estava fazendo curativos diários e impedido de trabalhar.

– *Ó, da malhação foi bom, eu gostei de malhar, malhar assim... até uns colegas assim malhava comigo, tal, amigo, malhava, pegava muito peso mesmo. Agora depois que eu tomei esse negócio aí, o ADE, eu fiquei fraco mesmo, fiquei ruim. Quando... agora não posso nem fazer nada, não posso nem fazer nada, não tô nem trabalhando, que antigamente eu trabalhava, mas agora não posso nem fazer nada, nem, nem passear muito eu posso passear porque eu fico com medo de alguém bater. Porque ainda, ainda dói um pouco quando bate. Só isso mesmo. Mas tomara que eu fique logo melhor que eu tô com vontade de trabalhar.*

Além disso, sua autoestima foi muito abalada por conta da aparência desagradável das lesões. Sereno refere que os colegas e também as meninas do bairro passaram a evitá-lo depois do ocorrido:

– *Ah, por causa disso mesmo, por causa das pessoas que não chegava, não conversava mais comigo. E toda vez que*

quando eu ia procurar alguma coisa, assim, conversar com as pessoas, e aí as pessoas não ligavam pra mim, não conversava. [...] Quando eu mostro mesmo, eles fica todo, num querendo olhar, todo enjoado assim. Até, até hoje eu tenho, acho que eu tenho um azar hoje de mim. As pessoas parece que não gostam de mim mais não, véi. Ficam falando mal de mim. As meninas não chegam mais perto de mim, quando vê. Rapaz, esse negócio é... empreteceu com minha vida, véi. [...] Ah, por causa dos abscesso, quando eu amostro, elas: 'Ah, deixa eu ver seu abscesso aí'. Aí eu mostro, aí, quando eu mostro elas ficam assim com nojo, que não tá cicatrizado ainda direito não, aí, quando olha assim, fica tendo nojo de mim, é... só, é isso aí.

Falando sobre suas expectativas para o futuro, Sereno afirma querer voltar a sua vida normal com seu corpo tal como era antes do uso de ADE.

– Ah, minhas expectativas é... ficar bom, malhar, depois trabalhar, depois... fazer várias coisas, várias coisas que eu não posso fazer como eu tô hoje. Não posso fazer nada. E depois que passar isso tudo eu ficar normal. Ficar como era antigamente mermo. Como Deus me fez. Ficar assim mesmo, normal. Ia ser muito bom. Ia ser muito bom voltar como era antes. [...] e eu... mesmo se ficando bom aqui, véi, eu não vou mais esse negócio de ADE de jeito nenhum. Eu prefiro morrer, tá ligado, sem nenhum, sem nenhum arranhão no meu corpo tá ligado mas tomar ADE nunca.

O CASO DE LEO

Leo tem 18 anos e também reside em um bairro popular de Salvador. Ele deixou de estudar na sétima série do primeiro grau e, no momento da entrevista, trabalhava fazendo bicos.

– *E como eu tô nessa fase, tenho 18 anos ainda, tenho uma filha que vai fazer um ano agora, dia 27, entendeu? E criança você sabe, né? Eu vivo praticamente às custas dos meus pais, entendeu, porque quem cria mesmo a minha filha é meu pai, porque, às vezes, eu faço uns biscoites um ou outro, mas faço, tenho que ajudar e ajudo. O que tá pegando é mais trabalho, o homem sem trabalho o homem não é nada, né?.*

Leo começou a malhar com 17 anos porque “queria ficar com um corpinho legal”. Assim, como outros praticantes de musculação entrevistados nos bairros populares, ele admira o corpo do fisiculturista norte-americano Ronnie Coleman. Leo diz que passou a fazer mais sucesso com as mulheres depois de desenvolver a musculatura. Ele via também em seu corpo uma chance de inserção no mercado de trabalho e ascensão social cogitando a possibilidade de vir a se tornar modelo profissional.

– *Sei lá, pode ser, ter assim uma forma profissional, uma agência de modelo, como eu já fui, entendeu? Fiquei lá o que, um ano, eu tenho fotos postas lá. Quem sabe, assim, vamos supor se fosse uma academia, assim, de modelo, que levasse uma coisa a sério, quem sabe poderia até me tornar assim um profissional.*

Leo diz que começou a utilizar anabolizantes incentivado por amigos. Ele afirma ser difícil resistir ao uso em um contexto em que muitas pessoas utilizam e incentivam a usar:

– *Não tem, não tem como a pessoa chegar assim e falar: ‘Poxa, eu não vou usar’. Tem sempre um incentivo, entendeu? Ai um colega fala: ‘Pôxa, umbora tomar. Umbora tomar, é bom rapaz, cresce!’. Ai a gente cai naquela, toma, as vezes a gente acha até bom, né? ‘Pôxa, foi bom à experiência’.*

Leo referiu ter utilizado ADE junto com um amigo. O produto foi aplicado por um farmacêutico. Segundo Leo, ele utilizou na primeira vez 38ml (19 ml em cada braço).

– Eu tomava assim... tomei 9ml no bíceps e 10ml no tríceps.

P: Do outro lado também você tomou?

– É. 9 no bíceps e 10 no tríceps.

Logo após a aplicação de ADE, Leo tomou um anti-inflamatório com o objetivo de impedir a inflamação do músculo e permitir a malhação no dia seguinte à aplicação.

– É, porque a maioria das pessoas falam, né? Que tem que tomar o anti-inflamatório que é melhor, pra, no outro dia, conseguir malhar, senão no outro dia não consegue malhar. E se não malhar, não cresce, e pra crescer tem que usar uma droguinha e tomar um [risos] um anti-inflamatório.

Logo após a aplicação, Leo disse ter sentido seu coração acelerar muito chegando ao ponto de ter ficado com medo de morrer:

– Rapaz, assim que eu tomei, quando demorou um pouquinho, menos de cinco minutos o coração começou a bater forte. Disparar: ‘Tutitutu’. E eu que... eu tenho problema de coração, entendeu? Eu tenho problema no coração e eu, não vou mentir, quando eu terminei de tomar eu falei: ‘Meu Deus, me abençoe aí, não me deixe morrer agora não’.

Ele referiu também ter sentido muita dor no local da aplicação, além de coceira e inchaço no braço.

– Inchaço, inchou. É... porque inchou demais, entendeu? Na mesma da hora, assim, foi chegar em casa pra almoçar, deitar, já quando acordei tava inchado já. Já vi logo a... e quando

na, durante a malhação, doía muito, me doía muito. E tive alergia aqui, alergia, coçava pra caramba.

Ele ressalta, no entanto, o crescimento do volume de seu braço:

“Eu tava com 34, 34cm e meio de braço, eu tomei ele eu fui pra 41cm”.

Os efeitos colaterais, após a primeira aplicação, não o impediram de fazer uma segunda aplicação de ADE dias depois, desta vez no peitoral, além de utilizá-lo misturado com anabolizantes como Deposteron e Deca-Durabolim. Ele refere que, na primeira vez que utilizou Deca-Durabolim (Deca de 50ml), teve febre e dor de cabeça:

– Fiquei três dias de febre, dor de cabeça em casa, não consegui malhar, aí depois eu tomei o remédio aí melhorei, né?

Para Leo, o anabolizante faz ele se sentir mais forte, com disposição de ir para a academia e malhar. Já quando não está utilizando, diz não se sentir motivado para a musculação:

– Aí quando não toma, aí, a disposição cai, dá preguiça de malhar, entendeu? Fica com preguiça. Como eu hoje, já era pra mim fazer dois exercícios, fiz um. Entendeu? Fica com preguiça de malhar, fica com vontade, mas tem que malhar, se não malhar vai cair, entendeu aí? Tem que malhar.

Leo referiu, também, aumento da potência sexual com a utilização de ADE misturado com o anabolizante Deca-Durabolim.

– Aumentou demais. Quando eu tomo pareço um cavalo, vou até... começar 8 horas da noite [relações sexuais], vou até 5 horas da manhã. E não cansa não. E a porra não desce de

jeito nenhum, meu irmão. Não tem jeito pra descer, é tomar ADE que não desce não.

P: Com ADE?

– ADE misturado com a Deca de 50, eu vou à noite toda. Agora se não tomar eu só dou três [risos].

Ele disse ter aprendido com um amigo a aplicar o ADE e já ter aplicado em três colegas em sua casa. Perguntado se conhecia alguém que tinha apresentado algum problema de saúde associado ao uso de anabolizantes, ele diz que dois de seus amigos tiveram abscesso e necrose no músculo decorrentes do uso de ADE.

– Meu amigo. Ele tomou tanto no peito que teve que lascar aqui ó, abrir pra poder tirar o negócio que tava, a carne que tava podre já. [...] Aí fez operação no peito, aqui ó. Esse peito aqui, tá pra dentro e esse peito aqui estufado, entendeu?

– Zé. O cara tá com dois tumorsão aqui no braço. Aqui, ó. Parece dois tumorsão, e ali o que? Ali não adianta nada, é abscesso. Ali ele tem que lascar. Entendeu? Pra poder tirar aquela carne ali. Aquela carne ali já foi. Tá podre.

Os efeitos colaterais, no entanto, não desestimularam Leo a deixar de usar ADE ou anabolizantes. Ele diz que não está usando no momento, por não conseguir deixar de beber junto com os amigos. Para ele, o álcool corta o efeito dos anabolizantes e não compensa utilizá-los se for beber. Ele afirma que o ambiente de competição nas academias e também fora delas gera uma dependência da imagem corporal conquistada, levando o jovem a não deixar de malhar ou de consumir anabolizantes.

– Não pára. Porque é um vício. Isso é um vício, um vício, é assim, é pior do que droga. Cocaína e tal, entendeu? No meu ponto de vista, eu acho que é. Eu, eu até, aconselho muitos jovens assim: ‘Fique com seu corpo mesmo, do jeito que vocês tão mesmo, entendeu? Mas não queira entrar numa academia não’. Porque se você entrar você fica assim psicótico assim: ‘Ai, meu Deus, se eu sair eu vou ficar fraco e o povo vai falar: ‘Poxa! Aí fulano como tava, ontem tava forte, tava torado, agora como é que tá aí ó! O cara tá magro, ó paí, tá acabado’. Como eu mesmo, não vou mentir, eu nunca vou parar de malhar pra num dá lugar prum monte de pessoas que tem inveja de mim falar, entendeu? Muitas pessoas aqui tem inveja. Os caras passam malhados assim, olha assim: ‘Olha aí, bomba! É drogado aí!’, entendeu? Já pensou, mais tarde, no outro dia, você passar todo murcho, todo caído, os outros, os colega vai falar o que: ‘Ó pali como fulano tá. Tá vendo aí, aquilo ali é droga! Ô como já tá ali ó!’, entendeu? Isso aí tudo é uma forma de motivação, entendeu?

DISCUSSÃO

A análise dos casos de Nei, Sereno e Leo nos permite identificar vários fatores que levam os jovens das camadas populares a utilizar anabolizantes e produtos veterinários. Em primeiro lugar, o uso destas substâncias deve ser compreendido em um contexto de grande valorização global da aparência corporal na contemporaneidade e que encontra enorme disseminação na sociedade brasileira. O culto ao corpo jovem, musculoso, bem definido e com baixa taxa de gordura é disseminado pela mídia e reproduzido e ampliado nas academias

de musculação que proliferam também nos bairros populares de Salvador. O corpo na sociedade de consumo se tornou um indexador do Self (FEATHERSTONE, 1991; MONAGHAN, 2002) fundamental na construção da autoidentidade e que deve refletir em sua superfície a imagem do que a pessoa é. Os músculos se tornaram sinônimos de sucesso e de saúde, reforçando seu papel como importantes signos de masculinidade.

A competição entre os jovens nas academias (e também fora delas) em torno do volume dos corpos, com chacotas aos mais fracos e popularidade aos mais malhados, estimula a busca de estratégias que permitam o rápido desenvolvimento de musculatura. Os três jovens começaram a malhar com o intuito de aumentar a musculatura e fazer sucesso não só com as meninas do bairro, mas, sobretudo, com os seus próprios colegas. A competição entre os jovens é muito intensa na valorização do corpo e na diminuição dos que não tem um corpo musculoso, chamados pejorativamente de “sucatas”. Os jovens, em especial, se encontram bastante vulneráveis à pressão social dos pares. A construção de um corpo musculoso representa uma forma de construção de uma identidade positiva e de uma forma de se destacar na comunidade.

Outro ponto a ser considerado é a transformação do corpo em capital na sociedade de consumo (BOURDIEU, 1977; LE BRETON, 2003). O trabalho sobre o corpo nas academias pode representar, neste contexto, uma tentativa de subir na escala social – caso de Leo, em sua busca de uma agência de modelos – ou, o que é mais comum, uma forma de inserção no mercado de trabalho como segurança – caso de Nei (IRIART; ANDRADE, 2002; IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009). Leo ressalta, também, a identidade de atleta do praticante de musculação que se opõe à de desocupado, em um contexto de poucas oportuni-

dades de inserção no mercado de trabalho para os jovens com baixa escolaridade.

Os anabolizantes que, para os jovens, incluem produtos veterinários como o ADE, surgem então como drogas capazes de transformar rapidamente o corpo permitindo o crescimento e a definição dos músculos. Nos casos de Sereno e Leo, foi determinante para sua utilização o estímulo e incentivo dos amigos. Leo chega a dizer ser muito difícil não utilizar neste contexto em que muitos estão usando e incentivando a usar. Grogan e colaboradores (2006), em estudo realizado no Reino Unido, também mostram que a pressão social influenciou a decisão de seus informantes para praticar musculação e utilizar anabolizantes.

O imediatismo na obtenção dos resultados é, sem dúvida, um fator importante que contribui para o uso e abuso de anabolizantes em doses muito acima da capacidade de absorção pelo organismo (IRIART; ANDRADE, 2002). Sereno, por exemplo, utilizou altas doses visando desenvolver a musculatura quase instantaneamente sem o esforço da malhação.

O baixo custo de produtos veterinários como o ADE, comparado ao preço dos anabolizantes, e seu fácil acesso nas casas de produtos veterinários favorece sua disseminação entre os jovens das camadas populares. Para os jovens, o produto veterinário ADE é visto como um anabolizante, apesar de não ter efeitos anabólicos, pois seu efeito aparente no crescimento muscular é muito rápido. O ADE é um complexo vitamínico em veículo oleoso utilizado para fortalecer e engordar animais com carência vitamínica. Aplicado em grandes quantidades, o óleo fica encapsulado no local da aplicação proporcionando a ilusão de crescimento muscular.

Os três jovens relataram a aplicação de doses muito altas desse produto. Segundo o relato de Nei, que aplica a subs-

tância regularmente em outros jovens do bairro, esta prática é bastante comum. O ADE é utilizado em ciclos alternados ou misturado em coquetéis com anabolizantes ou outro produto veterinário, como no caso de Nei que combinou ADE e Potenay. Entre os três jovens, apenas Sereno referiu ter utilizado unicamente ADE.

O três jovens relataram ter sentido vários efeitos colaterais relacionados aos usos de anabolizantes/produtos veterinários, tal como febre, dor de cabeça, calafrios, tonturas, garganta seca, alteração do batimento cardíaco, aumento/diminuição da potência sexual, nervosismo, dependência, dores abdominais, dor no local da aplicação, abscesso e necrose de tecidos. Estes efeitos estão de acordo com o que está descrito na literatura científica (BAHRKE; YESALIS, 2004; EVANS, 2004; POPE; KATZ, 2003; RICH et al., 1999). Estudos mostram, também, que os anabolizantes provocam desequilíbrio hormonal com redução nos níveis de testosterona endógena podendo levar à ginecomastia, atrofia testicular, alterações na morfologia do esperma e infertilidade. O uso de anabolizantes tem sido associado ainda a fatores de risco cardiovasculares, hipertensão, hipertrofia ventricular, arritmia, trombose, infarto do miocárdio e morte súbita (EVANS, 2004). O uso continuado pode alterar também a estrutura e função do fígado, podendo acarretar hepatite, hiperplasia e adenoma hepatocelular (BAHRKE; YESALIS, 2004). Os efeitos colaterais se acentuam com o consumo de altas doses por longos períodos de tempo.

O complexo vitamínico para animais ADE concentrado em área do corpo pode causar flebite, abscessos e necrose dos músculos e dos tecidos necessitando de remoção cirúrgica, tal como nos casos de Sereno e Nei e que parece, a partir dos relatos, ser bastante comum entre os usuários.

Observa-se que a rede social de usuários é fundamental na orientação de como utilizar a droga e na construção das expectativas quanto aos resultados e efeitos colaterais. O conhecimento sobre os efeitos das drogas é construído a partir das experiências dos usuários em seus próprios corpos e da informação que é transmitida para os novatos pelos que possuem maior experiência. Chama atenção, no caso de Sereno, a total falta de informação sobre o produto utilizado. O fato do jovem, neófito na utilização de ADE e anabolizantes, não estar malhando no momento de utilização das drogas e, conseqüentemente, não estar inserido em uma rede com usuários veteranos pode ter contribuído para sua quase total falta de conhecimento sobre os efeitos e riscos do uso de ADE. Nei, no entanto, relatou ter consciência dos riscos, o que não impediu que continuasse utilizando as mesmas substâncias e aplicando em outros jovens do bairro, apesar de já ter tido um problema de saúde decorrente de seu uso. Os efeitos colaterais mais passageiros são percebidos como “normais” e não levam à interrupção do uso, pois o objetivo de construção dos corpos musculosos se sobrepõe aos possíveis riscos (IRIART; ANDRADE, 2002). Estudos realizados com usuários de anabolizantes em outros países (GROGAN et al., 2006; MONAGHAN, 2002) mostram resultados semelhantes.

Os relatos de Nei e Leo enfatizam a dificuldade de interromper o uso de anabolizantes por conta da dependência da imagem conquistada. Para eles, trata-se de um vício que não se relaciona a uma dependência da droga em si, mas do corpo que ela permite construir. O anabolizante está associado à energia para malhar na expectativa do crescimento muscular que a droga proporciona. A interrupção do uso ocasiona a diminuição do volume muscular e a perda do corpo ideal construído,

deixando o jovem exposto à zombaria dos outros malhadores e afetando sua autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos aqui apresentados ilustram o abuso de produtos veterinários e anabolizantes para fins estéticos entre jovens de bairros populares de Salvador, documentando os problemas de saúde decorrentes deste abuso. Os três jovens referiram efeitos colaterais, sendo que dois deles necessitaram de ajuda médica. No caso de Sereno, os problemas decorrentes da utilização de ADE tiveram um impacto muito negativo em sua vida. Ao invés do corpo musculoso e admirado por outros jovens, o uso de ADE lhe causou um corpo com feridas e estigmatizado. Em seu relato, os amigos e meninas do bairro dele se afastam por conta do aspecto ruim dos abscessos. Sua autoestima foi afetada e ele procura agora esconder o corpo que inicialmente queria exibir.

O caso de Sereno mostra também que há falta de informação sobre os efeitos e riscos dos anabolizantes e produtos veterinários entre os jovens neófitos que, no imediatismo da busca pelo desenvolvimento muscular, podem utilizar anabolizantes e produtos veterinários de forma indiscriminada. Assim como Sereno, é possível que outros jovens possam estar se iniciando no uso destas substâncias sem informação suficiente sobre seus efeitos nocivos. Já os usuários veteranos como Nei e Léo possuem maior informação sobre os efeitos negativos dos produtos veterinários e anabolizantes, mas isto não é suficiente para que interrompam o uso. O desejo de manter o corpo musculoso se sobrepõe aos riscos à saúde e os possíveis danos a longo prazo decorrentes do uso.

É fundamental, que se desenvolvam ações de prevenção culturalmente apropriadas junto aos jovens, que levem em

conta o contexto social e cultural em que ocorre o uso destas substâncias. Dada a importância da pressão social no uso de anabolizantes, é importante que as ações de prevenção atuem junto às redes sociais de jovens. Experiências nos Estados Unidos mostram que intervenções através da capacitação de pares (*peer education programs*) podem ser efetivas na redução da intenção de uso e na prevenção do uso de anabolizantes (GROGAN et al., 2006).

A perspectiva da redução de danos nos parece a mais apropriada para subsidiar intervenções, enfatizando a orientação sem julgamentos de valor, com disponibilização de informação de qualidade sobre os efeitos a curto e longo prazo dos diferentes tipos de anabolizantes e produtos veterinários, a provisão de equipamentos estéreis de injeção e a capacitação de profissionais de saúde para o cuidado à saúde desta população.

REFERÊNCIAS

- BAHRKE, M.S; YESALIS, C.E. Abuse of anabolic androgenic steroids and related substances in sport and exercise. **Current Opinion in Pharmacology**, v. 4, p. 614-620, 2004.
- BORDIEU, P. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 14, p. 51-54, 1977.
- CAFRI, G; THOMPSON, J. K; RICCIARDELLI, L. et al. Pursuit of the muscular ideal: physical and psychological consequences and putative risk factors. **Clinical Psychology Review**, p. 215-239, 2005.
- EVANS, N. A. Current Concepts in Anabolic-Androgenic Steroids. **The American Journal of Sports Medicine**, v. 23, n. 2, p. 534-542, 2004.
- FEATHERSTONE, M. The body in Consumer Culture. In: Featherstone; Heapworth & Turner. **The body: social process and cultural theory**. London: SAGE, 1991. p. 170-196.

GROGAN, S.; SEPHERD, S.; EVANS, R. et al. Experiences of anabolic steroid use-Depth Interviews with men and women body builders.

Journal of Health Psychology, v. 11, n. 6, p. 845-856, 2006.

IRIART, J. A. B.; ANDRADE, T. **Musculação, uso de esteróides anabolizantes e percepção de risco entre jovens fisiculturistas de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil**. Rio de Janeiro, 2002.

IRIART, Jorge Alberto Bernstein; CHAVES, Nei Carlos; ORLEANS, Roberto Ghignone de. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. **Cad. Saúde Pública**, v. 25, n. 4, p. 773-782, 2009.

KANAYAMA, G.; POPE, H.G.; COHANE, G. et al. Risk factors for anabolic-androgenic steroid use among weightlifters: a case-control study. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 71, p. 77-86, 2003.

LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**. São Paulo: Papirus, 2003.

MACRAE, E. ; Vidal, S. S. A resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas. **Rev. Antropol.**, v. 49, n. 2, p. 645-666, 2006.

MELNIK, B. ; JANSEN, T.; GRABBE, S. Abuse of anabolic-androgenic steroids and bodybuilding acne: an underestimated health problem. **JDDG**, v. 5, p. 110-117, 2007.

MONAGHAN, L. Vocabularies of motive for illicit steroid use among bodybuilders. **Social Science And Medicine**, v. 55, p. 695-708, 2002.

POPE, H.G. ; KATZ, D.L. Psychiatric effects of exogenous anabolic-androgenic steroids. In: WOLKOWITZ; A. Rothschild (Org.).

Psychoneuro-endocrinology. Washington: American Psychiatric Publishing, 2003. p. 331-358.

RICH, J. D. ; DICKINSON, B. P. ; FELLER, A. The infectious complications of anabolic-androgenic steroids injection. **International Journal Sports Medicine**, v. 20, p. 563-566, 1999.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CASOS, CONSEQUÊNCIAS E INTERVENÇÕES

Ceci Vilar Noronha; Andrija Almeida

Na sociedade brasileira, as representações da violência nos meios de comunicação deixam perceber uma sucessão maciça de fatos violentos que invade os noticiários televisivos, os jornais e as mídias alternativas, contudo, há um foco excessivo na violência dos bandidos, em detrimento das modalidades de ação compreendidas como violência doméstica. Isto porque, dada a condição de minoria das mulheres e também do segmento infanto-juvenil, os fatos que causam abalos à legitimidade das instituições encarregadas de manter a ordem social são as violências praticadas nos denominados crimes de rua: assaltos, saidinhas bancárias, sequestros etc. No entanto, não obstante a baixa visibilidade, as violências na esfera da vida privada são recorrentes em todas as sociedades ocidentais e não menos importantes para serem debatidas e enfrentadas mediante políticas governamentais.

Objetivamos, nesta comunicação, centrar o olhar sobre uma multiplicidade de atos violentos que são cometidos nas relações de intimidade os quais têm como alvos preferenciais crianças e adolescentes, sobretudo do sexo feminino. E para melhor caracterizá-los, analisaremos os delitos de natureza se-

xual que ocasionam danos imediatos e futuros às vítimas e aos familiares envolvidos.

Inicialmente, situaremos um fenômeno social mais amplo, diretamente relacionado aos crimes em foco, que são as transformações da intimidade. Hoje, há maior autonomia dos indivíduos para fazerem suas escolhas afetivo-sexuais, as mães acumulam os papéis de donas-de-casa e trabalhadoras remuneradas, os pais são mais tolerantes e flexíveis em relação à conduta dos filhos e as famílias realizam maiores investimentos na escolarização da sua prole.

Vale sinalizar que, na nossa cultura, a infância e a adolescência são fases especiais no curso da vida e os governos e a sociedade têm se preocupado em formalizar normas sobre o trabalho infantil, a interdição de parceiros sexuais, o castigo físico dos imaturos, enfim, houve uma expansão da produção e difusão dos saberes relativos à criação dos filhos. Além disto, crianças e adolescentes são portadores de direitos e, ao mesmo tempo, consumidores exigentes. Neste mesmo bojo de mudanças sociais, dá-se outro fenômeno de interesse para o problema das violências sexuais, que é a erotização dos corpos infantis (FELIPE, 2007; POSTMAN, 2005). Na sociedade brasileira, este movimento em prol da erotização precoce é perceptível na moda, na oferta de acessórios e de alguns serviços voltados ao consumo infanto-juvenil.

Apesar das proibições legais, a iniciação sexual forçada é algo estimado em cifras altas no mundo. A título de exemplos, na África subsaariana, encontrou-se uma variação de 32% a 18%, em 2000; no Caribe, no ano 2000, 50% das jovens mulheres entrevistadas relataram que a sua primeira relação sexual ocorrera sob ameaça de espancamento. Na região da América do Sul, não havia referência ao Brasil, no entanto, estudo com adolescentes peruanas encontrou uma proporção de 40% de

sexo sob coação, na ocasião da primeira experiência sexual. Nos Estados Unidos, uma em cada dez agressões sexuais envolve diversos perpetradores (*sexual assault*) (KRUG et. al., 2002), o que sugere um impacto maior à saúde das vítimas.

RELAÇÕES VÍTIMA-AGRESSOR

A base empírica deste estudo é composta por matérias jornalísticas relativas a violências sexuais contra crianças e adolescentes publicadas pelo jornal *A Tarde*, empresa de comunicação criada há cem anos, sediada na cidade de Salvador. A coleta de dados abrangeu todos os meses de 2006, observando-se as edições impressas do referido jornal, perfazendo um total de 40 violações sexuais noticiadas.

Grande parte das experiências de violências sexuais em análise ocorreu em contextos de vida partilhados e dentro de redes de relacionamentos contínuos, e isto faz com que a “recuperação” das vítimas seja bem mais difícil porque estas sentem que não há lugar seguro para elas. Nestas situações, as oportunidades e os recursos para a sobrevivência e a saída dos relacionamentos violentos estão sob o controle do agressor. As práticas de violências sexuais ou maus-tratos aos filhos por parte de um dos cônjuges representam um desafio para a continuidade da relação conjugal e há, evidentemente, perdas subjetivas e materiais nos desenlaces matrimoniais.

Em muitas famílias, o abandono, os maus-tratos e a negligência podem estar associados às modalidades de violência sexual, sobretudo, incesto, abuso sexual, estupro cometido por estranhos, coabitação forçada ou casamento infantil, exploração sexual para fins comerciais e produção de imagens pornográficas. Ademais, as relações sexuais entre parceiros se-

xuais proibidos e o uso da força podem levar a vítima ao aborto forçado, em condições inseguras, resultando em novos danos à saúde ou mesmo em óbito.

No enfoque teórico-metodológico da Saúde Coletiva, o modelo explicativo desta problemática relaciona fatores individuais que facilitam a violência sexual praticada em tempo de paz, a exemplo do uso de drogas lícitas e ilícitas, tendências impulsivas e antissociais, crise da identidade masculina, preferências por sexo impessoal, hostilidade em relação às mulheres e o testemunho de violência familiar quando criança. No plano da sociedade e articulando-se com o plano individual, são apontadas as seguintes dimensões: falta de oportunidade de emprego ou apoio institucional, tolerância da comunidade em relação à agressão sexual, existência de normas sociais que apoiam a superioridade masculina, leis e políticas fracas relacionadas à violência sexual, políticas e programas ineficazes em relação a promover a igualdade de gêneros e altos níveis de crimes de rua (KRUG et. al., 2002). Estudos com este foco indicam que há um número expressivo de casos de violência sexual incestuosa. A seguir, exemplificaremos tal situação com algumas narrativas jornalísticas:

Lauro de Freitas, bairro de Itinga, D.R.B., 35 anos, artesão, estuprou a filha de sete anos dentro da residência, aproveitou que a sua mulher saiu para passar a noite na fila em um colégio da região, onde tentaria matricular as crianças do casal. A mãe localizou a menina no banheiro com a roupa na mão e sangrando. Logo em seguida flagrou o marido no quintal da casa com short manchado de sangue. O artesão mandou que a mulher levasse a filha ao hospital, mantivesse sigilo sobre o ocorrido e inventasse uma mentira para contar aos médicos. A polícia foi avisada e esteve na casa ainda na madrugada. Dezenas de pessoas foram para a porta da delegacia com o objetivo de linchá-lo. O agressor disse que estava embriagado na hora do crime. (ALCÂNTARA, 2006a, p. 4)

Mata de S. João, o carvoeiro J. C. dos S, 39 anos morava com os três filhos em uma casa de taipa em condições abaixo da linha de pobreza. Viúvo de 9 meses. A mãe das crianças morreu acometida por cirrose hepática (37 anos) bebia cachaça todos os dias. Estupro, crime hediondo, combinado à presunção de violência (por se tratar de vítima menor de 14 anos e impossibilitada de oferecer resistência). Acusado de estuprar a própria filha de apenas 11 anos, sem demonstrar arrependimento ele confessou que além de manter relações sexuais com a criança nos últimos dois anos, também a submetia a espancamentos com auxílio de um pedaço de cipó. A garota e os dois irmãos de 13 e 7 anos também vítimas de violência do pai, ficaram sob os cuidados do conselho tutelar. (LIMA, 2006, p. 9)

No último caso, apesar de a vítima já ter procurado os parentes para denunciar as ações do pai, por diversas vezes, foi um vizinho que, após escutar os gritos desesperados da menina, denunciou o carvoeiro, chamando a polícia. Ao ser ouvido na delegacia, o agressor declarou que só fazia isto depois de beber mais de um litro de cachaça.

Nos casos noticiados, alusões à ingestão de álcool, a influências de espíritos maléficos e à “provocação” ou à fragilidade da vítima foram aspectos comuns apresentados pelos acusados como motivação para as condutas sexuais transgressoras:

[...] no início do ano, a menina chegou lá em casa e eu estava bebendo, então ela resolveu dormir e, ao dar por mim de madrugada, ela estava deitada em cima de mim, aí aconteceu. (RODRIGUES, C., 2006, p. 12)

Não sei o que me dá... acho que é porque elas são presas fáceis. (RODRIGUES, A., 2006b, p. 9)

Nas matérias examinadas, as situações típicas de separação dos pais e disputa pela guarda dos filhos também figuraram como oportunidades para agressões de natureza sexual contra os filhos gerados na união desfeita.

Outro aspecto presente na abordagem jornalística diz respeito ao caráter repetitivo da violência sexual em ações perpetradas por um mesmo agressor seja contra crianças que são membros da sua própria família seja contra aquelas que integram outros grupos parentais, como ilustra o fato noticiado a seguir. No bairro do Novo Marotinho, em Salvador, V. S. J., 18 anos, biscateiro, foi acusado de abuso sexual e confessou, além deste, outros dois crimes do gênero contra primas com idade entre 2 e 5 anos:

A criança contou o que havia ocorrido e disse não ter revelado antes por ter sido ameaçada de morte. 'Ele disse que ia me bater se eu contasse a mamãe'. O agressor é irmão de criação da mãe da vítima. A mãe levou a filha a DERCCA enquanto seus vizinhos aguardaram até as 11h30 momento em que J. [o agressor] deixou sua casa e foi espancado a socos, pontapés, pedradas e pauladas. Foi encaminhado a DERCCA, onde se encontrou com a mãe da vítima que o apontou como responsável pelo abuso. O biscateiro foi autuado em flagrante e ainda confessou ter sido acolhido pela avó da vítima há seis meses depois de ser expulso de casa por ter estuprado as duas famílias. (CIRINO, 2006, p. 6)

Descrita pela narrativa jornalística em análise, a reação popular aos agressores sexuais implicados no grupo familiar ou fora dele é marcada, sobretudo, pela ira dos moradores da localidade de habitação da vítima, ou seja, vizinhos que agem no sentido de fazer o predador sexual se sentir ameaçado e punido por seus atos.

Por outro lado, considera-se que, nos crimes sexuais, os agressores se aproveitam da confiança que lhe é devotada pela família da vítima, do *status* socioeconômico, da posição de poder, da credibilidade social e também do fascínio que exercem sobre a(s) vítima(s). Neste sentido, algumas matérias examinadas são ilustrativas destes argumentos:

Em Amargosa J. S. A., 26 anos, dentista mineiro, solteiro, com namorada em Amargosa foi acusado de abuso sexual e atentado violento ao pudor. Um garoto de 9 anos estava sendo abusado já fazia um tempo, inclusive, com penetração anal, naquele dia teria ocorrido três vezes. O acusado usava jogos de vídeo games para atrair crianças a sua casa. ‘Colocava o som tão alto que meu filho escutava lá de casa e ficava doido para ir assisti-lo ou jogar’. Afirma o pai. Várias crianças se acotovelavam na janela para ver os jogos no computador. Pessoas têm medo de denunciá-lo por ser pessoa influente entre autoridades do município. ‘O prefeito pagou um caro advogado para defender este monstro’, afirma o pai da vítima. (RODRIGUES, A., 2006a, p. 9)

A matéria era ilustrada por foto do lavrador, pai da criança, segurando cópias das peças do inquérito policial e dos exames médicos que comprovavam os abusos.

EXPLORAÇÃO SEXUAL E PRODUÇÃO DE IMAGENS PORNOGRÁFICAS

Casos de exploração sexual associados à produção de imagens de corpos infantis e juvenis em poses sensuais e proibidas também foram noticiados, e isto representa uma nova configuração dos crimes sexuais, apoiada no uso de tecnologias de comunicação e informação.

Em Salvador, Praia do Flamengo, um empresário, 56 anos, foi acusado de pedofilia. A ex- mulher relatou que a filha dela desde os 9 anos era abusada sexualmente e ele teria fotos eróticas da adolescente em seu computador, onde também guardaria imagens de outras crianças no município de Lençóis em situações constrangedoras. Agentes da delegacia descobriram que G. respondia por crime de pedofilia no município de Lençóis na Chapada Diamantina e que já havia pedido de prisão, policiais levantam a hipótese de que morte dele pode estar relacionada a este crime. (RODRIGUES, C., 2006, p.15)

Os adultos envolvidos estão claramente motivados por auferir dinheiro em troca dos seus produtos e as vítimas, mormente crianças e adolescentes, são atraídas também pelo mesmo móvel ou por promessas de ingresso na carreira de modelo.

O conturbado caso de estupro de uma menina 12 anos, registrado no interior do shopping Aeroclub, há sete meses... levou a polícia a descobrir uma suposta trama de aliciamento de adolescentes para exploração sexual. O caso foi denunciado por uma adolescente de 16 anos, do bairro Marback. Ela teria sido aliciada ainda aos 14 anos, para fazer programas e ter suas fotos expostas em sites para a captação de clientes do turismo sexual. O caso chegou ao conhecimento da polícia na última quarta-feira, quando a adolescente e sua mãe, uma doméstica de 35 anos, foram à DERCCA. A doméstica afirma que a adolescente foi aliciada a fazer programa sexual com o comerciante e um amigo dele chamado N. C. dos S. e uma garota de programa participou do aliciamento e também a induziu a posar para que suas fotos fossem inseridas em sites. 'Foi T. que mostrou as fotos a F. e me apresentou a ele e N.', fala a vítima. (ALCÂNTARA, 2006, p. 6)

Dadas as características da sociedade contemporânea, que incentiva o hedonismo e a busca desenfreada pelo consumo de grifes e outros fetiches, esta nova configuração de sexo em meios virtuais e a produção de pornografia em série serão incrementadas de modo combinado às formas mais tradicionais da exploração sexual infantil. Nesta perspectiva, identifica-se a ação de exploradores que atuam em rede no plano internacional, comercializam sexo via tráfico de pessoas e, deste modo, conformam uma indústria de entretenimento rentável (JEFFREYS, 2009).

VIOLÊNCIA SEXUAL E INTERVENÇÕES POSSÍVEIS

Acredita-se que as relações incestuosas são aquelas que deixam marcas mais profundas nas vítimas porque a

descoberta do incesto ocasiona uma crise na família. Por outro lado, a comunidade também costuma assumir reações violentas ao incesto e aos adultos envolvidos. Contudo, após o choque inicial da revelação, as pessoas do entorno da vítima passam a demonstrar atitudes hesitantes e surgem algumas tentativas de negação.

Em relação a famílias com casos incestuosos, profissionais experientes concordam que, para prevenir danos futuros, há que intervir sobre três pontos: reduzir o poder do pai incestuoso na família, reforçar o papel materno e restaurar a relação mãe-filha, abalada por sentimentos de rivalidade (HERMAN, 1981).

Contudo, a severidade do caso pode variar em função do grau de conhecimento e intimidade entre vítima e agressor; dos papéis de autoridade; dos sentimentos envolvidos; da duração temporal e frequência dos atos; do nível de violência física utilizada (lesões provocadas por torturas); da gravidez indesejada; e da presença de doenças sexualmente transmissíveis.

Por outro lado, os serviços que atendem gratuitamente vítimas de violências sexuais podem ser caracterizados por alta demanda, déficit e/ou rotatividade de pessoal, presença de trabalhadores despreparados e falta de supervisão para os profissionais, o que gera mais estresse, face ao tipo de trabalho desenvolvido cotidianamente.

De modo geral, constata-se o desconforto dos profissionais das redes de atenção ao lidar com o incesto. Muitos deles evitam a abordagem de violências sexuais em geral e têm uma visão estereotipada das famílias que vivem este tipo de problema e, por conta disto, as ações são proteladas pela hesitação e cautela na apuração dos fatos.

A complexidade no tratamento do agressor sexual está relacionada ao fato de que o abuso pode ser uma síndrome de adição, ou seja, cria dependência. O abusador corre o

risco de recaída. Deste modo, quem abusa sexualmente precisa ser tratado, como o alcoolista ou alguém que usa uma droga ilícita. Para o terapeuta, é necessário acreditar que a pessoa que comete abuso sexual quer parar e crer nisso é uma pré-condição para iniciar a terapia.

No Brasil, o Ministério da Saúde tem realizado esforços no sentido da redução dos riscos e agravos, a começar com uma Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (BRASIL, 2001), Plano Nacional de Prevenção da Violência para o período 2004-2007 (BRASIL, 2004), além de outras iniciativas como a notificação compulsória das violências domésticas nos serviços da rede de saúde. Contudo, há resistências dos profissionais em notificar casos de violência, bem como dificuldades de articulação entre os serviços no tocante à realização de referência e contrarreferência dos casos.

Não obstante os desafios a serem enfrentados, cabe ressaltar que a intervenção profissional adequada (FERRARI; VECINA, 2002), em momento oportuno, potencializa as chances de recuperação das vítimas, reduz os riscos de revitimização e contribui para a retomada do curso normal da vida da criança ou adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as medidas adotadas pelo Estado brasileiro para o enfrentamento das violências e crimes de natureza sexual, destacam-se as mudanças legislativas em direção ao endurecimento punitivo dos autores e à adequação dos dispositivos jurídicos ao contexto social caracterizado pela propagação rápida de imagens e dados através das mídias digitais, bem como

de práticas delituosas em meio virtual, inclusive relacionadas à violação da dignidade sexual de crianças e adolescentes. Assim, no âmbito de significativas transformações na sociedade, foram alterados mecanismos legais como o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Além disso, salienta-se a criação de canais para delação anônima de desrespeito a direitos do segmento infanto-juvenil, a exemplo do Disque Denúncia, previsto para funcionar nos âmbitos nacional e estadual.

No poder legislativo, tivemos a atuação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada para a Pedofilia e o Crime Organizado (2008/2010) a fim de investigar e dar visibilidade a estes crimes em nosso território.

Operações locais, estaduais e internacionais das forças policiais também fazem parte dos esforços para reduzir crimes sexuais e a atuação de redes em meio virtual voltadas para o comércio de pornografia infantil e juvenil bem como os delitos relacionados à dignidade sexual infanto-juvenil e ao tráfico de pessoas com o fim de exploração sexual. A criação de Delegacias especializadas em crime cibernético (*cybercrime*) está arrolada às estratégias mais recentes contra os transgressores.

Por outro lado, tem-se, no Brasil e, igualmente, na Bahia, uma intensificação de campanhas publicitárias envolvendo o Ministério Público, delegacias especializadas, secretarias de governo e organizações não governamentais, com vistas a ampliar o conhecimento sobre os direitos das crianças e adolescentes, inclusive no que diz respeito à preservação da integridade física e moral.

Contudo, para fazer face à vulnerabilidade das vítimas reais e potenciais, é necessário ampliar políticas sociais de caráter inclusivo, superar os limites e a fragmentação do atendimento às crianças e adolescentes vitimizados, bem

como qualificar a atenção e o cuidado. Neste sentido, torna-se imperioso o investimento público na organização dos serviços, o que inclui, entre outros aspectos, implantar estratégias de formação continuada de pessoal e mecanismos de monitoramento de qualidade do atendimento prestado, com vistas a aperfeiçoar as práticas institucionais de cuidado a vítimas de violência e suas complexidades.

Além disso, cabe ainda empreender esforços a fim de fazer frente ao autoritarismo nas relações entre os adultos e as crianças/adolescentes, bem como considerar que estes são sujeitos avaliadores das políticas que se destinam a eles próprios.

Por fim, as assimetrias de gênero também precisam ser consideradas, no plano societário e nos microespaços das relações interpessoais, uma vez que os crimes sexuais envolvem, preferencialmente, vítimas do sexo feminino e agressores do sexo oposto, deixando entrever que as agressões sexuais fazem parte de uma concepção de mundo em que os homens dominam as mulheres e este exercício fundamental de poder/poderes se exerce sobre os corpos e, sobretudo, no que concerne à sexualidade feminina. (BOURDIEU, 2005)

REFERÊNCIAS

- ACUSADO de molestar a filha morre na prisão. **A Tarde**, Salvador, 15 jul. 2006. Curtas, p. 7.
- ALCÂNTARA, Deodato. Artesão estupra a filha de sete anos. **A Tarde**, Salvador, 11 jan. 2006a. Polícia, p. 4.
- ALCÂNTARA, Deodato. Comerciante denunciado por aliciar menina. **A Tarde**, Salvador, 7 maio 2006b. Salvador, p. 6.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CIRINO, Helga. Biscateiro ataca criança de 4 anos e é espancado.

A Tarde, Salvador, 6 jun. 2006. Salvador e Região Metropolitana, p. 6.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção de Violência 2004-2007**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Política de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 737/GM, de 16 de maio de 2001. Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 maio 2001. Seção 1e. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria737.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

FERRARI, Dalka C. A; VECINA, Teresa Cristina C. **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.

FELIPE, J. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 53-65.

HERMAN, Judith Lewis. **Father-daughter incest**: with a new afterword. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1981. p. 129-176.

JEFFREYS, Sheila. **The industrial vagina**: the political economy of global sex trade. New York: Routledge, 2009.

KRUG, Etinne G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

LIMA, Samuel. Preso por estuprar a filha. **A Tarde**, Salvador, 9 ago. 2006. Salvador e Região Metropolitana, p. 9.

MASCARENHAS, Fabiana. Maníaco ataca menina de 11 anos. **A Tarde**, Salvador, 7 fev. 2006. Últimas Notícias, p. 24.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

RODRIGUES, Alean. Preso dentista acusado de pedofilia. **A Tarde**, Salvador, 24 jan. 2006a. Polícia, p. 9.

RODRIGUES, Alean. Acusado de estuprar criança é preso. **A Tarde**, Salvador, 3 ago. 2006b. Salvador, p. 9.

RODRIGUES, Cristovaldo. Grimberg era acusado de pedofilia. **A Tarde**, Salvador, 5 fev. 2006. Polícia, p. 15.

AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA: FOCALIZANDO O *BULLYING* ESCOLAR

Marilena Ristum

Antes de abordar as especificidades do *bullying*, tema deste artigo, julgamos interessante explicitar nossa posição sobre a violência, conceito mais amplo no qual o *bullying* se insere.

Uma pergunta muito antiga, mas ainda recorrente versa sobre se a violência faz parte da natureza humana. Como ocorre com os demais objetos de conhecimento, a violência terá suas origens definidas em função da visão de homem e de mundo que está subjacente às posições teóricas adotadas como referenciais para o seu estudo. De acordo com a perspectiva aqui adotada, concebemos a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, históricos e culturais. Afirmamos, portanto, a inadequação do estudo da violência de forma independente do contexto sócio-histórico-cultural em que ela é produzida.

Uma outra posição a ser explicitada se refere à definição de violência. Nossa revisão sobre o assunto indica uma concordância entre os estudiosos na colocação de que é uma tarefa extremamente difícil definir violência. As definições existentes na literatura ou são amplas demais, de forma que permitem a inclusão de fenômenos que dificilmente poderiam ser considerados

como violência, ou colocadas de forma restrita e, portanto, incapazes de abarcar toda a amplitude do fenômeno.¹

Em um interessante artigo no qual relata a trajetória de construção, em um período de 30 anos, da violência escolar como objeto de estudo, Debarbieux (2001, p. 164) explicita sua posição quanto ao aspecto conceitual da violência:

[...] há um erro fundamental, idealista e ahistórico em acreditar que definir a violência, ou qualquer outro vocábulo, consista em se aproximar o mais possível de um conceito absoluto de violência, de uma 'idéia' da violência que, de fato, tornaria adequados a palavra e a coisa.

Assim, definir violência é mostrar como ela é socialmente construída o que, necessariamente, remete a um sistema de normas sociais e de pensamento.

Concordamos com Debarbieux e julgamos que é mais útil direcionar os estudos para focalizar, de acordo com categorias sociais e ordenações institucionais, a construção dos fatos que são qualificados como violência pelos próprios atores sociais que os sofrem, que os executam ou que deles são testemunhas. Assim, a "definição" teria um caráter de variabilidade, em função do contexto, da história e da situação social, o que proporciona uma melhor compreensão da gênese e da evolução do fenômeno.

Além disso, nossa concepção de violência, fundada em uma perspectiva histórico-cultural, nos permite afirmar que, se a violência é socialmente construída, a sua desconstrução é possível; permite-nos, também, sugerir que estratégias de ação que tenham a pretensão de se opor à violência devem se encaminhar para a construção de uma nova história, com alicerces diferentes daqueles que sustentam a edificação da violência.

1 Para uma discussão mais detalhada sobre essa questão, ver Ristum (2001; 2004).

Explicitada a nossa posição sobre a violência, podemos nos direcionar, agora, para a violência no contexto escolar. Melhor seria, na verdade, referirmo-nos ao termo no plural, já que são muitas as formas que a violência assume nesse contexto. As categorias de violência são diversas, como também o são os critérios utilizados pelos diferentes autores para inserir as ações violentas nessas categorias. A título de exemplificação, podemos citar vários rótulos encontrados na literatura: violências física, verbal, psicológica, simbólica, violências entre professor e aluno, violências entre alunos etc.

O *bullying* escolar coloca-se na categoria de violência entre alunos e é dele que vamos tratar, mais detalhadamente, neste capítulo.

O BULLYING ESCOLAR

O termo inglês *bullying*, usado em vários países, inclusive no Brasil, deriva de *bully* (verbo), que significa ameaçar, assustar ou machucar alguém, especialmente alguém menor ou mais fraco, ou, ainda, coagir alguém a fazer o que se quer (LONGMAN, 2009).

De modo geral, conceitua-se *bullying* como abuso de poder físico ou psicológico entre pares, envolvendo dominação, prepotência, por um lado, e submissão, humilhação, conformismo e sentimentos de impotência, raiva e medo, por outro. As ações abrangem formas diversas, como colocar apelidos, humilhar, discriminar, bater, roubar, aterrorizar, excluir, divulgar comentários maldosos, excluir socialmente, dentre outras.

Em uma publicação da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA), o *bullying* é definido como “todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder” (2002, p. 5).

A afirmação, encontrada nessa definição da ABRAPIA, sobre a ausência de uma motivação evidente é compartilhada por Ortega (2010), que se refere ao *bullying* como agressão injustificada. Por outro lado, nossa crítica a esta afirmação se fundamenta na própria concepção de comportamento humano, o qual é sempre dotado de uma intencionalidade, mesmo que esta não esteja consciente para quem o pratica.

Segundo a ABRAPIA (2002), o *bullying* é um problema mundial, que ocorre em toda e qualquer escola, sem se restringir a um tipo específico de instituição, seja primária ou secundária, pública ou privada, rural ou urbana.

Os estudos do norueguês Dan Olweus (1997, 1999) são considerados pioneiros e bastante referenciados pelos pesquisadores de *bullying* em todo o mundo. Neles, o *bullying* foi inicialmente caracterizado como ataques repetidos de um aluno dominador sobre um outro vitimizado. Seus estudos iniciais incluíam apenas as agressões físicas e verbais entre alunos, consideradas formas de *bullying* direto, as quais, como afirma Cubas (2007, p. 177), são “ataques abertos à vítima”. Posteriormente, à medida que o fenômeno se tornava mais observado e conhecido, houve a inclusão de *bullying* indireto. Este se refere a ações não explicitamente observáveis ou mediadas por terceiros, cujas ocorrências mais frequentes são comentários (‘fofocas’), propagação de rumores,

especialmente de caráter sexista e racista, exclusão ou organização de exclusão social que interdita a integração do aluno em um grupo de pares (FONTAINE; RÉVEILLÈRE, 2004).

Na sua forma direta ou indireta, o *bullying* se define por três critérios: 1. é um comportamento agressivo, realizado com a intenção de causar dano a outrem; 2. é repetitivo; e 3. é estabelecido em uma relação interpessoal assimétrica, caracterizada por uma dominação.

Em resumo, com base em diversas definições encontradas na literatura, pode-se destacar o que nelas é consensual: o *bullying* escolar está presente nas situações em que um aluno, ou um grupo de alunos, causa, intencionalmente e repetidamente, danos a outro(s) com menor poder físico ou psicológico (RISTUM, 2010a). Esta assimetria de poder ocorre mesmo que ela só exista na percepção da vítima, que se vê como mais fraca e incapaz de reagir à agressão sofrida (CEREZO, 1997; FIELD, 1999).

Segundo Lopes Neto (2005), o *bullying* tem consequências negativas tanto imediatas como tardias sobre todos os envolvidos: agressores, vítimas e observadores.

AS AÇÕES CLASSIFICADAS COMO BULLYING

Nos vários países em que pesquisas sobre *bullying* foram realizadas, embora estes sejam culturalmente diferentes (Portugal, Espanha, Noruega, Inglaterra, Finlândia, Estados Unidos, Canadá, Japão etc.), encontramos ações com rótulos bastante semelhantes. Levantamos, em alguns desses estudos, ações como as que se encontram no Quadro 1 (RISTUM, 2010a):

Quadro 1 – Formas de *bullying* escolar relatadas em estudos estrangeiros

<ul style="list-style-type: none"> • Bater, empurrar, dar murros ou pontapés • Roubar objetos • Amedrontar • Xingar de ‘nomes feios’/ dizer palavrões • Falar mal do colega ou de aspectos do seu corpo ou de sua cor de pele • Não falar com (ignorar) o colega • Insultar • Rejeitar • Ridicularizar, caçoar, zombar • Impedir de participar de jogos ou atividades • Extorquir dinheiro, com ameaças 	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigar, com ameaças, a participar de situações de caráter sexual • Intimidar • Quebrar ou estragar objetos • Esconder objetos • Ameaçar com armas • Colocar apelidos • Dizer coisas falsas • Ameaçar pegar ou contar algo • Gritar, berrar • Levantar falsos rumores • Aproximar-se de alguém por vingança • Mandar cartas anônimas, • Criticar roupas • Chatear • Fazer críticas raciais • Excluir
--	---

Fonte: Ortega, 2010; Pereira, 2008; Rodríguez; Fernández, 2007; Beaudoin; Taylor, 2006; Martins, 2005; Boulton; Underwood, 1992.

Se compararmos as ações relatadas por estudos estrangeiros com as apontadas por estudos brasileiros, poderemos notar que também são semelhantes, como se pode ver, por exemplo, nas pesquisas da ABRAPIA (2002) e de Ristum (2008). As diferenças se referem muito mais aos termos utilizados, já que podem incluir gírias que são bem próprias de cada país ou, até mesmo, região.

Em uma pesquisa feita em onze escolas do município do Rio de Janeiro, envolvendo 5.875 estudantes de 5^a à 8^a série

(atual 6° ao 9° ano), a publicação da ABRAPIA relata 26 ações que podem estar presentes no *bullying*: colocar apelidos, ofender, zoar, gozar, encarnar, sacanear, humilhar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tyrannizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, roubar, quebrar pertences.

No estudo de Ristum (2008), foram entrevistados alunos de escolas públicas do ensino fundamental, os quais fizeram referência a 33 diferentes ações:

Quadro 2 – Formas de *bullying* escolar relatadas em um estudo brasileiro realizado em escolas da Bahia

<ul style="list-style-type: none"> • Roubar objetos • Ferir com Gillette/ faca • Bater com pau • Furar com lápis • Jogar pedras/amêndoas (frutos) • Dar surra • Dar tapas • Dar chutes • Bater sem motivo • Puxar orelha • Puxar cabelo • Dar beliscão • Empurrar • Jogar o outro no chão • Jogar bolinha de papel • Ameaçar • Fazer acusação falsa 	<ul style="list-style-type: none"> • Chamar de/colocar apelido • Ofender • Xingar • Difamar • Falar mal da família • Falar do outro, 'focar • Fazer brincadeira de mau gosto • Excluir do jogo ou da brincadeira • Pirraçar • Fazer violência sexual • Estalar o dedo no ouvido do outro • Ficar agarrando o outro • Gritar com o colega • Provocar o colega • Chamar de <i>gay</i> • Chamar de feia
--	--

Fonte: Ristum (2008).

O CYBERBULLYING

Uma modalidade mais recente, que surgiu e se aperfeiçoa com o progresso tecnológico, é o *cyberbullying* no qual são utilizados telefones celulares, especialmente os dotados de inúmeras funções, computadores e diversos outros aparelhos conectados à Internet.

Considerado como um uso violento da tecnologia de informação e comunicação, o *cyberbullying* tem sido classificado por dois critérios: pela forma concreta através da qual se materializa ou em função de como se desenvolve a agressão, independente do meio de comunicação utilizado (MORA-MERCHÁN et al., 2010). Envio de fotos ou vídeos, chamadas ofensivas ou silenciosas, e-mails e chamadas intimidatórias ou ameaçadoras são alguns exemplos deste tipo de *bullying*. Outros exemplos são meninas filmadas ou fotografadas em cenas sexuais, meninos que são provocados para brigar ou sofrem um ataque inesperado e são fotografados no momento em que estão apanhando (modalidade denominada *happy slapping*), cenas forjadas com os recursos da informática, tudo com o objetivo de divulgá-las através da Internet, especialmente nas redes sociais, acessadas por milhares de pessoas, de forma a expor os colegas a situações humilhantes e vexatórias.

De acordo com Campbell (2007), o *cyberbullying* se torna mais grave por não ter limites geográficos, além de envolver o poder da palavra escrita. Nesse sentido, pode adentrar as casas, ampliando o seu raio de ação. Considera-se, ainda, o agravante de sua permanência, já que é praticamente impossível sua total eliminação. Em uma pesquisa que focalizou apenas as meninas escolares, Campbell (2007) encontrou uma maior concentração de vítimas na faixa etária entre 11 e 15 anos, com predomínio da idade de 13 anos.

Ao constatar a presença do *cyberbullying* em diversos países, Mora-Merchán et al. (2010) relatam seu vertiginoso crescimento a partir de 2000, quando se iniciaram as primeiras publicações sobre o assunto nas quais já se apontavam os grandes riscos do *cyberbullying* para a população juvenil.

Segundo Lopes Neto (2005), o *bullying* tem consequências negativas tanto imediatas como tardias sobre todos os envolvidos: agressores, vítimas e observadores. É sobre estes papéis que os estudantes assumem nos episódios de *bullying* que trataremos a seguir.

OS PAPÉIS

Embora as práticas de *bullying* possam ocorrer sob várias formas, sempre podem ser identificados os papéis que os alunos desempenham: *alvos ou vítimas* – os que só sofrem *bullying*; *alvos/autores* – os que ora sofrem, ora praticam *bullying*; *autores* – os que só praticam *bullying*; *testemunhas* – os que não sofrem nem praticam *bullying*, mas o presenciam e convivem em ambiente onde isto ocorre.

Pode-se, ainda, encontrar, na literatura, estudos nos quais os *alunos-alvos* são distinguidos entre vítimas passivas e vítimas provocadoras (RODRÍGUEZ; FERNÁNDEZ, 2007). As vítimas passivas são aquelas que não reagem às intimidações e tampouco pedem ajuda a professores ou pais e nem mesmo aos colegas. De um modo geral, elas fogem, sentem medo, choram (especialmente, as mais jovens) e se submetem à situação, cedendo à imposição dos autores de *bullying*, por exemplo, entregando a merenda ou o dinheiro, como ocorreu em caso relatado por Fante (2005, p. 37):

Tem um menino da 3ª série que vive me ameaçando, pedindo dinheiro e lanche. Ele me bateu na saída. Ele me cobrava R\$ 1,00. Um dia, entrei na escola e ele me bateu na classe e também cobrou R\$ 1,50. Se eu não desse o dinheiro, ele me batia na saída [...]. (aluno de 3ª série, 9 anos)

O comportamento submisso acaba por imprimir mais força aos agressores os quais, por sua vez, voltam a praticar o *bullying* com essas mesmas vítimas (RODRÍGUEZ; FERNÁNDEZ, 2007).

As vítimas, de acordo com Olweus (1999), são mais ansiosas e inseguras que a maioria dos estudantes, além de serem sensíveis, caladas, reagirem com choro e isolamento e terem uma autoimagem negativa.

As vítimas-passivas são descritas com as características de timidez e introversão; além disso, são pouco assertivas e mostram dificuldade nos relacionamentos com os colegas. Segundo Pereira (2008), as vítimas são mais rejeitadas e menos escolhidas pelos colegas, além de apresentarem fracas competências sociais (cooperação, partilha e ajuda aos outros).

Em uma pesquisa em escolas particulares (RISTUM, 2010b), as vítimas de *bullying* foram descritas, pelos professores, como mais fracas, menores e com aparência frágil, mais quietas, magras e mais educadas. De forma semelhante, os alunos destas mesmas escolas as descrevem como sendo os alunos mais fracos, os menores e mais “magrinhos”, que não sabem se defender ou que ficam mais afastados dentro da turma e tendem a uma atitude passiva frente à violência; apenas alguns poucos revidam a violência sofrida.

As vítimas-provocadoras, por sua vez, são descritas como agitadas, hostis e facilmente irritáveis. Assim, apresentam, com frequência, uma falta de controle das suas emoções, reagindo com brigas e excesso de raiva (RISTUM, 2010a).

Já os alvos-autores apresentam um duplo papel: são vítimas de *bullying* praticado por agressores mais poderosos, mas,

podem mudar de papel quando encontram colegas mais frágeis e se tornam, assim, eles próprios, autores de *bullying*.

Passemos agora aos autores de *bullying*: estes são caracterizados como autoconfiantes, destemidos, não aceitam ser contrariados, são populares e, mesmo que alguns colegas os rejeitem, raramente sofrem isolamento social, já que sempre podem contar com os vários colegas que os incentivam e, em muitas ocasiões, apoiam e facilitam as suas práticas.

Olweus (1999) acrescenta que os autores de *bullying* têm uma atitude mais positiva para a violência que os estudantes em geral e se caracterizam pela impulsividade, forte necessidade de dominação e pouca empatia pelas vítimas.

Na pesquisa já referida (RISTUM, 2010b), os professores atribuíram, aos agressores, as seguintes características: desequilíbrio emocional, personalidade “forte”, intolerância, são fisicamente maiores, acham-se mais inteligentes, mas têm problemas de aprendizagem. Na visão dos alunos, os autores de *bullying* são, quase sempre, os mesmos: foram descritos como indivíduos agitados, valentes, agressivos, mais altos e mais fortes que os demais e, quase sempre, os mais velhos. Por vezes, os alunos entrevistados indicavam que havia um grupo específico de agressores dentro da turma. A pouca dedicação aos estudos e o baixo desempenho escolar também foram características ressaltadas.

Gil, um aluno de escola pública conhecido pelos colegas como autor de *bullying*, assim se expressou quando entrevistado sobre violência na escola:

Na escola, sempre há os ‘fracotes’ que têm medo de tudo, que é fácil dominar. Aí tem os mais fortes, que vêm e mandam entregar o dinheiro, entregar o boné, se não quiser apanhar. Nem é o meu caso, não faço isso, mas vejo. Aí fala: ‘nada de contar para alguém, se contar eu te pego lá fora e te quebro a boca toda’. (RISTUM, 2008)

Os alunos que presenciam o *bullying*, embora não estejam diretamente envolvidos com ele, acabam por desempenhar um papel importante, seja como testemunhas passivas ou como testemunhas ativas. São consideradas passivas aquelas testemunhas que silenciam e se omitem diante de cenas de *bullying* que presenciam. Esta forma de agir é, em geral, creditada ao medo de se tornarem as próximas vítimas ou, simplesmente, porque acham que se trata de uma situação que, por não envolvê-las diretamente, não lhes diz respeito.

Já as testemunhas ativas podem agir de duas formas diferentes: apoiando e aplaudindo os agressores ou auxiliando e apoiando as vítimas. No primeiro caso, constituem a importante plateia que fortalece o agressor e que mantém o *bullying* sendo, por isto, consideradas de grande relevância na composição deste cenário. No segundo caso, a ação das testemunhas se dirige para ajudar ou dar apoio às vítimas. Além do apoio moral e psicológico, é através destas testemunhas que, grande parte das vezes, os professores, gestores ou até mesmo os pais tomam conhecimento do *bullying*, especialmente quando o aluno alvo se cala, como foi o caso de Allisson, um menino de 12 anos, estudante de uma escola pública:

Eu não tinha coragem de contar pra ninguém, eles me ameaçavam, diziam que iam me pegar, me encher de porrada. Isso durou um tempão, até que umas colegas contaram para a professora. Foi bom, porque agora eles tão com medo e me deixaram em paz. Não sei até quando...
(RISTUM, 2008)

O círculo vicioso, como denominado por Rodríguez e Fernández (2007), se instala quando o autor tem por objetivo conseguir o controle sobre a vítima e a vítima permite este controle: a reação e o comportamento submisso da vítima reforçam e mantêm o *bullying*. Então, quando a vítima não é capaz de interromper

este círculo, muitas vezes são as testemunhas que podem contribuir para que isto aconteça.

No *cyberbullying*, as testemunhas desempenham um papel de grande importância na sua manutenção e fortalecimento: muitas delas aprovam e aplaudem o agressor e muitas outras ajudam a propagá-lo, enviando para sua rede social, colocando em chat ou utilizando qualquer outra forma virtual de divulgação que é de extrema rapidez e alcance descomunal.

A INTERDEPENDÊNCIA E A "DANÇA" DOS PAPÉIS

Pode-se, então, a partir das considerações sobre todos esses papéis, afirmar que todos são importantes na composição do *bullying*. Além disto, é necessário considerar que são dependentes entre si, de forma a caracterizar o *bullying* como um fenômeno relacional, que não pode ser compreendido se os papéis forem analisados de forma isolada, independente.

É com base nessa concepção relacional do *bullying* que a interdependência dos papéis assume um significado de grande destaque. Conforme já afirmamos, em trabalho anterior:

[...] não há autor sem alvo e nem alvo sem autor, assim como não há testemunhas se não houver os protagonistas. Também os protagonistas dependem de testemunhas, seja para aplaudir ou reprovar os autores, seja para acentuar o sentimento de humilhação dos alvos, ou para dar apoio ao alvo. Imagine-se, por exemplo, uma 'fofoca' sem colegas que a ouçam, ou uma agressão física que só o autor e o alvo saibam que ocorreu. (RISTUM, 2010a, p. 104)

Mas, além desse aspecto de interdependência, ressaltamos um outro aspecto, que diz respeito à dinamicidade das relações, ou seja, não se pode pensar que, no *bullying*, os papéis

sejam fixos. Sua mobilidade implica em que os alunos possam trocar de papel em diferentes episódios; um aluno autor pode, em outro momento, ser alvo de *bullying*. Os alvos podem ser os agressores de alvos mais frágeis. As testemunhas atuais podem ser futuros alvos ou até mesmo autores. Desta forma, reafirmamos a importância da interdependência e da mobilidade dos papéis nas pesquisas sobre *bullying*. Isto nos conduz a criticar os estudos apenas quantitativos nos quais essas questões ficam encobertas pelos números e porcentagens que focalizam os diferentes papéis de forma isolada e fixa, o que pode conduzir a uma falsa compreensão do *bullying*.

BANALIZAÇÃO E NATURALIZAÇÃO

A repetição contínua de episódios de *bullying* nas escolas contribui, decisivamente, para a construção do significado de banalização do fenômeno: alunos, professores e outros profissionais da escola se acostumam a conviver com ele, a ponto de não mais causar estranheza. Acabam, assim, por considerá-lo tão comum que passa a fazer parte do cotidiano escolar de forma a, muitas vezes, destituí-lo de importância e minimizar suas consequências danosas.

Além da banalização, observa-se, também, uma naturalização dessa modalidade de violência. Considerada, muitas vezes, como normal, particularmente em se tratando de algumas formas mais comuns entre crianças, tanto a escola quanto os familiares as nomeiam de “brincadeiras infantis”. É um exemplo a fala de uma professora de escola particular, quando indagada sobre a ocorrência de violência na escola: “Na minha sala não tem violência, só assim gritar, morder, tirar o brinquedo à força, só coisas de criança” (RISTUM, 2001). Mesmo entre

adolescentes, muitos tipos de *bullying* e de *cyberbullying* são considerados, pela escola ou pelos pais, como “próprios da idade”, o que acaba por tornar invisíveis as consequências implicadas tanto para as vítimas quanto para os agressores (CUBAS, 2007). Nas palavras de uma professora de escola pública: “Tem muito, assim, apelido maldoso, xingamentos, empurrão, ras-teira, mais é isso, coisas da idade” (RISTUM, 2010b). A visão de muitos alunos não é diferente, como se evidencia na fala de um estudante de escola particular: “Violência é briga, matar o outro, bater. Aqui não tem não” (RISTUM, 2010b).

Tais colocações sobre a naturalização do *bullying* são corroboradas por Colovine e Costa (2007), em pesquisa em que investigaram a percepção de profissionais da educação de escolas públicas. Os resultados evidenciaram que os comportamentos relacionados ao *bullying* eram tradicionalmente considerados como naturais, sendo, habitualmente, ignorados ou não valorizados, tanto por professores como por funcionários e, até mesmo pela família dos alunos.

Os conhecimentos precários sobre desenvolvimento infantil e juvenil, aliados a crenças populares e à alta frequência com que ocorrem, contribuem para que se considerem certos comportamentos como parte da natureza do ser humano, em determinadas fases do seu desenvolvimento.

A QUESTÃO DA CAUSALIDADE

Como todo fenômeno socialmente construído, o *bullying* é também multicausado. Assim, com base na afirmação da multicausalidade, não é possível compreender o *bullying*, como o fazem muitos professores e gestores escolares, através da cul-

pabilização da família ou do ambiente do bairro em que vive o aluno, ou da “*má índole do aluno*” (RISTUM, 2006).

A partir de uma perspectiva psicossocial, Melotti, Biolcati e Passini (2009) sugerem que, no *cyberbullying* ou no *bullying*, o comportamento agressivo seja analisado através da interação de características individuais e sociais; estas últimas incluiriam, além do contexto mais próximo, a presença de vários grupos sociais, o sistema normativo e avaliativo que regula a interação dos indivíduos ou grupos e o sistema histórico-cultural de referência.

Na nossa perspectiva, são muitos e muito diversificados os fatores causais da violência, que agem em rede, isto é, de forma inter-relacionada. No caso do *bullying*, os estudos apontam para a centralidade de duas categorias de fatores causais: os familiares e os culturais, tendo, como pano de fundo, os fatores socioeconômicos. Esses fatores se encontram na escola e formam o cenário em que se desenvolve a violência.

OS FATORES FAMILIARES

Considerada pelos profissionais da educação como a grande responsável pela violência que os alunos praticam na escola, a família e, mais especificamente, a forma como ocorrem as relações familiares, merece destaque na análise da causalidade do *bullying*. Estas relações, que podem ser desde muito permissivas a extremamente autoritárias, mas que também podem ser democráticas e pautadas no respeito entre seus membros, acabam por ensejar diversos fatores relevantes para a construção da individualidade e do modo de ser do aluno.

Alguns desses fatores podem ser apontados como promotores, mesmo que indiretos, de práticas de violência pelos alunos nas escolas, como, por exemplo, a falta de tempo e de atenção dos pais, a falta de interesse e de participação nas atividades dos filhos (entre elas, as escolares), relações pautadas na violência, falta de normas de convivência, falta de afeto, práticas disciplinares incoerentes, superproteção, abuso de poder, uso exagerado de punição etc.

No entanto, embora reconheçamos a importância desses fatores na causalidade do *bullying*, afirmamos, com muita ênfase, a impossibilidade de isolá-los de outros fatores que compõem a rede causal. Não é demais lembrar que há muitas crianças e adolescentes que, apesar de viverem em ambientes familiares bastante hostis, não são praticantes de *bullying* nem possuem as características de suas vítimas.

OS FATORES CULTURAIS

A partir da consideração de que, no ambiente escolar, está impressa a cultura na qual a escola e seus participantes se inserem, Beaudoin e Taylor (2006) apontam fatores como: patriarcalismo, adultismo, sexismo, racismo, homofobia e intolerância para com as diferenças em geral.

É muito frequente observar que, não só os alunos, mas, principalmente, os educadores apresentam esses valores embutidos em suas práticas no cotidiano escolar, algumas vezes de forma explícita, outras mais camufladas.

Esses fatores, impregnados na escola, se tornam bastante propiciadores da ocorrência de *bullying*. Entretanto, há que

se considerar, como já assinalado, a interação com fatores de outras categorias.

OS FATORES SOCIOECONÔMICOS

A macroestrutura socioeconômica atua impondo fatores de risco, notadamente para as crianças e os adolescentes que vivenciam a pobreza, a falta de saneamento básico, o atendimento precário à saúde, o desemprego ou o subemprego, as precárias condições de moradia e, inclusive, um sistema educacional ineficiente que, inadequado às classes populares, acaba por promover sua exclusão.

Como já dissemos, essa macroestrutura estabelece o palco no qual os fatores familiares e culturais se apresentam, que fatores serão mais ou menos agravados a depender das características macroestruturais com as quais interagem e de como se dá tal interação.

Muitos estudos já mostraram, por exemplo, que a pobreza não tem uma relação direta de causalidade com a violência, embora possa ser considerada como um fator de risco. Mas, repetimos, os fatores socioeconômicos agem em conjunto com vários outros fatores, incluindo o sistema educacional e a estrutura e dinâmica de funcionamento da escola.

A ESCOLA: PONTO DE ENCONTRO DE FATORES FAMILIARES, CULTURAIS E SOCIOECONÔMICOS

A escola, diz Aquino (1998), é uma instituição com características próprias e um modo próprio de funcionamento que não podem ser desconsiderados na causalidade da violência, mesmo que outros fatores, externos a ela, possam estar presentes.

Não se pode excluir a escola da análise causal, pois é nela que confluem os fatores familiares, culturais e socioeconômicos. A literatura apresenta interessantes estudos que enfatizam a importância do clima escolar na produção da violência (DEBARBIEUX; BLAYA, 2010; DEBARBIEUX, 2001; FORTINOS, 2006); assim, torna-se impossível isentar a escola de participação efetiva nesta produção.

De acordo com Debarbieux e Blaya (2010), cada vez mais as pesquisas sobre violência escolar se voltam para o contexto escolar. Ressalta-se, assim, a relevância das rotinas culturais e antropológicas que podem incrementar ou reduzir a violência e a resiliência. O estilo pedagógico adotado pela escola é incluído como um importante fator de produção da violência.

É nessa mesma direção que seguem as colocações de Freire, Simão e Ferreira (2006), ao relatarem que, nas últimas décadas, o foco das investigações está se deslocando para o ambiente escolar, em busca de conhecer as suas relações com a violência entre os estudantes. Só assim, afirmam estes autores, será possível promover ações de enfrentamento da violência mais condizentes com a realidade da escola.

Tais intervenções, de acordo com Pereira (2008), podem ser realizadas no recreio, nas salas de aula, nas relações entre a escola e a família, nas relações interpessoais, na elaboração e aplicação dos regulamentos escolares e no desenvolvimento do clima social da escola.

Finalizando, queremos afirmar a escola como uma importante instituição socializadora de nossos jovens e crianças e, como tal, é preciso que ela seja melhor cuidada. Também é importante reafirmar a construção social da violência, o que nos permite pensar que a sua desconstrução é possível, não para ficarmos com os escombros, mas para que novas edifica-

ções sejam feitas, com base em alicerces sólidos que sustentem a promoção de uma escola em que a convivência seja saudável e pautada em valores incompatíveis com as violências.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Programa de redução do comportamento agressivo entre adolescentes**, 2002. Disponível em: <www.abrapia.org.br>; <www.bullying.com.br>. Acesso em: 12 maio 2006.
- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedex**, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998.
- BEAUDOIN, M. N.; TAYLOR, M. **Bullying e desrespeito**: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOULTON, M.; UNDERWOOD, K. Bully/Victim problems among middle school children. **British Journal of Educational Psychology**, v. 62, p. 73-87, 1992.
- CAMPBELL, M. **Study confirms girls are victims of cyber bullying**. 2007. Disponível em: <www.medicalnewstoday.com/articles/83863.php>. Acesso em: 15 de out 2013.
- CEREZO, F. **Conductas agresivas en la edad escolar**. Madri: Pirâmide, 1997.
- COLOVINE, C. E.; COSTA, M. R. N. O fenômeno bullying na percepção dos professores. In: SEMINÁRIO INTERMUNICIPAL DE PESQUISA, 2007, Guaíba, RS. **Anais...** Guaíba, RS: ULBRA, 2007.
- CUBAS, V. Bullying: assédio moral na escola. In: RUOTTI, C.; ALVES, R. A.; V. CUBAS. (Org.). **Violência na Escola**: um guia para pais e professores. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 163-193, 2001.

- DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. Sociología y violencia escolar: um enfoque contextual. In: ORTEGA, R. (Org.). **Agresividad injustificada, bullying y violencia escolar**. Madrid: Alianza Editorial, 2010. p. 355-380.
- FANTE, C. A. Z. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. Campinas: Verus, 2005.
- FIELD, E. **Bully busting**. Sydney: Finch Publishing, 1999.
- FONTAINE, R.; RÉVEILLÈRE, C. Le bullying (ou victimisation) en milieu scolaire: description, retentissements vulnérabilisants et psychopathologiques. **Médico-Psychologiques**, v. 162, n. 7, p. 588-594, 2004.
- FORTINOS, G. **Le climat des écoles primaires**. Paris: Mgen, Maif, 2006.
- FREIRE, I. P.; SIMÃO, A. M. V.; FERREIRA, A. S. O estudo da violência entre pares no 3º ciclo do ensino básico: um questionário aferido para a população escolar portuguesa. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, n. 2, p. 157-183, 2006.
- BULLYING. In: **DICTIONARY of contemporary**. 5. ed. Inglaterra: Pearson Longman. 2009.
- LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.
- MARTINS, M. J. D. Agressão e vitimação entre adolescentes, em contexto escolar: um estudo empírico. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 23, p. 401-425, 2005.
- MELOTTI, G.; BIOLCATI, R.; PASSINI, S. A psychosocial reading of cyberbullying. In: GENTA, M. L.; BRTGHI, A.; GUARINI, A. (Org.) **Bullying and cyberbullying in adolescence**, Roma: Carocci, 2009. p. 40-58.
- MORA-MERCHÁN, J. et al. El uso violento de la tecnología: el cyberbullying. In: ORTEGA, R. (Org.). **Agresividad injustificada, bullying y violencia escolar**. Madrid: Alianza, 2010. p. 189-209.
- OLWEUS, D. Bully/victim problems in school: facts and intervention. **European Journal of Psychology of Education**, v. 4, p. 495-510, 1997.

OLWEUS, D. Sweden. In: SMITH, P. K.; MORITA, Y.; JUNGER-TAS, J. et al. (Org.). **The Nature of School Bullying: a cross-national perspective**. London, 1999. p. 7-27.

ORTEGA, R. Introducción: treinta años de investigación y prevención del bullying y la violencia escolar. In: _____. (Org.). **Agresividad injustificada, bullying y violencia escolar**. Madrid: Alianza, 2010. p. 15-30.

PEREIRA, B. O. P. **Para uma escola sem violência**: estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2008. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas.

RISTUM, M. **O conceito de violência de professoras do ensino fundamental**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

RISTUM, M. Problemas na conceituação e na circunscrição da violência: implicações metodológicas. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 32, 2004. **Mesa-Redonda: Questões Conceituais e Metodológicas no Estudo da Violência**, 2004.

RISTUM, M. As causas da violência. **Revista GIS**, n. 5, 2006. Disponível em: <www.ltds.ufrj.br/gis>. Acesso em: 27 mar. 2010.

RISTUM, M. *Bullying* no contexto escolar: práticas e significações. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL VIOLÊNCIA NA ESCOLA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2008, Portugal. **Anais...** Portugal, 2008.

RISTUM, M. *Bullying* escolar. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Org.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com os professores. Rio de Janeiro: MEC-FIOCRUZ, 2010a.

RISTUM, M. **Bullying na escola**: os significados atribuídos por alunos e professores de ensino fundamental. 2010b. Relatório de pesquisa, não publicado.

RODRÍGUEZ, A. R. C.; FERNÁNDEZ, F. B. **Acoso escolar**: procedimientos de intervención. Madrid: SOS, 2007.

JUVENTUDES, CULTURA E MÍDIAS

Sandra Maria Farias Loureiro de Souza

As relações humanas sempre foram permeadas pelas tecnologias e pelo impulso para a comunicação. Basta que observemos, na História da Arte, as representações pictóricas dos nossos ancestrais humanos, nas cavernas do período paleolítico, datadas de cerca de 40 mil anos a.C. Paralelamente, e profundamente imbricadas com a necessidade de comunicação humana, as tecnologias são manifestações que representam os esforços dos sujeitos no sentido de alterar e adaptar a natureza em função de sua sobrevivência sobre o planeta. Significa, como afirma Hetkowski (2009, p. 233), que:

[...] tecnologia é o conhecimento de uma arte. A arte de buscar soluções a um número significativo de problemas próprios de uma determinada época histórica, e o *animal laborans* desenvolveu um conjunto de ações para dar sustentação à condição da vida humana e o *homo faber* empreendeu seus esforços nas técnicas que criam instrumentos para dominar o mundo a seu favor. Assim, a tecnologia reestruturou profundamente a consciência, a memória humana e a busca de soluções para grandes e pequenos problemas.

A partir dessa concepção, é possível compreender as tecnologias não como “acessórios” mecânicos, mas como parte essencial da presença humana no mundo, que desenha e

representa a trajetória dos sujeitos em seus processos de formação pessoal, social, cultural e científico. Ao mesmo tempo, em interação com o potencial intrinsecamente humano da comunicação, as tecnologias se incorporam às diversas formas de linguagem e se materializam nas ideias, nos discursos, nas ideologias, como meios e como elementos determinantes das configurações do contexto das sociedades em relação a todos os âmbitos – a cultura, a produção, a economia, as relações sociais:

Dessa forma, há um redimensionamento e uma compreensão dos processos técnicos e suas implicações sociais e culturais, próprios à determinada época, os quais dentam os fazeres e os saberes humanos que desencadearam idéias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder e conjuntos de esforços que geraram a modernas tecnologias. (HETKOWSKI, 2009, p. 234)

Vivemos em um mundo absolutamente tecnologizado, em especial, intensamente permeado pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), através das quais os sujeito-sestabelecem relações sociais, culturais e simbólicas e constroem e desconstroem conceitos e valores. A vida contemporânea é, em grande parte, formatada pelas tecnologias da informação e da comunicação. Torna-se cada vez mais difícil encontrar pessoas ou grupos humanos que não tenham suas vidas influenciadas por estas tecnologias. Neste cenário é fundamental apropriar-se destas novas estruturas não apenas pelo viés do manuseio dos aparatos técnicos, do conhecimento dos recursos e de seu funcionamento, mas, antes de tudo, compreender criticamente este contexto tecnológico informatizado e midiático no qual estamos imersos e procurar desenvolver a capacidade de interpretar o mundo e entendê-lo a partir das nossas reais necessidades enquanto sujeitos.

Os jovens são o público que mais se conecta com as tecnologias da informação e da comunicação. Como afirma uma recente propaganda do Governo do Estado da Bahia sobre o novo Parque Tecnológico, em Salvador,¹ “[...] as crianças desde cedo já passam os dedinhos sobre as telas de computador”, remetendo à ideia de que há uma relação cada vez mais precoce entre o sujeito, os aparatos e as linguagens das mídias.²

Famílias, educadores e todos aqueles que se dedicam à formação dos jovens, em seus múltiplos aspectos, sejam biológicos, psíquicos ou sociais, se encontram diante de novos desafios para entender e lidar com este público e com as emergentes configurações culturais que se desenham a partir das mídias e de seus desdobramentos. Na esteira das discussões sobre o mundo contemporâneo e a juventude, faz-se necessário refletir sobre os impactos que este midiático novo mundo tem sobre

1 O Parque Tecnológico da Bahia teve a sua primeira etapa inaugurada em 19 de setembro de 2012. Segundo o site oficial: “O Parque Tecnológico da Bahia coloca-se como o centro de convergência do sistema estadual de inovação. Poder público, comunidade acadêmica e o setor empresarial vão trabalhar de forma integrada e cooperativa, com foco no desenvolvimento de produtos e processos que tenham impactos regionais positivos e relevantes. A unidade nasce como um centro irradiador da inovação, congregando os principais agentes dinamizadores voltados à geração de ideias e soluções criativas. Com a implantação coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, o empreendimento tem como áreas prioritárias Biotecnologia e Saúde, Tecnologia da Informação e da Comunicação, Energia e Engenharias”. Disponível em: <http://www.secti.ba.gov.br/parque/noticias/primeira-etapa-do-parque-tecnologico-da-bahia-e-inaugurada-em-salvador/>. Acesso em: 2 out. 2012.

2 Podemos entender mídias a partir de duas concepções: uma se refere às mídias como aparatos, outra, como processos. Como aparatos, as mídias se configuram como objetos tecnológicos, os meios mecânicos, os suportes que permitem as mediações, como o computador, o CD, o celular, a televisão, o rádio, os impressos. Já como processos, é estabelecida uma relação com o conteúdo a ser mediado, que implica na utilização de uma linguagem e formato próprios a cada meio. Assim, são formatos e linguagens para produzir um site, um blog, realizar um *twit*, fazer uma postagem em uma rede social, um programa de TV ou rádio. As duas vertentes são complementares e, desta forma, entende-se mídias como aparatos tecnológicos e processos/formatos comunicacionais.

a formação dos sujeitos, moldando comportamentos, atitudes e valores e provocando modos de relacionamento, interação e sociabilidade até então não existentes.

AS JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS EM UM CONTEXTO MIDIÁTICO

Para falar de juventude, é necessário iniciar com uma reflexão sobre que perfil, ou perfis, tem a juventude do mundo contemporâneo. É possível falar de uma única juventude, ou haveria muitas juventudes? Segundo Spósito e Carrano (2007), as juventudes são diversas e múltiplas. Os autores afirmam que, ao partirmos de determinadas condições bio-psico-sociais como, por exemplo, raça/etnia, região onde vive e sociedade onde está inserido, gênero, entre outras, percebemos que não seria plausível falar de maneira singular sobre a juventude. Além disto, apontam para dificuldades que a maioria dos estudiosos sobre esta categoria ainda possui para definir claramente quais as distinções entre infância, juventude e fase adulta e a partir de quais referenciais realizar esta definição:

Tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –, em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. No entanto, parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase de vida e sujeitos concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos da infância não se superpõem, como afirma Attias-Donfut (1996). Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos estudiosos da juventude, pois consideram jovens – sujeitos – e fase de vida – juventude – como categorias semelhantes. Abad (2002) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida) e a situação juvenil que traduz os diferentes percursos que esta condição experimenta (a

partir dos mais diversos recortes: classe, gênero e etnia). (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 182)

Apesar de todos os fatores que promovem um panorama e possíveis combinações quase infundáveis, no universo das juventudes, existem elementos que se encontram e que, de alguma maneira, configuram características identitárias para este grupo social no qual os sujeitos experimentam a mesma etapa de vida. É, sem dúvida, uma fase de intensas descobertas, em que acontecem grandes revoluções fisiológicas/hormonais e em que, na maioria das culturas, há um chamado para o ingresso na vida adulta, quando se vislumbram projetos de vida e são intensificadas as relações sociais e grupais. É um momento no qual se busca o lugar no mundo por meio da expressão pessoal, social, afetiva, sexual, cultural, artística.

Em relação a esta problemática, da busca do jovem por seu lugar, Melucci (2007) aponta para uma reflexão interessante acerca da noção de tempo como uma questão central em relação às trajetórias da juventude ao longo da História. O autor coloca em discussão o lugar do tempo na sociedade moderna industrial e capitalista da qual nós, sujeitos contemporâneos, somos herdeiros. Para este autor, o tempo se constitui em duas dimensões: uma relativa ao tempo que é contabilizado pela máquina, pelo relógio, conferindo um sentido de racionalidade aos movimentos da vida, associando vida e produção:

O tempo que a sociedade moderna conhece é medido por máquinas: relógios são máquinas por excelência. A máquina cria uma nova dimensão do tempo: não mais 'natural' (isto é, marcado somente pelos ciclos do dia e noite, as estações, nascimento e morte) e não mais 'subjetivo' (isto é, ligado à percepção e experiência dos atores humanos). O tempo da máquina é um produto artificial que tem a objetividade de uma coisa. É também uma medida universal que permite comparação e troca de desempenhos e recompensas, através do dinheiro e do mercado. Tempo é

uma medida de quantidade: nos ritmos diários de trabalho como nos balancetes anuais das empresas. Aliás, em qualquer cálculo pautado na racionalidade instrumental, a máquina estabelece continuidade entre tempo individual e tempo social. (MELUCCI, 2007, p. 34)

Ainda segundo Melucci (2007), outra dimensão diz respeito a uma visão de tempo que é representado por uma linha que segue contínua que, para os sujeitos da modernidade, significava uma possível trajetória previsível, modificada apenas por algum acontecimento de amplitude geral, como guerras, epidemias, grandes catástrofes, revoluções, ou eventos considerados naturais e inevitáveis no percurso da maioria das pessoas: casamentos, nascimentos de filhos, doenças e mortes na família. Vislumbrava-se, mais facilmente, o começo-meio-fim das existências:

A segunda característica da experiência moderna de tempo é uma orientação finalista: tempo tem direção e o seu significado só se torna inteligível a partir de um ponto final, o fim da história. A própria idéia de um curso da história, a ênfase com que a sociedade industrial tratou a história, deriva de um modelo de tempo que pressupõe uma orientação para um fim: progresso, revolução, riqueza das nações ou a salvação da humanidade (um tempo linear que se move em direção a um fim é a última herança dessacralizada de um tempo cristão). Existe, então, uma unidade e uma orientação linear do tempo; e o que ocorre nele, o que o indivíduo experimenta, adquire sentido em relação ao ponto final: todas as passagens intermediárias são medidas em relação com o final do tempo. (MELUCCI, 2007, p. 34)

Essas reflexões dizem respeito às modificações que as representações simbólicas em relação ao tempo histórico e social causam às formas como o sujeito equilibra os seus tempos internos – das emoções, subjetividades, afeições, conflitos – com os tempos externos – as obrigações sociais, as relações

institucionais, os relacionamentos grupais. Assim sendo, as juventudes, enquanto grupos sociais em fase de definição de trajetórias, no mundo do século XXI – rápido, informacional, midiático – se encontram em um contexto de outras relações com o tempo, pois a vida permeada pelas TICs e pelas mídias alteram a percepção temporal, causando sensações, experimentações e vivências de uma multiplicidade e simultaneidade de eventos, de informações, de troca de mensagens, de exposição a imagens.

Experimenta-se um tempo comprimido, que contém infinitas superposições e que amplia as dimensões da fragmentação e da descontinuidade dos eventos da vida. Portanto, a revolução tecnológica, que incrementou o acesso e o uso das TICs, é uma condição da contemporaneidade que incide diretamente sobre as complexas configurações relativas às conformações culturais no contexto das juventudes. O tempo comprimido da contemporaneidade, que se manifesta por meio desta avalanche de informações, dados, interação e estímulos, promove uma condição de constante estado de experiências sensoriais, culturais, comunicacionais, psíquicas e cognitivas.

Na contemporaneidade, as juventudes e, em especial, tratamos aqui das juventudes urbanas imersas em uma sociedade informatizada e midiática, lançam mão dos mais variados meios disponíveis – da música, da dança, das gírias, da moda, do teatro, de formas de convivência e de hábitos – e, atualmente, também utilizam as mais diversas mídias que se tornaram mais acessíveis – o vídeo, a fotografia – e os recursos das redes sociais. Os meios tecnológicos, interativos e comunicacionais, representados pelas mídias contemporâneas, permitem a circulação de ideias, de produções e de discursos próprios para aqueles que têm acesso aos aparatos tecnológicos e a espaços de interação, como as redes sociais – o que,

hoje, representa uma grande maioria, sobretudo nos centros urbanos.

Essas juventudes contemporâneas criam inúmeras maneiras de expressão, baseadas em suas vivências do cotidiano: são os grupos de *hip-hop*, grafite, capoeira, samba, além de publicações alternativas como fanzines e produções visuais e audiovisuais, que podem ser realizadas por computadores, impressoras, *scanners*, celulares e câmeras portáteis, por exemplo, hoje muito mais baratos e com uma qualidade razoável de produção. Ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais viável produzir, torna-se mais simples disseminar conteúdos, através das muitas redes sociais existentes. Nesta esteira, há, também, uma grande facilidade para entrar em contato com uma infinidade de expressões culturais, ideológicas e mercadológicas. Assim, através dos meios de comunicação, produção e interação, os jovens não apenas são criadores/produtores de mensagens, imagens e ideias, como também são consumidores. Produzem e consomem bens culturais, valores e conteúdos. São contornos da comunicação humana que assumem um grau de abrangência e disseminação de discursos e concepções nunca antes observados.

Neste sentido, uma questão relevante envolvida nessas revoluções tecno-comunicacionais, que permitem múltiplas possibilidades de acesso a informações, se refere à forma como a cultura de massa, a cultura industrial se apropria das expressões e manifestações da juventude e as direciona para o consumo, estimulando uma busca incessante, para o jovem, no sentido de, através da absorção de certos valores e ideologias, se voltar para uma relação que estabelece que, ao possuir algo, estaremos também nos apropriando de determinada condição – beleza, riqueza, importância, esperteza. Esta conjuntura está diretamente associada às vinculações entre “as lógicas

de produção e as lógicas de recepção” (LOPES apud MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p. 10), lógicas estas que se utilizam das tecnicidades para, através dos meios comunicacionais amplamente disponíveis, fomentarem o consumo, por meio de publicidades e produções da cultura de massa: música, cinema, moda, artes visuais.

Assim, é necessário reconhecer que, em associação com estas novas possibilidades de veicular uma maior diversidade de vozes, convivemos também com uma “economia em escala global, uma economia informacional, global e em rede” (CASTELLS, 1999), que age sobre todos os campos da ação humana, que está fundada nos pilares da produtividade e do consumo e se utiliza de referenciais simbólicos para imprimir uma noção de mundo e de formas de ser e viver. Castells (1999) discute questões como tempo, espaço e a emergência da cultura digital e midiática, no sentido de estabelecer pontes entre estes fenômenos e as transformações na estrutura econômica das sociedades, remodelando as relações de trabalho, consumo, produção e as expressões simbólicas e culturais.

Complementando estas reflexões de Castells (1999), Lévy, que também analisa a incidência das mídias nas sociedades contemporâneas, observa que a neutralidade das mídias existe enquanto aparatos. As máquinas podem ser neutras, conquanto aparta-se dela a mediação humana: “Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade.” (LEVY, 1999, p. 24)

Santos (2007), ao refletir sobre a globalização do mundo contemporâneo pós-industrial, enfatiza o poder que a cultura de massa, diretamente articulada às mídias massivas – como a TV, jornais e, atualmente, a própria internet e seus desdobramentos virtuais de formatos e também de conteúdos – que se

materializam em forma de computadores, notebooks, celulares, tablets etc., tem de forçar seus valores, em benefício do que chama de “reino do mercado”. Concomitantemente, segundo ele, embora aconteça uma pressão sobre os sujeitos para succumbir aos apelos do mercado e do consumo, há também uma apropriação dos meios para expressões localizadas em diversos grupos, favorecidas exatamente pela acessibilidade a estas novas mídias.

Considerando o que atualmente se verifica no plano empírico, podemos, em primeiro lugar, reconhecer um certo número de fatos novos indicativos da emergência de uma nova história. O primeiro desses fenômenos é a enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, em todos os continentes. A isso se acrescenta, graças aos progressos da informação, a ‘mistura’ de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu. Um outro dado da nossa era, indicativo da possibilidade de mudanças, é a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. [...] Junte-se a esses fatos a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos antes exclusivos da cultura de massas, permitindo-lhe exercer sobre essa última uma verdadeira revanche ou vingança. (SANTOS, 2007, p. 20-21)

Temos, então, o que Martín-Barbero (2006) traz para as reflexões sobre as relações entre tecnologia e cultura. Para ele, é relevante estabelecer uma perspectiva acerca das mídias e do mundo globalizado que permita um olhar e uma postura que desconstruam as relações entre “determinismo tecnológico e pessimismo cultural”. Neste sentido, propõe que, através do próprio acesso, os sujeitos coloquem em pauta suas agendas, seus discursos e suas expressões culturais que podem, em alguma medida, subverter os processos de globalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência das TICs e dos processos midiáticos, que geram e medeiam a produção de mensagens e sentidos no mundo contemporâneo funcionam como mobilizadores de interações sociais, de conhecimentos e saberes, de hábitos, de formas de comportamento e de padrões de consumo e de vida. São, ainda, provocadores de movimentos dialéticos que incorporam as mensagens e padrões, mas, também, estimulam o potencial humano para as transformações.

Os “terrenos” midiáticos são férteis tanto para veicular em escala mensagens e conteúdos com o objetivo de manter o *status quo* da sociedade fundada nos interesses econômicos, em produção e consumo, como também para dar espaço para que discursos dissonantes veiculem outras vozes, outras imagens e outros sons. O movimento dialético, representado pela forte incidência das mídias no cotidiano dos sujeitos, é analisado por autores como Santos (2007) e Martín-Barbero (2006), que reconhecem a violência da informação aliada à “tirania do dinheiro” no mundo globalizado, imprimindo um caráter de “formatação” ideológica, principalmente para os jovens. Porém, também acenam com potencialidades para colocar em curso transformação, como aponta Santos, para que surja e se desenvolva uma “nova consciência de ser no mundo”, a partir de uma concepção do mundo contemporâneo como um tempo-espaco permeado pelas mídias e onde a circulação de pessoas e experiências são fecundas em função da diferença e da diversidade, por “interpretações variadas e múltiplas [...] ao mesmo tempo que se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência”. Uma dinâmica capaz de engendrar “dialéticas da vida” e o exercício de uma “nova po-

lítica” com potencial “de superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos” (2007, p. 172, 173).

Ainda possuímos um discurso que termina por enxergar os jovens pelo viés do “problema”. É recorrente a visão do jovem como “problema social” ou como ameaça, envolvido com “drogas, vítima da prostituição, exposto às doenças sexualmente transmissíveis, em conflito com a lei, envolvido com gravidez precoce, vítima da violência”:

A tematização da juventude pela ótica do ‘problema social’ é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção quando representa ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõe ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural. (ABRAMO, 2007, p. 81)

Não se procura, aqui, negar a existência das complexas problemáticas que envolvem as juventudes contemporâneas: elas existem. Busca-se, contudo, a partir de reflexões como as desenvolvidas por estudiosos da contemporaneidade e de suas relações, a exemplo de Abramo (2007), Martín-Barbero (2006) e Santos (2007), buscar caminhos que apontem para as possibilidades de ação dos jovens como sujeitos políticos, que, ao lado de suas dificuldades e, em muitos casos, profundas situações de exclusão possam ser e estar no mundo como agentes de transformação e, neste sentido, perceber que as culturas juvenis estão em articulação com as tecnologias e as mídias, não apenas para que os jovens as aceitem simplesmente, mas para se apropriarem delas e para que as transmutem em vias de

contestação, intervenção e de construção de novos discursos, intervindo na estrutura do tecido social vigente, por meio das mais diversas expressões culturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-90. (Coleção Educação para Todos; 16).

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. (Coleção Educação para Todos; 16). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13529:colecão-educacao-para-todos&catid=194:secad-educacao-continuada>. Acesso em: 25 ago. 2013.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Dialética interna: tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Org.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Rey. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Tradução Jacob Gorender. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 29-45. (Coleção Educação para Todos; 16).

NOVAES, Regina Reys. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-90. (Coleção Educação para Todos; 16). 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SPÓSITO, Marília; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventudes e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, Osmar et al. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.. p. 73-90. (Coleção Educação para Todos; 16).

COMUNICAÇÃO DIGITAL MÓVEL, ADOLESCENTES E COMPORTAMENTOS SOCIAIS: NOTAS EXPLORATÓRIAS

José Carlos Ribeiro

O desenvolvimento da comunicação móvel (em especial da telefonia celular), ao longo das duas últimas décadas, tem se dado de maneira vertiginosa. Temos constatado significativas mudanças na configuração dos aparelhos utilizados, tanto no que se refere aos aspectos estritamente técnicos quanto no que diz respeito aos aspectos estéticos e operacionais. É de comum acordo, por parte da população em geral, a percepção de que o uso da comunicação efetivada através destes dispositivos se irradia de maneira crescente em várias áreas da vida social cotidiana.

Diante dessas evidências, a comunidade científica vem buscando leituras interpretativas plausíveis que possam mapear e compreender esse recente fenômeno. Nessas tentativas, alguns estudos (KATZ, 2006; LEMOS, 2002, dentre outros) apontam que a portabilidade, a mobilidade e a convergência são as principais características que, agrupadas, formatam as condições propícias para a larga e progressiva aceitação dos usuários. Indicam, ainda, que este conjunto de particularidades se mostra em sintonia com as demandas associadas comumente ao mundo midiático contemporâneo (instantaneidade na circulação de dados, atualização

constante de informações, personalização na geração e consumo de conteúdos etc.) e que, portanto, a investigação de cada uma das características mencionadas seria de fundamental importância no entendimento do processo.

Entretanto, podemos observar que os aspectos relacionados ao mapeamento de eventuais mudanças nos comportamentos sociais efetivadas pelos usuários, a partir do gradativo incremento destas tecnologias comunicacionais móveis, não se mostram devidamente explorados na maioria das pesquisas. Com raras exceções (por exemplo, Ling e Pedersen, 2005), tal perspectiva, centrada na análise da questão do possível “impacto” da utilização da comunicação móvel na vida social cotidiana, não costuma ser o foco principal de investigação. Este é precisamente o ponto que serve de base para nossas reflexões: a ocorrência deste fenômeno como elemento dinamizador de mudanças nos formatos de comportamentos sociais estabelecidas no universo das microrrelações.

Com esse intuito, buscamos neste texto apresentar algumas características relevantes no uso dos dispositivos comunicacionais móveis (telefones celulares), por parte de usuários situados no período da adolescência.¹ Convém sublinhar que nosso interesse na investigação do público adolescente foi devido, basicamente, a dois fatores. O primeiro é que estes usuários estão vivenciando, de forma cada vez mais “naturalizada”, um conjunto de experiências decorrentes de uma grande revolução nas formas e nos meios de comunicação e de sociabilidade, ocorrida principalmente após a implantação de espaços virtuais promovidos pela disseminação da Internet (LEMOS; LEVY, 2010; TURKLE, 2011; URRY;

1 Foi aplicado um instrumento (questionário fechado) em noventa alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º e 2º ano do Ensino Médio de um colégio público da cidade de Salvador, que estavam situados na faixa etária de 13 a 17 anos.

SHELLER, 2006). Assim, imersos neste mundo ampliado, constituído de elementos virtualizados e reais, os adolescentes vão se apropriando de tecnologias e equipamentos informacionais que lhes fornecem um aparato alternativo e suplementar para responder às diversas demandas cotidianas. O segundo fator é que, justamente devido a esta “familiaridade” com dispositivos representantes das novas tecnologias digitais, os adolescentes se apresentam como um público-alvo bastante visado para alimentar o fluxo de mercadorias, através do consumo de produtos (dispositivos e acessórios) específicos, criados e lançados exclusivamente para esta faixa etária (SOLOMON, 2002).

Vale salientar que os dados e as tabelas, aqui apresentados de forma resumida e condensada, fazem parte de uma pesquisa mais ampla,² ainda em processo de desenvolvimento; portanto, foram utilizados neste trabalho como indicativos de aspectos relevantes a serem considerados na compreensão do fenômeno. Com este intuito, foram destacados, nesta investigação inicial, os seguintes tópicos: (1) utilização em espaços públicos; (2) modalidades de uso; e (3) práticas de controle e vigilância.

UTILIZAÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS

A maneira como os adolescentes gerenciam seus comportamentos relacionados ao uso dos dispositivos celulares em espaços públicos é o foco deste tópico. A ideia foi averiguar quais estratégias estariam sendo utilizadas para vivenciar

2 Comunicação Digital Móvel e Interações Sociais Urbanas: Análise dos Padrões Sócio-comunicacionais Adotados por Usuários na Cidade de Salvador (BA).

algumas práticas diante de rituais e normas sociais comumente estabelecidos na esfera social pública.

Ao serem perguntados sobre qual o comportamento adotado ao receberem ligações de pessoas conhecidas (81,8%) responderam que sempre atendem à chamada (Tabela 1), o que parece evidenciar a prática de estar sempre disponível para os contatos, como uma característica basilar deste formato de comunicação mediada (ITO, 2004; TURKLE, 2008). Tal situação também reforça a ideia, discutida por alguns autores (KATZ, 2006; RIBEIRO; LEITE; SOUSA, 2009), de que o processo interacional efetivado através da mediação de dispositivos móveis tende a ser visto, por quem recebe a ligação, como prioritário em relação àquele que esteja em curso no espaço presencial face a face.

Tabela 1 – Comportamento ao receber ligações de pessoas conhecidas (%)

COMPORTAMENTO NO RECEBIMENTO DE LIGAÇÕES	GERAL
Atende somente se for um amigo do grupo	4,5
Atende quando se trata de um membro da família	9,1
Sempre atende	81,8
Outros	2,3
Não atende	2,3

Entretanto, colocados em uma situação contrária, ou seja, em uma situação na qual estejam conversando face a face com alguém e esta pessoa priorize o atendimento à ligação, 82% afirmaram que não sentem nada, que consideram um acontecimento comum, passível de ocorrer nas trocas sociais habituais (Tabela 2).

Tabela 2 – Sensação quando o interlocutor atende ligações (%)

SENSAÇÃO	GERAL
Nada, é uma situação comum	82,0
Abandonado pela pessoa	5,6
Chateado	0,0
Triste	0,0
Enciumado	0,0
Ansioso	4,5
Constrangido	7,9

Esses dados, associados com aqueles obtidos na Tabela 1, parecem indicar que esses jovens, desde muito cedo inseridos no contexto digital (de comunicação instantânea, de interações simultâneas e de trocas de informações constantes), gradativamente estão percebendo estas situações de “interrupções” de conversas face a face como fatos corriqueiros e que a ocorrência de “embaraços sociais” (GOFFMAN, 1966, 1996) parece estar sendo redimensionada aos poucos em sua compreensão e vivência.

Quanto às estratégias para se atender ao celular em locais públicos compartilhados com pessoas desconhecidas, os pontos que mais se destacaram foram aqueles que ressaltaram o respeito às normas sociais da situação: 33,7% informaram que costumam diminuir o tom e a altura da voz para que os outros não os escutem e 32,6% disseram que deixam o ambiente para atender à chamada recebida. Vale ressaltar também o pequeno percentual (6,7%) que não atende ao celular em ambiente público o que, de certa forma, reforça o comentário feito (Tabela 3).

Tabela 3 – Estratégia para atender ao celular em locais públicos com pessoas desconhecidas (%)

ESTRATÉGIA	GERAL
Fala um pouco mais baixo para que os outros não te escutem	33,7
Deixa o ambiente para atender à chamada	32,6
Nenhuma, falar normalmente	27,0
Não atende o celular em um ambiente público	6,7

Se compararmos esses dados com aqueles apresentados nas Tabelas 1 e 2, podemos inferir que os comentários feitos quanto ao gradativo processo de “naturalização” em relação ao uso de dispositivos móveis em ambientes públicos são mais direcionados àquelas situações sociais onde os interlocutores têm algum grau de proximidade socioafetiva. Neste sentido, os adolescentes ainda se mostram obedientes às normas sociais habituais que regem os processos interacionais na modalidade face a face quando atendem ligações na presença de pessoas que estejam em proximidade geográfica, mas distantes socialmente. Diante deste quadro, é possível supor que uma espécie de nova etiqueta social parece estar sendo moldada a partir da utilização dos dispositivos móveis, embora sujeita às particularidades das relações preestabelecidas entre os parceiros da situação social compartilhada e em um ritmo menos acelerado do que aquele sugerido por algumas pesquisas anteriores (RIBEIRO, LEITE; SOUSA, 2009; KATZ, 2006; GREEN; HADDON, 2009).

MODALIDADES DE USO

Este tópico buscou detectar particularidades associadas ao uso do equipamento como meio de comunicação específico bem como apontar as modalidades mais utilizadas.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, 60,2% dos adolescentes usam mais as chamadas de voz do que as mensagens SMS³ (28,4%). Este resultado diverge de pesquisas semelhantes (GOGGIN, 2006; KATZ, 2006; LENHART, 2012; LING, 2004) e da nossa própria suposição inicial que se asentava na premissa de que os adolescentes teriam preferência pelo uso da modalidade SMS devido ao desenvolvimento de linguagens e práticas comunicacionais específicas⁴ bem como de habilidades técnico-operacionais que os diferenciariam em relação aos adultos quanto ao manejo do dispositivo para estas funções.⁵

Tabela 4 – Forma de comunicação mais utilizada (%)

FORMA DE COMUNICAÇÃO	GERAL
Mensagens SMS	28,4
Chamada de voz	60,2
Outros	11,4

Os sujeitos da pesquisa responderam que as maiores vantagens do uso do SMS (Tabela 5) estão relacionadas ao fato de serem mais baratas (36,9%) e à possibilidade de usá-las como uma alternativa quando estão em algum local considerado, de acordo com as convenções e expectativas sociais, inadequado para realizar chamadas de voz (25,3%).

3 *Short message service* – serviço disponível em equipamentos celulares que permite o envio de mensagens em texto (com até 160 caracteres) entre as pessoas.

4 O exemplo mais comum dessas práticas entre adolescentes e adultos jovens é o *texting*, que consiste na atividade de trocar mensagens entre dois ou mais celulares, utilizando acrônimos e codificações específicas de linguagem.

5 Para aprofundamento desta questão, ver Ito (2004) e Glotz, Bertschi e Locke (2005).

Acreditamos, também, que a preferência por chamadas de voz pode ter relação com a estratégia mercadológica, normalmente adotada pelas empresas de telefonia que operam no Brasil, de oferecer “pacotes” de promoções voltados para a ampliação do número de ligações locais na modalidade voz, em especial para aquelas efetivadas entre clientes da mesma operadora.

Tabela 5 – Vantagens do uso do SMS comparado às ligações de voz (%)

VANTAGENS DO SMS	GERAL
É mais barato	36,9
A comunicação é mais eficaz	10,8
Como alternativa, caso no momento não possa realizar ligações de voz	25,3
Posso mandar a mesma informação para várias pessoas	12,0
Como alternativa, se não for urgente	9,0
Não utilizo, prefiro realizar chamadas	6,0

Quanto aos usos vinculados à internet (Tabela 6), a maioria dos sujeitos da pesquisa afirmou não acessar a rede através do dispositivo celular, seja por não possuir um equipamento que possibilite tecnicamente o acesso à internet (17,3%) ou, simplesmente, por preferirem não usá-lo para esta finalidade (34,5%).

Dentre os motivos apontados para o fato, 21,5% responderam que não existe interesse por parte deles, 22,8% que o custo é alto e 30,4% que o acesso pelo computador é mais prático (Tabela 7). Estes dados parecem apontar que há, ainda, um predomínio da visão que associa o uso da internet apenas aos

computadores pessoais (nos formatos *desktop* e *laptop*), reforçando a ideia de que, além dos aspectos econômicos associados ao custo de utilização, o nível de penetração de tais equipamentos no imaginário das pessoas (CASTELLS et al., 2007) permanece como uma variável interveniente significativa nos motivos de baixo uso dos celulares para acesso à internet.

Tabela 6 – Práticas associadas ao uso da internet através do celular (%)

USO DA INTERNET	GERAL
Baixar toques (<i>ringtones</i>)	9,8
Checar e-mails	6,0
Entrar em redes sociais	13,5
Baixar jogos	6,8
Procurar/ver notícias	6,8
Outros	5,3
Não possui internet no celular	17,3
Não utiliza internet pelo celular	34,5

Tabela 7 – Motivos pelos quais não utiliza internet no celular (%)

NÃO UTILIZAÇÃO DA INTERNET NO CELULAR	GERAL
Meu grupo de amigos não costuma fazer isso	2,5
Não existe interesse da minha parte	21,5
O custo é muito alto	22,8
O acesso pelo PC é mais prático	30,4
Nenhuma, eu acesso a internet pelo celular	22,8

Em relação à forma de compartilhamento de fatos interessantes do dia a dia com outras pessoas, a maioria dos adolescentes respondeu que o faz através de ligações

de voz (38,9%), enquanto 24,5% difundem as informações através de mensagens de texto (SMS), o que reforça a prática preferencial pelo uso das chamadas por voz, apontadas na Tabela 4. O percentual dos sujeitos que afirmaram que não costumam compartilhar também foi significativo, 27,8% (Tabela 8).

Percebemos, também, que poucos adolescentes escolheram as opções gravar vídeos (1,1%) e tirar fotos (3,3%) para compartilhamento posterior. Estes dados também contrastam com o que se observa comumente nas práticas dos jovens em relação às formas de trocas sociais mediadas pelas tecnologias digitais, caracterizadas pela exposição constante de vídeos em sites de divulgação (como, por exemplo, o *Youtube*)⁶ e de fotos em sites de relacionamento (como o *Flickr* ou *Facebook*),⁷ conforme mapeado em diversas pesquisas (GOMES, 2011; MACIEL, 2012; RIBEIRO; LEITE; SOUSA, 2009).

Tabela 8 - Formas de compartilhamento de fatos interessantes com outras pessoas (%)

FORMAS DE COMPARTILHAMENTO	GERAL
Não compartilho	27,8
Compartilho através de ligações de voz	38,9
Compartilho através de SMS	24,5
Gravo um vídeo e compartilho através do celular	1,1
Tiro fotos e compartilho através do celular	3,3
Outros	4,4

6 www.youtube.com.

7 www.flickr.com e www.facebook.com.

PRÁTICAS DE CONTROLE E VIGILÂNCIA

A análise dos resultados deste tópico teve como objetivo perceber alguns dos aspectos que se mostram associados às questões de segurança e controle como elementos importantes no processo de reconfiguração das noções de privacidade (LING, 2004; LING; PEDERSEN, 2005; RIBEIRO; LEITE; SOUSA, 2009).

Sobre as estratégias adotadas para diferenciar as chamadas no celular, a maioria dos jovens afirmou utilizar o mesmo toque para todos os contatos de suas agendas (64,4%). Isso pode estar relacionado com o uso do mecanismo de identificação de chamadas, frequentemente presente nos equipamentos celulares, que facilita os processos de reconhecimento e de seleção de quem os adolescentes gostariam (ou não) de atender (Tabela 9). Neste sentido, os resultados parecem ter uma relação muito próxima com aqueles apresentados na Tabela 10, onde as funções do identificador de chamadas foram investigadas. Nestes dados, o item que afirma que os identificadores ajudam a selecionar os interlocutores possíveis através das chamadas obteve o maior percentual (33,6%).

Tabela 9 – Estratégia de diferenciação de chamadas (%)

ESTRATÉGIA DE DIFERENCIAÇÃO DE CHAMADAS	GERAL
Toque por grupo	12,2
Apenas toques diferenciados para meus pais	10,0
Apenas toques diferenciados para pessoas específicas	8,9
Uso o mesmo toque para todos	64,4
Outros	4,5

Tabela 10 – Função do identificador de chamadas (%)

FUNÇÃO DO IDENTIFICADOR DE CHAMADAS	GERAL
Ajuda a selecionar o interlocutor	33,6
Antecipa quais possíveis assuntos que serão tratados	16,1
Provoca mudança de postura ou humor após a identificação do interlocutor	27,0
Apenas me informa quem está ligando	23,3

Os resultados presentes na Tabela 11 revelaram que 65,2% dos adolescentes afirmam que seus pais formatam o grupo que mais vigia ou controla seus passos através do uso de celulares. Tal escolha parece indicar como o dispositivo atualmente pode ser considerado como componente importante nos processos de localização e de segurança na relação entre pais e filhos.

Tabela 11 – Grupos que mais vigiam ou controlam através do celular (%)

VIGILÂNCIA PELO CELULAR	GERAL
Pais	65,2
Amigos	3,4
Operadoras de telefone	1,1
Outros parentes	1,1
Parceiros	3,4
Ninguém, não me sinto controlado ou vigiado	25,8

Outro ponto de análise associado visou mapear a modalidade predominante de participação dos pais ou amigos, através do celular, nas vidas particulares dos adolescentes (Tabela 12). Constatamos que 50,6% dos pais, de acordo com o relato dos sujeitos da pesquisa, costumam sempre ligar para saber a localização

dos seus filhos ou então só ligam quando percebem algum atraso (27,0%).

Tabela 12 – Participação dos pais ou amigos na sua vida através do celular (%)

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS	GERAL
De forma nenhuma, eles não me controlam	14,6
Ligam sempre para saber onde estou	50,6
Só ligam quando estou atrasado	27,0
Não ligam, mandam mensagem	2,2
Não ligam, eu ligo e aviso	5,6

Quando perguntados em relação às pessoas responsáveis pelos custos relacionados ao uso dos celulares, uma maioria significativa (81,8%) dos entrevistados afirmou que são seus pais, enquanto que apenas 14,8% registraram que assumem seus próprios gastos (Tabela 13). Este fato, por sua vez, parece evidenciar que, apesar da utilização do celular proporcionar certa dose de autonomia e privacidade ao adolescente, certas práticas (como entrar na internet pelo dispositivo, conforme comentado na análise da Tabela 6) podem ser bastante cerceadas, na medida em que seus usos estariam diretamente envolvidos com os custos adicionais que seriam assumidos pelos responsáveis pelo pagamento, ocasionando, desta forma, um maior controle dos gastos associados à utilização.

Tabela 13 – Responsável pelos custos do celular (%)

RESPONSÁVEL PELOS CUSTOS	GERAL
Meus pais	81,8
Outros parentes	3,4
Eu mesmo	14,8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a tecnologia de comunicação móvel, impulsionada pelo uso de dispositivos digitais, se dissemina ao redor do planeta de maneira mais rápida do que qualquer outra tecnologia de comunicação anterior (CASTELLS et al., 2007; KATZ, 2006; LING, 2004). Assim, ao considerarmos esta dinâmica de expansão acelerada da comunicação móvel, por um lado, e a interrelação existente entre fluxos comunicacionais, modelos culturais e práticas institucionais, por outro, mergulhamos em um mar de incertezas quanto aos possíveis desdobramentos sociotécnicos e quanto às suas ressonâncias nas dinâmicas sociais. Diante deste cenário, talvez seja um pouco precipitado falarmos de estabelecimento de novos padrões de conduta e de novos formatos de organização social. No entanto, não há como negar que algo está em formação, ou em ebulição, diriam alguns mais entusiastas (CASTELLS, 1999; LEVY, 1999; MAFFESOLI, 1996) e que, por conseguinte, urge a produção de reflexões que sirvam de base para o entendimento do emergente fenômeno.

As notas exploratórias apresentadas neste texto se mostram inseridas no conjunto de tentativas que busca desvendar, aclarar ou até mesmo antever a construção de caminhos alternativos de vivência social. A estratégia utilizada, portanto, foi a de mapear, mesmo que de forma incipiente, alguns aspectos associados ao uso da comunicação móvel pelo público adolescente.

Mesmo dentro desse contexto de dúvidas, é plausível afirmar que o uso dos dispositivos comunicacionais móveis vem promovendo mudanças significativas na vida dos seus usuários, através de funções relacionadas ao gerenciamento

das suas atividades, ao entretenimento, à aquisição de informações, à comunicação e às interações sociais diversas (GESER, 2004; LEVINSON, 2004; LING, 2004). Também é admissível supor que a disponibilização para o contato contínuo (TURKLE, 2008), propiciada pelas propriedades da ubiquidade e da mobilidade, é uma característica que amplia as possibilidades relacionais do indivíduo, conectando-o aos demais participantes dos espaços sociais através das informações compartilhadas entre eles. Isto, por sua vez, se configura como um aspecto extremamente relevante se considerarmos as possíveis implicações nos esquemas representacionais e referenciais sócio-identitários presentes na fase adolescencial, como já apontaram alguns autores (KAVOORI; ARCENEUX, 2006; KATZ, 2006; KATZ; AAKHUS, 2002). Assim, o ato de possuir e utilizar um equipamento celular costuma provocar, sobretudo no adolescente, a sensação de estar permanentemente acessível e inserido em grupos, partilhando informações e participando de atividades sociais articuladas, a partir do contato contínuo com os demais, contato passível de ser efetivado em qualquer lugar e em qualquer hora.

Perante o conjunto de dados observados e as respectivas reflexões associadas, podemos presumir que tais manifestações reforçam a ideia de que o complexo quadro atual propicia o aparecimento de arranjos sociais cada vez mais mediados por dispositivos técnicos e que tal fenômeno se revela como um aspecto que potencializa amplamente a construção de articulações sociais mais fluidas e, portanto, mais próximas da instantaneidade e da flexibilidade características do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1
- CASTELLS, M. et al. **Mobile communication and society: a global perspective**. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- GESER, Hans. Towards a sociological theory of the mobile phone. In: _____. **Sociology in Switzerland: sociology of the mobile phone**. Zuerich, March 2004 (Release 3.0). Disponível em: <http://socio.ch/mobile/t_geser1.htm>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GOFFMAN, E. **Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings**. Toronto: Collier-Macmillan, 1966.
- GLOTZ, P.; BERTSCHI, S.; LOCKE, C. **Thumb culture: the meaning of mobile phones for society**. Bielefeld: Transcript Verlag, 2005.
- GOGGIN, G. **Cell phone culture**. New York: Routledge, 2006.
- GOMES, V. **Interações em redes de compartilhamento de fotografias: performances e construção de significados no flickr**. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2011.
- Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5960/1/Vitor%20Braga.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2013.
- GREEN, N.; HADDON, L. **Mobile communications: an introduction to new media**. New York: Berg, 2009.
- ITO, M. **Personal, portable, pedestrian: mobile phones in Japanese life**. Los Angeles: Annenberg Center for Communication, 2004.
- KATZ, J. **Magic in the air: mobile communication and the transformation of social life**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006.
- KATZ, J.; AAKHUS, M. **Perpetual contact: mobile communication, private talk, public performance**. Cambridge: University Press, 2002.
- KAVOORI, A.; ARCENEUX, N. **The cell phone reader: essays in social transformation**. New York: Peter Lang Publishing, 2006.

- LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LEMOS, A.; LEVY, P. **O futuro da internet**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LENHART, A. Teens, **Pew Internet & American Life Project**, 2012. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/Reports/2012/Teens-and-smartphones.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- LEVINSON, P. **Cellphone: the story of the world's most mobile medium and how it has transformed everything!** New York: Palgrave Macmillan, 2004. Disponível em: <<http://www.pewinternet.org/Reports/2012/Teens-and-smartphones/Summary-of-findings.aspx>>. Acesso em: 12 ago. 2013
- LEVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LING, R. **The mobile connection: the cell phone's impact on society**. San Francisco: Morgan Kaufmann Publishers, 2004.
- LING, R., PEDERSEN, P. **Mobile communications: re-negotiation of the social sphere**. London: Springer-Verlag, 2005.
- MACIEL, J. Flickr e o rizoma da fotografia em rede. In: RIBEIRO, J.; FALCÃO, T.; SILVA, T. (Org.). **Mídias sociais: saberes e representações**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RIBEIRO, J.; LEITE, L.; SOUSA, S. Notas sobre aspectos sociais presentes no uso das tecnologias comunicacionais móveis contemporâneas. In: NASCIMENTO, A.; HETKOWSKI, T. (Org.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOLOMON, M. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- TURKLE, S. Always-On/Always-On-You: the tethered self. In: KATZ, J. (Org.). **Handbook of mobile communication studies**. Cambridge: The MIT Press, 2008.
- TURKLE, S. **Alone together: why we expect more from technology and less from each other**. New York, NY: Basic Books, 2011.
- URRY, J.; SELLER, M. **Mobile technologies and the city**. London, UK: Routledge, 2006.

O JOVEM E O TRABALHO: ESCOLHA E IDENTIDADE

Célia Cajaiba

Considerando que cada um dos termos propostos no título poderia ser objeto de muitas reflexões, optamos por nos deixar guiar, tomando o jovem como eixo central, na tentativa de tecer os entrelaçamentos possíveis com a questão do trabalho, da escolha e da identidade. Nesta perspectiva, buscaremos compreender as possibilidades de o jovem realizar uma escolha profissional eficaz, tendo em vista o seu processo de transição para a vida adulta e a realidade do mundo do trabalho em sua configuração atual.

Para falarmos sobre o jovem, começaremos pela abordagem da adolescência. De acordo com o historiador Philippe Ariès (1981), até a Idade Média, não existia o reconhecimento da infância e adolescência como categorias diferentes da adultez. A criança, quando não mais dependia dos trabalhos maternos, aproximadamente aos seis anos, passava para o mundo dos adultos como aprendiz de um ofício. Para ele a adolescência é uma categoria historicamente determinada. A literatura a respeito nos leva a perceber que esta, não pode ser representada de forma homogênea, sobretudo se levamos em consideração os diferentes contextos em que se encontra. Além do mais, os estudos sobre a adolescência partem de diferentes critérios e abordagens sobre os quais não nos deteremos aqui porque

daremos tratamento ao tema tomando como referência o aporte teórico da psicanálise que lança seu olhar para a adolescência em sua singularidade, ou seja, sob a ótica da subjetividade do sujeito, como aquilo que faz parte do objeto da ciência, mas não permite ser visto empiricamente. Neste sentido, a adolescência não se refere prioritariamente à idade cronológica, mas ao tempo necessário à realização das operações psíquicas inconscientes importantes ao seu amadurecimento e à construção da identidade adulta e cuja duração tem a ver com cada sujeito, podendo, inclusive, jamais ser ultrapassada, como no caso de algumas patologias. Neste artigo, particularmente, trataremos do jovem que está sendo demandado quanto à escolha de uma profissão ou trabalho.

Começando pela sua etimologia, a palavra adolescência provém do verbo latino *adolecere*, que significa “começar a crescer”, cujo desdobramento é *adolere*, “crescer”, mais *scere*, “começo de algo”. Curiosamente, para os latinos, o conceito de crescer é a evolução de, “nutrir”. De acordo com a etimologia da palavra, adolescente é aquele que começou a crescer, que se está nutrindo.

Tomada no primeiro sentido, a adolescência é um momento de intenso crescimento e além do mais, de dupla via: uma orgânica, da ordem do real, proveniente das alterações hormonais que ocorrem na puberdade e promovem mudanças físicas e cognitivas significativas; e outra, da ordem do simbólico, considerada como uma tarefa psicológica que representa as operações psíquicas referidas acima necessárias à elaboração do impacto causado pela chegada da puberdade. Como veremos adiante, é este processo de subjetivação que dará o alicerce para a realização da escolha profissional.

No segundo caso, a adolescência no sentido de “nutrir”, “que se está nutrindo”, nos remete, inicialmente, ao momento

inaugural da vida, quando a mãe é aquela que irá alimentar sua criança não apenas em nível da necessidade, mas nutrir também no nível simbólico, pois a criança depende – conforme diz Lacan – da apetência de desejo da mãe: é ela quem lhe dará as primeiras significações através do seu desejo e da sua subjetividade. Esta é a matriz subjetiva inicial da qual a mãe precisará se separar para permitir à criança o acesso ao simbólico, à falta, ao mundo da linguagem e à divisão do sujeito, através da mediação da instância paterna. Mais tarde, é o jovem quem buscará se nutrir de novos ideais, “novas pautas de convivência” e identificações para firmar laços com o mundo externo. Desta vez, a ele caberá, através da intervenção do Pai na sua função estruturante, operar a sua separação dos pais da infância e questionar sua autoridade para conquistar a própria autonomia. Construir uma nova posição mais adulta em relação aos pais será o ponto de partida da aprendizagem para outras relações que o jovem deverá estabelecer ao longo de sua vida. Esta tarefa representa o que Freud ([1905] 1976, p. 234) chama de uma das mais dolorosas e significativas realizações psíquicas, que é o “[...] desligamento da autoridade dos pais, um processo que, sozinho, torna possível, a oposição, tão importante para o progresso da civilização, entre a nova geração e a velha”.

Além da separação dos pais, o adolescente ainda enfrentará outras perdas, e desta vez, relacionadas ao corpo. No momento em que o seu corpo é tomado pela carga de hormônios, a representação psíquica de sua imagem, até então alienada ao corpo infantil, se transforma e, à medida que ganha novas formas, tamanhos e contornos se observa uma grande desorganização do imaginário, geralmente acompanhada pela expressão de muita angústia, principalmente porque o jovem está sendo conduzido para a maturidade na esfera sexual. Até que consiga

se adequar a este novo corpo, irá evoluir do autoerotismo para a escolha de objeto no mundo externo e da masturbação para o ato sexual, desde já demandado quanto à sua identidade sexual.

Segundo Ruffino (1996, p. 88), de acordo com Freud (1905), o paradigma da ideia de trabalho é o trabalho do luto. Dito de outra forma, o trabalho diz respeito às operações psíquicas necessárias à elaboração das perdas implícitas em qualquer processo de transformação. Em se tratando da adolescência, podemos pensar que ela se oferece como um trabalho de luto, tendo em vista a extensão das perdas, carentes de elaboração, que se apresentam nesse momento. A sua contrapartida, porém, é que justamente esta tarefa é o que irá franquear ao jovem o desenvolvimento de novas identificações e novos laços dirigidos ao social. Fazer seus lutos para voltar à vida com vigor, de outros para novos combates. (RODRIGUÉ, 2006). De acordo com Aberastury (1981, p. 13), todas estas mudanças psicológicas necessárias ao desprendimento definitivo da infância e à inserção no mundo adulto, é exatamente do que se trata a adolescência. A este respeito, cito Freud quando evidencia as possibilidades de ocorrerem distúrbios quando o enfrentamento destes ajustes é evitado:

Exatamente como em qualquer outra ocasião em que o organismo deve, de direito, fazer novas combinações e ajustes que levam a complicados mecanismos, aqui também há a possibilidade de distúrbios patológicos se estes novos arranjos não forem realizados. (FREUD [1905], 1976, p. 214)

Rassial (1997, p. 42), psicanalista francês estudioso contemporâneo da adolescência, considera este processo como uma “[...] operação de validação ou invalidação, onde o jovem irá testar a sua eficácia e irá autorizar-se”, com a ressalva de que nem todos conseguem realizá-la. Para ele, a família é a

principal condição da presença da metáfora paterna e é para onde o sujeito endereça o sentido da sua existência. Traduz a adolescência como um momento de vazio do ser, da pretensão da lei e da vacuidade do saber, e, embora considere a desqualificação dos pais como um momento estruturante, ressalta, que também pode oferecer risco ao jovem, e, assessorialmente também aos pais, quando se testa no real, saberes ainda mal sustentados pelo eu e pelos discursos sociais. Salvo quando se substitui a família através de laços com o social, obedecendo a mesma lógica simbólica. (RASSIAL, 1997)

Diante do exposto, ainda que a adolescência apresente seu lado fascinante pela intensidade contagiante de suas emoções, ela é considerada pela psicanálise sob a ótica da subjetividade do sujeito, que rompe com a ideia de harmonia e não comporta placidez. Levando-se em consideração todas as suas transformações, compartilhamos muito mais da ideia de uma ruptura, ou mesmo de uma crise, em razão de o sujeito se encontrar radicalmente questionado na sua existência e a expressão de toda a angústia, confusão, ambivalência e transtornos que se fazem presentes neste processo se opõe à ideia de linearidade. Também não se limita à explicação de que são “coisas da idade”, que vão passar com o tempo, nem se pode esperar que a saída da família ou a entrada no social através de uma ocupação profissional, sem as devidas elaborações, garantam o valor simbólico desta passagem.

Na verdade, para realizar esta travessia, o sujeito vai precisar se permitir certa interiorização para indagar sua subjetividade, tomar posições frente às questões que surgem neste momento, e só *a posteriori* é que se saberá sobre o sujeito que irá emergir. Por sua vez, o lado bom que a natureza de crise pode apresentar são as possibilidades de solução que também pode oferecer. Deste modo, empurrar a adolescência vida afora poderá

ser bem pior porque essas questões sempre voltam, e, muitas vezes, já misturadas com situações da vida adulta, quando seus retornos podem ser bem mais comprometedores.

Vale a pena ressaltar, a esta altura, que os pais também passam pelo processo do luto pela perda dos filhos e este será tão menos doloroso quanto mais estiverem abertos, ou menos resistentes a deixá-los crescer, o que pode significar uma difícil preparação para perdê-los desde muito cedo. É importante encorajarem o crescimento dos filhos para que não fiquem infantilizados e tenham que pagar um alto preço, pois, certamente, eles serão cobrados pela sociedade a se posicionarem do lugar de adulto. De outra parte, as questões apresentadas pelo jovem colocam em causa, também, as antigas posições e escolhas dos pais, levando-os a efetivarem mudanças que nem sempre estão interessados em empreender ou não possuem recursos internos para percebê-las, quanto mais, efetivá-las. Este momento, ainda que tormentoso, poderá ser vivenciado de modo flexível e produtivo pelos pais, no sentido de também poderem refletir sobre suas antigas posições e realizarem as ressignificações necessárias a um novo posicionamento diante da relação com o seu filho, com o casal e até mesmo com o seu futuro envelhecimento, para que ocorra de forma mais plástica e saudável.

Em relação aos filhos, quando os adultos compreendem a difícil tarefa dos adolescentes, podem ajudá-los na sua travessia, (KNOBEL,1981). Mas, o que representa ajudá-los? Na opinião de Rassial (1997, p. 88), ajudar o adolescente consiste em [...] escutá-los, tomar a sério as suas questões, não propor respostas e permitir que as produzam, antes de transformá-las em ato”. Espera-se que, em consequência, exercitem a difícil tarefa de esperar, suportem a angústia do não saber, aprendam a pensar abrindo mão da imediatividade típica do pensamento onipotente infantil e, a partir daí, possam construir

novos saberes sobre si, sobre o mundo e realizar escolhas mais consistentes que apontem para a vida adulta.

No que diz respeito à identidade, sugerida no título como uma possibilidade de articulação com a questão da escolha, embora não seja um conceito da Psicanálise, tentaremos entendê-la aqui, através do conceito psicanalítico de identificação, postulado por Freud ([1921], 1976, p. 133) “[...] como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa tomada como modelo”. Sentir-se ao mesmo tempo diferente e semelhante aos demais é um processo exploratório que se inicia na infância, Carvalho (1995), principalmente, através da incorporação das figuras parentais, uma vez que, estas, se constituem a base das suas identificações para futuras buscas a partir de pessoas importantes, como parentes, amigos e professores, ídolos, etc. Com a chegada da adolescência, o jovem irá desconstruir as identificações infantis e mediante a assunção de novos ideais e modelos existentes em seu meio sociocultural, iniciará seu inacabável processo de construção de identidade através do qual irá se assumir como sujeito desejante, criar algo novo a partir das determinações que o constituíram e se fazer consciente dos seus alcances e limitações. (TUBERT, 1999)

Trazendo esta questão para a contemporaneidade, Ruffino (1996), acredita que em decorrência da ruptura dos laços tradicionais, o que se ofereceu neste vácuo foi a produção de um Outro discurso social, um saber externo que, apesar de propiciar uma grande variedade de opções de objetos de consumo ao adolescente, vem obturar a falta, promover o seu distanciamento da própria subjetividade, impor e normatizar as condutas, de modo tal que as identidades vão se construindo impelidas para o consumo num “ter que” e “gozar” de todos os

objetos de consumo oferecidos pelo capital, sem nada querer perder e sem passar pela mediação do desejo.

Segundo Gurman (1996, p. 67):

Quando uma cultura, uma raça ou uma língua se absolutiza e absolutiza a imagem do homem que, nela se concebe, e condena, desde um narcisismo sem brecha, toda expressão, alertando o risco que leva consenti-la, constitui a maior verdade do 'sofrimento'.

Num discurso em que o “ter” é o valor maior, não há espaço para a interiorização e, na medida em que há o afastamento das questões próprias da adolescência pela recusa ao confronto com seus conflitos originais, aí sim, o sujeito ficará aprisionado às suas relações primárias. O que vai se produzir é uma identidade ilusória, aprisionada na imagem do Eu, levando o jovem à crença de que já conquistou sua individualidade e autonomia. A despeito da constituição imaginária do Eu, Lacan (1953/1954 p. 55-56), ressalta o quanto “ele tem de desconhecimento e alienação, presentes nas suas certezas, muitas vezes limitantes para o sujeito e para o desejo”.

Diante do exposto até aqui, autorizamos-nos a inferir que a construção da identidade na adolescência tem se processado de forma precária e com muitas dificuldades na contemporaneidade porque os operadores tão necessários a esta construção se revelam frágeis tanto do ponto de vista da família como na perspectiva do social. Isto significa que, no momento do jovem se conduzir para o desligamento dos seus pais e ir à busca de novos modelos de identificação, ele se defronta com a fragilidade dos referentes que deveriam assegurar a efetivação desta passagem e a viabilização de suas escolhas futuras.

A título de ilustração, a respeito das dificuldades no curso da construção da identidade pessoal onde a individualização se intensifica sem que isso signifique a emancipação dos jovens,

faço aqui uma breve citação de uma análise feita pelo Ministério da Saúde, em uma pesquisa realizada através da instituição Fiocruz *Um olhar sobre o jovem no Brasil*:

[...] no contexto da modernidade, a integração social dos jovens depende em grande parte do sucesso escolar e da inserção profissional. No entanto, o processo de individualização se inscreve em outros processos como a massificação cultural, a mundialização e a transformação da sociedade de consumo. Disso decorre um desafio para os jovens brasileiros de como se tornar um indivíduo emancipado numa sociedade marcada por desigualdades e onde a saída para o mundo não logra resultados eficientes porque ainda estão submetidos às relações primárias.

[...] Cabe ressaltar que a cultura de massa e a sociedade de consumação são inseparáveis e que a sociedade brasileira se tornou um campo fértil onde pululam ‘efeitos perversos’ da globalização da economia, da cultura de massa e da individualização de jovens que tiveram uma socialização precária. (BRASIL, 2008, p. 20)

O inquietante é que, justamente este adolescente em plena transição, debatendo-se com todas estas questões – sobre a imagem do corpo, a separação da autoridade dos pais, a escolha de objeto de amor e a possibilidade do ato sexual, os valores existentes e, ainda, a inconsistência dos novos referenciais na busca de sua identidade pessoal – é quem enfrentará a necessidade de tomar decisões sobre sua identidade ocupacional e realizar a escolha de uma profissão que, equivocadamente, acredita ser única e para a vida toda.

É fácil admitir que nem sempre a necessidade da realização da escolha profissional coincide com as possibilidades psicológicas para tal e quando não há tempo hábil – geralmente até a inscrição para o vestibular –, para que esta escolha passe pelas elaborações mentais já mencionadas anteriormente, é provável que o desconhecimento sobre si, as fragilidades

e a imaturidade para escolher se revelem, levando o jovem a se pautar em posições imaturas, sem a inclusão do seu desejo, portanto, pouco consistentes, ou, até mesmo, a se recusar a escolher. Mesmo coincidindo com o período de destituição das figuras parentais, é necessário que os pais saibam que são muito importantes neste momento, fiquem firmes em suas funções e se ofereçam como referência, inclusive revelando o seu desejo, porque ajudará o adolescente a organizar sua vida interior, neste momento, caótica. Se os pais dizem “não sei, faça o que quiser”, a rede de proteção constituída pelo Outro que sabe se desfaz e a experiência pode perder o seu valor psíquico. Ao fazer referência à família, Strauss (2000, p. 15) nos diz que “[...] a função da família é menos a satisfação das necessidades do que a transmissão que está na base da constituição subjetiva e que, por esse motivo, implica a relação com um desejo que não seja anônimo”.

Para dar consistência à ideia que diz respeito à importância de levarmos em conta a subjetividade na constituição da identidade pessoal e ocupacional, nos referenciamos em Bohoslavsky (1993), estudioso que introduziu a modalidade clínica em orientação profissional, cujo trabalho é centrado no sujeito e suas reais possibilidades de fazer escolhas. No seu entendimento, a identidade ocupacional, como um processo, está submetida às mesmas dificuldades do processo que conduz à conquista da identidade pessoal; por isto, considera que os problemas vocacionais devem ser entendidos como problemas ou dificuldades da pessoa. Quando os indivíduos integram suas diferentes identificações, através da busca de si mesmo, encontram também sua identidade ocupacional; isto quer dizer que a procura de si é o que vai possibilitar ao jovem saber o que deseja para sua vida. Evidentemente que o conhecimento da realidade e as informações sobre as profissões devem ser

levados em conta no processo de escolha, porém, insistimos que não são estes os fatores determinantes para uma escolha eficaz.

Mesmo em jovens que, desde cedo, precisam trabalhar para ajudar no sustento da família, Soares e Lisboa (2002, mód. 1, p. 11), em uma abordagem do contexto brasileiro, salienta que o processo de desenvolvimento da identidade ocupacional também está relacionado com a construção da identidade pessoal. Segundo ela,

[...] a maioria de nossa população jovem, não só é compelida a lançar-se no mundo do trabalho antes de concluir o segundo grau, como também interrompe seus estudos para ajudar na sobrevivência da família. A identidade profissional desses jovens vai se construindo à medida que os desafios da sobrevivência vão lhe permitindo, diferente daqueles que possuem a oportunidade de escolher a sua profissão no período da adolescência, sem serem atropelados pelas necessidades.

Desse modo, na opinião da autora, a formação da identidade ocupacional estará sempre na interseção com a identidade adolescente, esteja ele na posição de estar desempenhando um trabalho, esteja ele na fase preparatória para este desempenho.

É preciso levar em conta, também, que o processo de constituição da identidade ocupacional passa por várias etapas desde a infância, tendo cada uma delas suas características específicas, a partir das identificações que irá realizar durante a história de relacionamento com os adultos e suas respectivas ocupações, seja de natureza profissional ou doméstica. LIS Por esta razão, é tão imbricada com a identidade pessoal em seu caráter afetivo. Pessoa (2011, p. 8), em seu estudo sobre “A relação entre maturidade de carreira e o desempenho acadêmico em alunos dos anos finais do ensino fundamental”, afirma que: “[...] são os esboços de autoconceito ocupacional

da infância que gradativamente se tornarão em algo mais cristalizado, especificado, testado e implementado na realidade a partir da adolescência”.

Sendo assim, podemos dizer que a pessoa que escolhe carrega consigo fatores já determinados pelos quais ela é influenciada desde a infância, como a estrutura do aparelho psíquico, as identificações, os valores, além dos aspectos sociais como a escola, o grupo de referência, os meios de comunicação, etc. Toda esta rede complexa interage dinamicamente, tanto para obstaculizar como para alcançar soluções, desde que haja um momento de reflexão que possibilite ao jovem avaliar as suas reais possibilidades de escolha. A este respeito, a Psicanálise diz que quando há escolha, há separação e implicação com o sujeito desejanste, como discutiremos adiante.

Nesta concepção, a condição necessária para fazer escolhas, se assim podemos dizer, é que além de querer se separar do desejo do Outro, o sujeito realize efetivamente a operação de separação, tome uma posição frente a este, processe o luto pelas perdas envolvidas e realize sua escolha de forma consciente. Toda escolha, além implicar em interesse por algo que lhe falta, implica, também uma separação simbólica associada às escolhas infantis. Para Soller (1997, p. 63), “[...] alienado é o sujeito que se perdeu de seu ser, que tudo aceita, não pergunta, não questiona, vive e age sem pensar sobre si mesmo, e mais, recusa-se a pensar sobre o que é”.

A este respeito, Szadenfisz (2008, p. 45), em seu estudo sobre “o adolescente e suas escolhas”, afirma,

[...] A alienação é o destino do sujeito. A separação não o é. A separação é algo que pode ou não estar presente e está relacionada a um querer (velle, do francês vouloir). Requer que o sujeito queira se separar da cadeia significante. Supõe uma vontade de sair, uma vontade de saber, para além do que o Outro possa dizer, para além do

que está inscrito no grande Outro, o que só pode ocorrer se houver o desejo do Outro, um Outro ao qual falta alguma coisa, um Outro barrado.

Aproveitando a ideia das autoras, só nos resta dizer, que o jovem que se coloca em uma posição alienada, diante de tamanha vulnerabilidade, dificilmente fará uma escolha consciente e segura: o mais provável é que se deixe seduzir pelos valores imediatistas propostos pelo capitalismo e escorregue para os seus aprisionamentos imaginários.

Não raro, observamos o jovem vacilar diante de alguma destas condições, daí a importância do entendimento das influências a que está submetido e do que opera nele, que, em última instância, é o que vai ajudá-lo a desembaraçar o seu desejo e tomar a decisão sobre o caminho que lhe interessa seguir. Tudo isto depende de tempo de reflexão e conhecimento referente, para não se deixar ser induzido cegamente pelo Outro social.

Existe outra perspectiva, na abordagem da adolescência, que aponta o seu surgimento como resultado das transformações no mundo do trabalho. Começaremos pelos prenúncios apontados por Albornoz (1992), segundo Lassance e Sparta (2003), quando diz que todos os movimentos históricos e culturais na Europa trouxeram consigo o germe da futura sociedade capitalista industrial nascida no final do século XVIII. Naquele momento, as mudanças fomentadas pelo capitalismo e materializadas na industrialização influenciaram radicalmente o surgimento da adolescência, com um conceito e um estatuto diferentes da infância e da adultez. Considera-se que as mudanças no mundo do trabalho trouxeram importantes avanços tecnológicos científicos e culturais, mas trouxeram, também, em seu bojo, efeitos nefastos à estrutura familiar, sobretudo pelo declínio do seu sistema de valores e ascensão de novos

valores ligados à acumulação e ao enriquecimento. Ainda a esta época, devido à necessidade de mão de obra especializada, os pais, geralmente agricultores e artesãos, que praticavam seus ofícios com a participação dos filhos, passaram a vender sua força de trabalho nas fábricas e, para que os jovens não ficassem desassistidos, o sistema de ensino se estendeu até idades mais avançadas. O resultado desta cisão implicou na separação entre vida doméstica e vida laboral, privando os jovens de um maior convívio com a família e gerando, ao mesmo tempo, o seu distanciamento do mundo do trabalho. Outro aspecto a ser considerado, por conta dos avanços científicos, se refere à redução do índice de mortalidade infantil que, aliado ao prolongamento da vida humana, produziu um aumento da distância até a chegada ao status de adulto e, neste intervalo, por conseguinte, surgiu a adolescência como um tempo necessário à busca de novas referências identificatórias.

Nessa busca, Ruffino (1996, p. 81), brasileiro, estudioso contemporâneo sobre a adolescência, acredita que “algo da civilização, se materializa, se expressa, e vem a estar contido na constituição de uma subjetividade de modo singular”. Neste sentido, os efeitos que o modelo econômico capitalista imprimiram sobre a família e a sociedade promoveram o surgimento da adolescência como produto da subjetividade de uma época. O autor atribui à chegada da Modernidade a responsabilidade pelo rompimento com os laços tradicionais existentes nas sociedades pré-modernas, que tinham por função dar sustentação ao jovem no simbólico e não deixá-lo se perder frente aos apelos das pulsões trazidos pela puberdade. A passagem para o mundo adulto, nestas sociedades primitivas, é claramente demarcada pelos dispositivos societários que, através dos rituais de iniciação, retraduzem a metáfora paterna que interdito a mãe – e a que o jovem faz apelo, quando lhe

finda a infância – em “paternidade societária”. De acordo com (MANNONI, 1999), o sentido destes rituais é prepará-los para os valores e origens culturais, com vistas à sua integração ao mundo dos adultos, no qual um lugar lhes é reservado. Diferente da nossa sociedade capitalista globalizada na qual não lhe é outorgada a clareza do que se espera dele, do que ele pode esperar, nem lhe são dadas as garantias necessárias quanto ao lugar que irá ocupar. Além do mais, a produção de valores se dá de forma massificada, estimulada pelo “não pensar” e pela degradação da ética. Neste sentido, o processo de adolescência hoje, como postulado por Ruffino (1996, p. 93), se traduz em um percurso de trabalho, cuja tarefa é “construir-se de modo a fazer, na ‘interioridade’ da sua história subjetiva, aquilo que faltou na ‘exterioridade’ do social”.

Além das dificuldades já descritas até aqui, em relação ao fato de o jovem estar atravessando o período de busca do seu reconhecimento, o apuro para realizar uma escolha profissional para a vida futura se torna ainda maior quando levamos em consideração que ele irá se defrontar com o mundo do trabalho também em contínua renovação dos modelos oferecidos, que se tornam cada vez mais complexos, difusos e descartáveis. Tal situação é o resultado das profundas transformações que ocorreram no mundo do trabalho ao longo da história. Houve um tempo em que o quadro das profissões era bem definido, as tarefas eram passadas dos pais para os filhos e embora não existissem muitas opções, a escolha era preparada antecipadamente pela família e construída pelo filho em seu processo identificatório. (GONZÁLES, 2001)

Mesmo não sendo a nossa intenção, aqui, realizar um maior aprofundamento sobre o tema “trabalho” – tão importante quando se trata da escolha profissional e foco de muitas produções a respeito –, para entendermos melhor o atual

momento, talvez seja necessário fazermos um rápido recuo na história, discorrendo brevemente sobre a evolução deste conceito. Sabemos que, ao longo da história da humanidade, o trabalho teve sentidos diversos, desde o sentido de atividade penosa, virtude, atividade alienante, motivo de adoecimento, até mesmo, fonte de satisfação pessoal. Para Gonzáles (2001, p. 11-12), “a depender das apreciações pessoais e subjetivas que o homem faça sobre sua atividade, ela poderá ter diferentes significados”.

Na Antiguidade, quando o homem vivia em harmonia com a natureza sem a intenção de modificá-la não existia uma categoria denominada “trabalho”. De acordo com Gonzáles (2001, p. 12), só no século IV, “as atividades que até aquele momento, só haviam sido pensadas como diversidades, como talentos plurais, passam a ser concebidas abstratamente numa única categoria – o trabalho”. Ainda, segundo Gonzales (2001, p.11), de acordo com Gondar (1989), “a moderna concepção de trabalho não é resultado apenas da Revolução Industrial e do advento do Capitalismo, mas também sofreu influência do Cristianismo”; este, marca o surgimento da regulação do tempo do trabalho, o que vai influenciar a inclusão das noções de controle e disciplina na caracterização do que se deveria se chamar “um trabalhador”.

Dando um salto até a Idade Média, após várias transições históricas, o trabalho vai se caracterizar como uma atividade para os servos dos donos de terra e poder, ficando a ocupação profissional diretamente atrelada às condições de nascimento ou conveniência (AGUIAR; TUPINAMBÁ, 2006). Na Idade Moderna, o aumento de postos de trabalho, o aperfeiçoamento das técnicas, a necessidade de especialização da mão de obra e o desenvolvimento de riquezas determinaram a saída do Feudalismo e a entrada no Capitalismo. Desde então, o trabalho é

regido pelas leis da economia capitalista e a nova modalidade de trabalho imposta pelo modelo econômico vigente, como já dissemos, promoveu a separação entre família e trabalho, que até então representavam uma unidade, em duas categorias diferentes, marcando a perda da antecipação simbólica na história dos seus membros. Podemos situar aqui o surgimento da adolescência. Desde então, as condições de trabalho se precarizaram trazendo a relação de desigualdade e a perda da segurança, que só fizeram aumentar as dificuldades sociais e promover o surgimento da dúvida quanto à inserção no trabalho e à vida profissional. (GONZÁLES, 2001)

De acordo com Lisboa (2011), o que existe no panorama atual do mundo do trabalho, é a chamada sociedade capitalista pós-industrial ou sociedade do conhecimento, que se caracteriza pelo rompimento do paradigma industrial, pautada agora pela globalização da economia e pelo desenvolvimento da tecnologia de automação, das telecomunicações e da microeletrônica, onde novas habilidades, atitudes e competências são requisitadas pelo mercado de trabalho. Se, no passado, as regras que diziam respeito ao trabalho eram bem definidas e duradouras, o capital impõe hoje que o profissional tenha características bem diferentes do que então. Ele hoje precisa ter flexibilidade ante as mudanças, versatilidade, mobilidade, maior capacidade de adaptação, disponibilidade para ingressar em diferentes trabalhos ao longo da vida, não ter amarras familiares e tomar para si a responsabilidade pelo desenvolvimento de sua carreira e empregabilidade, sem as garantias de estabilidade de emprego e segurança no trabalho. O que se constitui, também, numa grande inquietação são as mudanças no tipo de contratação, com perdas para o trabalhador, o enfraquecimento dos sindicatos e a intensificação e aumento de competição no âmbito do trabalho.

O sociólogo e professor, Richard Sennet, estudioso dos ‘efeitos desorientadores do novo capitalismo’, afirma que a flexibilidade, característica humana compatível com a nova ordem do trabalho, é usada com a justificativa de atacar os velhos e rígidos padrões da antiga burocracia capitalista, entretanto, esta ênfase, além de provocar uma mudança no próprio significado do trabalho, causa seu impacto maior, sobretudo, no caráter pessoal. (SENNET, 2010)

Em linhas gerais, quisemos dar um pouco de visibilidade às transformações que o mundo do trabalho sofreu ao longo da história, na tentativa de compreender os seus efeitos no processo da adolescência, tanto do ponto de vista do seu surgimento, quanto das suas perspectivas futuras de escolha. De acordo com (REYES, 2012, p. 14), vive-se um tempo em que “[...] as transformações imprevisíveis exigem escolhas ou direcionamentos diante de ambiguidades do presente ou diferentes possibilidades futuras”.

Do ponto de vista da profissão, o que se verifica hoje é que, no momento da escolha, o jovem se depara com uma grande fragmentação e diversificação de profissões, por um lado, e com uma grande efemeridade, por outro. Assim como algumas profissões desaparecem outras vão surgindo com a rapidez característica da realidade atual, dificultando, sobretudo, as possibilidades de se fazer projeções para o futuro. Além do mais, por conta de sua representação fragmentada, a profissão se tornou uma referência muito inconsistente; mesmo aquelas mais tradicionais já não podem ser representadas como no passado, ou seja, não existe mais uma profissão que se ofereça como um objeto de escolha bem definido.

Toda essa gama de fatores certamente coloca o jovem em uma condição de muita dificuldade, tanto para se definir sobre o curso que o levará a uma determinada profissão, quanto para

os que vão precisar se inserir de imediato no mercado de trabalho, sobretudo, porque este não responde à altura à demanda dos jovens por emprego. Acreditamos que um fator primordial a ser considerado no momento da escolha, como afirma Bohoslavsky (1993, p. 48-49), é que “aquilo que o jovem busca em uma profissão vai além do nome da ocupação: na verdade, ele está escolhendo um modo de vida, ele ‘quer ser feliz’, quer algo que se relacione com sua realização pessoal”. Apenas identificar suas aptidões, habilidades, interesses e obter informações sobre as profissões não se constitui como garantia de uma escolha acertada, menos ainda, só levar em consideração as profissões que estão em alta no mercado de trabalho.

Para tomar uma profissão como objeto de sua escolha, no mundo atual, é necessário que, antes de qualquer coisa, o jovem consiga se perceber representado por ela bem como saber o que vai buscar naquela atividade profissional e isto tem a ver com diferentes razões para cada pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o nosso objetivo foi o de tentar compreender as possibilidades de o jovem realizar uma escolha profissional consistente, tendo em vista toda a rede de influências a que está submetido no cenário contemporâneo, buscamos apresentar aqui algumas reflexões com base em diversas produções de estudiosos sobre a temática, sem a pretensão de extrapolar o que a literatura e a minha própria experiência me dizem. A adolescência foi tomada, aqui, como uma tarefa psíquica a ser realizada e não como uma etapa evolutiva que requer apenas que o tempo passe. Nesta perspectiva, foram evidenciadas as dificuldades enfrentadas pelos jovens,

no sentido das elaborações concernentes ao processo da adolescência e necessárias à construção de sua identidade pessoal.

A identidade foi apresentada, em articulação com o conceito psicanalítico da identificação, ressaltando-se que é um processo contínuo e, no que diz respeito à sua relação com a escolha, observou-se a estreita vinculação entre identidade pessoal e a construção da identidade ocupacional. No entendimento de Bohoslavsky (1993) e Pessoa (2011), as escolhas são influenciadas desde a infância e as dificuldades relacionadas ao processo de construção da identidade ocupacional, que se evidenciam pelas vacilações que ocorrem neste momento, estão submetidas às mesmas dificuldades concernentes à construção da identidade pessoal, portanto, devem ser compreendidas como relacionadas à problemática da pessoa. Lisboa (2011), a partir de suas observações, também concorda que a interseção entre identidade pessoal e ocupacional está presente tanto em jovens que ainda vão escolher uma profissão quanto para aqueles que são compelidos a entrar no mundo do trabalho logo após a conclusão do segundo grau. Ao contrário da ideia que os jovens fazem de que a escolha que estão fazendo será para a “vida toda”, o fato de a identidade ser um processo inacabável faz com que estejam sempre movidos por novas identificações e desejos que, por sua vez, podem levá-los a novas escolhas.

Verificou-se que a chegada da Modernidade, aliada ao capitalismo e à globalização da economia, instituiu um novo discurso através do qual vincula a sua promessa capciosa de felicidade ao consumo dos objetos que oferece – leia-se objeto em sentido amplo – em detrimento dos ideais históricos, das possibilidades de transmissão simbólica bem como das funções e valores familiares das sociedades tradicionais. Este novo

discurso dominante ampliou o quadro das dificuldades que irão concorrer no momento em que o jovem é demandado pela sociedade a se decidir sobre uma profissão ou trabalho, pois, além de interferir na dinâmica familiar, fragilizando a eficácia dos operadores que poderiam favorecer o jovem na subjetivação do seu processo de adolescência, apresenta também uma nova realidade no mundo do trabalho que, diante de suas vertiginosas transformações, oferece um contexto em que as profissões se mostram voláteis, fragmentadas e inconsistentes. Desse modo, diante de tantos fatores geradores de dificuldades e de uma juventude fragilmente alicerçada, ficamos a pensar qual seria o caminho mais eficaz que poderia conduzir o jovem a uma escolha mais consciente e consistente.

A resposta que se apresenta leva em conta a consideração de Freud ([1930], 1976, p. 99), de que “[...] a atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida” em sintonia com o desejo do sujeito. Daí a nossa insistência sobre a importância do autoconhecimento no processo de escolha, pois este é o caminho que o levará ao encontro do seu desejo. Isto nos reporta às nossas observações no atendimento a jovens, em *Orientação Profissional*, que revelam serem justamente os aspectos subjetivos que os levam à claudicação para escolher, ainda que tenham informações sobre as profissões, o mercado de trabalho, seus interesses, habilidades e potenciais. Para concluir, pensamos que aos jovens caberá identificar as influências a que estão submetidos, renunciar ao gozo prometido pelas insaciáveis demandas do mundo e proceder o trabalho psíquico que o momento requer, para então, realizar a escolha da profissão ou trabalho já de posse do seu desejo.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, Arminda. O adolescente e a liberdade. In: ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- AGUIAR, M. A.; TUPINAMBÁ, A. C. R. **Orientação vocacional na Clínica Escola de Psicologia: um estudo exploratório**. São Paulo Disponível em: < <http://www.pedagobrasil.com.br/psicologia/orientacaovocacional.htm>>. Acesso em: 25 out. 2006.
- BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BOHOSLAVSKY, R. (Org.). **Orientação vocacional: teoria, técnica e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1983.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/olhar_sobre_jovem_brasil.pdf> Acesso em: 25 out. 2012.
- CARVALHO, Maria Margarida. **Orientação profissional em grupo: teoria e técnica**. São Paulo: Psy, 1995.
- DELUZ, A. et al. **A crise da adolescência**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- FREUD, S. O mal-estar da civilização (1930). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XXI, p. 99.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego (1921). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVIII, p. 133.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: _____. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. VII.
- GONZÁLES, R. C. F. **Sujeito e trabalho: uma leitura psicanalítica da escolha profissional**. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, 2001.

GURMAN, I. Nascer em um corpo. In: CORRÊA, Ana Izabel. **Mais tarde... é agora!** ensaios sobre a adolescência. Salvador: Ágalma, 1996. p. 67-77.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

LACAN, J. **Os escritos técnicos de Freud** (1953/1954). Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LASSANCE, M. C.; SPARTA, M. A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. **Revista Brasileira de Orientação profissional**, v. 4, n. 1/2, p. 13-19, 2003.

LIMA, M. T. Orientação vocacional: da teoria à prática. **Cadernos de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 1, p. 57-62, 1993.

MANNONI, M. Apresentação ao texto de Octave Mannoni. In: CORRÊA, A. I. (Org.). **Mais tarde... é agora!** ensaios sobre a adolescência. Salvador: Ágalma, 1996. p. 13-19.

MELLO, F. A. F. **O desafio da escolha profissional**. São Paulo: Papirus, 2000.

NASCIMENTO, E. M. V. (Coord.). **Coletânea do serviço de psicologia professor João Ignácio de Mendonça – UFBA**. Salvador: EDUFBA, 2003.

PESSÔA, R. **Maturidade de carreira e desempenho acadêmico em estudantes do ensino fundamental**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RASSIAL, J. J. **A passagem adolescente:** da família ao laço social. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

REYES, R. **Desejo, lei e reciprocidade no convívio escolar**. Salvador: EDUFBA; Casa Via Magia, 2011.

RODRIGUÉ, E. **Separações necessárias:** memórias. Tradução Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

RUFFINO, R. Fragmentos em torno da epopéia do sujeito sob a operação adolecer. In: CORRÊA, A. I. (Org.). **Mais tarde... é agora!** ensaios sobre a adolescência. Salvador: Ágalma, 1996. p. 78-100.

SOARES, D. H. P.; LISBOA, M. D. **Curso de formação em orientação profissional:** a facilitação da escolha. 1^a Turma - Salvador, Instituto do Ser – Consultoria em Desenvolvimento Humano e Orientação Profissional. Parceria: CIN Capital Intelectual – Módulos 1, 2, 3, 4, 5. 2002.

SOLLER, C. O sujeito e o outro. In: FEDSTEIN, R ; FINK, B.; JAANUS, M. (Org.). **Para ler o seminário 11 de Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira Orientação Profissional**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 2003.

STRAUSS, M. Separar-se de seus pais. **Revista Marraio**, Rio de Janeiro, n. 0, p. 11-23, 2000.

SZADENFISZ, B. M. **O adolescente e suas escolhas:** contribuições da psicanálise para a escolha profissional. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2008.

TUBERT, S. O enigma da adolescência: enunciação e crise narcísica. In: SZADENFISZ, B. M. **O adolescente e a modernidade.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Andrija Almeida

Antropóloga. Pedagoga. Especialização em Metodologia da Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação (UNEB). Mestre em Saúde Comunitária (ISC-UFBA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Violência, Saúde e Sociedade (LAVISS/ISC/UFBA).

Antônio Marcos Chaves

Psicólogo. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA). Doutor em Psicologia Social (USP). Docente na Universidade Federal da Bahia. Orientador do Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UFBA). Diretor do Instituto de de Psicologia (UFBA).

Antônio Nery Filho

Psiquiatra. Assistente Estrangeiro da Universidade de Paris V- Sorbonne. Mestre em Medicina pela UFBA. Doutor em Sociologia e Ciências Sociais pela Universidade Lumière-Lyon 2. Lyon-França. Pós-Doutorado na Universidade Laval, Québec-Canadá. Professor Associado III da Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA). Professor de Psicologia da Faculdade Ruy Barbosa-DeVray. Fundador e coordenador Geral do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD-UFBA). Consultor da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) – Ministério da Justiça. Consultor da Coordenação de Saúde Mental-Ministério da Saúde. Consultor da Secretaria de Saúde do Município de Salvador-Bahia. Consultor da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Consultor da Superintendência

Para a Política de Álcool e Outras Drogas – (SUPRAD) – Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia.

Ceci Vilar Noronha

Socióloga. Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia. Professora Associada do Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Laboratório de Estudos em Violência, Saúde e Sociedade (LAVISS/ISC/UFBA).

Célia Cajaiba

Psicóloga. Psicanalista. Especialista em Estratégias de Ensino e Pesquisa em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Orientadora Profissional pelo Instituto do Ser/São Paulo. Psicóloga do Serviço de Psicologia do Instituto de Psicologia (UFBA).

Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima

Enfermeira e Juíza de Direito. Doutora em Saúde Pública (ISC/UFBA). Professora Visitante da Universidade Federal do Sul. Docente parceira do Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA).

Joelma Oliveira da Silva

Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia.

Jorge Alberto Bernstein Iriart

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia. Doutor em Antropologia pela Université de Montréal, Canadá. Professor Associado do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador Ad-

junto da Área da Saúde Coletiva na CAPES (triênio 2011-2013). Editor Associado da Revista Ciência & Saúde Coletiva e membro da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da (ABRASCO).

José Carlos Ribeiro

Psicólogo. Pós-graduação em Práticas de Ensino e Pesquisa em Psicologia (UFBA). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor colaborador do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (UFBA/CNPQ).

Juliana Prates Santana

Psicóloga. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Estudos da Criança pela Universidade do Minho, Portugal. Atuou como psicóloga do projeto EspaSSos da Rua e no apoio às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado da Bahia. Professora da Universidade Federal da Bahia, nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento.

Leila de Oliveira Pinto

Psicóloga da (ARD-FC). Psicanalista. Mestre e Doutora em Teoria e Crítica da Literatura e da Cultura (UFBA). Preceptora do PET Medicina/FMB/UFBA.

Lena Lois

Psicóloga Clínica. Mestre em Estudos de Linguagem. Supervisora de Equipe do (PPCAAM) – Programa de Proteção

da Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Psicóloga da Escola Arco-íris.

Ludmila Cerqueira Correia

Advogada. Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB). Professora Assistente e Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ-UCSAL).

Luiz Alberto Tavares

Psiquiatra. Psicanalista. Residência em Psiquiatria (HUPES-UFBA) e Formação em Psicopatologia da Infância e Adolescência (Universidade Paris Nord – França). Coordenador do Conselho Editorial (CETAD-UFBA). Coordenador do Grupo de Atenção e Investigação da Adolescência (GAIA-CETAD-UFBA). Docente e Orientador do Curso de Especialização em Atenção Integral ao Consumo e Consumidores de Álcool e outras Drogas (CETAD-UFBA). Membro do Espaço Moebius Psicanálise.

Margaret Leonelli

Psicóloga da (ARD-FC). Psicanalista. Preceptora do PET Medicina/(FMB/UFBA).

Marilena Ristum

Psicóloga (Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto). Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora associada da Universidade Federal da Bahia (Cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia e orientadora de Mestrado e Doutorado).

Matheus Albergaria

Advogado e Assessor do Juspopuli Escritório de Direitos Humanos - Salvador, Bahia.

Nelson Santana do Amaral

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude de Salvador – Bahia. Sociólogo, pedagogo. Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior. Doutorando em Direito e Ciências Sociais pela (UMSA) – Buenos Aires, Argentina. Professor de Sociologia e Ciência Política da Universidade Estadual da Bahia – (UNEB).

Olga Sá Ferreira

Psicóloga da (ARD-FC). Psicanalista. Membro do Campo Psicanalítico de Salvador.

Riccardo Cappi

Doutor em Criminologia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Professor dos cursos de Direito da (UEFS) e da (UNEB) e do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da (UFBA). Líder do Grupo de Pesquisa em Criminologia da (UEFS) e da (UNEB).

Sandra Maria Farias Loureiro de Souza

Coordenadora Pedagógica da Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia – (CIPÓ) – Comunicação Interativa. Licenciada em Desenho e Artes Plásticas pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Olga Mettig. Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia.

Sheyla Machado

Psicóloga da (ARD-FC). Psicanalista. Membro do Espaço Moebius Psicanálise. Mestranda do Instituto de Psicologia (UFBA).

Vânia Sampaio Alves

Psicóloga. Doutora em Saúde Pública (ISC/UFBA). Professora Adjunta e Coordenadora Pedagógica do Centro Regional de Referência para Educação Permanente em Crack, Álcool e outras Drogas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (CNPQ-UCSAL).

Vera Leonelli

Advogada e Coordenadora do Juspopuli Escritório de Direitos Humanos – Salvador, Bahia.

COLOFÃO

Formato	<i>14,8 x 21 cm</i>
Tipologia	<i>Bookman Oldstyle / Holstein</i>
Papel	<i>Alcalino 75 g/m² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m² (capa)</i>
Impressão	<i>EDUFBA</i>
Capa e Acabamento	<i>Cian Gráfica</i>
Tiragem	<i>500 exemplares</i>



ISBN 978-85-232-1218-6



9 788523 212186